

BRASÍLIA ALÉM DO MONUMENTAL



arquitetura, paisagem
e novos rumos para a
preservação do moderno

Ana Clara Giannecchini
João Vítor Araújo Schincariol
Maritza Giacomazzi Dantas
Organizadores

BRASÍLIA ALÉM DO MONUMENTAL

arquitetura, paisagem e novos rumos
para a preservação do moderno

Ana Clara Giannecchini
João Vítor Araújo Schincariol
Maritza Giacomazzi Dantas

organizadores

**Presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
– Brasil**

Flávio de Lemos Carsalade

**Coordenador do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
– Núcleo Distrito Federal**

Juliano Loureiro de Carvalho

**Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito
Federal**

Ricardo Meira

Conselho Diretor

Larissa de Aguiar Cayres

Edson Santos Silva

Pedro Roberto da Silva Neto

Luis Fernando Zeferino

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Reitora da Universidade de Brasília

Rozana Reigota Naves

Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Caio Frederico e Silva

Vice-diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Ricardo Trevisan

Encontros Icomos-DF – 2023, 2024 e 2025

Organização

Ana Clara Gianneccchini

Angelina Nardelli Quaglia

Beatriz Coroa do Couto

João Vítor Schincariol

Juliano Loureiro de Carvalho

Luis Graciliano da Silva

Maritza Giacomazzi Dantas

Pedro Praia

Capa, projeto gráfico e diagramação:

Dival Porto Lomba ([Ix Editora](#))

Fotomontagem de capa: *Entre tábuas, a invenção de um horizonte.* Composição: fotografia do primeiro plano por Hiago de Almeida Lacerda, 2024; fotografia do segundo plano proveniente do Arquivo Público do Distrito Federal (ARPDF), autor não identificado, data estimada: década de 1960. Montagem digital realizada por Hiago de Almeida Lacerda, 2025.

Imagem da contracapa: *No provisório do que foi abrigo, uma Brasília* Hiago de Almeida Lacerda, 2025.

Esta publicação foi financiada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, por meio do Edital de Chamada Pública nº 1/2025.

Um agradecimento especial à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, pelo acolhimento dos encontros Icomos DF em seus espaços físicos.



editora

ixeditora.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Brasília além do monumental : arquitetura,
paisagem e novos rumos para a preservação do
moderno / Ana Clara Giannecchini,
João Vítor Araújo Schincariol, Maritza
Giacomazzi Dantas, organizadores. -- Brasília, DF:
Icomos/DF, FAU UnB, 2025.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-83117-6

1. Arquitetura - Brasília (DF) - História
2. Brasília (DF) 3. Patrimônio cultural 4. Urbanismo
- Brasília (DF) - História I. Giannecchini, Ana
Clara. II. Schincariol, João Vítor Araújo. III.
Dantas, Maritza Giacomazzi.

25-320700.0

CDD-720.98174

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasília : Arquitetura e urbanismo : História
720.98174

Bibliotecária: Suelen Silva Araújo Oliveira - CRB 8/11482

Copyright © 2025 autores dos textos.
Todos os direitos reservados.

Sumário

PREFÁCIO | **11**

Flavio de Lemos Carsalade

APRESENTAÇÃO | **17**

*Ana Clara Gianecchini, João Vítor Araújo Schincariol
e Maritza Giacomazzi Dantas – organizadores*

CAPÍTULO 1 **ARQUITETURA NÃO MONUMENTAL** | **29**

Inventário dos blocos residenciais das superquadras do Plano Piloto | **30**

*Claudio Oliveira da Silva
Sylvia Ficher*

O São Miguel e o Efe: notas históricas e experiências de preservação | **50**

Danilo Matoso Macedo

Análise da Reabilitação Sustentável em Edificação de Alvenaria Estrutural: Estimativa de Crédito de Carbono e Avaliação segundo a Certificação LEED | 72

Iberê Pinheiro de Oliveira, João da Costa Pantoja
Pollyana da Silva Bomfim, Gabriela Naves Rosa

A Parte e o Todo: o caso do edifício Banco do Brasil, Sede I, em Brasília/DF | 91

Laura Ribeiro de Toledo Camargo
Maurício Guimarães Goulart

Os blocos residenciais das superquadras e os desafios da conservação do moderno | 113

Mariana Ferreira Ramos Jubé

Os blocos residenciais modernos do Plano Piloto de Brasília: suas particularidades e recomendações de conservação. | 128

Flaviana Barreto Lira
Ana Clara Gianecchini
Manuella de Carvalho Coêlho
Mariana Leite Melo e Silva

CAPÍTULO 2

PAISAGEM DE BRASÍLIA | 153

Brasília é um jardim | 154

José Leme Galvão Jr.

Estrutura da paisagem do Conjunto Urbano de Brasília, Sítio Patrimônio Cultural Mundial | 176

Yara Regina Oliveira

A Recomendação da Paisagem Urbana Histórica e a participação popular na gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília | 200

Mariana Freitas Priester

SÍNTESE | 221

Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural. Resultados preliminares | 222

Juliano Loureiro de Carvalho
Angelina Nardelli Quaglia

Contribuições para o monitoramento da gestão e da conservação do Conjunto Urbanístico de Brasília | 264

Beatriz Coroa do Couto
Juliano Loureiro de Carvalho

Recomendações para a Paisagem Cultural de Brasília | 285

Icomos-DF e Abap-DF

Prefácio

Brasília, cidade dos sonhos e da vida cotidiana

Quando, em 1961, Jane Jacobs declarou a falência das cidades concebidas pelo Movimento Moderno no livro “Morte e Vida das Grandes Cidades Americanas”, Brasília estava recém-inaugurada. O impacto do livro foi tanto que a cidade, que tanto esforço fizera para ser construída e que tanto orgulhava o povo e os arquitetos brasileiros, se tornou, nas críticas urbanísticas das décadas seguintes, o contraexemplo do que se deveria ser uma cidade. Não faltou quem falasse mal de Brasília desde Françoise Choay e Bruno Zevi até, mais recentemente Jan Gehl, urbanista celebrado pela literatura especializada contemporânea. A “cidade que não tem esquinas” foi também severamente criticada por urbanistas brasileiros e, cada vez mais, quando a repulsa à opção rodoviarista se tornou ainda mais ácida. Reconhecida como Patrimônio Mundial, contudo, pareceu que seu título remontava mais a um passado que a um presente, como se ela fora algo ultrapassado, mas digna desse título por ser o exemplo concreto de um modo histórico de pensar, de preceitos de uma cidade moderna que segregava funções e privilegiava o transporte motorizado. Dizia-se que era uma cidade que não se constituía como a *urbis* que conecta pessoas, que facilita

o encontro e a manifestação da cidadania; que irracionalmente separava trabalho e moradia; que era uma mera representação de uma utopia que não se realizara. Cidade ruim para morar.

Nenhum dos habitantes de Brasília que conheci, no entanto, comunga dessa ideia.

Curioso que todos dizem amar a cidade e que nelas encontram plenitude de vida urbana. Curioso que ninguém reclame da falta de esquinas ou de morar longe do trabalho. Curioso que nela ninguém se sinta perdido ou que reclame da falta de nomes próprios nas ruas. Ao contrário, perpassa um sentimento de amor à cidade e à vida que ela proporciona e um senso de permanência e opção de jeito de viver que ela traz consigo. Assim, ao subverter preceitos e diretrizes acadêmicas, Brasília nos mostra que a melhor cidade é aquela que amamos, é aquela com que nos identificamos e que gostamos de morar, ainda que, como qualquer outra, apresente conflitos e problemas. Brasília coloca em permanente tensão os critérios “científicos” que utilizamos para qualificar concepções urbanísticas. Ou seja, ela nos mostra que cada caso é um caso, que a diversidade de soluções urbanas só enriquece a possibilidade de diferentes formas de viver. Por mais que acreditemos em algumas “certezas” da atualidade, não se pode, a partir delas, condenar todas as outras. Richard Senett coloca Nápoles como bom exemplo de cidade, mas quantos de nós gostaríamos de viver em Nápoles? Para muitos de nós, viver em Katmandu ou Bangkok seria impensável com todo aquele trânsito caótico, mas os que ali moram estão muito bem. Não queremos dizer que Brasília poderia ser, hoje, modelo de cidade, com toda a crise ambiental e social que presenciamos, mas condená-la é imperdoável. Também não se pode imputar ao Plano Piloto, o fato de ele não ter sido replicado em seu entorno, como também não se pode imputar a ele problemas comuns a todas as nossas grandes cidades como os nossos grandes passivos sociais de acesso à terra urbanizada e ao direito à cidade. Não é apenas porque Brasília é patrimônio da humanidade que tantos esforços são feitos para conservá-la: seria ingenuidade pensar assim. As peculiaridades da cidade são importantes para os que nela vivem e

seus problemas urbanísticos são muito específicos e apontam para uma agenda bastante diversa de pesquisa com relação a outras cidades, reforçando que, embora possa se imaginar uma teoria geral para o urbanismo, cada lugar tem sua própria questão. Vejamos alguns pontos típicos da capital brasileira.

Morar nas superquadras é uma experiência única de bem-viver. Escala humana e convívio. A altura dos prédios, como dizia Lúcio Costa, é definida pelo alcance do grito das mães para que seus filhos voltem para casa (nada mais Jan Gehl do que isso). Para preservar a qualidade das superquadras, hoje, há que se resolver o problema da segurança das áreas públicas e a sua não privatização.

Se a conservação da arquitetura moderna é um problema em todo mundo – afinal, o concreto armado não é eterno como se supôs – ela o é ainda mais em Brasília, construída sob a égide do concreto armado e amado. Novos edifícios têm seu lugar, afinal Brasília é vanguarda, sempre, mas sua harmonia com o Plano Piloto é questão de cuidado.

Os amplos espaços livres sempre foram objeto de preocupação crítica quanto à sua manutenção e apropriação, mas a prática demonstrou que eles convivem bem com o dia a dia. Hoje, a cidade, nos fins de semana, ainda amplia esses espaços, liberando vias de trânsito rápido para o pedestre, oferecendo a amplitude urbana para seus cidadãos. Não são muitas as cidades do mundo que podem se dar a esse luxo.

O eixo cívico/ praça dos Três Poderes extasia quem o visita. Muitos visitantes os comparam aos grandes templos egípcios com seus eixos também magníficos. A capital do país faz com que a escala residencial e gregária convivam harmonicamente com a escala monumental e, em seu cruzamento propõe um prédio que não é prédio: uma rodoviária que se apresenta, mais do que como uma materialidade, como um grande espaço urbano de trocas e transições.

Se há uma paisagem que merece o aposto de “cultural” é a paisagem brasiliense. Ela é um ato de cultura desde o gesto ancestral de seu nascimento, a cruz do *cardo* e *decumanus*, resgatada por seu criador. Na paisagem monótona do cerrado, o maior ato cultural da humanidade, a *civitas*, se impôs e colocou, com cuidado, edifícios “como que pousados no solo” e reinventou a própria natureza, criando lagos e bosques.

Uma cidade tão diversa exige uma gestão com quesitos próprios. Desde seu reconhecimento pela UNESCO, em 1987, ela não desenvolveu, como deveria, um plano adequado de gestão e, por isso, apresenta várias questões em aberto. A começar pela necessidade de sua conclusão: trata-se de uma lei distrital que está em discussão de mais de dez anos. Se esse longo tempo permite o amadurecimento de algumas questões, por outro, permite também que intenções escusas consigam se infiltrar nas discussões e resoluções. Além disso, por todo esse tempo, também não conseguiu, como devido, integrar todos os organismos de planejamento e fiscalização do Distrito Federal. O PPCUB (Plano de Preservação do Conjunto Urbano de Brasília). É, ao fim e ao cabo, uma Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo que precisa ser detalhada e regulamentada setorialmente quanto a áreas verdes, áreas especiais de patrimônio, etc. Essa regulamentação deve, ainda, se estender a mecanismos como a Transferência de Direito de Construir e Outorga Onerosa de Construção, bem como à arquitetura não monumental. E, finalmente, se tornar concreta em ações de fiscalização, sem as quais, a cidade desejada não sobrevive.

Preservar Brasília não é um ato apenas de respeito ao título mundial, mas um ato de amor de seus moradores que a reconhecem como um bom lugar para morar. Reconhecer seus valores, como o fazem, neste livro, diversos e importantes autores que a abordam em suas qualidades várias, é um alerta à importância da manutenção de uma bela alternativa de viver.

Neste momento em que se discute o PPCUB, os documentos constantes desta publicação se apresentam como necessários e alertas

não apenas para aqueles que têm a responsabilidade de zelar pelo seu futuro, mas a todos que precisam conhecer as peculiaridades de um lugar que buscava a justiça social no território e que tem de conviver com governos que insistem em manter privilégios.

O Icomos, cumprindo sua missão institucional, faz parte daquelas entidades que lutam pela preservação de Brasília e, através de seu Núcleo DF, em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU UnB) e com o patrocínio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, organiza esta publicação com a síntese dos debates promovidos nos seus últimos três encontros anuais, realizados desde 2023, enriquecendo os argumentos sobre a preservação do seu conjunto urbanístico moderno.

Brasília continua sendo a cidade do sonho humano, mas, além da utopia, é uma cidade real, onde a vida acontece com intensidade e com o enorme reconhecimento de seus moradores. Os textos que se seguem comprovam esta tese.

Flavio de Lemos Carsalade
Presidente do Icomos Brasil

Apresentação

Brasília além do monumental: arquitetura, paisagem e novos rumos para a preservação do moderno

*Ana Clara Giannecchini, João Vítor Araújo Schincariol
e Maritza Giacomazzi Dantas* – organizadores

Esta publicação nasceu da intenção de consolidar um trabalho coletivo desenvolvido desde 2023 pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) DF em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB), pautado no aprofundamento do debate sobre a preservação do conjunto urbanístico moderno brasiliense.

Ao longo de 3 encontros anuais¹, 18 palestrantes colocaram em questão a produção da paisagem urbana de Brasília e o reconhecimento patrimonial de sua arquitetura moderna não monumental.

1 1º Encontro Icomos (2023) – **Considerações sobre a preservação do**

A lente da paisagem para examinar a conservação do conjunto urbano de Brasília tem se demonstrado muito oportuna. A ideia foi priorizada pelo Icomos DF por conta de sua capacidade de dialogar com os desafios de gestão que foram debatidos durante o processo de elaboração e aprovação do Plano de Preservação do

conjunto arquitetônico de Brasília, Biblioteca Nacional de Brasília, 4 de dezembro de 2023. Trabalhos apresentados: *Contexto histórico e arquitetônico do Bloco S da 403 Sul e apreciações acerca de sua demolição – Salvemos a arquitetura de Brasília*, de Luiz Sarmento; *Ambiência e arquitetura do Conjunto Urbanístico de Brasília – rumo ao desastre*, de José Leme Galvão Júnior; *Os blocos residenciais das superquadras e os desafios da conservação do moderno*, de Mariana Jubé; *A conservação dos blocos residenciais do Plano Piloto de Brasília (DF): desafios e possibilidades*, de Flaviana Lira; *Instrumentos de proteção e incentivo à conservação do patrimônio arquitetônico: casos para debate*, de Ana Giannecchini; *Questões de manutenção dos blocos das superquadras e caminhos para superá-las*, de João da Costa Pantoja; *Manutenção e processos de preservação – o Fe o São Miguel*, de Danilo Matoso; e *Aprendendo com a experiência do Selo CAU-DF*, de Pedro Grillo.

2º Encontro Icomos (2024) – Paisagem e arquitetura na preservação do conjunto urbanístico de Brasília, Auditório Jayme Golubov, FAU-UnB, em 4 de dezembro de 2024. Duas mesas: (1) Pensando Brasília-patrimônio a partir da paisagem (mediação de Ana Giannecchini) – Trabalhos apresentados: *Brasília Paisagem Cultural*, de Yara Regina Oliveira; *A abordagem da paisagem histórica para a conservação de Brasília: questões para debate*, de Mariana Freitas Priester; e *Brasília, cidade-parque*, de Carolina Pescatori; (2) Preservação do Conjunto Arquitetônico de Brasília (mediação de Flaviana Lira) – Trabalhos apresentados: *Inventário dos blocos das superquadras*, de Cláudio Silva; *A parte o todo: o caso do edifício Banco do Brasil, Sede I, em Brasília (DF)*, de Laura Carmargo e Maurício Goulart; e *A Seduh e a preservação do Conjunto Arquitetônico de Brasília*, de Patrícia Veiga Fleury de Matos.

3º Encontro Icomos (2025) – Paisagem cultural e gestão da conservação do conjunto urbanístico de Brasília, Auditório Jayme Golubov, FAU-UnB, 13 de outubro de 2025. Trabalhos apresentados: *Contribuições para o monitoramento da gestão e da conservação do Conjunto Urbanístico de Brasília*, de Juliano Loureiro e Beatriz Couto; *Recomendações sobre a paisagem cultural de Brasília*, de Juliano Loureiro e Angelina Quaglia; *Acompanhamento do primeiro ano de implantação do PPCUB*, de Rejane Prado.

Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB)². Entre eles, podemos citar a necessidade de ordenamento e monitoramento da ocupação de áreas públicas, seu uso por quiosques e *trailers*, a questão da travessia do Eixo Rodoviário, a delimitação de áreas especiais de interesse cultural e a criação de um sistema de áreas verdes e naturais contemplando o Lago Paranoá. Contribuiu, ainda, para a relação de proximidade do Icomos DF com a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (Abap-DF), que reforça a leitura da paisagem.

Desde o estabelecimento da categoria da paisagem cultural para o reconhecimento do patrimônio pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), seu uso tem se expandido para áreas urbanas, como no caso do reconhecimento das “paisagens cariocas entre a montanha e o mar”, em 2012, e de Paraty e Ilha Grande como bens culturais mistos (“cultura e biodiversidade”), em 2019. A cidade passa a ser reconhecida também como resultado da interação contínua entre ambiente, práticas culturais e valores simbólicos³, representando uma inflexão decisiva no pensamento patrimonial. A paisagem cultural, portanto, deve ser compreendida como campo de experiência e expressão coletiva, não como simples cenário ou suporte físico da memória.

Nas últimas décadas, a abordagem da paisagem histórica urbana, também uma proposição da Unesco, somou-se ao arcabouço conceitual e metodológico da conservação urbana, traduzindo as lógicas de sobreposição e simultaneidade de camadas paisagísticas espaço-temporais diversas, produzidas e reproduzidas por grupos

2 Lei Complementar n.º 1.041, de 12 de agosto de 2024.

3 Cf. RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.; RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural urbana e paisagem histórica urbana: o Rio de Janeiro e os desafios recentes para a lista do patrimônio mundial. **Identidades: território, cultura, patrimônio**, n. 6, p. 235-255, 2016.

sociais, e reunindo as bases para a formulação de um sistema de gestão eficaz. A Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica⁴ reforçou o papel do sujeito e das comunidades na construção e gestão das paisagens ao propor uma leitura integradora que considera simultaneamente o patrimônio edificado, o ambiente natural, o tecido social e os modos de vida que os articulam.

Qualquer que seja a melhor abordagem, a perspectiva da paisagem, entendida de modo abrangente como espaço socialmente produzido e percebido, evidencia o elemento humano como protagonista da relação com o ambiente. Oferece, também, um olhar sistêmico e político sobre as cidades, no qual toda transformação ressoa sobre o conjunto, e se revela especialmente adequada aos desafios contemporâneos: as vulnerabilidades socioambientais, os riscos climáticos e a urgência de estratégias integradas de conservação e adaptação urbana.

Na paisagem histórico-cultural de Brasília, a arquitetura representa uma centralidade fundamental desde sua concepção. Contudo, a consideração das obras não monumentais como patrimônio cultural ainda enfrenta resistência, o que se reflete na escassez de ações efetivas para sua preservação.

O envelhecimento dos edifícios residenciais vem alertando sobre os riscos de seu desaparecimento. Caso notório foi a demolição do Bloco S da Superquadra Sul 403, na Asa Sul, em 2023, ocasião em que foi utilizado o argumento de uma condição estrutural insolúvel. Ademais, como ocorre em qualquer cidade, os blocos residenciais, comerciais e de serviços passam por constantes processos

4 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica**. Conferência geral. Resolução adotada no relatório da Comissão CLT na 17ª reunião plenária, a 10 de novembro de 2011. Disponível em: < https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf >. Acesso em 27/11/2025.

de atualização estética. Essas situações indicam que o conjunto urbanístico está em uma fase mais suscetível a renovações e que se deve mobilizar esforços em torno das medidas necessárias para uma remediação.

Atualmente, sobre esse vasto repertório histórico, excepcional enquanto conjunto, não recai nenhuma proteção particular, aí incluída uma variedade de edifícios nas superquadras, nos setores centrais, nos setores das embaixadas, no *Campus* Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília, entre tantos outros. O cenário é de fragilidade e aumento do risco de descaracterização.

Nos últimos anos, organizações de classe como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e o Icomos DF têm representado um papel importante nesse sentido. Observa-se a iniciativa do Selo CAU/DF, lançado em 2020, para valorizar o patrimônio arquitetônico moderno de Brasília. Até o momento, reconheceu 33 obras com características originais marcantes conservadas. Sua contribuição não está na proteção em si, mas no fomento de uma cultura de preservação mais ampla, envolvendo a multiplicidade de setores da sociedade. A parceria desenvolvida entre IAB e Icomos DF em torno dos cursos de manutenção e conservação de edifícios do Plano Piloto, voltados para síndicos (2024), arquitetos e engenheiro (2025), também merece destaque por sua atuação no campo educativo. É fundamental que as novas gerações se apropriem desse legado e atuem em sua defesa.

Apesar de incansáveis e sempre presentes, os esforços dos órgãos distritais e nacionais de patrimônio têm se mostrado insuficientes para o desafio que se apresenta. A aproximação entre esses especialistas, os urbanistas e os demais profissionais dos órgãos de planejamento e gestão urbana e ambiental é imprescindível. A superação da dicotomia entre saber técnico e político é outro aspecto premente, pois qualquer escolha representa um olhar e um posicionamento sobre a realidade. No auge de sua maturidade,

aos 65 anos, Brasília não apenas reafirma sua excepcionalidade monumental, mas também novos significados já aventados, agora ameaçados em um contexto de transformação acelerada.

Optou-se por organizar a publicação em três capítulos. Dois deles reproduzem as temáticas principais acima mencionadas, e o último oferece uma síntese provisória do debate desenvolvido.

No primeiro capítulo, foram reunidos os textos sobre a arquitetura não monumental de Brasília. O texto inicial, de Cláudio Silva e Sylvia Ficher, é resultado de sua pesquisa de pós-doutorado. Nesse trabalho, os pesquisadores fizeram um inventário dos blocos residenciais das superquadras do Plano Piloto de maior interesse. O estudo buscou valorizar o patrimônio arquitetônico residencial não tombado da cidade sistematizando informações sobre localização, autoria de projetos, construtoras e cronologia das edificações. A pesquisa reuniu dados de arquivos, levantamentos bibliográficos e entrevistas, gerando um banco com mais de 600 blocos catalogados. Além de documentar a diversidade tipológica e cronológica das construções, o trabalho propõe bases para futuras análises, georreferenciamento e divulgação pública, o que reforça a importância da arquitetura cotidiana de Brasília como parte fundamental de seu valor histórico e urbano.

Três artigos em sequência abrangem estudos técnicos ou experiências de conservação de edifícios específicos, dois deles residenciais — o Conjunto São Miguel e o Bloco F da Superquadra Norte 107 de Brasília, relatados por Danilo Matoso, e o Bloco D da Superquadra Norte 403, abordado por Iberê Pinheiro de Oliveira, João da Costa Pantoja, Pollyana da Silva Bomfim e Gabriela Naves Rosa —, e outro de uso comercial, o Edifício Banco do Brasil – Sede I, trazido por Laura Carmargo e Maurício Goulart.

Danilo Matoso combina pesquisa histórica e relato de vivência pessoal para documentar a trajetória e as ações de preservação no

Conjunto São Miguel. Ele resgata a gênese do projeto, desenvolvido por Mayumi Watanabe e Sérgio Souza Lima no âmbito da UnB, na década de 1960, e destaca sua relevância como experiência pioneira de pré-fabricação e habitação coletiva moderna. Ao mesmo tempo, o texto relata as iniciativas comunitárias de conservação do Bloco F — conhecido como “Efe” —, das quais o autor participou diretamente, incluindo restaurações estruturais, intervenções paisagísticas e recuperação do painel de Athos Bulcão. O estudo revela como a ação autônoma e consciente dos moradores se tornou um modelo de preservação do patrimônio moderno reconhecido pelo Selo CAU/DF – Arquitetura de Brasília e propõe uma reflexão sobre o papel da coletividade na salvaguarda do patrimônio material da cidade.

Iberê, João, Pollyana e Gabriela dedicaram-se a analisar a reabilitação sustentável de um edifício em alvenaria estrutural construído na década de 1960, com base em um monitoramento de 11 anos que subsidiou o planejamento e as intervenções contínuas de reabilitação estrutural. Seguindo a metodologia da certificação Leadership in Energy and Environmental Design (Leed), os autores estimaram que a recuperação planejada evitou a emissão da impressionante cifra de 422 toneladas de carbono. A abordagem concilia desempenho técnico e sustentabilidade na reabilitação do acervo construído, indicando a necessidade de repensar práticas projetuais e políticas públicas, o fomento a incentivos fiscais e as pesquisas científicas para a mudança de mentalidades.

Laura Camargo e Maurício Goulart, ao abordarem a experiência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no diálogo com o setor privado, oferecem um panorama das decisões técnicas para recuperação do Edifício do Banco do Brasil – Sede I, transformando o caso em um estudo paradigmático sobre os limites e as possibilidades da preservação moderna em Brasília. O texto analisa o conflito entre a necessidade de atualização técnica

e o dever de resguardar a autenticidade de uma das obras mais emblemáticas do Setor Bancário Sul. Ao reconstituírem a atuação do Iphan e dos órgãos distritais diante da substituição das fachadas, os autores demonstram as fragilidades normativas do novo PPCUB e a relevância da indicação de preservação como instrumento ainda em consolidação. O desfecho, com a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta, mostra que é possível compatibilizar segurança, uso e memória arquitetônica. A experiência constitui um precedente exemplar para futuras intervenções em edifícios modernos: preservar não é impedir a mudança, mas conduzi-la com inteligência, rigor e respeito aos valores identificados.

O capítulo se encerra com dois artigos analítico-propositivos sobre a conservação dos blocos residenciais. A pesquisadora Mariana Jubé trata dos desafios da conservação dos blocos residenciais das superquadras, observando que a fragilidade desses edifícios resulta tanto da obsolescência dos materiais e das técnicas construtivas quanto da ausência de reconhecimento social de seu valor patrimonial, apontando também seus dilemas. Ao articular os debates internacionais sobre a preservação do patrimônio do século XX com o caso local, a autora revela como o envelhecimento dos materiais, o desgaste das fachadas e a ausência de reconhecimento ameaçam a integridade desse conjunto modernista. Seu artigo evidencia que a autenticidade das obras modernas depende igualmente da matéria e da ideia que as originou, e que preservar o moderno é aceitar sua contínua atualização. Jubé aponta, ainda, novas práticas e instrumentos, como o Documento de Madri–Nova Déli (Icomos, 2017), que oferecem caminhos concretos para a conservação crítica e contemporânea da arquitetura moderna brasileira.

As professoras Flaviana Barreto Lira e Ana Clara Giannecchini relatam suas experiências na Superintendência do Iphan no Distrito Federal, na década de 2010, junto às pesquisadoras de iniciação científica Manuella de Carvalho Coêlho e Mariana Leite Melo e

Silva, buscando enunciar os atributos principais desses blocos e as medidas adequadas para sua conservação. Isso resultou em um percurso metodológico consistente para o uso cotidiano, inspirado na tese de doutorado da Prof.^a Lira. Seu caráter pedagógico pode inspirar futuras intervenções que partam da reflexão sobre os elementos que traduzem os valores culturais desses edifícios, sua autenticidade e as necessidades de adaptação criteriosa, abordagem que tem sido utilizada em diversas experiências da disciplina de graduação Projeto de Arquitetura e Urbanismo 8 – Técnicas Retrospectivas da FAU-UnB.

No capítulo 2, foram abordados os escritos sobre a paisagem de Brasília. Em *Brasília é um jardim*, José Leme Galvão Júnior encanta o leitor com sua escrita que tangencia a poética. O autor reconstrói o sentido original do projeto de Lucio Costa ao defender Brasília como um grande jardim urbano: uma cidade-parque em que a escala bucólica não é apenas paisagem, mas fundamento ético e político do espaço moderno. Galvão propõe um “urbanismo do verso verde”, em que as áreas livres, públicas e vegetadas são tratadas como núcleo do patrimônio a ser protegido, contrapondo-se à lógica de expansão predatória e ao domínio dos interesses imobiliários. Ao longo do texto, sua crítica ganha densidade e atualidade: preservar, para ele, é resistir à degradação institucional e reafirmar o caráter público da cidade. Nesse gesto, o arquiteto transforma o discurso técnico em manifesto, convidando o leitor à reflexão sobre o papel do planejamento e da cidadania na continuidade da experiência modernista de Brasília — não apenas como patrimônio, mas como forma de vida a ser defendida e reinventada.

Yara Regina Oliveira discute elementos estruturantes da paisagem de Brasília em seu texto ao correlacionar os conceitos da Unesco de paisagem cultural e histórica urbana com as escalas urbanísticas — monumental, gregária, residencial e bucólica. Ela busca, assim, compreender as relações estabelecidas entre natureza e cidade,

reafirmando a leitura da paisagem como recurso para uma gestão mais integrada dos valores reconhecidos na inscrição de Brasília como patrimônio mundial.

Por fim, a Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana (HUL), da Unesco, é debatida por Mariana Freitas Priester, em um texto decorrente de sua pesquisa de doutorado, como instrumento para integrar preservação cultural e desenvolvimento urbano sustentável. A autora analisa como a metodologia pode ser utilizada para valorizar o conjunto urbanístico de Brasília e seu entorno, destacando a importância da participação popular em processos de planejamento e gestão patrimonial. A pesquisa envolve consultas públicas e oficinas participativas ligadas à revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot), demonstrando que o envolvimento da comunidade contribuiu para a identificação de valores culturais, ambientais e paisagísticos locais — fundamentais para o equilíbrio entre crescimento urbano e preservação do patrimônio mundial.

Como capítulo de síntese, são apresentados dois artigos de autores-membros do Icomos DF que se propuseram a consolidar as reflexões conduzidas pela organização junto a uma multiplicidade de pesquisadores nos últimos três anos e um terceiro texto com os resultados do Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural, coordenado pelo Icomos DF e pela Abap-DF, no formato de *Recomendações para a Paisagem Cultural de Brasília*.

Juliano Loureiro e Angelina Quaglia organizaram uma leitura substancial das unidades de paisagem cultural de Brasília, analisando seus atributos culturais, seus elementos estruturantes e suas áreas de incidência, de forma a constituir uma contribuição incontornável para a leitura de Brasília. A leitura partiu dos debates dos subgrupos temáticos, sendo eles: preexistências territoriais, preexistências arquitetônicas, implantação dos tecidos urbanos no tempo, infraestrutura urbana, estradas-parque, áreas verdes e

função ecológica, paisagismo, arquitetura cotidiana, assentamentos informais e memórias sociais. Esse trabalho, ainda que concentrado no tempo e com participação restrita, remete ao marco histórico do Grupo de Trabalho Brasília, cujo esforço plural e precursor nas décadas de 1980 e 1990 subsidiou uma série de ações de preservação posteriores. Sua contribuição, sempre lembrada pela amplitude na leitura da diversidade cultural de Brasília, não foi superada. Cabe, portanto, saudar a iniciativa que retoma essa visão, agora fortalecida pelo potencial entendimento sistêmico das partes.

Beatriz Couto, em coautoria com Juliano Loureiro, sistematizou uma proposta de indicadores para o monitoramento da gestão e da conservação do Conjunto Urbanístico de Brasília que contempla uma variedade de temas estruturantes e passíveis de acompanhamento, como indicação de preservação de imóveis, implantação do programa em áreas de interesse cultural, regulamentação e aplicação de incentivos fiscais, planos para ordenamento e ocupação de áreas públicas, alternativas de travessias do Eixo Rodoviário-Residencial, organização de um sistema de áreas verdes e de preservação do Lago Paranoá, e definições da estrutura de gestão e participação social no CUB.

As Recomendações podem ser tomadas como iniciativas fundamentais para os próximos anos de implementação do PPCUB.

Ao reunirmos olhares diversos sobre a paisagem cultural de Brasília, buscamos, com este livro, propor uma leitura renovada de seu significado entendendo a capital não apenas como obra-prima do urbanismo moderno, mas paisagem que expressa a coexistência entre projeto e experiência, planejamento e construção, conhecimento disciplinar e testemunho.

Nesse sentido, a publicação pretende contribuir para o amadurecimento de uma abordagem crítica e participativa da paisagem, que reconheça o valor dos lugares vividos, das memórias coletivas

e das práticas que sustentam a vitalidade da cidade. Trata-se, em última instância, de afirmar que a paisagem cultural de Brasília não se limita a sua forma material: ela se faz, continuamente, no diálogo entre seus habitantes, suas instituições e seus horizontes de futuro.

Esperamos difundir reflexões consideradas fundamentais para o momento contemporâneo, em que a herança cultural se vê, de forma recorrente, sob ataques diretos ou velados; em que os recursos prometidos são interrompidos ou se revelam insuficientes; e em que o mundo virtual parece querer suplantar a realidade. Ainda assim, a paisagem permanece como cicatriz da experiência vivida — uma presença que resiste ao esquecimento e nos recorda de que, mesmo diante das tentativas de apagar erros e acertos, continua sendo o fundamento do presente.

Registramos, por fim, nosso amplo agradecimento ao coordenador do Icomos DF, Juliano Loureiro Carvalho, que nos confiou a missão de organizar este livro, ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, que patrocinou a publicação em parceria com o Icomos DF, ao Icomos Brasil pela logística, na pessoa de Flávio Carsalade, à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal por sediarem os encontros anuais realizados, e à Abap-DF pela parceria na organização.

Os organizadores.

Capítulo 1

Arquitetura não monumental

Inventário dos blocos residenciais das superquadras do Plano Piloto

*Claudio Oliveira da Silva
Sylvia Ficher*

Introdução

Quem visita Brasília quase sempre é avisado de que não há esquinas; de que as pessoas têm cabeça, tronco e rodas; de que a seca é intensa; e de que as ruas não têm nome. O que nem todos sabem é que, além dessas anedotas, há mais de 1.400 blocos residenciais construídos nas superquadras da Asa Sul e da Asa Norte. Quem percorre esses bairros do Plano Piloto alcança sinais de uma variedade para além do que já é reconhecido nas escalas monumental, gregária e bucólica. Brasília tem outros tesouros.

Este inventário é fruto de pesquisa de pós-doutorado realizada na Universidade de Brasília (UnB) e vinculada à linha de pesquisa “Brasil, Brasília: capítulos na história da arquitetura e urbanismo”. O documento visa disponibilizar subsídios sobre os blocos residenciais das superquadras das asas Sul e Norte, de modo a contribuir para a valorização do patrimônio em arquitetura residencial não monumental e não tombada. O objetivo específico é a elaboração de listagem cronológica, complementada por elementos básicos sobre localização, data, autoria de projetos, construtora e outros dados disponíveis. Para tanto, foram realizadas coletas de informações em arquivos e bancos documentais, revisão bibliográfica, entrevistas e posterior sistematização dos dados em planilhas eletrônicas.

Motta e Rezende (2016) sugerem o inventário como conceito-chave no campo da preservação do patrimônio e afirmam que surge por meio da coleta e da sistematização de informações, obedecendo a determinado padrão e repertório de dados passíveis de análises e

classificações. Os autores explicam que pode haver três tipos de inventários:

A respeito dos tipos de inventários, [...]. Essas categorias se referem: aos inventários de identificação para um primeiro conhecimento dos bens culturais, devendo coletar dados básicos, tais como: a localização, o proprietário, a época de construção e fotografar os bens; aos inventários de proteção, que devem reunir os dados necessários à tomada de decisões sobre a proteção dos bens; e aos inventários científicos, que consistem em levantar e produzir informações necessárias a um conhecimento profundo para a identificação dos valores a serem preservados, visando orientar obras de conservação e restauração. (Motta; Rezende, 2016, p.12)

Esta pesquisa consistiu na coleta e sistematização de informações, obedecendo a critérios e recortes bem definidos, com resultados que possibilitam análises e classificações. Trata-se de um inventário de identificação, pois seus objetivos não incluem orientar a proteção dos bens nem produzir um conhecimento aprofundado sobre os blocos.

Caracterização

Como manifestação modernista, “Brasília concretizou o pensamento urbanístico internacional dos anos 50 e traduziu os princípios da Carta de Atenas de 1933” (Iphan, 2020). Para Gorovitz (2005, p. 29), foram igualmente adotadas as seguintes orientações da carta: setorização, segregação do trânsito de pedestres e veículos, organização das áreas residenciais em unidades de vizinhança e cidade-jardim.

A unidade de vizinhança, juntamente com os ideais de cidade-jardim, conformar-se-ia pelo agrupamento de quatro superquadras em torno de uma área de comércio local interligada a áreas de equipamentos públicos. Cada superquadra é composta de edifícios residenciais sobre pilotis, nos quais o térreo permanece sendo de uso público.

A respeito dos blocos residenciais e da inspiração arquitetônica internacional, Magalhães (2009) destaca como “antecedente notório” um exemplar que traduz princípios da década de 1920, de cunho modernista. Trata-se do Edifício Narkomfin (Figura 1), constituído como uma barra longitudinal de seis pavimentos sobre pilotis, com térreo desimpedido, janelas horizontais corridas e cobertura plana.



Figura 1 :Edifício Narkomfin, Ginzburg e Miljutin, Rússia, 1928–29
Fonte: <<https://www.archdaily.com.br/br/945269/arquitetura-do-leste-europeu-edificios-residenciais-iconeos>>. Acesso em: out. 2023.

Outro exemplar é a Unité d’Habitation, de Le Corbusier, em Marselha, que, segundo Magalhães (2009), “já trazia em si conjunto notável de características espaciais, constituindo espécie de protótipo à espera de outras realizações que se irmanassem com este edifício isolado” (Figura 2).



Figura 2: Unidade de Habitação, Le Corbusier, Marselha, 1947–52

Fonte: <<http://www.hotze.net/corbusier/corbusier/english.html>>. Acesso em: out. 2023.

No âmbito nacional, Mueller (2019) destaca a produção do engenheiro e arquiteto Carlos Frederico Ferreira, do Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Industriários (Iapi), na década de 1940. Sua obra se alinhava aos princípios da arquitetura modernista, com projetos como os da Vila Guiomar, em Santo André (Figura 3).



Figura 3: Edifício da Vila Guiomar, Carlos Ferreira, Santo André, 1940
Fonte: <<https://chc.fau.usp.br/vilaguimar.html>>. Acesso em: out. 2023.

Ao discorrer sobre tempo e urbanística — aqui sugeri dos como uma ligação entre cronologia e materialidade —, Machado (2007, p. 63) observa que, diante da urgência de implantação da nova capital, as características tipológicas dos edifícios foram definidas pela equipe de Oscar Niemeyer na Divisão de Arquitetura da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), com a elaboração dos primeiros protótipos reprodutíveis.

No mesmo sentido, Braga (2005, p. 59–60) realizou um amplo levantamento de 1.392 fachadas demonstrando que é possível dividir os edifícios de Brasília em dois grandes grupos.

No primeiro, correspondente ao período entre 1958 e 1979, “são típicos os edifícios de janelas corridas, quebra-sóis, empenas cegas e cobogós nas áreas de serviço”. Em função da repetição de soluções, o autor afirma que é possível identificar as tipologias de fachada que mais se repetem e apresenta três delas: a primeira, com 48 blocos na Asa Sul, a exemplo do Bloco C/SQS 107; a segunda, com 33 blocos na Asa Norte, a exemplo do Bloco F/SQN 308, e com 29 blocos na Asa Sul, a exemplo do Bloco I/SQS 110; e a terceira, com 64 blocos na Asa Norte, a exemplo do Bloco A/SQN 405.

A essas, podemos acrescentar algumas outras: a primeira, com 42 blocos na Asa Sul, a exemplo do Bloco M/SQS 407; e a segunda, com 22 blocos na Asa Sul, a exemplo do Bloco B/SQS 308.

No segundo grupo, referente ao período entre 1980 e 2004, os “traços característicos são a fachada recortada, a presença de varandas, a ocupação das empenas laterais, os apartamentos não vazados e a predominância de certos tipos de fechamentos opacos e não transparentes” (Braga, 2005, p. 61). Pela ausência de repetição de projetos, o autor aponta a dificuldade de classificar fachadas por tipologias.

Machado (2007, p. 65–95), por sua vez, classificou a forma das projeções dos blocos em cinco tipos: retangular, quadrada, H, circular e outros, sendo 96,04% com projeção retangular e 97,5% com orientação ortogonal.

Para ilustrar a cronologia e materialidade, foram realizados dois procedimentos de identificação. O primeiro consistiu em uma análise visual de imagens aéreas obtidas por *drone* e pelo Google Earth, resultando na classificação apresentada nos quadros 1 e 2.

SUPER QUADRA	COMPOSIÇÃO			IDADE		
	VARIADOS	REPETIDOS	HOMOGÊNEOS	RECENTE	VARIADA	ANTIGA
102		•				•
103		•				•
104		•				•
105		•				•
106			•			•
107	•				•	
108			•			•
109	•			•		
110	•			•		
111	•			•		
112		•				•
113			•			•
114	•					•
115	•				•	
116	•				•	
302			•			•
303	•				•	
304			•			•
305	•				•	
306			•			•
307			•			•
308						
309	•			•		
310	•			•		
311				•		
312			•			•
313	•				•	
314	•				•	
315		•				•
316	•			•		

SUPER QUADRA	COMPOSIÇÃO			IDADE		
	VARIADOS	REPETIDOS	HOMOGÊNEOS	RECENTE	VARIADA	ANTIGA
202	•				•	
203		•			•	
204			•	•		
205	•				•	
206			•			•
207	SUPERQUADRA SEM CONSTRUÇÕES					
208	•			•		
209	•				•	
210	•				•	
211	•			•		
212	•			•		
213	•			•		
214	•			•		
215	•			•		
216	•			•		
402	•				•	
403			•			•
404			•			•
405			•			•
406			•			•
407	•				•	
408			•			•
409		•				•
410		•				•
411		•				•
412		•				•
413						
414						
415		•				•
416		•				•

Quadro 1: Classificação de superquadras da Asa Norte
Fonte: dados da pesquisa.

SUPER QUADRA	COMPOSIÇÃO			IDADE		
	VARIADOS	REPETIDOS	HOMOGÊNEOS	RECENTE	VARIADA	ANTIGA
102		•				•
103	•					•
104		•				•
105		•				•
106		•				•
107		•				•
108		•				•
109			•			•
110	•					•
111		•				•
112	•				•	
113	•				•	
114			•			•
115		•				•
116	•				•	
302		•				•
303		•				•
304		•				•
305		•				•
306		•				•
307		•				•
308		•				•
309	•					•
310	•				•	
311	•				•	
312	•				•	
313	•					•
314		•				•
315	•					•
316		•				•

SUPER QUADRA	COMPOSIÇÃO			IDADE		
	VARIADOS	REPETIDOS	HOMOGÊNEOS	RECENTE	VARIADA	ANTIGA
202		•				•
203	•					•
204		•				•
205		•				•
206	•					•
207	•					•
208	•					•
209		•				•
210	•					•
211	•				•	
212	•				•	
213	•					•
214		•				•
215		•				•
216	•					•
402	•				•	
403	•				•	
404	•				•	
405	•					•
406	•					•
407		•				•
408		•				•
409		•				•
410		•				•
411		•				•
412		•				•
413		•				•
414		•			•	
415		•				•
416		•				•

Quadro 2: Classificação de superquadradas da Asa Sul.
Fonte: dados da pesquisa

A definição de composição considerou como homogêneas as superquadras onde todos os blocos são de mesmo tipo; como de composição repetida aquelas onde mais da metade dos blocos se repetem; e como de composição variada aquelas que não se enquadram nas categorias anteriores.

A definição de idade considerou como mais antigas aquelas superquadras cujos blocos têm formato mais simples ; como mais recentes aquelas com blocos de formato mais recortado; e como de idade variada aquelas que não se enquadram nas classificações anteriores.

Outro procedimento consistiu na estimativa da quantidade de blocos nas asas, realizada a partir de análise visual de imagens aéreas de 2021 e disponibilizada pelo GeoPortal, resultando nos dados apresentados na Tabela 1.

	ASA SUL				ASA NORTE				TOTAL
Superquadras	100	200	300	400	100	200	300	400	
Blocos construídos	158	161	160	300	145	138	159	214	1.435
Projeções livres	0	0	2	5	13	27	5	3	52

Tabela 1: Quantidades de blocos no Plano Piloto
Fonte: dados da pesquisa.

Resultados

Em termos de cronologia, Leitão e Ficher (2010) indicaram que, entre 1957 e 1964, houve uma significativa predominância de projetos de blocos para superquadras da Asa Sul.

Foi realizada uma análise visual de imagens aéreas de 1964, disponibilizadas no GeoPortal (Figura 4), que permitiu identificar ocupações nas superquadras 105-8, 205-8, 305-8, 409-14 e 707-14 da

Asa Sul e nas quadras 312 e 403-6 da Asa Norte. Adicionalmente, constatou-se a existência de 262 blocos na Asa Sul e 96 na Asa Norte.



Figura 4: Fotografia aérea de 1964

Fonte: GDF, 2021.

Quanto às fontes de dados existentes, a primeira foi o *Inventário da arquitetura de Brasília* (Medeiros et al., 1998), fruto de pesquisa de iniciação científica sob orientação de Sylvia Ficher com o objetivo de criar um inventário da produção arquitetônica e urbanística do Plano Piloto. O acervo pessoal da autora, em arquivo digital, contém o produto do levantamento feito para o inventário, contemplando dados sobre proprietários, construtoras, autores dos projetos, responsáveis técnicos e datas de início e de término das construções. O arquivo inclui 144 entradas de blocos das superquadras 100, 200 e 300 da Asa Sul.

A segunda fonte foi o livro *A invenção da superquadra* (Ferreira e Gorovitz, 2009), que traz textos, fichas, ilustrações e dados sobre um conjunto de blocos. A compilação das informações resultou em 494 entradas de dados sobre blocos das superquadras 100, 200, 300 e 400 das asas Sul e Norte, abrangendo datas de início e de término, autoria dos projetos, propriedade das projeções e construtoras.

A terceira fonte constituiu-se nos arquivos da Gerência de Licenciamento de Obras e Atividades Econômicas (Geloae), da Administração Regional do Plano Piloto, do Governo do Distrito Federal (GDF). A partir de um levantamento primário sobre um arquivo físico de aproximadamente 950 folhas originais de Autorização de Habite-se e Carta de Habite-se referentes ao período de 1959 a 1962, identificamos 61 entradas de blocos das superquadras 100, 300 e 400 da Asa Sul, com informações de datas de aprovação de projetos, datas de alvará de obras, datas de Habite-se e propriedade das projeções.

Com base nesses dados, elaborou-se uma listagem unificada, organizada em ordem cronológica, destacando os blocos mais antigos segundo suas datas de Habite-se/término, o que resultou em um conjunto de 55 entradas, conforme apresentado Quadro 3.

Super-quadra	Bloco	Data (Habite-se)	Autoria	Fonte
SQS 107	A, B, C, D, E, F, G, H, I e J	1960-03-21	Oscar Niemeyer	(i)
SQS 412	P	1961-04-18	-	(ii)
SQS 413	R	1961-04-18	-	(ii)
SQS 414	E, F, I e J	1961-04-18	-	(ii)
SQS 105	B, C, D, E, F, G, H e J	1961-04-29	-	(ii)
SQS 103	J	1961-05-04	-	(ii)
SQS 408	R	1961-05-05	-	(ii)

Super-quadra	Bloco	Data (Habite-se)	Autoria	Fonte
SQS 114	B, C, D, E, F, G e I	1961-07-05	Marcelo Campello, Sérgio Rocha	(ii)
SQS 105	A e K	1961-07-14	-	(ii)
SQS 308	D	1961-07-31	Marcelo Campello, Sérgio Rocha	(i)
SQS 415	H	1961-08-12	-	(ii)
SQS 308	F	1961-08-31	Marcelo Campello, Sérgio Rocha	(i)
SQS 113	K	1961-10-25	Jaci Ferreira Hargreaves	(ii)
SQS 103	D	1961-11-03	-	(ii)
SQS 414	D	1961-11-10	-	(ii)
SQS 308	I	1961-12-31	Marcelo Campello, Sérgio Rocha	(i)
SQS 412	E	1962-01-04	-	(ii)
SQS 412	A e B	1962-01-09	-	(ii)
SQS 414	C	1962-01-10	-	(ii)
SQS 414	A e B	1962-01-26	-	(ii)
SQS 412	D	1962-02-01	-	(ii)
SQS 113	F	1962-02-07	-	(ii)
SQS 308	A	1962-02-19	Marcelo Campello, Sérgio Rocha	(i)
SQS 407	V	1962-02-19	-	(ii)
SQS 414	M	1962-02-20	-	(ii)
SQS 108 ¹	A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e K	1962-06-21	José Ferreira de Castro Alves	(iii)
SQS 405	B e J	1962-11-05	Paulo Barbosa Magalhães	(i)
SQS 406	B	1962-11-05	-	(i)

Super-quadra	Bloco	Data (Habite-se)	Autoria	Fonte
SQS 405	C e K	1962-11-22	Paulo Barbosa Magalhães	(i)
SQS 406	C	1962-11-22	-	(i)
SQS 203	D	1963-03-21	-	(iii)
SQS 203	E	1963-04-30	Sabino Barroso	(iii)
SQS 405	A	1963-05-16	Paulo Barbosa Magalhães	(i)
SQS 106	H	1963-06-21	Wagner Neves	(iii)
SQS 406	A	1963-08-13	-	(i)
SQS 214	G e K	1964-04-05	Eduardo Negri	(i)
SQS 208	D, G e I	1965-12-13	J. F. M. del Peloso	(iii)
SQS 110	J e K	1966-01-14	Eduardo Negri	(i)
SQS 113 ²	J	1966-06-21	Renato Graça Couto	(iii)
SQS 114	A	1966-07-28	Marcelo Graça Couto Campello	(iii)
SQS 214 ³	H e J	1966-08-04	Eduardo Negri	(iii)
SQS 110	G e H	1966-10-20	-	(i)
SQS 406	S e T	1966-12-06	-	(i)
SQS 205	F e B	1967-06-01	José Maria de Araújo Souza	(iii)
SQS 104	A, C e F	1967-08-24	-	(iii)
SQS 110	D	1967-10-03	Eduardo Negri	(iii)
SQS 413	S	1968-01-19	-	(i)
SQS 104	B, D, E, G e H	1968-11-20	Manoel Hermano	(iii)

1 Segundo Ferreira e Gorovitz (2009), o Habite-se se deu em 1960-02-02, e a autoria é de Oscar Niemeyer.

2 Segundo Ferreira e Gorovitz (2009), o Habite-se ocorreu em 1962-12-04, e a autoria é de Jaci Ferreira Hargreaves.

3 Segundo Ferreira e Gorovitz (2009), o Habite-se se deu em 1966-04-26.

Super-quadra	Bloco	Data (Habite-se)	Autoria	Fonte
SQS 104	I, K e J	1968-11-26	Manoel Hermano	(iii)
SQS 112	D	1969-04-11	Corporação de Ofício de Arqui- tectura e Urba- nismo (Coau)	(iii)
SQS 110	I	1969-06-16	Eduardo Negri	(iii)
SQS 112	A, F e E	1969-06-16	Novacap	(iii)
SQS 210	210 1,2	1969-08-08	-	(iii)
SQS 112	G	1969-08-15	Coau	(iii)
SQS 115	C	1969-10-07	Eduardo Negri	(iii)

Quadro 3: As 55 entradas mais antigas

Fontes: (i) Ferreira e Gorovitz (2009); (ii) GDF (2022d); e (iii) Medeiros et al. (1998).

O inventário está estruturado em planilhas eletrônicas cujo preenchimento ocorreu à medida que as fontes de referência eram realizadas. Como resultado, foi registrada pelo menos uma entrada de dados para 616 blocos das superquadras 100, 200, 300 e 400 das asas Sul e Norte.

As planilhas estão organizadas em colunas que contêm as informações a seguir.

- Superquadra: denominação da superquadra segundo sua localização na respectiva asa, variando de 402 a 416, 202 a 216, 102 a 116 e 302 a 316.
- Bloco: denominação do bloco residencial segundo sua localização na respectiva superquadra, variando de A a K para as superquadras 200, 100 e 300, e de A a V para as superquadras 400.

- Projeção: denominação numérica da projeção registrada em cartório, correspondendo ao respectivo bloco residencial⁴.
- Aprovação: data de aprovação do projeto arquitetônico⁵.
- Início: data de início, segundo a fonte de referência⁶.
- Habite-se: data de emissão do Habite-se, segundo a fonte de referência⁷.
- Término: data de término da obra⁸.
- Propriedade: nome da pessoa física ou jurídica proprietária da projeção⁹.
- Construtora: nome da empresa responsável pela construção¹⁰.
- Autoria: nome da pessoa autora do projeto arquitetônico¹¹.
- Responsabilidade técnica: nome da pessoa responsável técnica pela obra¹².

4 A correspondência numérica foi utilizada para identificar as informações levantadas diretamente na Geloae/RA 1, disponíveis em Medeiros *et al.* (1998) e identificadas em GDF (2021).

5 Informações disponíveis somente em Geloae/RA 1.

6 De acordo com Medeiros *et al.* (1998), corresponde à emissão de alvará. Segundo Carlos Henrique Magalhães (2022) e Maria Beatriz Rezende (2022), corresponde ao projeto (segundo fontes variadas, inclusive memória dos autores). E, de acordo com Geloae/RA 1, corresponde a alvará de obra.

7 Informação disponível em Medeiros *et al.* (1998) e Geloae/RA 1.

8 Informação disponível em Ferreira e Gorovitz (2009), segundo Carlos Henrique Magalhães (2022a) e Maria Beatriz Rezende (2022).

9 Informação disponível em Medeiros *et al.* (1998), Ferreira e Gorovitz (2009), e Geloae/RA 1.

10 Informação disponível em Medeiros *et al.* (1998) e Ferreira e Gorovitz (2009).

11 Idem.

12 Disponível somente em Medeiros *et al.* (1998).

Conclusões

Além do inventário em si, considerou-se que a caracterização dos blocos empreendida na pesquisa, em especial a classificação apresentada nos quadros 1 e 2, de maneira inédita e original, constituiu-se como contribuição relevante.

Dos 1.435 blocos residenciais existentes, foi possível coletar dados para somente 616 deles e ainda de maneira incompleta, considerando as 11 categorias de preenchimento. Um olhar apurado mostra que nem mesmo existem registros completos para os 358 blocos residenciais construídos antes de 1964, os primeiros a serem analisados por ordem cronológica.

Entretanto, a ordem cronológica fica relativizada por três aspectos. Primeiro, a listagem dos blocos mais antigos apresentada no Quadro 3 não inclui aqueles com dados ausentes ou imprecisos. Segundo, uma despreziosa busca na internet indicaria que o bloco mais antigo seria o D, da SQS 106, datado de 21 de junho de 1959, informação corroborada pela placa instalada em piloti do referido bloco, que indica dia 20. Além disso, Ferreira e Gorovitz (2009) mencionam que os blocos das SQN 403/6 foram finalizados em 1959. Por fim, a ordem cronológica em si não se reflete em diferenças significativas de estilo, técnicas construtivas, materiais e filiações artísticas, dado o grande ímpeto construtivo das superquadras em um curto espaço de tempo.

A expectativa inicial da pesquisa era ter acesso direto aos projetos microfilmados sob posse e guarda da Administração Regional do Plano Piloto, o que permitiria coletar diretamente informações sobre os 358 blocos anteriores a 1964. No entanto, isso não foi possível tanto pela restrição de acesso direto quanto pelo tamanho e complexidade do levantamento, inviável de ser encomendado a uma empresa terceirizada.

O Arquivo Público do Distrito Federal, não utilizado nesta pesquisa, pode servir de referência para futuros levantamentos por menorizados e complementares.

Outra limitação refere-se à impossibilidade de confirmar que as informações das três principais fontes têm a mesma origem, o que pode dar margem a divergências. As evidências sugerem que são distintas. Por essa razão, os dados foram disponibilizados no inventário tal como foram encontrados, sendo a verificação da acurácia de cada fonte uma outra possibilidade de aprofundamento.

Existe a possibilidade de leitura crítica dos dados disponíveis no inventário, no sentido de realizar filtragens e identificar correlações entre datas, localizações e maior ou menor incidência de autoria dos projetos e execução de obras, entre outras.

Outra possibilidade de desdobramento é o georreferenciamento e a disponibilização das informações do inventário em plataforma de internet, quiçá de maneira colaborativa e interativa para permitir inserção de novas informações e customização de pesquisas.

Quanto ao objetivo geral da pesquisa, considera-se que a valorização do patrimônio residencial edificado, junto a outras frentes que igualmente se empenham para tal, como o Selo CAU/DF, por exemplo, demanda esforços adicionais, em especial pela publicação desses resultados e facilitação de acesso para fins de aprofundamento e uso em novas pesquisas e outras iniciativas de divulgação.

Referências

- BRAGA, Darja Kos. **Arquitetura residencial das superquadras do Plano Piloto de Brasília: aspectos de conforto térmico**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, DF, 2005.
- COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- FERREIRA, Marcílio M.; GOROVITZ, Matheus. **A invenção da superquadra**. Brasília: IPHAN, 2009.
- FERREIRA, Ignez C. B. Brasília: mitos e contradições na história da cidade. In: PAVIANI, Aldo, et al. (orgs.). **Brasília 50 anos: da capital a metrópole**. Brasília: EDUnB, 2010.

- FICHER, Sylvia. Paradigmas urbanísticos de Brasília. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, no 65, pp. 93-121, 2009.
- FICHER, Sylvia; BATISTA, Geraldo Sá Nogueira. **GuiArquitetura Brasília**. São Paulo: Empresa das Artes e Editora Abril, 2000.
- FICHER, Sylvia *et al.* Os blocos residenciais de Brasília. In: LEITÃO, Francisco (org.). **Brasília 1960 2010, passado, presente e futuro**. Brasília: Seduma, 2010. pp. 255-69.
- GDF. Agência Brasília. **Nascidas com Brasília: as ocupações pioneiras**. 24 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2019/10/24/nascidas-com-brasilia-as-ocupacoes-pioneiras/>>. Acesso em: nov. 2023a.
- GDF. Agência Brasília. **Nascidas com Brasília: senhoras e senhores, com vocês... as satélites**. 31 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2019/10/31/e-surgem-as-cidades-satelites/>>. Acesso em: nov. 2023b.
- A INVENÇÃO da Superquadra [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <carecasso@gmail.com>, 1 dez. 2022.
- Iphan. **Brasília**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=17242&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: jan. 2020.
- LEITÃO, Francisco; FICHER, Sylvia. A infância do plano piloto: Brasília, 1975-1964. In: PAVIANI, Aldo *et al.* (orgs.). **Brasília 50 Anos: da capital a metrópole**. Brasília: EDUnB, 2010.
- MACHADO; Marília Pacheco. **Superquadra: pensamento e crítica**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, DF, 2007.
- MAGALHÃES, Carlos Henrique. Os blocos de Superquadra: um tipo da modernidade. **MDC, Revista de Arquitetura e Urbanismo**. 2009. Disponível em: <https://mdc.arq.br/2009/06/02/os-blocos-de-superquadra-um-tipo-da-modernidade/#_ftn2>. Acesso em: out. 2023.
- MEDEIROS, Daniela B.; *et al.* Inventário da Arquitetura de Brasília. In: **4º Congresso de Iniciação Científica**. Brasília: UnB, 1998. p. 350.
- MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (orgs.). **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural**. 2ª ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: Iphan/DAF/Copedoc, 2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov>>.

br/uploads/ckfinder/arquivos/Invent%C3%A1rio%20pdf.pdf>. Acesso em: jan. 2023.

MUELLER, Gabriela Pazzini. **Apartamentos funcionais em Brasília: os blocos residenciais militares**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, DF, 2019.

TV BRASIL. **Brasília antes de Brasília**. (Caminhos da Reportagem). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rtMdYt0cerI>

O São Miguel e o Efe: notas históricas e experiências de preservação

Danilo Matoso Macedo

*Sobre uma escada um dia eu vi
Um homem que não estava ali;
Hoje não estava à mesma hora.
Tomara que ele vá embora.*

William H. Mearns
(traduzido por Vinicius de Moraes)

Preservar o Conjunto Urbano de Brasília tem sido, em grande medida, preservar uma ideia, e não uma realidade (Pessoa, 2003). Quando de sua inclusão na lista de Patrimônio da Humanidade pela Unesco, o próprio parecer do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) indicava a necessidade de uma legislação que salvaguardasse “a criação urbana de Costa e Niemeyer” (Icomos, 1986). Assim se tentou fazer.

Por algum tempo, nós, moradores do Plano Piloto, vivemos no realismo mágico de habitar nos pensamentos de dois homens. Chamaram-nos a opinar, e Lucio Costa confirmou: “Brasília: cidade que *inventei*”. Assim inventara nossas moradas:

dentro destas ‘super-quadras’ os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de pedestres (Costa, 1991, p.28).

Quatro superquadras, cerca de 10 mil habitantes, comporiam uma Unidade de Vizinhaça, “o módulo agenciador da trama urbana” de Brasília (Gorovitz, 2020, p. 26), incluindo, além da moradia e

suas áreas verdes, jardins de infância, escolas primárias, comércio e área institucional.

Nos anos que antecederam o ato da Unesco, o arquiteto foi novamente chamado, e também *inventou* uma “Brasília revisitada”: o texto que, por decreto, regulamentaria a preservação da cidade pelo Poder Público. A concepção se traduziria “em quatro escalas distintas: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica” — que regeriam a preservação.

A escala residencial, com a proposta inovadora da Superquadra, a serenidade urbana assegurada pelo gabarito uniforme de seis pavimentos, o chão livre e acessível a todos através do uso generalizado dos pilotis e o franco predomínio do verde, trouxe consigo o embrião de uma nova maneira de viver, própria de Brasília e inteiramente diversa da das demais cidades brasileiras (Costa, 1987, p. 8).

O realismo fantástico estendeu-se então aos funcionários dos órgãos de proteção, que também passaram a trabalhar na mente dos criadores — ou pelo menos em forçosa congenialidade com eles. Com base em tais princípios, de fato, foi criada a maior parte dos edifícios residenciais do Plano Piloto. Poucos de Niemeyer, a maioria da lavra de outros arquitetos.

Quando do tombamento da cidade, havia na Superquadra Norte 107 um conjunto de quatro edifícios completamente diferentes dos demais. Suas paredes chegavam até o solo, e as garagens externas às projeções dos blocos criavam plataformas da altura de uma pessoa. Não era exatamente a realidade idealizada por Costa (embora tenha sido avalizada por ele), mas era algo concreto, muito concreto — aparente.

Desde 2008 tenho envolvimento com o bloco F da 107 norte, onde residi até 2022, participando, junto a diversos outros colegas e vizinhos, de diversas experiências ligadas à preservação do edifício. Com este artigo, busco trazer breves contribuições à pesquisa histórica do *São Miguel*, bem como registrar algumas das ações que testemunhei ou de que tomei parte.

Unidade de Vizinhança São Miguel: notas históricas

O livro pode valer pelo muito que nele não deveu caber.

Guimarães Rosa

Logo após sua criação, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília já contava com um mestrado em que lecionavam Adalberto Acioli, João Filgueiras Lima, Alcides da Rocha Miranda, Edgar Graeff, Jaime Zettel e Glauco Campello (Aliaga, 2017, p. 333). A este curso acorreram jovens profissionais de todo o país e seu trabalho acadêmico seria elaborar, por escrito e em desenho, edifícios para a nova cidade, numa conexão entre teoria e prática intermediada pelo Centro de Planejamento (Ceplan) — o escritório de projetos da UnB.

Em meados de 1963, iniciam-se os entendimentos entre a Universidade de Brasília e Ministério das Relações Exteriores para o estudo da Unidade de Vizinhança São Miguel, formada pelas superquadras 107, 108, 307 e 308 da Asa Norte Residencial, que se destina aos funcionários das entidades interessadas. Esse convênio foi firmado somente em fins de 1964, incluindo, além dos órgãos citados, a prefeitura do Distrito Federal, ampliando a diversificação dos usuários (Lima, 1995, p. 41).

Os mestrandos se dedicariam aos projetos do Conjunto São Miguel e às teses¹ relacionando aqueles a estas do seguinte modo:

Mestrando	Projeto	Dissertação de mestrado
Mayumi Watanabe	Arquitetura	Aspectos da habitação urbana: projeto de habitação coletiva para a Unidade de Vizinhança São Miguel

¹ Optei por manter o termo *tese*, pois é o que consta nas folhas de rosto dos trabalhos. O “Parecer Sucupira” (Sucupira et al., 1965), que diferenciaria os termos *dissertação* para trabalhos de mestrado e *tese* para doutorado, só seria publicado em dezembro de 1965, após a conclusão do curso por essa turma.

Mestrando	Projeto	Dissertação de mestrado
Sérgio Pereira de Souza Lima	Arquitetura	Algumas considerações sobre o texto de Lucio Costa
Fernando Lopes Burmeister	Urbanização	Uma área de vizinhança em Brasília
Fernando Leiva Galves	Paisagismo	Paisagismo da área de vizinhança São Miguel — Brasília
Geraldo Santana	Escolas	Centro de Educação Elementar: Anteprojeto das escolas de uma área de vizinhança em Brasília
Márcia Nogueira Baptista	Escolas	Escolas primárias
Geraldo Nogueira Baptista	Comércio	Um estudo do comércio local de Brasília
Luiz Henrique Pessina	Colaboração	Aspectos gerais da pré-fabricação: estudo de cronograma de obra com pré-fabricados

Quadro 1 - Mestrandos, projetos e teses, baseado nos dados de (Lima, 1995, s.n.) e (Aliaga, 2017, p. 338).

As teses de Mayumi Watanabe e seu esposo Sérgio Souza Lima, datadas de 1965, são de especial interesse para a compreensão da proposta arquitetônica que ambos faziam para a moradia em Brasília. Sérgio analisa o texto “O novo humanismo científico e tecnológico” de Lucio Costa (1961), buscando “estudar os fundamentos deste novo humanismo e o que representa, nesta perspectiva, pro processo de industrialização” (Lima, 1965b, p.4). Costa associa o desenvolvimento científico e tecnológico ao desenvolvimento industrial e ao das forças produtivas, relação que, em sua visão, teria um viés intrinsecamente progressista. Sérgio encaminha sua conclusão com base em *Art et technique*, de Pierre Francastel,² para

2 Na citação de Lima: FRANCASTEL, Pierre. *Art et technique*. Paris:

quem as atividades artísticas — inclusive a arquitetura — fazem parte de tal desenvolvimento, resguardada uma relativa autonomia:

é na organização dos meios materiais — sons, palavras, linhas, cores, volumes — em um todo expressivo, em uma estrutura esteticamente significativa, que reside o fundamental trabalho criador (Lima, 1965b, p. 20).

Já em sua tese, Mayumi cita a explicação de Fernando Burmeister para o projeto urbanístico da quadra³, que:

[...] libera o terreno, pela utilização de blocos longos que definem amplos espaços e valorizam um elemento novo: torres, com apartamentos que se contrapõem pelas áreas de serviço. [...]

Com a intenção de evitar que a circulação de veículos no interior das superquadras se transforme numa rua interna, foi adotada a pavimentação em planos de concreto de 0,97x0,97m, usada nos caminhos de pedestres. A circulação de veículos será definida pela largura da pavimentação, regulada e arborizada pela variação que o uso das placas permite” (Burmeister, citado por Lima, 1965a, p. 50–51).

Mayumi divide sua própria tese em três partes:

[...] na primeira, de forma sucinta, apresentamos as origens do problema habitacional urbano, com as características hoje conhecidas, e o seu relacionamento com a infra-estrutura; na segunda, procuramos seguir o nosso método para o Brasil apresentando algumas das contribuições dos arquitetos brasileiros — especialmente, no trabalho anônimo e coletivo dos Congressos e Seminários; e, finalmente o significado de Brasília e o projeto da Unidade de Vizinhança São Miguel, que consideramos uma experiência válida de pré-fabricação, nos termos da orientação pioneira do Ceplan (Lima, 1965a, apresentação).

É na segunda parte que a arquiteta sintetiza seus princípios:

Minuit, 1956.

3 A tese de Burmeister não foi encontrada na Universidade de Brasília.

Como notava a tese brasileira, apresentada ao VII Congresso da UIA, “temos portanto, pois problemas que se apresentam para solução simultânea: um deles é o da construção de milhões de moradias e outro, sua introdução no contexto urbano organizado, tarefa tão custosa quanto a sua construção e, talvez, a mais difícil”.

No primeiro caso, se considerarmos a instabilidade básica da indústria da construção, algumas medidas se impõem no sentido de prepará-la tecnicamente para as tarefas que se apresentam; é necessário que a estabilidade desta indústria torne possível, em larga escala, a introdução de métodos e processos racionais de produção — a mecanização de operação e a pré-fabricação — como pré-requisitos indispensáveis a um planejamento eficiente, em seus diversos níveis (Lima, 1965a, p. 27–28).

Na unidade de vizinhança da Asa Norte, a evocação a São Miguel, o santo, teria vindo de uma igrejinha existente no local (Correio Braziliense, 1964a), de que hoje não se tem notícia. Reza a tradição oral brasiliense que Wladimir Murtinho, o diplomata à frente da Comissão de Transferência do Itamaraty para Brasília, batizou a empreitada em devoção ao santo das causas difíceis. Fato é que o nome era oficial, constante em matérias da época e no carimbo dos desenhos técnicos de seu projeto, devidamente avalizado e explicado:

A solução urbanística, aprovada pelo sr. Lucio Costa, procura liberar o terreno mediante a utilização de blocos longos que definem amplos espaços, e valorizam um elemento novo: torres cuja estrutura será de concreto armado, pré-moldada e executada numa usina ora em estudo (Correio Braziliense, 1964b, p. 6–4).

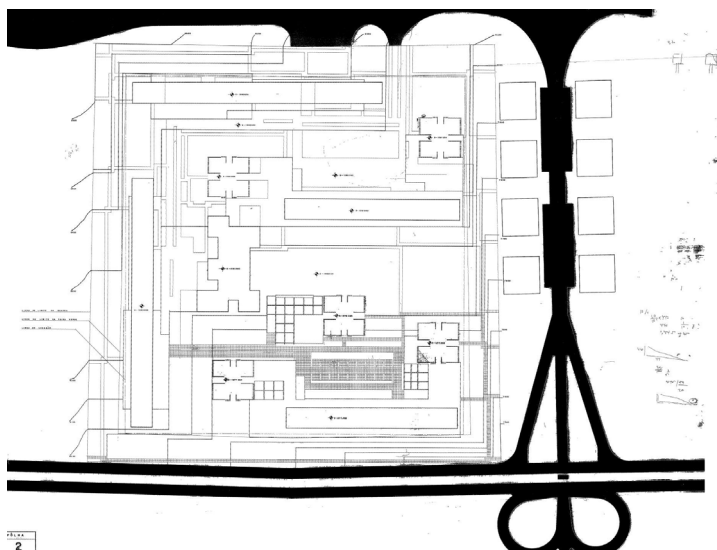


Figura 1: Conjunto São Miguel, Superquadra Norte 107 — Situação. Fonte: (Lima; Lima, 1965)

Oito tipos de apartamentos comporiam as lâminas e torres com áreas de 79,80 m² a 192,30 m², em plantas estritamente moduladas em 75cm, e com pilaretes/brises (“montantes”) pré-moldados compondo as fachadas como elemento dominante. Ao longo de 1965, houve extenso debate público sobre a adequação do uso de pré-moldados, com manifestação de apoio do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Distrito Federal (Correio Braziliense, 1965b) e presença de Murtinho numa Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados (Correio Braziliense, 1965c).

Em 10 de agosto, foi anunciado que “a Comissão de Concorrência rejeitou todas as propostas apresentadas e a concorrência foi declarada nula”, devido a “dificuldades insuperáveis, no momento, para a introdução da indústria do pré-moldado em nossa Capital” (Mendes, 1965c). A concorrência das obras seria novamente publicada, agora pela Novacap, em janeiro de 1966 (Corrêa, 1966) e vencida pela Construtora Civiisan em junho (Katucha, 1966). Em 27 de novembro de 1968, a Universidade de Brasília já noticia as

obras do São Miguel como parte do Plano Habitacional da UnB⁴, e não mais do Itamaraty (Correio Braziliense, 1968). Somente em 1971 as obras seriam concluídas (Correio Braziliense, 1971).

Na verdade, as obras concluídas correspondiam a apenas quatro edifícios na superquadra 107 norte: uma *lâmina* — o bloco H — com apartamentos de 265m², quatro quartos e seis unidades por pavimento; três *torres* — os blocos F, G e I — com apartamentos de 123,5m², dois quartos e quatro unidades por pavimento. O projeto executivo das *torres* constante no arquivo do Ceplan e assinado por “SSL e Ass.” (Lima; Lima, 1965), foi efetivamente desenvolvido no final de 1965 e no início do ano seguinte, após o abandono dos pré-moldados⁵. Já o projeto do bloco H e a urbanização foram desenvolvidos pelos arquitetos Hélio Ferreira Pinto e Alaôr Savoi de Sena, provavelmente contratados pela Civilsan (Ferreira; Gorovitz, 2020, p. 444).

Para Mayumi e Sérgio, “as lâminas foram alteradas e modificadas, descaracterizando o seu projeto original” (Lima, 1995, p. 47). Abandonou-se então a estruturação pelos “montantes” externos, que passaram a ser *brises* de concreto aparente afixados ao vigamento.

O exterior dos edifícios é inteiramente feito de concreto aparente e panos de vidro de 4mm com caixilharia de aço dobrado. As garagens desenvolvem-se em plataformas externas às projeções, com laje e vigamento invertido nos locais destinados a jardins. Nas *torres*, painéis de azulejos de 15x15cm de Athos Bulcão revestem os núcleos de circulação vertical da garagem ao sexto pavimento.

4 Em janeiro de 1969, seria noticiado ainda que “um terço dos apartamentos do Conjunto São Miguel será destinado ao pessoal do Itamaraty, mediante locação em igualdade de condições com os reservados para o corpo docente da Universidade. Com isso, além de atender às necessidades habitacionais da própria UnB, o Conjunto São Miguel proporcionará também facilidades para a transferência do Itamaraty para Brasília”. In: (Correio Braziliense, 1969).

5 O cálculo estrutura das torres é assinado pelo engenheiro civil Ernesto Walter (Cf. Walter, 1966).

Praticamente todo o piso foi feito em placas de cerâmica São Caetano preta de massa plena.

Os apartamentos das torres, estruturados apenas no perímetro de quadrados de 11,25m de lado, são vãos livres vencidos por lajes nervuradas. Talvez para reduzir a sobrecarga, as exíguas alvenarias internas foram feitas em blocos de concreto celular autoclavado — mais leves que as convencionais. Internamente, o concreto das paredes do invólucro foi pintado sem reboco. Como nos edifícios públicos construídos à época, os vãos internos abrem-se de piso a teto, com portas, folheadas de jacarandá e sucupira, apenas com marcos e batentes em baguetes de madeira incrustados.

A generosidade dos espaços internos e o minimalismo brutalista corrente nos edifícios da UnB na década de 1960 deram aos edifícios um caráter até hoje único no panorama habitacional do Plano Piloto.

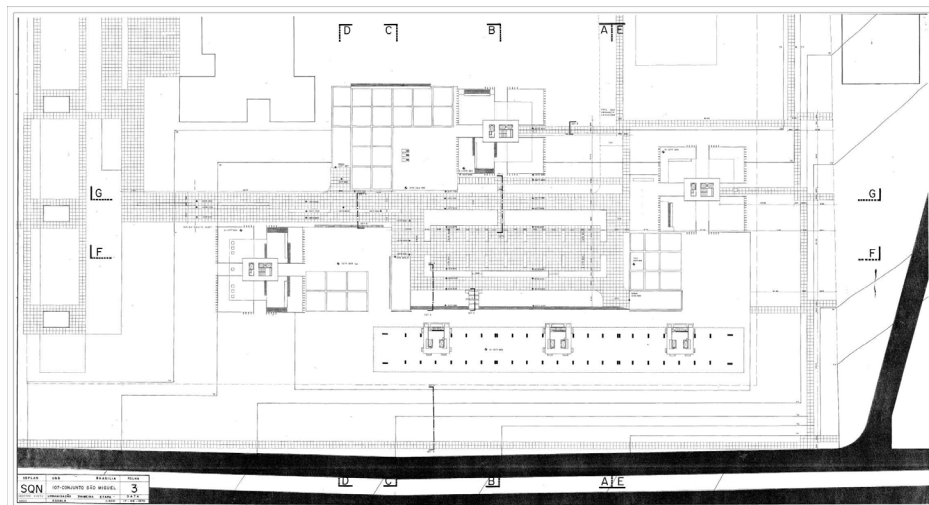


Figura 2: Conjunto São Miguel, Superquadra Norte 107 — Urbanização. Fonte: (Lima; Lima, 1965)

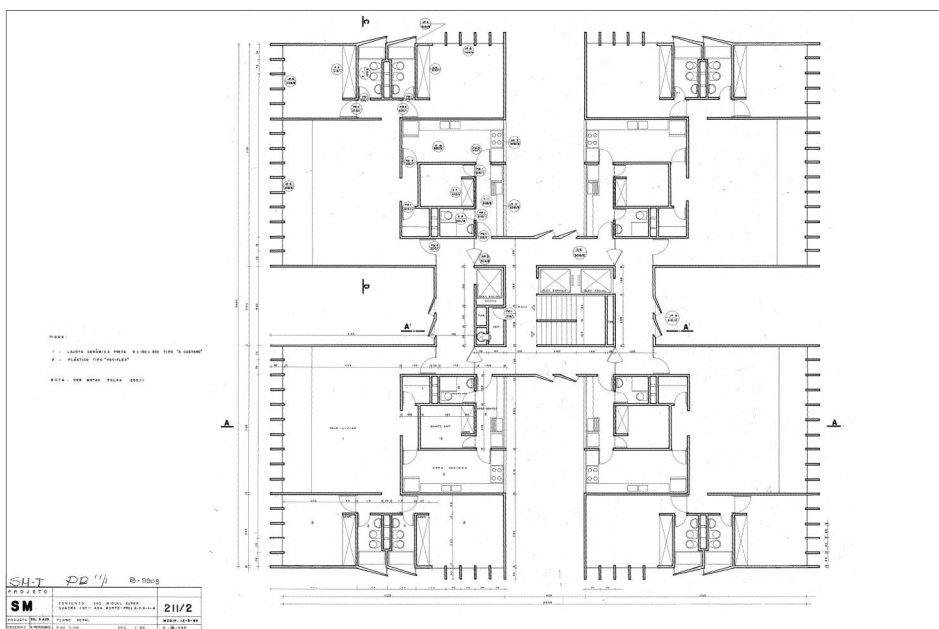


Figura 3: Conjunto São Miguel, Superquadra Norte 107 — Torres — Pavimento-tipo. Fonte: (Lima; Lima, 1965)

Antes que caia sobre nossas cabeças

— *Tem o Sr. pano para remendos?*
 — *E de que cor são os buracos, minha senhora?*
 Guimarães Rosa

Em 1980, as superquadras 108, 307 e 308 norte já executavam edifícios para moradia de servidores federais, segundo outro projeto arquitetônico e urbanístico de Manoel Hermano para a Sucad — Superintendência de Construção e Administração Imobiliária (Ferreira; Gorovitz, 2020, p. 452). Na 107, a relação dos edifícios com o espaço público foi prejudicada por uma ambiguidade administrativa: por se tratar de uma quadra pertencente à Universidade, o Governo do Distrito Federal adiou indefinidamente a construção dos elementos de urbanização. Paisagismo, vias internas, calçadas,

bancos, lixeiras, nada disso foi instalado pela Administração local antes que a Universidade alienasse as demais projeções da quadra para a iniciativa privada, a partir de 1986.

Até o final daquela década, por exemplo, a entrada da quadra era feita por entre os blocos A e B do comércio local, por meio de um acesso de terra. Calçadas e gramados foram executados aos poucos até mesmo pelos zeladores dos edifícios (Correio Braziliense, 1982). Nesse contexto, em algum momento, os jardins previstos sobre as lajes foram cobertos por um sistema de placas de concreto de 60x125x7cm, elevadas sobre pilaretes de alvenaria.

Em 1986, com o nome original já esquecido, os “blocos da 107 Norte” ainda eram considerados “luxuosos”, mas já se encontravam “em péssimo estado”. O arquiteto e professor gaúcho Érico Weidle, morador do conjunto e então prefeito da Universidade, relata então que “um professor reclamou que os azulejos de seu banheiro corriam risco de cair sobre as cabeças de seus filhos”. Necessitavam de reformas então “as instalações hidráulicas e elétricas, a esquadrias enferrujadas e a revisão dos ladrilhos que estão se soltando” (Correio Braziliense, 1986a).

No mesmo ano, a UnB alienaria as projeções 2⁶ e 4 (atuais blocos C e D) na quadra para a construtora Encol, S.A.⁷ Correio Braziliense (1986b) enquanto vendia apartamentos no bloco B, a quarta projeção para *torre*, construído segundo outro projeto pela própria Universidade (Fundação Universidade de Brasília, 1986a). O bloco E, a longa lâmina da projeção 5 na face sul da superquadra também vendida pela UnB para a Encol, teria um demorado processo de construção na década seguinte, perpassando o processo de falência da construtora. Na rua comercial local, a construção do

6 A projeção 4 correspondia originalmente a uma *torre*, um quadrado de 27,7m de lado. Antes da alienação, ela foi alterada para uma *lâmina* de 65,58x11,70m, por meio do projeto urbanístico URB 151/86.

7 O bloco C, Edifício Burle Marx, na verdade seria construído pelo grupo OK, contando no pilotis com painéis de azulejos do célebre paisagista executados pela cerâmica Brennand, de Recife.

“Gemini Center”, dois prédios de lojas e escritórios projetados por Elvin Dubugras em 1985 daria à quadra alguma qualidade urbana à quadra, com boa articulação de níveis e mesmo uma praça com bancos e palco entre os edifícios.

Por volta de 2000, a Universidade alienou todos os apartamentos dos quatro edifícios da SQN 107 originalmente pertencentes ao “São Miguel”. Constituídos os novos condomínios, estes passaram a se responsabilizar individualmente pela manutenção de cada um dos quatro edifícios. O mais autônomo era o bloco “F”, na projeção 7, que contava com plataforma externa de garagem completamente independente dos demais.

O efe: experiências de preservação

Oh, este é o animal que não existe...

Rilke

Quando me mudei para o bloco F do São Miguel, em 2008, encontrei um condomínio com ampla participação dos moradores e proprietários de seus 24 apartamentos. Alguns deles editavam um boletim informativo interno, batizado carinhosamente de “O Efe”, que explicava a novos moradores a importância arquitetônica e histórica do edifício, dando conta ainda das medidas de conservação em curso.

O painel de Athos Bulcão, que reveste o núcleo de circulação vertical do subsolo ao sexto pavimento, encontrava-se bem preservado, com panos faltantes apenas na garagem, sacrificados para prover material aos demais pavimentos — este elemento seria tombado pelo Governo do Distrito Federal em 2009, (Distrito Federal, 2009, n. 171). Algumas reformas já haviam sido feitas, como a substituição de sistemas elétricos e eletrônicos nas áreas comuns, bem como a substituição das mantas de impermeabilização das calhas de cobertura.

Porém, era bastante evidente a necessidade de uma obra de recuperação ampla da fachada de concreto aparente, carente de qualquer tratamento protetivo. Com muitos pontos de contato entre as esquadrias de aço e os mais de 20 montantes estruturais de cada prumada, os vazamentos também eram constantes. Além disso, muitos dos elementos da plataforma de cobertura da garagem externa ao edifício, que carecia completamente de pintura ou ajardinamento, encontravam-se degradados. O aspecto de aridez era tal que em 2009 o edifício serviu de cenário para o filme *Insolação* de Felipe Hirsch e Daniela Thomas, ambientado “numa cidade vazia, castigada pelo sol” em que “jovens e velhos confundem a sensação febril da insolação com o início delicado da paixão” (“Insolação (filme)”, 2021).

Em março de 2009, o condomínio contratou a consultoria do engenheiro civil e professor da UnB, Antonio Alberto Nepomuceno para diagnóstico e descrição do procedimento de reparação do concreto aparente e de penetração de água nas esquadrias do edifício. As ferragens da estrutura aparente são protegidas por uma camada de recobrimento de concreto de apenas 1cm, permitida pelas normas da década de 1960. Com a porosidade e fissuração naturais do material, a umidade atmosférica vinha penetrando no material, e provocando oxidação da armadura, com expansão de volume e deslocamento em alguns pontos. Acumulavam-se ainda fuligem e microorganismos em toda a fachada, formando amplas manchas escuras.

A especificação do engenheiro, indicava em resumo, que toda a superfície de concreto fosse “lavada com máquina de hidrojateamento, seguido de lixamento; que todos os pontos com armaduras corroídas fossem detectados e escarificados, sendo a armadura lima, tratada com polímero de base látex acrílico ou estireno butadieno com inibidor de corrosão e novamente recoberta com uma nata de aderência, argamassas poliméricas e graute de cor idêntica ao concreto; que o conjunto fosse lixado, estucado e tratado com verniz acrílico puro, não estirenado. Além de pintura com esmalte grafite escuro, as esquadrias receberiam rufos, peitoris, pingadeiras

e cantoneiras de vedação vertical adicionais, com espaçadores de neoprene e selantes à base de poliuretano.

A obra foi executada ao longo de 2010 pela empresa Essencial Engenharia, com fiscalização do engenheiro civil Marcelo Feijão.



Figura 4: SQN 107, bloco F, plataforma sobre a garagem em 2023. Foto do autor.

Restava ao condomínio estabelecer e priorizar as intervenções seguintes. Contratou-se em 2014 a empresa de projetos *Esquadra*, em que os arquitetos Filipe Monte Serrat e Giselle Medeiros complementaram a pesquisa documental que já havíamos feito junto ao Centro de Planejamento da UnB e à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH) e elaboraram projetos completos de intervenções no edifício, conforme demanda do condomínio, bem como projeto de paisagismo para o pilotis, plataforma e imediações, concebido pela *Quinta Paisagismo*, com as arquitetas Veridiana Goulart e Paula Farage.

O trabalho tratou dos seguintes itens reformulação dos boxes do subsolo, recuperação e ajardinamento da plataforma sobre a garagem, reforma do pilotis com salões de portaria e multiuso dentro

do permitido pela legislação, novos ramais hidráulicos permitindo individualização de hidrômetros, previsão padronizada de instalação de sistemas de condicionamento de ar nos apartamentos, reforma na cobertura com reestruturação das fiações de televisão novo barrilete e nova impermeabilização. Os projetos foram elaborados ao longo de um ano e aprovados junto à administração.

Com uma visão de conjunto, o condomínio optou pela recuperação do térreo como o passo seguinte. A impermeabilização existente, em sua maioria em manta butílica, apresentava recorrentes problemas de vazamento sobre a garagem, ensejando especial urgência em 2019. Em 2020, o condomínio contratou a empresa Construsat Engenharia, também com fiscalização de Marcelo Feijão, para a substituição da impermeabilização em toda a área com piso elevado, criação de um novo sistema de drenagem e, finalmente, implementação dos canteiros de jardins projetados pela *Quinta*.

Acrescentou-se uma nova portaria, com adição de uma pequena cobertura no térreo do vão entre os apartamentos, inscrita em altura igual à do vigamento adjacente original. O piso interno foi feito de marmorite preto, diante da impossibilidade de adquirir a cerâmica São Caetano original para realizar a complementação.



Figura 5: SQN 107, bloco F, aspecto frontal em 2023. Foto do autor.

Como membro da comissão de obras do edifício, e com anuência dos autores, substituí o canteiro perimetral previsto em projeto por um guarda-corpo de concreto aparente com um vão inferior, mantendo alguma permeabilidade visual ao transeunte na rua, acrescentando ainda elementos de iluminação e definindo a pintura dos canteiros e bancos em cores vivas compatíveis com a concepção brutalista original. Na frente do edifício, redesenhamos a calçada prevista e ampliamos em um metro a largura via adjacente para prover o edifício de um ponto de embarque e desembarque.

À época da conclusão das obras, o condomínio foi agraciado com o *Selo CAU/DF Arquitetura de Brasília 2021*. Trata-se de uma iniciativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal que visa “reconhecer o valor histórico das edificações não monumentais de Brasília e de seus autores, bem como divulgar as boas práticas de conservação e manutenção predial que preservaram a linguagem arquitetônica do movimento moderno” (CAU/DF, 2021), uma láurea que se repetiria em 2024.

Ao longo do dilatado processo de diagnóstico e projeto, verificou-se que o deslocamento das peças do extenso painel de Athos Bulcão seria um problema permanente. Tal patologia se devia às constantes movimentações desiguais da estrutura do edifício, ancorada justamente no núcleo de circulação vertical revestido pelos azulejos de 15x15cm. Em 2020, o condomínio contratou a arquiteta Emanuelle Bé para levantamento completo do painel, diagnóstico e proposta de intervenção — com base numa metodologia que desenvolvemos para levantamento do painel Ventania, na Câmara dos Deputados. O trabalho resultaria na contratação da Fundação Athos Bulcão para execução de uma grande obra de recuperação ao longo de 2024, incluindo reposição de peças perdidas.

O caso do bloco F é peculiar pois seu método sistemático vem chegando a bons resultados, do ponto de vista da preservação, como atesta o reconhecimento do CAU/DF. Isso se deve não apenas à presença de técnicos ativos no condomínio, mas sobretudo a um conjunto de condôminos conscientes dos valores culturais em jogo na preservação do edifício. No bloco H do conjunto, a *lâmina*, os condôminos optaram, em 2009, por revestir o pilotis com granito e pintar o concreto aparente com tinta branca. Os blocos G e I, que já haviam feito intervenções anteriores em seus pilotis, tiveram intervenções em suas fachadas baseadas na especificação elaborada para o bloco F.

Por sua vez, a mencionada ambiguidade administrativa entre UnB e GDF fez com que a urbanização da SQN 107 seguisse deficiente. A quadra ainda carece do cinturão verde com calçada de 3m que deveria circundá-la. Falta ainda a implementação de um sistema adequado de calçadas, estacionamentos, mobiliário e iluminação compatíveis com a sua idade. As poucas calçadas existentes, por exemplo, são fruto de picadas abertas pelos pedestres e concretadas pelos próprios condomínios. A escola pública tampouco foi construída.

Ao longo de 2015, como morador da 107 Norte, elaborei voluntariamente para a comunidade da quadra uma proposta de urbani-

zação condizente com o projeto original do grupo do Ceplan/UnB e com os projetos urbanos atuais, detalhando todos os elementos presentes de modo apenas preliminar em ambos. Infelizmente, naquele momento, prevaleceu a incompreensão. Ao tomar conhecimento da proposta, os condôminos do bloco B levaram o caso à imprensa (Lacerda, 2015), visando a constranger-me com a acusação de descaracterização do Plano Piloto, supostamente por “criar estacionamentos em área verde” — quando na realidade tal estacionamento já constava do projeto urbanístico vigente desde 1986. A polêmica retirou o assunto de pauta até os dias de hoje.

Acredito que, assim como em outros edifícios laureados com o *Selo CAU/DF*, o caso do bloco F merece registro. Trata-se de uma experiência concreta de preservação pela comunidade organizada, consciente dos valores culturais do edifício, antecedendo qualquer ação do Poder Público na salvaguarda do patrimônio cultural (cf. Tabosa, 2022). Há ainda, é claro, um longo caminho a ser trilhado até que a experiência venha a ser efetivamente consolidada. Talvez o principal desafio seja a instituição de uma instância comum de diálogo e deliberação entre os condôminos dos quatro edifícios remanescentes do São Miguel. Em todo caso, se a salvaguarda do Conjunto Urbano de Brasília foi o tombamento de uma ideia, antes que se tornasse realidade, aqui preservou-se a matéria antes que os órgãos de preservação a tombasse.

Referências

- ALIAGA, Maribel del Carmen Fuentes. **Os primeiros mestrados da FAU-UnB: de um passado que não se construiu**. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo—Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 12 set. 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/24497>>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- CAU/DF. **Selo CAU/DF – Arquitetura de Brasília 2021**. Disponível em: <https://www.caudf.gov.br/selocaudf2021/>. Acesso em: 8 set. 2025
- CHAIM, Giselle Marie Cormier. **A arquitetura da diplomacia: projetos das embaixadas do Brasil no exterior (1962 - 1981)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—[S.L.]: Faculdade de Arquitetura e

- Urbanismo, Universidade de Brasília, 1 out. 2024. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/50493>>. Acesso em: 29 ago. 2025.
- CORRÊA, Armando. Concorrência para o Conjunto São Miguel. **Correio Braziliense**, p. 2, 14 jan. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/21667>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- CORREIO BRAZILIENSE. Inversão de 50 milhões de dólares no DF ao término das obras do Itamarati. **Correio Braziliense**, p. 8, 17 jan. a1964. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/13089>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- _____. Assinado o convênio para a construção das residências de servidores do Itamarati. **Correio Braziliense**, p. 6, 4 jul. b1964. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/14883>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- _____. 10 firmas discutem se São Miguel deverá ser ou não em pré-moldado. **Correio Braziliense**, p. 8, 21 mar. a1965. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/17884>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- _____. Conjunto S. Miguel: empreiteiros apoiam construção em pré-moldados: 20 firmas. **Correio Braziliense**, p. 7, 1 abr. b1965. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/18009>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- _____. Depoimento de Murtinho na CPI aponta medidas para consolidação de Brasília. **Correio Braziliense**, p. 2, 10 jun. c1965. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/18873>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- _____. Conjunto São Miguel: construção provoca debates parlamentares. **Correio Braziliense**, p. 8, 11 jun. d1965. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/18895>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- _____. Moradia. **Correio Braziliense**, 27 nov. 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/37787>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- _____. CEFB vai financiar Plano de Habitação para pessoal da UnB. **Correio Braziliense**, p. 8, 21 jan. 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/39017>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- _____. Passagem de nível já concluída: 312. **Correio Braziliense**, p. 11, 19 jan. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_02/8147>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- _____. Porteiro urbaniza 107 norte. **Correio Braziliense**, p. 18, 22 ago. 1982. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_03/33459>. Acesso em: 5 set. 2020.

- _____. Falta de imóveis só estimula a especulação. **Correio Braziliense**, p. 13, 3 ago. 1983. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_03/46863>. Acesso em: 5 set. 2020.
- _____. UnB promete reformar apartamentos da 107. **Correio Braziliense**, p. 17, 16 maio. a1986. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_03/82591>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- _____. Mercado imobiliário acusa UnB de inflacionar terreno. **Correio Braziliense**, p. 23, 21 nov. b1986. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_03/91109>. Acesso em: 6 set. 2025.
- COSTA, Lucio. O novo humanismo científico e tecnológico. **Módulo**, v. 5, n. 23, p. 2-7, jun. 1961.
- _____. Considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília. In: SENADO FEDERAL (Ed.). **I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília**. Brasília: Senado Federal, Comissão do Distrito Federal, 1974. p. 21-29. [5 a 21 de agosto de 1974]
- _____. Brasília revisitada. **Diário Oficial do Distrito Federal – Suplemento**, n. 201, p. 3039, 23 out. 1987. Anexo do Decreto Distrital nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/2-decreto-10_829-1987.pdf>.
- _____. **Brasília, cidade que inventei: Relatório do Plano Piloto de Brasília**. 2. ed. Brasília: GDF, 1991.
- DISTRITO FEDERAL. **Decreto Distrital nº 31.067, de 23 de novembro de 2009**., 23 nov. 2009. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/61828/Decreto_31067_23_11_2009.html>. Acesso em: 21 maio. 2013.
- FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus. **A invenção da Superquadra : o conceito da Unidade de Vizinhança em Brasília**. 2. ed. Brasília: IPHAN, 2020.
- FICHER, Sylvia *et al*. Os blocos residenciais das superquadras do Plano Piloto de Brasília. In: LEITÃO, Francisco (Ed.). **Brasília 1960 2010 : passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009. p. 255-269.
- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Oportunidade residencial na 107 norte. **Correio Braziliense**, p. 28, 15 maio. a1986. Anúncio. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_03/82566>. Acesso em: 6 set. 2025.

- _____. Licitação pública 5/86 -DAF (a realizar-se em 19/11/86). **Correio Braziliense**, p. 12, 26 out. 1986. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_03/89615>. Acesso em: 12 set. 2025.
- GOROVITZ, Matheus. A invenção da Superquadra (revisitado): Lucio Costa face ao belo. In: FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus (Eds.). **A invenção da Superquadra : o conceito da Unidade de Vizinhaça em Brasília**. 2. ed. Brasília: IPHAN, 2020. p. 24–45.
- ICOMOS, International Council on Monuments and Sites. **World Heritage List, nº.445: Advisory Body Evaluation**. Paris: Unesco World Heritage Center, 31 dez. 1986. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/445/documents/>>. Acesso em: 20 dez. 2012. Conforme inscrição no Livro do Tombo Histórico, sob o nº 532, fl. 17, v.2, em 14 de março de 1990, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).
- Insolação (filme)**. In: **Wikipédia**. 20 fev. 2021. Page Version ID: 60490592 Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Insola%C3%A7%C3%A3o_\(filme\)&oldid=60490592](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Insola%C3%A7%C3%A3o_(filme)&oldid=60490592)>. Acesso em: 6 set. 2025.
- KATUCHA. Sociais de Brasília. **Correio Braziliense**, p. 3, 15 jun. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/23619>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- LACERDA, Maryna. Morador de superquadra elabora projeto para construir estacionamento: ideia, no entanto, é questionada por quem mora nos blocos residenciais por agredir o tombamento do conjunto urbanístico de Brasília. **Correio Braziliense**, 4 nov. 2015. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/11/04/inter-na_cidadesdf,504958/morador-de-superquadra-elabora-projeto-para-construir-estacionamento.shtml>. Acesso em: 6 set. 2025.
- LIMA, Mayumi Watanabe de Souza. **Aspectos da habitação urbana: projeto de habitação coletiva para a unidade de vizinhança São Miguel**. Tese de Mestrado—Brasília: Escola de Arquitetura da Universidade de Brasília, 1965. Anexa à tese de doutorado “Os primeiros mestrados da FAU-UnB”, de Maribel Aliaga. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/24497>>. Acesso em: 12 set. 2017.
- _____. **Arquitetura e educação**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- LIMA, Sérgio Pereira de Souza. **Algumas considerações sobre um texto de Lucio Costa**. Tese de Mestrado—Brasília: Escola de Arquitetura da Universidade de Brasília, 1965. Anexa à tese de doutorado “Os primeiros mestrados da FAU-UnB”, de Maribel Aliaga. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/24497>>. Acesso em: 12 set. 2017.

LIMA, Sérgio Pereira de Souza; LIMA, Mayumi Watanabe de Souza. **SM — Conjunto São Miguel Super Quadra 107 — Asa Norte — Proj. 6-7-9-1-4**. 1965. Arquivo do Centro de Planejamento da Universidade de Brasília (Ceplan/UnB).

MENDES, Manuel. “São Miguel” ajuda a consolidar Brasília. **Correio Braziliense**, p. 1, 17 fev. a1965. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/17534>. Acesso em: 30 ago. 2025.

_____. “São Miguel” ajuda a consolidar Brasília (II). **Correio Braziliense**, p. 1, 18 mar. b1965. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/17843>. Acesso em: 30 ago. 2025.

_____. Mais de 18 países receberão terreno até o fim do ano para embaixadas. **Correio Braziliense**, p. 1, 10 ago. c1965. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_01/19688>. Acesso em: 30 ago. 2025.

PESSOA, José Simões Belmont. Brasília e o tombamento de uma idéia. In: São Carlos: Docomomo Brasil, 2003. Disponível em: <<https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/074R.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

SENADO FEDERAL. **I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília**. Brasília: Senado Federal, Comissão do Distrito Federal, 1974. [5 a 21 de agosto de 1974].

SUCUPIRA, Newton *et al.* **Parecer n° 977, de 3 de dezembro de 1965: Marco conceitual e regulatório da pós-graduação Brasileira**. [S.l.]: Conselho Federal de Educação, 3 dez. 1965. Disponível em: <<https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=314>>. Acesso em: 8 set. 2025. [Parecer Sucupira].

TABOSA, Mayara Cibeles de Oliveira. **Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade (DSIA) como ferramenta de proteção do patrimônio moderno : (re)descobrimos os blocos de Mayumi de Souza Lima para a Unidade de Vizinhança São Miguel na SQN 107**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 16 mar. 2022. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/43072>>. Acesso em: 29 ago. 2025.

WALTER, Ernesto. **Conjunto São Miguel: S.Q.N. 107 — Brasília: Torres — Projeções — 6-7-9**. 1966. Arquivo do Centro de Planejamento da Universidade de Brasília (Ceplan/UnB).

Análise da Reabilitação Sustentável em Edificação de Alvenaria Estrutural: Estimativa de Crédito de Carbono e Avaliação segundo a Certificação LEED

*Iberê Pinheiro de Oliveira¹, João da Costa Pantoja²
Pollyana da Silva Bomfim³, Gabriela Naves Rosa⁴*

Introdução

A partir da década de 1990, as discussões sobre conscientização ambiental e o impacto das construções civis no meio ambiente ganharam maior relevância. De acordo com Silva (2000), o desenvolvimento de metodologias para avaliação ambiental de edifícios, iniciado na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, e fundamentado no conceito de análise do ciclo de vida - inicialmente aplicado à avaliação de impactos de produtos — teve como principal objetivo estimular a demanda por padrões mais elevados de desempenho ambiental. Essas metodologias permitiram tanto avaliações detalhadas, focadas no diagnóstico de necessidades de intervenção no estoque construído, quanto avaliações simplificadas, voltadas para orientar projetistas e subsidiar a certificação ambiental de edifícios. Esta é uma curva de aprendizado que não fazia parte à década de 1960, quando foi construído Brasília.

1 Universidade de Brasília, Brasil, iberep@gmail.com

2 Universidade de Brasília, Brasil, joapantoja@unb.br

3 Universidade de Brasília, Brasil, pollyanabomfim13@gmail.com

4 Universidade de Brasília, Brasil, gabrielanavesrosa@gmail.com

Desde a inauguração da nova Capital, é inegável que houve melhorias nos processos construtivos, mas a construção civil permanece como uma das atividades de alto impacto ao meio ambiente Fonseca & Maintinguer (2019). Isso se deve ao elevado consumo de matéria-prima, à geração excessiva de ruídos e sujeira durante os processos construtivos e à grande quantidade de resíduos gerados.

A análise desse panorama ao longo dos anos intensificou o desenvolvimento de abordagens sistêmicas e metodologias voltadas para mitigar os impactos da construção, operação e demolição de edifícios, com foco na gestão de carbono. Diante desse panorama, observa-se que a reabilitação de edificações existentes, quando tecnicamente viável, configura-se como uma estratégia eficaz para a mitigação de impactos ambientais, especialmente no que se refere à emissão de gases de efeito estufa e à gestão de resíduos sólidos.

A preservação de estruturas já edificadas permite a otimização do uso de recursos naturais, reduz o consumo de energia incorporada na produção de novos materiais e minimiza as externalidades negativas típicas dos processos convencionais de demolição e reconstrução. Além disso, ao conservar elementos arquitetônicos e construtivos de época, a reabilitação contribui para a manutenção do patrimônio cultural e para a valorização do ambiente urbano.

Assim, embora a adoção de novas tecnologias construtivas seja essencial para o avanço do setor, a substituição sistemática do ambiente construído nem sempre representa a solução mais racional. A análise criteriosa das potencialidades de reabilitação deve preceder qualquer decisão de demolição, considerando-se os benefícios técnicos, ambientais, econômicos e sociais associados à extensão da vida útil das edificações existentes.

Na publicação de Hill & Hunziker (2024) apresentada no *Global Status Report for Buildings and Construction*, instituição com mais de 230 membros e líderes mundiais que monitora e oferece recomendações para governos, indústrias e sociedade civil registra que o setor de edificações foi responsável, em 2022, por 37% do consumo global de energia operacional e das emissões de CO₂ relacionadas a

processos, totalizando pouco menos de 10 Gt de CO₂. Diante desse cenário, torna-se evidente que as edificações representam uma contribuição significativa para as emissões de carbono, necessidade de estudar o ciclo de vida do carbono nas construções.

A questão que instigou o grupo desta pesquisa é a possibilidade que ambientes já construídos, dentro de um contexto urbanístico consolidado, serem capazes de controlar a emissão de materiais poluentes, promovendo o uso de materiais e

sistemas com menores emissões em seus processos de manufatura e aplicação conforme descreve Thomas & Klasson (2001). A proposta vem de estudos como Tocchetto (2005) o qual destaca que, com a globalização das questões ambientais e a busca pela sustentabilidade, tornou-se necessário compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Por meio de uma gestão integrada, busca-se garantir o uso sustentável dos recursos, assegurando sua eficiência e continuidade. Essa gestão integrada visa superar divergências nas definições dos fenômenos de degradação, estabelecer ações corretivas apropriadas e otimizar os recursos disponíveis para atender às necessidades da produção e do consumo humano.

Brasília: Edificações com estratégias de alvenaria estrutural

A discussão entre construções em alvenaria estrutural e pórticos convencionais em concreto armado já rendeu muitos estudos. Segundo o método construtivo convencional, que utiliza superestruturas totalmente em concreto armado, continua sendo amplamente empregado na construção de casas unifamiliares no Brasil. Entretanto, Cassar (2018) destaca que esse método apresenta diversas desvantagens, como o elevado desperdício de materiais, a falta de padronização na execução, e dificuldades na fiscalização e no controle de qualidade dos serviços.

Em Brasília, os primeiros edifícios residenciais da Asa Norte foram construídos utilizando alvenaria estrutural, ação inovadora para a

época, pois era extremamente dificultoso o transporte de materiais básicos utilizados na construção civil em 1960 conforme retrata Ferreira & Gorovitz (2009). Entre 1957 e 1959, nas Superquadras 405 e 406, foram erguidos edifícios com estrutura mista, compostos por pilotis de concreto armado e três pavimentos. O uso de blocos estruturais reduziu o consumo de insumos, como formas de madeira e aço além de racionalizar o processo construtivo resumindo ao controle do tijolo. Apesar de sua origem remota, a aplicação de sistemas de vedação como suporte para o pórtico estruturante, como ocorre na alvenaria estrutural, possibilitou, no caso de Brasília, a aceleração das construções, alinhando o cronograma das obras e permitindo a acomodação dos novos habitantes da capital. Os cálculos estruturais foram baseados em referências da década de 1950, período em que surgiram as primeiras normas técnicas regulamentando as características essenciais das paredes, como espessura e resistência (Cavalheiro 2009).

Nesse contexto, Thomas (2006) descreve que a racionalização da construção como adotada no caso da superquadra 403 nos primórdios da cidade, aliada à adoção de materiais sustentáveis, pode contribuir significativamente para a redução das emissões de gases do efeito estufa, reduzindo impactos ao clima. Os estudos comparativos apontam que a alvenaria estrutural apresenta menor impacto ambiental quando comparada a outras técnicas, como o steel frame, especialmente no que se refere à emissão de CO₂ e energia embutida nos materiais Silva et. al (2022)

A análise do desempenho ambiental e sustentabilidade

O tempo passou, e a indústria da construção civil continuou sua trajetória de evolução e aprendizado. Para imóveis comerciais (Yates et al., 1998) publica sua proposta o método para avaliação ambiental para edifícios de escritórios com foco no mercado londrino. No Brasil o estudo *Metodologias de Avaliação de Desempenho Ambiental de Edifícios: Estado Atual e Discussão Metodológica* de V. G. Silva (2007), introduz a expressão *Green Building* demonstrando

a necessidade urbana de edificações mais sustentáveis. A proposta é a avaliação que possibilite descrever iniciativas voltadas à criação de edificações que empregam recursos de forma eficiente, priorizando o uso racional de energia, o conforto e a durabilidade, além da adaptação às mudanças nas necessidades dos usuários. A proposta é:

- a. Diferenciar edifícios de menor impacto ambiental no mercado;
- b. Incentivar práticas ambientais de excelência no projeto, execução, gestão e operação;
- c. Estabelecer critérios e padrões que vão além dos requisitos legais e normativos;
- d. Conscientizar proprietários, ocupantes, projetistas e operadores sobre os benefícios de edificações com menor impacto ambiental. (V. G. Silva 2007).

Uma das etapas importantes é considerar a sustentabilidade na construção civil e a seleção de materiais nos processos construtivos mais eficientes, reduzindo o impacto ambiental durante todo o ciclo de vida das edificações. Estudos indicam que a escolha de materiais pode reduzir significativamente a pegada de carbono dos edifícios, e a alvenaria estrutural tem sido considerada uma alternativa viável dentro desse contexto (Assumpção; Tavares; Coutinho, 2019).

Tem-se, portanto, um panorama do progresso global em estudos e propostas no setor de edificações, com foco na construção civil e na sistematização das emissões de gases de efeito estufa, destacando o fluxo de carbono ao longo do ciclo de vida útil das construções. A avaliação do ciclo de vida é essencial para identificar as fases da construção que mais contribuem para as emissões de carbono, permitindo a adoção de estratégias para mitigá-las (Dias et al., 2014).

Desempenho, durabilidade e vida útil de edifícios

Segundo a ISO 13823 (2008), a durabilidade de um edifício é definida como a capacidade de uma estrutura ou de seus componentes de atender, por meio de manutenção planejada, aos requisitos de desempenho projetados por um período específico de tempo, considerando as ações ambientais e o envelhecimento natural. Esse conceito está diretamente relacionado às atividades de manutenção e restauração de edifícios, que devem ser priorizadas em vez de demolições e reformas frequentes, que acabam intensificando as emissões de carbono. Como demonstrado por Rodrigues (2022), quanto melhor os serviços de conservação e manutenção, maior será a vida útil com desempenho apto à ocupação. Dessa forma, a implementação de políticas de gestão de ciclo de vida das edificações se mostra essencial para garantir a eficiência na construção civil e reduzir impactos ambientais a longo prazo.

Objetivos

A disseminação do conhecimento sobre a análise do fluxo de carbono ao longo do ciclo de vida das edificações, especialmente em sistemas construtivos específicos como a alvenaria estrutural, é essencial para a preservação do patrimônio urbanístico. O estudo de caso do edifício na SQN 403 demonstra a viabilidade da redução de emissões sem comprometer o desempenho da edificação ou o bem-estar dos moradores.

Com base em metodologias contemporâneas, busca-se compreender o impacto ambiental das construções ao considerar as emissões antecipadas do carbono armazenado nos materiais, a durabilidade dos sistemas construtivos e a influência da gestão das emissões ao longo do tempo. Esse entendimento permite propor estratégias para mitigar a pegada de carbono no setor da construção civil, incentivando práticas mais sustentáveis e eficientes ao longo da vida útil das edificações.

Especificamente, o estudo avalia as emissões de carbono associadas à construção e às intervenções realizadas no edifício, aplicando metodologias de gestão de carbono fundamentadas na análise do ciclo de vida. Dessa forma, examinam-se práticas e tecnologias capazes de reduzir as emissões em todas as fases do empreendimento, desde a construção até a operação e eventual demolição.

Por fim, pretende-se contribuir com diretrizes para aprimorar critérios de sustentabilidade e eficiência energética no setor de edificações, incentivando estratégias que prolonguem a durabilidade das estruturas e minimizem impactos ambientais. Assim, promove-se um equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a preservação ambiental.

Metodologia

Entre os anos de 1960 e 2012, o bloco D da SQN 403 passou por diversas intervenções de reformas. Edificado em alvenaria estrutural e sem o devido registro técnicos, diversos moradores alteraram as unidades internas removendo paredes de sustentação alterando a disposição de quartos, cozinha, banheiro modificando esquadrias, instalações hidráulicas e elétricas.

Todas estas alterações equivocadas chegaram ao ponto de oferecer riscos de colapso ao pórtico de sustentação do imóvel. O estudo feito em 2012, com uma inspeção predial completa no imóvel possibilitou organizar ações para recuperar os danos da peculiar forma estrutural e concomitantemente planejar o restabelecimento de sistemas de cobertura, juntas de dilatação, para raio, instalações elétricas, instalações hidrossanitária, esquadrias externas, impermeabilização e atualmente as fachadas.

Além da análise obtida com a inspeção foi necessário aplicar a metodologia descrita no estudo *“Estimation of Carbon Credits in Carbon Dioxide Sequestration Activities”* de Thomas Klasson et al.(2001), que define parâmetros para quantificação das emissões

e do sequestro de carbono no setor da construção civil, por meio de uma análise gráfica (Figura 1).

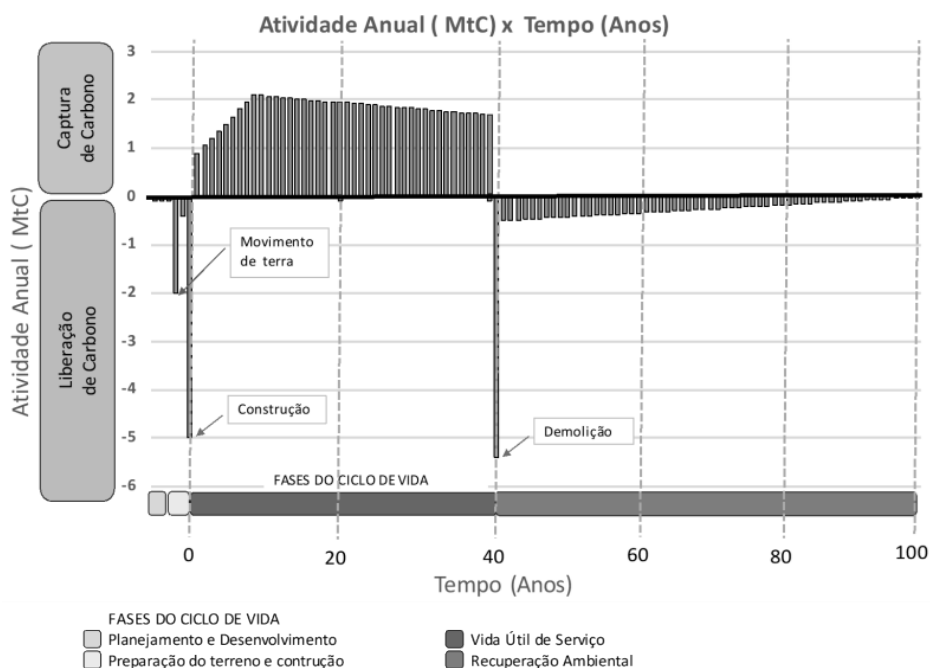


Figura 1: Fluxo de carbono do ciclo de vida para uma atividade de sequestro.

Fonte: Adaptado de Thomas Klasson et al.(2001)

Para alcançar os objetivos propostos, foram analisadas três bases de dados. Primeiro, registros de inspeções periódicas permitiram avaliar as obras de manutenção e conservação realizadas para garantir o desempenho e a durabilidade do imóvel amostral. Além disso, foram estudadas alternativas mais sustentáveis que poderiam ser aplicadas em cada intervenção. Por fim, verificou-se a possibilidade de contabilização de créditos de carbono, considerando o edifício original, construído na década de 1960.

Essa abordagem permite visualizar a correlação entre a gestão do carbono e a durabilidade das edificações, auxiliando na for-

mulação de estratégias para mitigação de impactos ambientais. A aplicação desta metodologia possibilitou relacionar o ciclo de vida dos materiais, as emissões evitadas e o potencial de sequestro de carbono, oferecendo a base técnica mais consistente para a avaliação da sustentabilidade em projetos arquitetônicos e sistemas construtivos. A proposta gráfica, facilita a percepção que durante o ciclo de vida do empreendimento há consumo de carbono em fases específicas do desenvolvimento do projeto. Nas fases de desenvolvimento, planejamento e preparação do terreno há liberação de CO₂ devido os trabalhos desenvolvidos pelas equipes de projeto, prospecção imobiliária, limpeza do terreno, promoção e marketing entre outros serviços. O marco significativo na liberação de CO₂ ocorre durante a construção onde há realmente o maior impacto ambiental.

Ao final do prazo estimado de 40 anos com final de vida útil de serviço, o edifício é demolido gerando nova quantidade significativa de carbono devido a ação de equipamentos, movimentação de trabalhadores e transportes de entulhos. A recuperação ambiental é mais lenta, com menor impacto e pode demorar anos. Assim o pesquisador Adaptado de Thomas Klasson et al. (2001) propõem o final do ciclo de vida, com visão ao impacto ambiental.

Para fundamentação teórica, a pesquisa buscou estudos de caso no qual o objetivo é validar a aplicabilidade das metodologias de avaliação ambiental em edificações pré-existentes. A análise comparativa entre diferentes soluções operacionais é

fundamental para identificar práticas construtivas mais eficazes na redução da pegada de carbono. Essa abordagem contribui para decisões mais informadas ao longo de todas as fases do projeto — do planejamento à operação — promovendo soluções integradas e de baixo impacto ambiental, mesmo em questões de ambientes construídos e o planejamento de conservação.

Qualificar o edifício por meio de parâmetros reconhecidos, como os utilizados na certificação LEED, permite evidenciar sua eficiência ambiental, assim como a liberação ou retenção de car-

bono ao longo de sua vida útil e do período analisado. De acordo com Thomas Klasson et al. (2001), no gráfico de fluxo de carbono do ciclo de vida, é fundamental considerar tanto as emissões quanto a captura de carbono durante todas as fases da edificação. Esse processo corresponde à remoção de gases de efeito estufa da atmosfera, quantificado em dióxido de carbono ou sua equivalência em carbono (CE).

As emissões de carbono do ciclo completo são análogas aos fatores de emissões padrão usados na contabilidade de carbono, abordando especificamente as emissões ao longo do ciclo de vida da edificação. Para fluxos de resíduos e produtos, as emissões podem ocorrer em um futuro distante, dependendo do destino desses fluxos. Dessa forma, tecnologias que sequestram carbono e evitam sua rápida liberação na atmosfera são mais eficazes do que aquelas que liberam carbono em um curto período de tempo.

Com base nessa metodologia, é possível discutir criticamente tecnologias de rápida liberação de carbono, analisando suas vantagens e desvantagens. Também serão consideradas as emissões futuras resultantes de manutenções ao longo do ciclo de vida da edificação, uma vez que essas intervenções também contribuem para a geração de CO₂.

A ferramenta Calculadora de Consumo Energético e Emissões de Carbono – CECarbon disponibilizada pelas corporações SINDUSCON-SP; SNH; GIZ (2025) também foi utilizada como suporte na mensuração do consumo energético e das emissões de gases de efeito estufa ao longo da construção da edificação. Essa ferramenta auxilia na análise de impacto ambiental considerando desde a extração de materiais até sua utilização no canteiro de obras. Apesar da CECarbon não considerar as etapas de uso da edificação ou seu fim de vida, sua base como Avaliação do Ciclo de Vida (ACV), permite verificar impactos ambientais desde a extração de matérias-primas até a disposição final de um produto ou serviço.

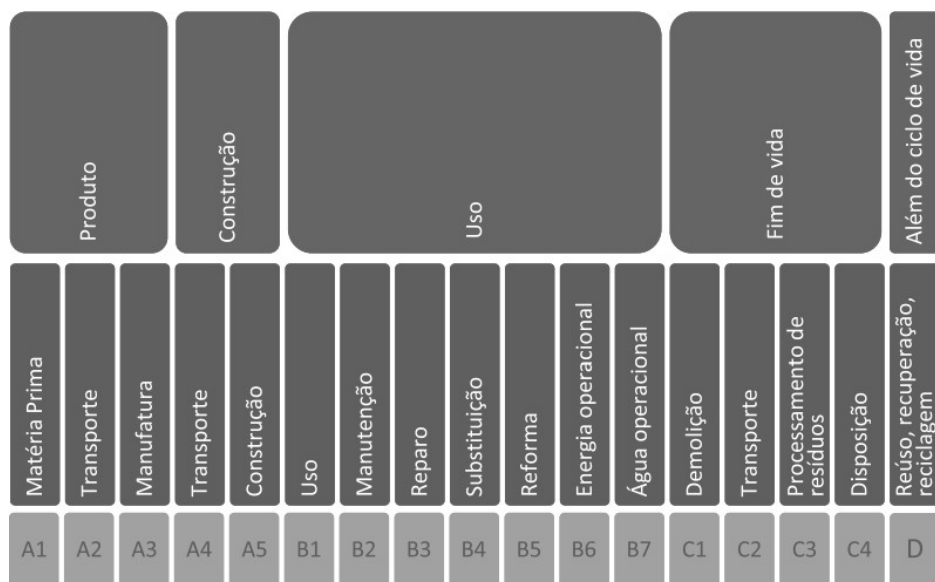


Figura 2: Escopo da ACV de edifícios. Fonte: cen (2020)

Segundo a abordagem metodológica da Avaliação do Ciclo de Vida (ACV), a norma EN 15941:2024 - *Sustainability of construction works* estabelece as fases do ciclo de vida de uma edificação, consideradas na avaliação dos impactos ambientais, alocando-os para a etapa em que ocorrem e garantindo a transparência dos resultados da análise. Como ilustrado na Figura 2, as fases A1 até A5 são utilizadas como base na avaliação realizada com os dados da CECarbon, considerando categorias de impacto relacionadas às emissões de carbono e energia incorporada. Dessa forma, a metodologia adotada permite compreender a influência do sistema construtivo da alvenaria estrutural na gestão do carbono e na mitigação dos impactos ambientais associados ao setor da construção civil.

Com todas as variáveis devidamente registradas e considerando a viabilidade de compatibilizar a permanência do ambiente construído com a preservação do traçado urbano, foi possível identificar o potencial ecológico e as particularidades técnicas do contexto analisado. Como será demonstrado a seguir, o processamento dessas informações resultou em propostas pertinentes, com potencial de

aplicação em situações recorrentes nos grandes centros urbanos, especialmente em contextos onde o patrimônio arquitetônico vem sendo gradualmente substituído por novos projetos.

Resultados

Com base nos critérios da certificação LEED, foi realizada uma avaliação paramétrica do bloco “D” da SQN 403, totalizando 33 pontos em um universo de 66. À época da construção, não se aplicava a metodologia de análise do fluxo de carbono ao longo do ciclo de vida da edificação. No entanto, para fins investigativos, considerou-se a liberação antecipada do carbono incorporado nos materiais empregados.

A localização do edifício contribuiu significativamente (Figura 3), resultando em 7 pontos, devido à sua inserção urbana estratégica: proximidade com a via L2, estacionamento compartilhado e infraestrutura ciclovitária disponível. Estratégias voltadas à eficiência ambiental também foram relevantes para o desempenho geral da edificação.



Figura 3: Imagem da localização da SQN 403. Fonte: Google Earth.

Nos sistemas estruturais e fundacionais, foram atribuídos 3 pontos pela utilização de concreto com menor pegada ecológica, emprego de aço reciclado — em volume reduzido devido ao sistema construtivo — e o uso de blocos estruturais de concreto, que favoreceram a racionalização da obra e a gestão de resíduos.

Nos sistemas hidráulicos, a instalação de hidrômetros individuais possibilitou o monitoramento do consumo de água potável, enquanto o uso de louças sanitárias de baixa vazão, como caixas de descarga eficientes, totalizou 2 pontos ao promover o uso racional dos recursos hídricos.

No quesito energia e climatização (HVAC), o projeto obteve 6 pontos, adotando soluções que aumentaram a eficiência energética, como sensores de presença para iluminação e dispositivos de controle de demanda, resultando em menor consumo elétrico.

A escolha de insumos regionais — como blocos fabricados nas imediações de Brasília

— reduziu as emissões associadas ao transporte e incentivou a economia local, garantindo 2 pontos adicionais. Em relação ao conforto ambiental, somaram-se 5 pontos pela otimização do aproveitamento da luz natural e pela ventilação cruzada, que melhoraram a qualidade do ar e o conforto térmico interno.

No eixo de Inovação e Prioridade Regional, o projeto alcançou 8 pontos, devido à adoção de soluções tecnológicas avançadas para a época, como a alvenaria estrutural, e estratégias arquitetônicas compatíveis com o contexto urbano e climático do Distrito Federal.

Os dados do edifício foram analisados qualitativa e quantitativamente, evidenciando a relação entre a longevidade das edificações e a mitigação dos impactos ambientais. Os resultados foram discutidos à luz de normativas como a ISO 13823 (2008) e a BS ISO 15686-5 (2017), visando contribuir com diretrizes para práticas sustentáveis no setor da construção civil.

Observou-se que, após 65 anos de uso contínuo — superando a expectativa inicial de vida útil de 40 anos —, o edifício permanece

funcional, com degradação controlada. Isso se deve à implementação de um plano sistemático de conservação e manutenção.

Outro ponto importante refere-se à redução da capacidade de captura de carbono ao longo do tempo. O ângulo de declínio dessa capacidade, denominado α , está diretamente relacionado ao desempenho da edificação e aos materiais empregados. Esse conceito foi ilustrado na Figura 4.

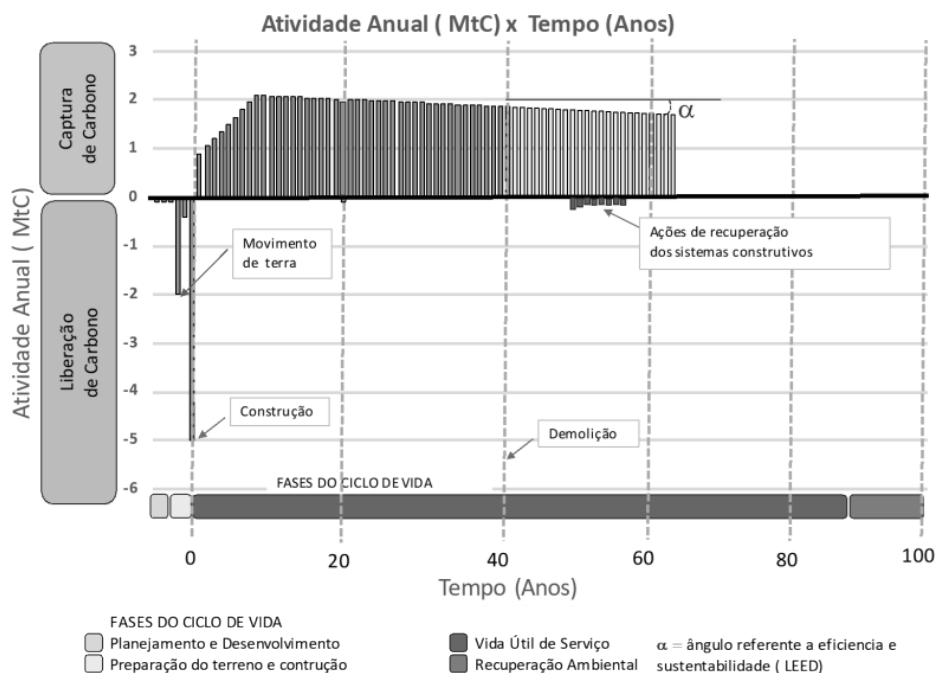


Figura 4: Gráfico de avaliação das categorias de análise - Certificação LEED. Fonte: Autoral.

A avaliação do projeto de reabilitação, com base em matriz de sustentabilidade adaptada da certificação LEED, indicou um desempenho geral de 30% (em um total de 110 pontos possíveis), revelando amplas oportunidades de aprimoramento técnico e ambiental.

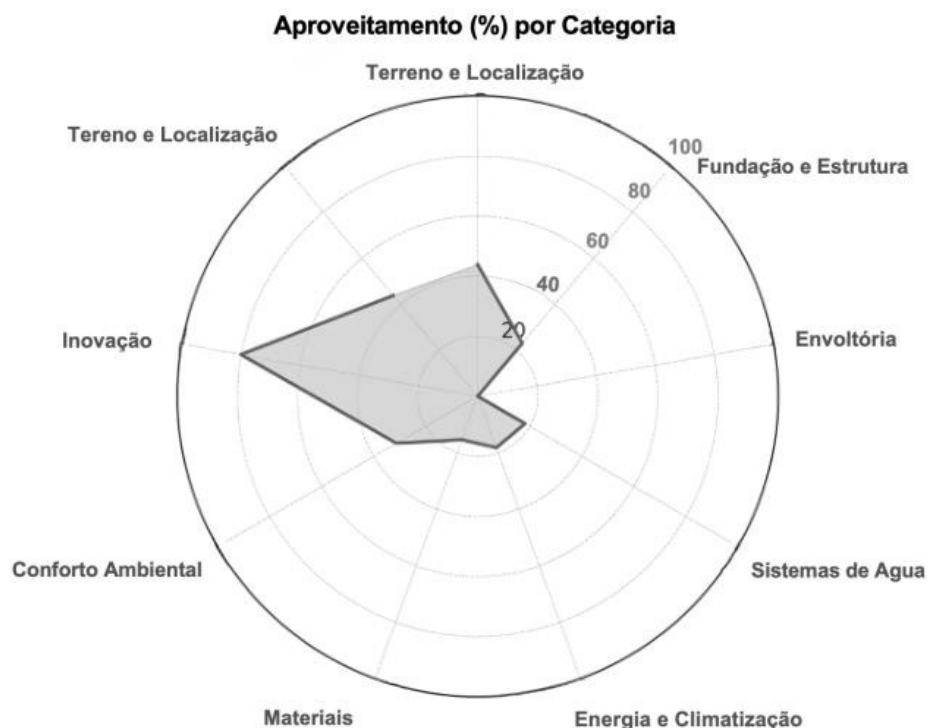


Figura 5: Gráfico de avaliação das categorias de análise - Certificação LEED. Fonte: Autoral.

Conforme a **Figura 5**, a categoria com melhor desempenho foi Inovação e Prioridade Regional, com 80%, destacando a importância histórica e cultural da proposta. Em contraste, as categorias Envoltória (0%), Fundação e Estrutura (23,08%) e Energia e Climatização (18,18%) apresentaram baixo desempenho, refletindo a ausência de estratégias mais robustas de eficiência energética e tecnologias sustentáveis à época da construção.

O item Terreno e Localização obteve 43,75%, reforçando a adequação do sítio urbano. Já Conforto Ambiental atingiu 31,25%, demonstrando presença de condições mínimas, mas sem cumprir integralmente os critérios de desempenho lumínico, acústico e de qualidade do ar interior.

Outros eixos, como Sistemas de Água (18,18%) e Materiais e Acabamentos (15,38%), também tiveram desempenho reduzido, evidenciando a necessidade de soluções como reuso de água, dispositivos economizadores e uso de materiais certificados e recicláveis.

A reabilitação do edifício, ao priorizar o reaproveitamento da estrutura existente, reduziu significativamente os impactos ambientais em comparação a uma construção nova. Estimativas do *Carbon Leadership Forum* indicam que construções novas em concreto armado geram entre 500 e 800 kg de CO₂e/m², enquanto projetos de reabilitação emitem de 200 a 400 kg CO₂e/m².

Com base na área construída de 1.406,42 m², estimou-se que a reabilitação evitou cerca de 422 toneladas de CO₂e — valor que pode ser convertido em créditos de carbono em programas voluntários de compensação ambiental.

Tipo de Intervenção	Emissão Estimada (kg CO₂e/m²)	Emissão Total (kg CO₂e)
Construção Nova	600	843.852
Reabilitação	300	421.926
Redução Estimada	---	421.926

Tabela 1 : Tabela comparativa de emissões em construções novas e reabilitações.

Fonte: Autoral.

Verifica-se, portanto, que uma reforma ou reabilitação do edifício evitaria aproximadamente 422 toneladas **de CO₂e**. Esse volume de carbono poderia, inclusive, ser convertido em créditos de carbono em programas voluntários de compensação ambiental.

A análise indica que, apesar de ainda não alcançar a pontuação mínima exigida para a certificação LEED, a adoção de medidas adicionais — como dispositivos de economia de água, ventilação natural, materiais recicláveis e energia fotovoltaica — pode tornar possível atingir o nível Certified, sem comprometer o caráter patrimonial do edifício.

Conclusão

A análise crítica do fluxo de carbono, orientada pelos princípios da certificação LEED, evidencia o potencial das práticas de reabilitação em promover reduções expressivas nas emissões associadas à construção civil. Preservar edificações históricas, como o bloco “D” da SQN 403, demonstra que é possível aliar conservação patrimonial, desempenho ambiental e responsabilidade social.

Em um setor historicamente marcado por altos índices de consumo de recursos naturais e geração de resíduos, a adoção de estratégias que priorizam a reutilização de estruturas existentes representa um avanço significativo. A reabilitação de edificações reduz a demanda por novos materiais, diminui a extração de matérias-primas e atenua os impactos decorrentes do transporte e da execução de novas obras. Além disso, promove uma abordagem mais consciente, que reconhece o valor intrínseco das preexistências urbanas e seu papel na identidade cultural das cidades.

Adotar a reabilitação como diretriz estratégica também implica em repensar políticas públicas, diretrizes urbanísticas e práticas projetuais. É fundamental que gestores, arquitetos e engenheiros incorporem a lógica da economia circular em seus processos decisórios, considerando não apenas o custo imediato das intervenções, mas também os benefícios de longo prazo para o meio ambiente e para a sociedade. Incentivos fiscais, flexibilização de normas e fomento à pesquisa são caminhos que podem fortalecer essa agenda. Ao integrar sustentabilidade, memória e inovação, a reabilitação se consolida como um vetor de transformação para cidades mais justas, eficientes e ambientalmente comprometidas.

Mais do que restaurar edificações antigas, a reabilitação deve ser vista como uma estratégia sustentável, capaz de prolongar a vida útil dos edifícios, minimizar impactos ambientais e contribuir para a construção de cidades mais resilientes. Nesse contexto, certificações ambientais não devem ser apenas selos de mercado, mas instrumentos de transformação urbana.

Ao valorizar a longevidade das construções e incentivar reabilitações qualificadas, abre-se espaço para um novo paradigma no setor da construção civil: menos demolição, mais regeneração. Preservar não é apenas manter o passado, mas garantir um futuro ambientalmente mais responsável.

Referências

- ALVES DA SILVA, h. C.; LOPES, s. C. **Estudo comparativo da emissão de co2 e energia embutida entre estruturas em alvenaria e em steel frame comparative study of co2 emissions and built-in energy between masonry and steel frame structures**. [s.d.].
- ASSUMPÇÃO, m. P.; TAVARES, p. A.; COUTINHO, e. C. Balanço de carbono em cidades da Amazônia: estudo de caso em Belém, Brasil. **Urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 11, p. 1–17, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180186>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- BS ISO 15686-5. **Buildings and constructed assets - Service life planning - Life cycle costing**. Reino Unido, UK: 2017.
- CASSAR, B. C. **Análise comparativa de sistemas construtivos para empreendimentos habitacionais: alvenaria convencional x light Steel frame**. Rio de Janeiro: [s.n.].
- CEN - CEN TC. **EN 15941 - Sustainability of construction works**. (European Committee, Ed.) Sustainability of construction works – Data quality for environmental assessment of products and construction work – Selection and use of data. Bruxelas, BE: 2024.
- Dias, R. M. et al. Avaliação do potencial de sequestro florestal de carbono de matas ripárias em áreas de preservação permanente com o uso de sistema de informações geográficas (SIG). **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 34, p. 30–45, dez. 2014.

- FERREIRA, M.; GOROVITZ, M. **A invenção da Superquadra**. Brasília: Iphan, 2025.
- HILL, s.; HUNZIKER, R. **Achieving net-zero buildings Key actions for market transformation**. Genebra, SW: [s.n.].
- ISO CENTRAL SECRETARIAT. **ISO 13823 - General principles on the design of structures for durability**. Geneva, Switzerland: 2008.
- FONSECA, Maria Julia M.; MAINTINGUER, Sandra I. Aplicação da logística reversa na construção civil como mecanismo ambiental sustentável em políticas públicas. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba - PR, v. 5, ed. 1, p. 140-149, 2018.
- CAVALHEIRO, Odilon P. **Alvenaria estrutural Tão antiga e tão atual**. s/l., 2009.
- OLIVEIRA, I. P. **Critérios para certificação e avaliação de edificações: uma abordagem integrada em degradação e Desempenho**. Brasília: Universidade de Brasília - UnB, 2023.
- RODRIGUES, W. A. **Estimativa de estoque de carbono através da biomassa viva em projetos de restauração florestal com diferentes idades na região da Costa do Descobrimento – BA**. Nazaré Paulista: IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável) – Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade.
- SILVA, V. G. **Avaliação do desempenho ambiental de edifícios**. Campina Grande: [s.n.].
- SINDUSCON-SP; SNH; GIZ. **CECarbon - Calculadora de Consumo Energético e Emissões de Carbono para Edificações**. s/l., s/d.
- THOMAS KLASSON, K. et al. **Estimation of carbon credits in carbon dioxide sequestration activities**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/228518044>>.
- THOMAS, R. **Environmental Design: An Introduction for Architects and Engineers**. 3. ed. London: Taylor & Francis, 2006. v. 1
- TOCCHETTO, M. R. L. **Gerenciamento de Resíduos Sólidos**. Santa Maria: [s.n.].
- SILVA, V. G. **Tecnologias para construção habitacional mais sustentável Habitação mais Sustentável**. São Paulo: [s.n.].
- YATES, Alan. et al. **Breeam 98 for offices (revision of BR240 + 234)**. London: CRC, 1998.

A Parte e o Todo: o caso do edifício Banco do Brasil, Sede I, em Brasília/DF

*Laura Ribeiro de Toledo Camargo
Maurício Guimarães Goulart*

Conjunto urbanístico de Brasília: o Todo

O Conjunto Urbanístico de Brasília passou por um percurso de reconhecimento que o diferencia da maioria dos bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial: teve seu Dossiê submetido à Unesco antes de ser reconhecido no contexto da política federal de preservação do patrimônio, em 1986, o que fez com que sua apreciação pelo Comitê do Patrimônio Mundial fosse adiada até que fosse providenciado o instrumento de proteção pelo Estado-parte, o Brasil.

Com vistas a obter a almejada inscrição, um ano depois, os arquitetos Lucio Costa e Ítalo Campofiorito foram chamados a elaborar esse instrumento de proteção e pensar a estratégia capaz de compatibilizar a necessária preservação das características essenciais de Brasília – pode-se dizer, da cidade “inventada” por Costa, na forma com que foi implantada no território – com o desenvolvimento vindouro de uma cidade jovem, então com 27 anos de inaugurada.

Resgatou-se então o discurso das “escalas urbanísticas”, que Costa havia iniciado em “Sobre Arquitetura” (1962)¹, com o intuito de

¹ “Certos críticos de Brasília a qualificam como uma cidade em que o homem foi esquecido. Nunca ouvi disparate maior. Brasília foi concebida precisamente para o homem e isto em função de três escalas diferentes, porque a chamada **escala humana** é coisa relativa. O italiano da Renascença, por exemplo, se sentiria diminuído se a porta de sua casa tivesse menos de cinco metros de altura. Assim, é o jogo de três escalas que vai caracterizar e

criar um instrumento que propiciasse flexibilidade para o futuro desenvolvimento da cidade, visto que se encontrava naturalmente incompleta. À descrição das conhecidas quatro escalas – monumental, residencial, gregária e bucólica - no Decreto nº 10.829/1987, instrumento apresentado à Unesco em 1987, foram acrescentados alguns edifícios, fossem eles icônicos, referenciais na paisagem da cidade ou representativos do Movimento Moderno. São eles os Palácios do Planalto, do Supremo Tribunal Federal, do Itamaraty, da Justiça, o Congresso Nacional, o Panteão da Pátria, os Ministérios e a Catedral, todos mencionados no artigo 3º da Portaria nº 04/90 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que descreve a “escala monumental”. Atualmente, são possuidores do tombamento específico, individual ou em conjunto, o que os torna merecedores de proteção integral – ou, melhor definindo, dá aos órgãos de patrimônio a prerrogativa de opinar sobre qualquer intervenção a ser efetuada sobre eles.

O mesmo não se pode dizer sobre outras arquiteturas que, igualmente constituintes do singular *skyline* de Brasília, encontram-se – no dizer de alguns – *tombadas como partes do conjunto*, mas não

dar sentido a Brasília quando a cidade tomar verdadeiramente pé.

Primeiro, a escala **residencial**, ou quotidiana, nas áreas de vizinhança constituídas de superquadras, que, embora autônomas, se encadeiam umas às outras, permitindo às pessoas encontrar-se, conversar, conviver, compreender-se.

A segunda é a escala dita **monumental**, em que o homem adquire dimensão coletiva; a expressão urbanística desse novo conceito de nobreza – que não se opõe ao individual, mas o acrescenta e enriquece – traduz-se no jogo mais livre do espaço e numa comodulação arquitetônica maior. (...)

Finalmente, a escala **gregária**, onde as dimensões e o espaço são deliberadamente reduzidos e concentrados a fim de criar clima propício ao agrupamento, tanto no sentido exterior da tradição mediterrânea, como no sentido nórdico do convívio interior. (...)

Poderemos ainda acrescentar mais uma quarta escala, a escala **bucólica**, das áreas cobertas destinadas a fins-de-semana lacustres ou campestres.” (Depoimento publicado no Jornal do Brasil, em 08/11/1961, transcrito em Costa, 1962, p. 343-345, grifado na edição de 1962)

gozam das mesmas garantias daquelas obras mencionadas de autoria de Oscar Niemeyer. Ao longo das décadas após o tombamento federal e distrital, ocorrido em 1990, inúmeros exemplares significativos da arquitetura moderna vêm sendo descaracterizados por reformas pouco criteriosas. A arquitetura de tais edifícios seria facilmente considerada excepcional em qualquer outro contexto urbano em que houvesse preocupação com a preservação de seus principais edifícios, mas não em Brasília - onde a “preservação por escalas”, em que pese ter cumprido seu objetivo de propiciar uma “preservação dinâmica” (termo em voga na época da elaboração do Dossiê mencionado no início deste texto, oriundo do GT Brasília²), é sempre utilizada como argumento quando se deseja conferir legitimidade à substituição de fachadas ou edifícios inteiros, defendendo-se a manutenção de volumetrias como suficiente.

Basta um olhar atento sobre as diversas superquadras, erguidas em épocas posteriores ao início de Brasília, para perceber que a “escala residencial” vem sendo gradativamente alterada, em altura (com a adição de coberturas e torres de circulação vertical cada vez mais altas), volumetria (com a adição de varandas e posteriormente de volumes fechados aos prismas retangulares originais) e materiais (com a remoção de revestimentos tipicamente modernos e sua substituição por outros que atendam a modismos³).

2 Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, criado em 1981, constituído por SPHAN/Pró-Memória, UnB e DePHA/GDF. Sobre sua atuação, ver BRASIL, 2016.

3 Sobre a gradativa alteração da volumetria dos blocos de superquadras, ver Ficher et alii (2009).



Figura 1: Escala gregária, Setor Bancário Sul. Foto de Joana França (BARATTO, 2023).

Indicação de preservação: mera intenção ou instrumento efetivo?

As áreas onde predomina a “escala gregária” - que, como no caso da “escala residencial”, não possuem nenhum edifício mencionado na Portaria nº 04/90, e nem mesmo nas demais portarias elaboradas pelo Iphan para aperfeiçoar e complementar seus critérios (nº 314/92 e 166/2016) - não tiveram, até o momento, estudos capazes de identificar as arquiteturas merecedoras de proteção individual. Quando surgem novas demandas – como ocorreu com a organização da Copa do Mundo Fifa de 2014, com a proposta de inserção de habitação no Setor Comercial Sul e com a formulação e tramitação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) - aplica-se usualmente o entendimento de que,

sendo os setores centrais caracterizados pela alta densidade e verticalização, e sendo variáveis as alturas dos edifícios, a renovação pode ocorrer livremente, permitindo-se, no limite, a demolição de edifícios inteiros.

Demolições já ocorreram sem que houvesse preocupação nem sequer com a documentação das arquiteturas que seriam perdidas. São exemplos alguns hotéis dos Setores Hoteleiro Norte e Hoteleiro Sul, o ginásio Cláudio Coutinho (componente do projeto arquitetônico da arena de piscinas com o mesmo nome, mutilada com a demolição do antigo ginásio) e, mais recentemente, o bloco S da SQS 403.

Buscando oferecer uma alternativa ao desaparecimento ou à descaracterização de arquiteturas típicas do Movimento Moderno no interior do Conjunto Urbanístico de Brasília, o PPCUB propôs o instrumento da “indicação de preservação”, destinado à “catalogação de bens materiais e imateriais com a finalidade de promover a preservação e subsidiar avaliação posterior quanto à aplicação do instrumento do tombamento” (Art. 127, §4º). O estabelecimento de instrumento alternativo ao tombamento encontra guarida na Constituição Federal, cujo artigo 216 preconiza:

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.” (BRASIL, 1988).

A fim de prevenir demolições, pelo menos até que a catalogação, o inventariamento ou outro instrumento de preservação fosse estudado, o PPCUB estabeleceu obrigações para o “órgão responsável pela política cultural” (a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, SECEC), tais como ser consultado em caso de qualquer intervenção ou demolição, nesses exemplares.



Figura 2: Início do desmonte da fachada leste.
Setembro/2024. Acervo Iphan-DF.

Em setembro de 2024, foi iniciada a desmontagem completa das esquadrias das fachadas do edifício conhecido como Banco do Brasil Sede I (Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco A, ou SBS, projeção 31), após a aquisição do imóvel por uma empresa privada. O edifício consta no Anexo IV-B do PPCUB, que elenca prédios com “indicação de preservação”, estando, portanto, sujeito às exigências da lei.

Em outubro de 2024, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal (CONDEPAC/DF), no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo PPCUB, reuniu-se, tendo emitido a Recomendação n.º 5/2024 - SECEC/SUPAC/CONDEPAC-DF, que conclui:

Diante dos argumentos que demonstram a importância do Edifício Sede I na composição do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal (Condepac-DF), por meio de sua Comissão Técnica sobre o Conjunto Urbanístico de Brasília (CT CUB), recomenda a imediata paralisação das obras em andamento. Ademais, requer que o projeto de reforma do Edifício Sede I seja formalmente encaminhado ao Condepac-DF para análise e parecer técnico. Essa avaliação é imprescindível para assegurar que todos os pontos essenciais à preservação do caráter estético, histórico e arquitetônico da edificação sejam rigorosamente observados, garantindo, assim, a proteção de um bem de notável valor cultural para Brasília. (Recomendação nº 5/2024 – SECEC/SUPAC/CONDEPAC-DF)

Em resposta, oito dias após a Recomendação, a Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal (DF Legal) emitiu um “Auto de Notificação”, solicitando a apresentação de projeto. No entanto, embora tenha sido requerida a “imediata paralisação das obras em andamento”, a DF Legal não determinou o embargo.

Identificada a obra em andamento sem qualquer autorização dos órgãos distritais ou do Iphan, o Iphan a havia embargado, antes da manifestação do CONDEPAC, com base legal na Portaria nº 166, cujo artigo 85 garante a seguinte prerrogativa:

§ 2º Iphan, a seu critério e a qualquer tempo, poderá requisitar a análise de outras intervenções no espaço urbano, que julgar pertinentes à preservação do CUB. (Portaria Iphan nº 166/2016)

Uma vez paralisada a obra, a fim de evitar o agravamento dos danos às fachadas do edifício, que é um ícone da arquitetura moderna e um marco na paisagem do Conjunto Urbanístico de Brasília, algumas questões se colocaram em debate:

- Poderia o Iphan embargar a obra, por potencial dano ao conjunto?
- Deveria o órgão de fiscalização distrital (DF Legal) igualmente embargar a obra, haja vista que a ausência de autorização des-

respeitava o recentemente promulgado Plano de Preservação, mesmo remanescendo no Código de Edificações a dispensa de autorização para obras em fachadas?

- Deveria o edifício ser submetido a rito próprio de aprovação nas esferas distrital e federal, em função dessa “indicação”?
- Seria a “indicação de preservação” instrumento suficiente para a atuação dos órgãos de patrimônio, a fim de evitar a descaracterização dos edifícios listados?

O Sede I foi o primeiro caso no CUB em que esse tipo de conflito foi identificado, sendo pioneiro para a atuação dos órgãos competentes expondo as fragilidades normativas e operacionais na implementação do PPCUB, em razão de conflitos com leis pré-existentes. Identificou-se, por exemplo, que o Plano não tratou das divergências entre suas novas disposições o Código de Edificações vigente. Assim, a aprovação (habilitação/licenciamento) continua dispensada pelo Código, e, diante disso, CAP e DF Legal, em função desse conflito normativo, tardaram a exigir aprovação da obra nas fachadas ou garantir o cumprimento de notificações, neste caso concreto. Esse entendimento conflita com a obrigatoriedade de autorização por parte da SECEC e do CONDEPAC para qualquer intervenção ou demolição em edifícios com “indicação de preservação”.

Outro problema identificado é que, mesmo quando se exige a apresentação de projeto – ainda que não prevista expressamente pelo Código de Edificações –, não há penalidade definida no PPCUB para os casos de descumprimento. Nesse aspecto, o embargo da obra era necessário em caráter preventivo – considerando que a “imediata paralisação”, requerida pelo CONDEPAC, deteria o agravamento de eventuais danos ao edifício. Porém, infelizmente não foi este o entendimento da fiscalização distrital. A ausência de sanção fragiliza a efetividade do instrumento, reduzindo o alcance da “indicação de preservação” e, na prática, tornando-a mais próxima de uma intenção declaratória do que de um mecanismo efetivo de proteção.

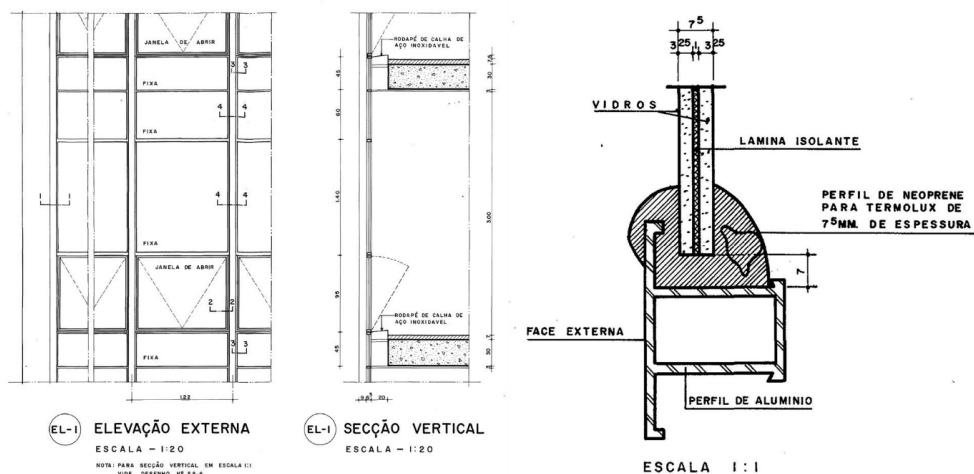
Entre a preservação e a atualização: a construção de um acordo

Em resposta ao embargo e à emissão da Notificação para Apresentação de Documentos (NAD) pelo Iphan, o proprietário apresentou laudos e relatórios de engenharia que procuravam justificar a remoção completa das esquadrias:

As esquadrias das fachadas da edificação já exauriram sua vida útil, não atendem às normas técnicas atuais e nem apresentem grau de desempenho aceitável em relação à segurança, habitabilidade e sustentabilidade. (...) atuais esquadrias de alumínio, combinadas com as estruturas metálicas de sustentação, não comportam restaurações, devendo ser substituídas por sistema moderno. (VICTOR; VICTOR, 2024, p. 41)

O estado de alto desgaste das fachadas existentes, o que a princípio era visível... após a primeira desmontagem já se apresentou crônico e perigosamente próximo de colapso. (NONATTO, 2024, p. 2)

A fachada original foi projetada por Ary Garcia Roza de forma independente da estrutura. O sistema de esquadrias é afastado do estrutural por uma coluna metálica, apoiada em braços chumbados no concreto. Na busca por soluções adequadas ao clima, diferentes de *brise-soleil* ou cobogó, Roza criou um sanduíche de vidro, entremeado por uma fina lâmina isolante. Esse sistema não apresentou o desempenho esperado e a solução final foi adaptada para um vidro mineral que filtrava os raios infravermelhos e ultravioletas, eliminando uma parcela da radiação solar que entra no edifício e evitando o seu aquecimento excessivo. Do ponto de vista da aparência e leveza da fachada, a solução se mostrava adequada, mas do ponto de vista do desempenho térmico total, ela ainda era reconhecida por suas limitações, constituindo-se, segundo Lima (2012b) em um dos pontos fracos do edifício.



Assim como em outros edifícios construídos no início de Brasília, o Sede I apresentava um vidro simples, geralmente com espessura de 6 mm, na composição de suas vedações. As normas atuais para fachadas verticais (como a ABNT NBR 7199/2016) exigem o uso de vidro de segurança, geralmente temperado ou laminado, com espessuras de 8 a 10 mm, dependendo da situação. Isso implica a substituição dos montantes originais, que não suportam essa carga ou espessura. Além disso, o sistema de vedações original contava com um componente (o módulo abaixo do peitoril) sendo basculante do tipo tombar para o interior do edifício. Foi informado ao Iphan que esse tipo de abertura não é mais aceito por questões de segurança, o que também implicaria em alterações na dinâmica de abertura dessas vedações. Para manter-se a possibilidade de ventilação cruzada no edifício, a solução proposta foi a alteração do módulo acima do peitoril, no nível do observador, que passou a abrir para fora.

Quanto à segurança, a configuração original possui outra fragilidade: a dimensão do peitoril, de 96 cm, encontra-se abaixo dos

limites atualmente estabelecidos pelas normas, que exigem no mínimo 110 cm. A adequação dessa dimensão não se restringe a um ajuste pontual, pois tem o potencial de alterar também a proporção entre as partes das esquadrias, repercutindo no desenho da fachada. Dessa forma, a simples atualização do sistema de vedação do edifício para atender às normativas vigentes implica na substituição dos vidros, das esquadrias e na modificação de suas dimensões originais.

O Movimento Moderno tem como referência os fundamentos descritos por Le Corbusier nos cinco pontos da nova arquitetura: pilotis, planta livre, fachada livre janela em fita e terraço-jardim. Os cinco pontos estão presentes no Sede I. Nesse contexto, as fachadas envidraçadas, as proporções dos módulos e a composição de vidros e montantes concebida pelo arquiteto são centrais para a identidade da obra. Anunciada como necessária para a atualização do edifício face às novas normas de segurança e desempenho, a intervenção resultaria, na prática, em um redesenho completo de sua fachada. Não faltam exemplos, em Brasília, de casos semelhantes que comprometeram a identidade de obras modernistas.

O início da desmontagem das esquadrias do Sede I gerou forte repercussão na cidade, com o Iphan recebendo diversas denúncias sobre a execução da obra. As manifestações destacavam o dano potencial ao conjunto urbano tombado em nível federal, considerando que o edifício é um de seus elementos arquitetônicos de maior destaque. A fachada, em especial, é um componente definidor da identidade do prédio perante o público, sendo a sua coloração verde parte marcante dessa imagem. Conforme afirmou Lima (2012b), as pessoas se referiam ao Sede I como o edifício verde do Setor Bancário Sul.

A importância do edifício Banco do Brasil Sede I no cenário urbano e arquitetônico de Brasília foi reconhecida pelo proprietário nas tratativas iniciais com o Iphan, ressaltando a intenção de manter a estética do edifício. Contudo, essa intenção não se refletiu de forma consistente no projeto apresentado. A proposta

inicialmente enviada pelo proprietário (Figura 4) exibia a substituição completa do sistema de vedação do edifício, atualizando-o para as normativas vigentes.



Figura 4: Imagem renderizada do projeto inicialmente apresentado ao Iphan para substituição das esquadrias (CROSARA, 2024).

Durante a análise técnica, foram identificados problemas relevantes no projeto. Em primeiro lugar, constatou-se a ausência de um levantamento confiável e detalhado da situação existente, o que comprometia a elaboração de soluções compatíveis com as condições originais da edificação. Além disso, observou-se uma tendência de homogeneização da fachada, aproximando-a das soluções utilizadas atualmente, desconsiderando as especificidades arquitetônicas do Sede I. Por fim, verificou-se que as alterações propostas estavam fundamentadas quase exclusivamente nas normas de desempenho atuais — como especificações de fabricantes, exigências de prevenção a incêndios, acessibilidade e segurança dos usuários —, sem considerar adaptações mais sensíveis à condição histórica do edifício. Um exemplo disso foi a alteração da altura dos peitoris, que impactaria diretamente as linhas e proporções

originais da fachada, comprometendo sua autenticidade e valor arquitetônico.

Diante desse quadro, o Iphan estabeleceu diretrizes de preservação específicas para orientar a intervenção no edifício, desta vez baseadas no levantamento da situação existente, definindo claramente os elementos a serem mantidos em razão de seu valor histórico e arquitetônico. Entre essas diretrizes, destacou-se a necessidade de manter o desenho original das fachadas, com a marcação e a modulação das esquadrias realizadas por montantes metálicos intercalados com painéis de vidro, característicos do sistema de *curtain wall* que distingue essa obra. Além disso, foi determinada a preservação da transparência e da coloração dos vidros, entendidos como atributos essenciais para a leitura da fachada e para a identificação do edifício na paisagem urbana. Essas orientações buscavam garantir que eventuais atualizações técnicas não descaracterizassem o projeto de Ary Garcia Roza, assegurando a manutenção da imagem do Sede I como um marco visual e simbólico do Setor Bancário Sul.

O processo fiscalizatório do Iphan teve como encaminhamento a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre as partes. Por esse instrumento, a empresa apresentou levantamento (*as built*) dos pavimentos da torre, como uma forma de documentação detalhada dos elementos a serem removidos. O TAC incluiu também a obrigação de apresentação do projeto executivo, completo e detalhado, contemplando todos os pavimentos, bem como de amostras de materiais e protótipos (como exemplos, vidros e esquadrias, respectivamente), para análise e aprovação do Iphan, objetivando que a forma da nova fachada seja convergente com a anterior. O TAC ainda obriga a empresa a guardar, em local seguro, um conjunto das esquadrias originais, para comparação com as amostras a serem apresentadas durante a obra.

Nesse sentido, demonstrou-se na prática que a identificação de um patrimônio material edificado e sua preservação não pressupõem o seu “engessamento” em relação a projetos ou intervenções

específicas, uma vez que as adaptações necessárias às exigências de segurança e desempenho foram viabilizadas. Importa, contudo, destacar que, confiados aos órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural, a análise e o acompanhamento dos projetos resultaram numa gestão das mudanças orientada pela necessidade de preservação, ao invés da implementação acrítica de novas soluções.

A atualização de materiais componentes das fachadas, como esquadrias, quando desconsidera as especificidades dos edifícios modernos, pode promover a sua completa descaracterização, como nos casos do Edifício Caixa Econômica, de Eduardo Negri, no SBS, e do Edifício Portobrás, atual Dataprev, de Lelé, no Setor de Autarquias Sul, destacados por Luiz Araujo (2021). Entretanto, quando efetuada de maneira responsável e cuidadosa, a atualização de materiais pode promover o uso contínuo e o consequente usufruto pela população, o que é desejado – em essência -- para a preservação de bens culturais acautelados. Em intervenções recentes, acompanhadas pelo Iphan, o Touring Club do Brasil (adaptado para abrigar o SESI Lab) e o Bloco O, componente do Conjunto dos Ministérios e Anexos, tiveram a substituição da fachada envidraçada por materiais novos, sem que se alterassem de forma significativa a estética dos edifícios e os valores neles identificados.

Preservar mais, respeitar as especificidades: o que esperar dos novos instrumentos?

O caso do Banco do Brasil Sede I, bem como outros anteriores, mostra que a aplicação de um instrumento de preservação não impede atualizações nos edifícios, adicionando-lhes – isso sim – uma “camada” de cuidado quanto às especificidades da arquitetura moderna. Até mais fortemente que as arquiteturas de épocas mais remotas, por representarem uma era de experimentação tecnológica, os edifícios modernos são modelos abertos para atualizações e aperfeiçoamentos. Por outro lado, além da forma rígida, “fechada”, possuem frequentemente elementos que os singularizam – tais como materiais, linhas gráficas, cores, texturas e elementos inte-

grados, entre outros – o que exige maiores elaboração e cuidado nas intervenções.

Assim, cotejando, de um lado, a forma e os materiais típicos, e de outro, uma dose de tolerância à mudança, que entendemos adequada ao caso, manejamos os seguintes aspectos, no Termo de Ajustamento de Conduta do Edifício BB Sede I:

- alteração dos materiais de esquadrias visando ao melhor funcionamento, porém com manutenção do desenho das fachadas: modulação, paginação e proporção das aberturas e coloração dos vidros;
- manutenção dos brises e venezianas;
- aprovação do levantamento *as built* (de todos os pavimentos, inclusive do embasamento);
- aprovação do projeto de intervenção pelo Iphan;
- cumprimento das previsões do PPCUB (“indicação de preservação”);
- acompanhamento pontual da obra.

O caso concreto foi gerido a partir de um Termo de Ajustamento de Conduta, após atuação da fiscalização do Iphan. No entanto, esperava-se que as instituições distritais, a quem cabe o cumprimento do Plano de Preservação e consequentemente as providências relativas aos bens com “indicação de preservação”, assumissem a tarefa depois de tomada a medida preventiva mais extrema, o embargo da obra. Com tal medida, interrompeu-se a intervenção mais nefasta para o edifício - a desmontagem de suas fachadas sem um levantamento da situação pré-existente – viabilizando as medidas de preservação. Pela experiência aprendida, notou-se que a novidade representada pelo PPCUB, além dos conflitos legais não sanados, exigirá uma postura mais proativa no cumprimento da lei.

Quanto às questões elencadas no início deste artigo, vale a pena considerá-las no desenvolvimento de instrumentos complemen-

tares, bem como na eventual regulamentação da “indicação de preservação” pelo Distrito Federal.

Poderia o Iphan embargar a obra, por potencial dano ao conjunto?

A gestão do patrimônio tombado, principalmente do Conjunto Urbanístico de Brasília, é compartilhada entre o Iphan e o Governo do Distrito Federal, cabendo a este os instrumentos de controle urbano, e a ambos a fiscalização de obras. Vale lembrar que a atuação conjunta, nas atribuições comuns, não é uma redundância, visto que na prática uma reforça a outra, ainda que cada ente aja de acordo com seus regulamentos próprios. Este foi também um dos raros casos em que o Iphan evocou para si o controle de um aspecto ou elemento do conjunto não previsto explicitamente em suas Portarias nº 314/92 e 166/16, superando a “preservação por escalas”, isto é, atuando em obra específica com o objetivo de impedir a descaracterização de um edifício icônico.

Deveria o órgão de fiscalização distrital (DF Legal) igualmente embargar a obra, haja vista que a ausência de autorização desrespeitava o recentemente promulgado Plano de Preservação, mesmo remanescendo no Código de Edificações a dispensa de autorização para obras em fachadas?

Um dos aspectos que o caso concreto explicitou foi a desarticulação do PPCUB com a legislação edilícia pré-existente. Embora a legislação urbanística tenha sido parcialmente superada pelo PPCUB, ainda coexistem inúmeros regulamentos que indicam permissão para alterar volumetrias, aprovar projetos de forma expedita (ou dispensar a aprovação) mesmo em edifícios ou conjuntos tombados, e, além disso, persiste alguma indefinição sobre atribuições (das Secretarias que lidam com o patrimônio protegido), fluxos e exigências diferenciadas, com vistas ao controle de intervenções em bens tombados. No caso concreto, há que se considerar ainda

a incidência de normas federais e distritais, sendo que o embargo poderia ter sido adotado como ação preventiva pelo Governo do Distrito Federal, enquanto não cumpridas as exigências presentes no PPCUB.

Deveria o edifício ser submetido a rito próprio de aprovação nas esferas distrital e federal, em função dessa “indicação”?

A “indicação de preservação” foi proposta pela SECEC, ao longo da formulação do PPCUB, como instrumento destinado à identificação e preservação das arquiteturas que compõem o Conjunto Urbanístico de Brasília. Como uma precaução para os casos em que fosse requerida a demolição de um desses edifícios, antes que os necessários estudos fossem realizados, foram definidas obrigações para a SECEC e para o CONDEPAC, além da possibilidade de consulta ao Grupo Técnico Executivo (GTE), oriundo de acordo de cooperação entre Iphan, SECEC, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e DF Legal. A ideia era justamente que os exemplares com “indicação de preservação” não obedecessem a ritos sumários ou simplificados de aprovação, com o intuito de adicionar precaução ao processo de aprovação. Entretanto, o PPCUB não mexeu na estrutura organizacional do campo da preservação do patrimônio no Governo. Assim, sem um órgão central imbuído da premissa de efetuar uma gestão orientada pela preservação do patrimônio, a política de preservação ainda padece da escassez de recursos (financeiros e humanos) e da indefinição de atribuições, critérios e fluxos que favoreçam essa preservação.

Perspectivas para o futuro: as partes do conjunto urbanístico de Brasília

à guisa de conclusão, retomamos uma última questão suscitada pelo caso relatado, que pode indicar caminhos para o futuro tratamento da preservação das arquiteturas do Conjunto Urbanístico de Brasília.

Seria a “indicação de preservação” instrumento suficiente para a atuação dos órgãos de patrimônio, a fim de evitar a descaracterização dos edifícios listados?

A motivação de fundo que levou à proposição da “indicação de preservação” no PPCUB é a necessidade de se enfrentar o problema da inefetividade da “preservação por escalas” para a manutenção de arquiteturas individuais. Valorosos exemplares da arquitetura moderna estão presentes no Conjunto Urbanístico de Brasília, mas, por não contarem com instrumentos adequados, não gozam do mesmo grau de proteção dos palácios e museus de autoria de Oscar Niemeyer, detentores de tombamentos específicos, por exemplo.

Claro está que o instrumento não será suficiente, se não avançarmos na “catalogação de bens materiais e imateriais com a finalidade de promover a preservação e subsidiar avaliação posterior quanto à aplicação do instrumento do tombamento” (Art. 127, §4º, do PPCUB). As obrigações dadas à SECEC e ao CONDEPAC, bem como a possibilidade de consulta ao GTE, indicam precaução ao lidar com obras nesses edifícios e, transitoriamente, podem impedir seu desaparecimento, porém não resolvem a atual ausência de critérios de intervenção. Contudo, a “indicação de preservação” representa o primeiro passo na direção de reconhecer o valor das arquiteturas individuais em Brasília, cuja descaracterização tem sido frequentemente denunciada nos meios profissionais.

A análise caso a caso e o acompanhamento dos órgãos competentes, ainda que prévio ao desenvolvimento de inventários ou à instrução de processos de tombamento independentes, precisam ser suficientes para garantir a preservação do conjunto tombado, ou ao menos para impedir perdas, utilizando-se o instrumento presente no PPCUB.

O desenvolvimento de inventários dos edifícios ou conjuntos com “indicação de preservação”, além da elaboração de um rol representativo de cada escala – como já ocorreu com a “escala monumental”, com as portarias do Iphan e os tombamentos específicos – são possibilidades de enfrentamento dessa questão. Em contraste com

a “preservação por escalas”, a elaboração de listas oficiais – desde que acompanhadas de caracterização, critérios mínimos de intervenção e avaliação quanto à significância dos principais edifícios do CUB, não detentores de tombamento específico - alteraria o foco dos profissionais e usuários, direcionando um novo olhar ao “conjunto de arquiteturas” que o Conjunto Urbanístico contém.

Por fim, ao trazer estas ideias ao debate público, este trabalho pretende chamar a atenção para a necessidade urgente de preservação das “arquiteturas ordinárias” de Brasília, e de criação de instrumentos para isso, uma vez que os edifícios monumentais já não mais reclamam reconhecimento – em que pese a contínua necessidade de conservá-los, o que é questão diversa.

Nesse sentido, o Parecer Técnico 60/2024/COTEC IPHAN-DF/IPHAN-DF, constante do processo de tombamento do Sede I, destaca:

O Sede-I possui o diferencial, em relação às obras já protegidas – em Brasília – pelo instrumento do tombamento, por ser tratar de uma edificação construída sem a intenção primordial de se tornar um monumento; as obras de Niemeyer na Praça dos Três Poderes, por exemplo, são desenhadas com esse propósito. O arquiteto Ary Roza chega a afirmar: “[...] o trabalho do Banco do Brasil foi um pouco diferente dos demais porque ele é uma máquina muito definida, que exigia uma série de detalhes. Não era um palácio, era uma máquina funcional muito importante” (ROZA, 1989, apud LIMA, 2017, p. 168). A forma deriva de um programa específico e complexo. O resultado é de grande qualidade plástica e arquitetônica, a ponto de se consolidar também como um espaço histórico e de apropriação cultural e assim ganhar expressividade na paisagem da cidade. (CAMARGO et alii, 2024)

Em Brasília, parece ser consenso que a “arquitetura ordinária” ou cotidiana possua valor em conjunto. Porém, como procuramos demonstrar, o tombamento em conjunto não oferece instrumentos suficientes para sua preservação, deixando inúmeros edifícios em

risco devido a intervenções pouco criteriosas. Urge, então, que lhes seja dirigido um olhar mais sensível, a fim de evitar que a perda de partes acabe por descaracterizar todo o conjunto urbano protegido.



Figura 5: Edifício Sede I, fachada oeste. Acervo Iphan-DF.

Referências

- ARAÚJO, Luiz Eduardo Sarmiento. **Edifícios corporativos modernos em Brasília**: muita reforma, pouca restauração e abandono na capital do Brasil. 14º Seminário Docomomo Brasil – Belém (2021). Belém, 2021.
- BARATTO, Romullo. **Escalas de Brasília, pelas lentes de Joana França**. 09 Jan 2023. ArchDaily Brasil. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/872391/escalas-de-brasilia-pelas-lentes-de-joana-franca>. Acesso em 26 Ago 2025.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **GT Brasília**: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal. Brasília: Iphan, 2016.
- CAMARGO, Laura Ribeiro de Toledo et alii. Parecer Técnico 60/2024/COTEC IPHAN-DF/IPHAN-DF. Documento apresentado em Processo de Tombamento, nº 01450.011786/2015-40, 2024, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <<https://sei.iphan.gov.br>> e <<https://www.gov.br/iphan/pt-br/servicos/sei>>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- COSTA, Lucio. Sobre a construção de Brasília. In: COSTA, Lucio. **Sobre Arquitetura**; 1º volume. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962, p. 342-347.
- FICHER, Sylvia et alii. Os blocos residenciais das superquadras do Plano Piloto de Brasília. In: LEITÃO, Francisco (org.). **Brasília 1960/2010**: passado, presente e futuro. Brasília: GDF/SEDUMA/TERRACAP, 2009, p. 255-269.
- LIMA, Jayme Wesley de. Ary Garcia Roza, um arquiteto moderno brasileiro. **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 150.06, Vitruvius, nov. 2012a. Disponível em <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.150/4556>>. Acesso em 12 Set 2024.
- LIMA, Jayme Wesley de. **O patrimônio histórico modernista**: Identificação e valoração de edifício não tombado de Brasília: O caso do edifício sede do Banco do Brasil. 2012. 195 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2012b.

LIMA, Jayme Wesley de. **Tem que tombar?** Patrimônio moderno e forma alternativa de conservação. 2017. 355 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

NONATTO, Arimateia. **Relatório:** Tópicos indispensáveis à integridade das fachadas. Brasília, 2024. Documento apresentado em Processo de Fiscalização em Bem imóvel, nº 01551.000339/2024-18, 2024, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <<https://sei.iphan.gov.br>> e <<https://www.gov.br/iphan/pt-br/servicos/sei>>. Acesso em: 30 Ago. 2025.

VICTOR, Antônio; VICTOR, Ana Paula Ferreira. **Laudo Pericial de Inspeção Predial de Esquadrias Externas – Fachadas.** Brasília, 2024. Documento apresentado em Processo de Fiscalização em Bem imóvel, nº 01551.000339/2024-18, 2024, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <<https://sei.iphan.gov.br>> e <<https://www.gov.br/iphan/pt-br/servicos/sei>>. Acesso em: 30 Ago. 2025.

Os blocos residenciais das superquadras e os desafios da conservação do moderno

Mariana Ferreira Ramos Jubé

Introdução

É impossível desvincular a paisagem cultural de Brasília de suas edificações habitacionais em altura. Conhecidos como blocos residenciais, os edifícios — usualmente compostos por seis ou três pavimentos sobre pilotis livres — são importantes elementos na composição das superquadras da capital brasileira e fundamentais para proporcionar a “nova maneira de viver” (Costa, 1987, anexo I, p. 8) pretendida por seu urbanista autor, Lucio Costa.

Compõem esse conjunto mais de mil edificações, de diferentes tipos e autorias, que se distribuem entre as quadras da Asa Sul e da Asa Norte da cidade modernista. Apesar de serem importantes exemplares da arquitetura moderna, devido aos atributos que apresentam e à relevância do sítio que integram, não são, em si, objeto de salvaguarda.

Além de as legislações locais apresentarem lacunas, que impõem uma série de empecilhos à proteção desse conjunto (Jubé e Lira, 2024a), essas edificações enfrentam dificuldades comuns aos exemplares do século XX como um todo, que, em razão de suas especificidades somadas ao tempo de vida em que se encontram — com a maioria necessitando de intervenções significativas —, criam um cenário propício a propostas de renovação, especialmente nas fachadas e nos pilotis.

Esse contexto de fragilidade articula-se a um movimento mais amplo de valorização da arquitetura moderna. A partir do final da

década de 1980, a criação de organizações e comitês especializados internacionais, nacionais e locais, com estudos voltados à preservação do patrimônio moderno, — como o Docomomo Internacional (Comitê Internacional para a Documentação e preservação de edifícios, sítios e unidades de vizinhanças do Movimento Moderno) e o Comitê Internacional de Patrimônio do Século XX do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) — contribuiu para o aumento do interesse pela temática e também para o rápido reconhecimento e a inclusão de determinados exemplares desse período na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, como Brasília, primeiro sítio moderno a ser considerado patrimônio mundial pela agência aos 27 anos de existência (Macdonald, 2013).

Em meio a esse crescimento de interesse, também surgiram debates sobre os desafios impostos a tais produções e as possíveis formas de enfrentá-los. Ainda que não seja possível alcançar um consenso absoluto sobre essas questões, pode ser observado a recorrência de determinadas semelhanças e complementaridades nas dificuldades identificadas por diferentes autores no campo da conservação da arquitetura moderna, como Andrew Saint (1996), Susan Macdonald (2003; 2007; 2013), John Allan (2007), Theodore Prudon (2008) e Paula Maciel Silva (2012). Por essa razão, este artigo propõe uma breve reflexão sobre essas adversidades, lidas à luz do panorama dos blocos residenciais das superquadras de Brasília.

Desenvolvimento

Ainda que a conservação de obras modernas seja regida por princípios éticos e teóricos basilares comuns à produção de outros períodos, a onda de evidência dessa temática — entre as décadas de 1980 e 1990 — despertou a necessidade de uma nova abordagem para esse tipo de acervo (Macdonald, 2013). Em meio às elaborações decorrentes desse contexto, foram identificadas particularidades que impõem desafios à preservação da arquitetura moderna, as quais também podem auxiliar na compreensão do cenário delicado em que se encontra a conservação das edificações habitacionais de Brasília.

O primeiro ponto a ser abordado é a falta de atendimento ao que o arquiteto e pesquisador John Allan (2007) denomina como *critério de raridade*. A vasta produção do século XX, ainda existente nos centros urbanos, contribui para uma certa banalização desse tipo de arquitetura, que à exceção das construções icônicas, não são consideradas pelo público em geral, elementos importantes de serem preservados.

Essa grande quantidade de edifícios modernos, segundo Andrew Saint (1996), contribui para que eles recebam um tratamento menos cuidadoso, fator ainda mais problemático quando apresentam cópias exatas ou muito similares, o que pode culminar em sua alteração ou completa demolição — situação que ocorre no panorama brasiliense, onde podem ser encontrados mais de 1.400 blocos residenciais, de maioria construída no século passado e dotados de características gerais comuns (Figura 1) (Jubé e Lira, 2024b). Nesse contexto, o autor cita quatro importantes aspectos que podem ser retomados para argumentar contra tais práticas agressivas: sua popularidade, seus simbolismos, a funcionalidade que apresentam e sua beleza estética.

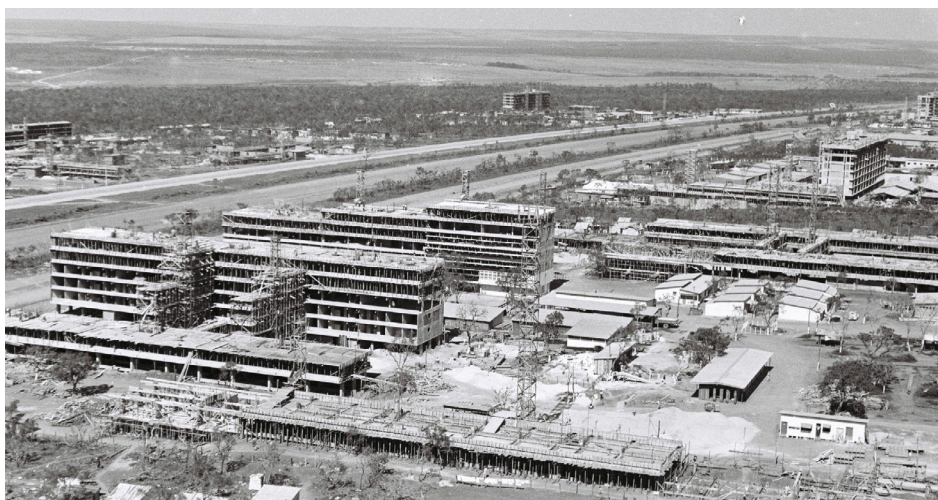


Figura 1: Construção das superquadras de Brasília [1956-1960]
Fonte: Fundo Novacap, Arquivo Público do Distrito Federal.

Vinculado a esse aspecto numérico, e que também dificulta a compreensão dos bens modernos como patrimoniais, encontra-se a questão temporal: o passado de produção recente (Allan, 2007). No caso da capital brasileira, que possui apenas 65 anos de existência, muitos dos atuais moradores ocupam seus imóveis desde o momento em que foram construídos, aspecto que pode ser positivo no sentido de haver, em alguns casos, um vínculo afetivo com a edificação, mas que, em outros, pode contribuir para uma ausência de valoração por se tratar de uma arquitetura presente em seu cotidiano (Figura 2). Sob outra perspectiva, Susan Macdonald (2013) evidencia que o curto espaço de tempo entre a execução e a contemporaneidade tem potencial de oferecer maior acesso às fontes primárias e melhor compreensão das construções, o que poderia ser considerado um fator benéfico para a conservação desses exemplares.



Figura 2: Parquinho de areia em frente à Escola Classe da Superquadra 114 Sul [1962].

Fonte: Fundo Novacap, Arquivo Público do Distrito Federal.

Partindo para uma questão mais relativa a substância desses bens, a pesquisadora brasileira Paula Maciel Silva (2012) menciona que a arquitetura moderna reflete as inovações tecnológicas de seu contexto projetual e construtivo, sendo assim destaca-se o uso expressivo de materiais e técnicas mais aprimoradas, como concreto armado, vidro e aço.

A respeito disso, Macdonald (2007) evidencia outro ponto: os problemas gerados em razão desse *experimentalismo de novas técnicas e materiais*, decorrente da ruptura com os métodos construtivos tradicionais. A necessidade de construção em larga escala — no contexto europeu, impulsionada pela reconstrução das cidades atingidas pela Segunda Guerra Mundial, e no de Brasília, pela alta demanda por habitações decorrente da mudança da capital — culminou na baixa qualidade tanto dos materiais empregados — sobre os quais não havia conhecimentos suficientes a respeito de seu desempenho e segurança em longo prazo — quanto da mão de obra utilizada, pouco especializada.

Nesse mesmo sentido, Allan (2007) menciona que a natureza experimental, tanto da composição plástica dos edifícios quanto dos materiais neles empregados, dificulta o processo de conservação, pois há aspectos autênticos que já eram falhos desde sua concepção. Aqui podem ser citados, por exemplo, a recorrência nos projetos de grandes planos de concreto, sem detalhamentos suficientes, como a presença de pingadeiras para proteger a superfície da ação decorrente das águas das chuvas, ou até mesmo a adoção de peles de vidro sem um peitoril adequado para garantir uma mínima segurança aos usuários. Todavia, Saint (1996) destaca que tais deficiências e falhas criam um cenário favorável à realização de testes e à expansão de técnicas no campo do restauro.

Essas dificuldades impostas pelos aspectos construtivos e projetuais impactam diretamente o *tempo de vida* dessas edificações que — no caso dos blocos residenciais —, embora não tenham sido construídas para fins temporários, se enquadram na durabilidade sugerida por Macdonald (2007): de 25 a 30 anos até necessitarem

de intervenções de nível intermediário e de 50 a 60 anos para ações de maior escala — metade do tempo exigido em comparação com construções tradicionais. Esse ponto pode ser comprovado pelo número significativo de reformas nessas tipologias, tanto na Asa Sul quanto na Asa Norte de Brasília. Tais obras consistem, em sua maioria, em renovações de fachadas e, principalmente, em intervenções nos pilotis. No entanto, há casos de alterações ainda mais significativas, que implicam a demolição parcial do edifício, como ocorre nos blocos K e L da Superquadra 202 Sul, pertencentes à Câmara dos Deputados.



Figura 3: Reforma completa dos blocos K e L da SQN 202.

Fonte: Autoria própria, 2025.

Em meio a essas problemáticas, surge também o *dilema entre os atributos do design e os critérios de autenticidade e integridade*, diretamente relacionados aos dois últimos aspectos abordados. Neste artigo, contudo, não se pretende estender o debate ao tema da funcionalidade, uma vez que, no caso dos blocos residenciais, o uso permanece o mesmo. A ausência de detalhes usuais nas construções, visando priorizar as formas compositivas puras, e a

falta de conhecimento sobre os novos materiais utilizados e seus detalhamentos requisitados ocasionaram — e ainda ocasionam — empecilhos para a garantia da integridade e autenticidade dos bens modernos (Macdonald, 2003). Para Susan Macdonald (2013), o conflito estaria, especificamente, entre a autenticidade do design e a de seus materiais.

Sobre isso, Theodore Prudon (2008) ressalta que, ao mesmo tempo em que os grandes planos transparentes de vidro e os acabamentos dos materiais são importantes para a intenção projetual, usualmente a resistência desses elementos não contribui para a preservação do projeto original dos exemplares do século XX. Assim, nos monumentos modernos, o valor de novidade, proposto por Alois Riegl (2014), é quase sempre perdido em algum grau devido ao mau envelhecimento de seus insumos e peças, sendo, principalmente, o concreto um dos materiais mais propícios a evidenciar manchas e desgaste devido à ação do tempo e das intempéries (Prudon, 2008).

Apesar disso, Saint (1996) reforça que a necessidade de adaptação e reforço de estruturas e revestimentos, são questões não tão recentes e aparecem em construções de outros períodos. Para o autor, o que deve ser questionado é se o edifício continuará a possuir interesse arquitetônico e histórico mesmo após as modificações, sendo que a resposta será encontrada entre a estética e a atualidade e o atendimento à intenção projetual original. O autor ainda conclui que o princípio central na conservação dessas obras deve ser a identificação dos aspectos que concentram esses interesses.

Para Allan (2007), esses fatores poderiam indicar que a significância dos exemplares modernos reside mais em sua essência do que na materialidade propriamente dita. Em complemento a isso, Prudon (2008) pontua que a preservação da arquitetura moderna está intrinsecamente vinculada à manutenção do projeto original, sendo os valores atribuídos aos bens muito mais atrelados ao pensamento projetual do que à matéria original. Essa perspectiva, porém, resulta em ações menos conservativas e a prática de atribuir

maior valor à ideia e à imagem, em detrimento da edificação em si, tem resultado na perda de outros valores significativos que são colocados em sacrifício (Saint, 1996).

Ainda dentro do aspecto da materialidade, encontra-se característica da arquitetura moderna identificada por Macdonald (2007) e posteriormente por Paula Silva (2012): o fato dos exemplares serem pensados também como *imagem fotográfica*. O emprego do recurso da fotografia, inicialmente em preto e branco, apresentou impacto no entendimento das obras retratadas, muitas vezes aparentando serem muito mais simples e homogêneas do que de fato eram (Macdonald, 2007). Pode ser evidenciado também que há, no geral, uma escolha por adotar uma composição fotográfica que raramente contém escala humana ou engloba o entorno, fator que contribui muito para a concepção da arquitetura enquanto obra de arte.

Dentro desse aspecto, Silva (2012) expõe que, principalmente, em razão da eternização das obras finalizadas por meio da fotografia, existe na arquitetura moderna uma preocupação estética maior. Esse fator intensifica a valorização à aparência externa das construções, dificultando a aceitação das marcas geradas pelo tempo, ou seja, provocando a *rejeição da pátina*, já que prevalece a concepção de que a arquitetura moderna deve sempre parecer nova e imaculada (Allan, 2007). Nessa perspectiva, a questão da ausência de resistência dos materiais ao tempo é resgatada e demonstra que a inabilidade de envelhecer de maneira “graciosa”, propicia dificuldades para seguir um dos princípios basilares do campo da conservação: a mínima intervenção (Macdonald, 2007).

No panorama brasileiro apresentado, a materialidade é quase sempre sacrificada quando a viabilidade econômica e técnica permite. Ou seja, ao se comparar as reformas de fachadas — elementos de difícil acesso, com maior área e custo mais elevado para intervenção — com as renovações de pilotis, estas últimas são muito mais frequentes (Jubé, 2025). Entretanto, ao contrário da pretensão de

manter a intenção projetual, apontada por autores da área como um desafio, esse movimento ocorre em razão da alta demanda dos moradores por edifícios com aspecto mais contemporâneo. Tal fato também justifica o maior número de intervenções nos térreos livres, ambientes de maior contato direto com os usuários, o que confirma a dificuldade em reconhecer que tais construções pertencem a um tempo distinto do presente.

Por fim, o último aspecto a ser destacado neste artigo é a *questão do apelo* da arquitetura moderna. Para Saint (1996), a ausência de popularidade está intrinsecamente relacionada a um ponto já abordado: a ausência da raridade. Além disso, segundo o autor, a impopularidade possui raízes mais profundas: a falta de concentração das produções modernas exclusivamente nas elites. Em contraposição, os arquitetos do movimento moderno, em sua maioria, também estavam produzindo construções voltadas às massas, com o objetivo de solucionar o problema da escassez habitacional enfrentado naquele período.

Para Susan Macdonald (2007), essa popularidade conflitante não é restrita às composições modernistas, sendo o movimento de perda de interesse popular após seu auge de apreciação semelhante a outros casos da história da arquitetura.

Na circunstância de Brasília, embora o cenário inicial da produção tenha sido de aceitação positiva, bastante motivada pela campanha de transferência da capital e pelas promessas de desenvolvimento acelerado promovidas pelo governo de Juscelino Kubitschek, a partir de 1964 — ano que marca o início da ditadura militar no país —, o panorama mudou. De acordo com o pesquisador Eduardo Pierrotti Rossetti (2014), o Regime Militar brasileiro provocou o esvaziamento do debate sobre a arquitetura moderna e o isolamento dos arquitetos atuantes, fator que pode ter contribuído para a precoce perda de apelo popular.

No entanto, atualmente, é verificado que a falta de apreciação dessa produção está mais relacionada ao mau envelhecimento das edificações, decorrente tanto da execução deficiente dos elementos construtivos quanto de problemas projetuais, como o reaproveitamento de plantas para diferentes implantações sem a devida atenção técnica (Jubé e Lira, 2024b). Consequentemente, é recorrente, em publicações de periódicos locais em redes sociais (Figura 4), a ocorrência de comentários que apontam a cidade como envelhecida e em necessidade de renovação urgente, comparando as edificações modernas com as construções contemporâneas.

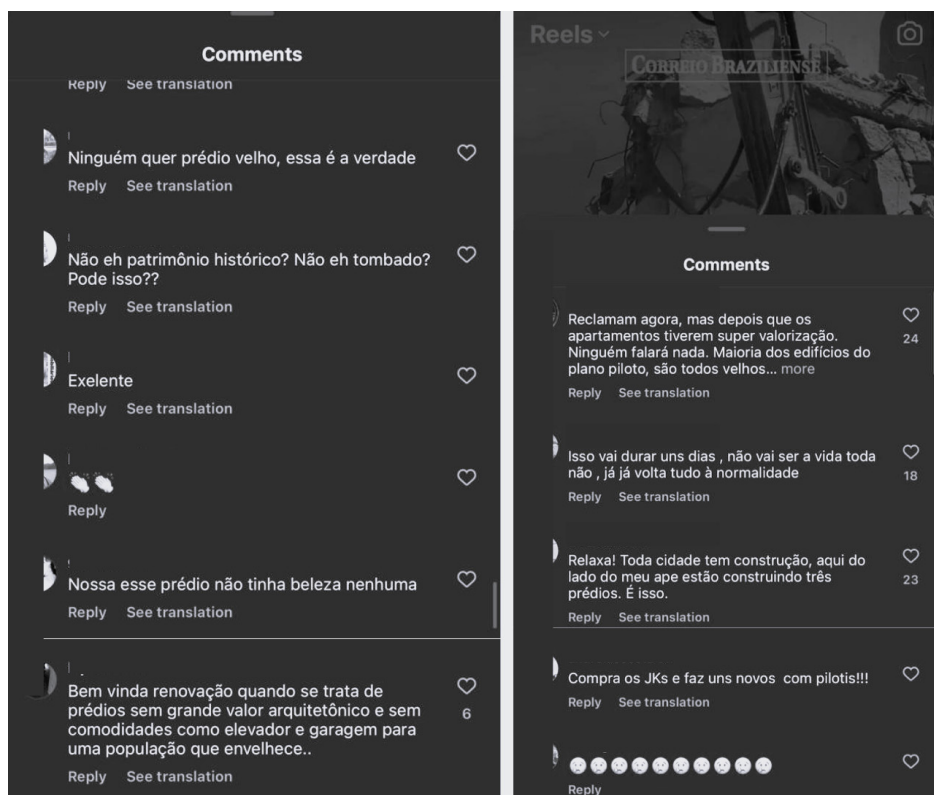


Figura 4: Comentários nas reportagens dos periódicos Metrôpolis e Correio Braziliense sobre a demolição do bloco S da SQS 403. Fonte: Instagram, 2023.

Tendo em vista todas as colocações apresentadas, Allan (2007) sugere que — ao lidarem com intervenções em patrimônios do século XX — os arquitetos devem objetivar atender aos seguintes pontos: inicialmente, entender e identificar o que é significativo na obra e em seu entorno; buscar formas de aprimoramento das performances dos edifícios; e conceber projetos cautelosos e com senso crítico que se adaptem às demandas atuais.

Apesar do contexto desafiador, Susan Macdonald (2013) considera que o debate contínuo e o interesse dos arquitetos contemporâneos pela arquitetura moderna, aliados a iniciativas de recomendações gerais, podem contribuir para a superação de novos obstáculos, especialmente no que diz respeito à preservação da autenticidade da materialidade e da intenção do design. Como resultado dessas discussões, destaca-se uma contribuição significativa e recente: o Documento de Madri–Nova Délhi (2017), elaborado pelo Comitê Internacional de Patrimônio do Século XX do ICOMOS (ISC 20C). Intitulado *Abordagens para a Conservação do Patrimônio Arquitetônico do Século XX*, essa produção teve como objetivo definir critérios para a identificação, conservação, intervenção e gestão do patrimônio arquitetônico do século XX, tornando-se uma ferramenta fundamental no enfrentamento das dificuldades identificadas.

Deve-se evidenciar também que o aumento da atenção dedicada à arquitetura moderna tem reverberado na capital brasileira. Recentemente, têm-se multiplicado iniciativas de valorização da arquitetura moderna de Brasília, entre as quais merecem destaque o livro *A Invenção da Superquadra*, de Matheus Gorovitz e Marcílio Mendes Ferreira (2020); o *Selo CAU/DF*, promovido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal; e os cursos de *Conservação e Intervenção em Edifícios do Plano Piloto de Brasília*, organizados pelo ICOMOS-DF (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – Núcleo Distrito Federal) e pelo IAB-DF (Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento do Distrito Federal). Tais iniciativas funcionam como ações mitigadoras em um panorama

marcado pela escassez de práticas de educação patrimonial e de salvaguarda, promovidas por órgãos governamentais, no que se refere a arquiteturas que, embora cotidianas, desempenham papel essencial na composição da paisagem urbana da cidade.

Considerações finais

Portanto, ao analisar as elaborações de Andrew Saint (1996), Susan Macdonald (2003; 2007; 2013), John Allan (2007), Theodore Prudon (2008) e Paula Maciel Silva (2012), é possível elucidar e identificar as principais singularidades na conservação dos bens modernos. Apesar das produções desses autores nem sempre serem convergentes, há diversos pontos comuns que podem ser aplicados ao conjunto edificado das superquadras.

Primeiramente, nota-se que a questão do experimentalismo de materiais e técnicas é a única que aparece explicitamente em todas as elaborações, sobretudo pelo fato de a autenticidade dos materiais constituir a maior dificuldade a ser enfrentada na conservação dos exemplares do século XX. Seja pela má qualidade de execução — em razão de restrições orçamentárias frequentemente existentes, de uma indústria de novos materiais ainda incipiente, da baixa qualificação da mão de obra especializada ou do projeto inadequado —, seja pela própria natureza dos materiais, por vezes frágeis e empregados em composições de grandes planos, como no caso do vidro, amplamente adotado como vedação de fachadas.

Diretamente vinculado com o ponto acima — e interseccionando-se a ele — está o conflito entre o design e a autenticidade e integridade desses bens, que constitui o segundo aspecto mais recorrente identificado. A adoção de volumes simples, que se valiam das formas puras em oposição ao emprego de elementos complementares, resultou em composições com revestimentos e acabamentos que evidenciam de maneira mais acentuada a pas-

sagem do tempo, comprometendo a pretensão vigente de tratar essas construções como imaculadas.

As formas de lidar com esse impasse divergem entre os autores, embora predomine o entendimento de que se deve priorizar a essência da composição em detrimento da materialidade da obra. No entanto, a prática atual demonstra que esse pensamento pode ocasionar riscos irreparáveis, uma vez que assume caráter subjetivo e pode sacrificar outros valores, como já alertado por Saint (1996).

Também é evidente que outros pontos categorizados — como a rejeição da pátina, o menor tempo de vida e a compreensão dos edifícios enquanto imagens fotográficas — tangenciam os dois aspectos mencionados anteriormente e, quando abordados, revelam consenso ou complementariedade de opiniões. Até mesmo a questão da popularidade conflituosa da arquitetura moderna, no caso de Brasília, parece recair sobre os desafios impostos pela própria substância desses bens modernos. Por último, destaca-se que a ausência do critério de raridade e o fato de terem sido construídos em um passado recente são fatores decisivos para o não reconhecimento da produção do século XX enquanto patrimônio.

Diante de todas essas questões, observa-se que o panorama dos blocos residenciais das superquadras, embora apresente particularidades próprias do conjunto, compartilha principalmente dificuldades típicas do período em que foram concebidos (Figura 5). Embora esse debate não produza diretamente um manual para enfrentar os desafios da preservação desses exemplares, oferece um ponto de partida para compreender suas adversidades e avançar nos esforços de conservação dessas construções.

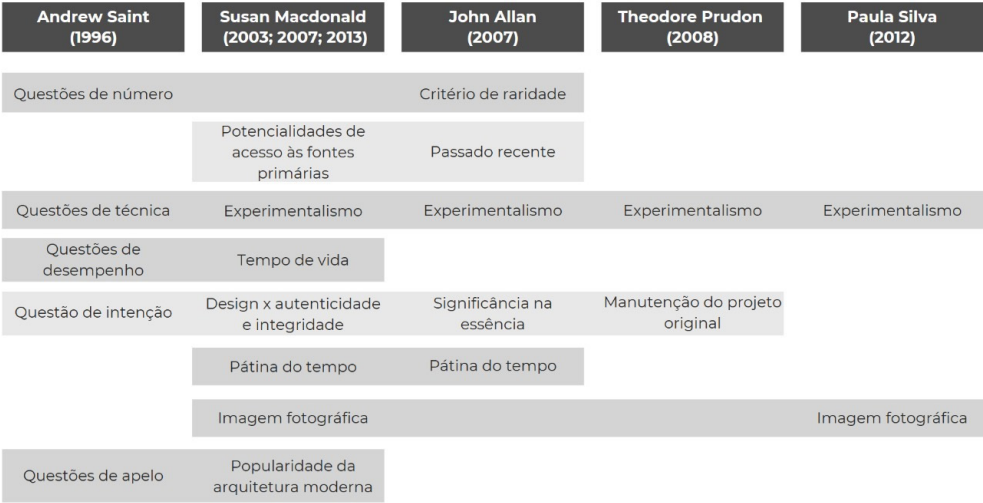


Figura 5: Quadro síntese das abordagens comuns e conflitantes sobre os desafios da conservação da arquitetura moderna. Fonte: Autoria própria, 2025.

Referências

ALLAN, John. Points of balance: patterns of practice in the conservations of Modern Architecture. In: MACDONALD, Susan; NORMANDIN, Kyle; KINDRED, Bob. **Conservation of Modern Architecture**. Shaftesbury: DonheadPublishing, 2007.

COSTA, Lucio. **Brasília Revisitada**. Brasília: Diário Oficial do Distrito Federal - Decreto n.º 10.829, de 14 de outubro de 1987.

JUBÉ, Mariana Ferreira Ramos. **Desafios e potencialidades da conservação**: Preservação dos blocos residenciais das superquadras de Brasília. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB. 2025.

JUBÉ, Mariana Ferreira Ramos; LIRA, Flaviana Barreto. PATRIMÔNIO E LEGISLAÇÃO: Lacunas na preservação dos blocos residenciais das superquadras de Brasília. In: **Libro de Ponencias XVI Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo**. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, Grup de Recerca en Urbanisme, 2024a. v. 16.

- p. 140-147. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/entities/publication/2016bbf6-7610-4994-b7f3-f584a362bb8c>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- JUBÉ, Mariana Ferreira Ramos; LIRA, Flaviana Barreto. BRASÍLIA, RESIDENTIAL BLOCKS AND THE VENICE CHARTER. In: **ICOMOS 2024 Scientific Symposium Proceedings**. UFOP/ UFMG Campus, 2024b. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/icomos-scientific-symposium-2024-439820/869743-BRASILIA-OS-BLOCOS-RESIDENCIAIS-E-A-CARTA-DE-VENEZA--BRASILIA-RESIDENTIAL-BLOCKS-AND-THE-VENICE-CHARTER>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- MACDONALD, Susan. 20th century Heritage: Recognition, Protection and Practical Challenges. In: **ICOMOS World Report 2002-2003 on monuments and sites in danger**. Paris: ICOMOS, 2003.
- _____. Materiality, monumentality and modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places. In: MACDONALD, Susan. NORMANDIN, Kyle C. KINDRED, Bob. **Conservation of Modern Architecture**. Shaftesbury: Donhead Publishing, 2007.
- _____. Modern Matters: Breaking the Barriers to Conserving Modern Heritage. In: **Conservation Perspectives: Conserving Modern Architecture**, 2013.
- PRUDON, Theodore H. M. **Preservation of Modern Architecture**. 1. ed. Londres: Wiley, 2008.
- RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua história e suas origens**. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014. 88 p.
- SAINT, Andrew. Philosophical principles of modern conservation. In: MACDONALD, Susan (org.). **Modern Matters**. Londres: Donhead, 1996. p. 15-28.
- SILVA, Paula Maciel. **Conservar, uma questão de decisão: o julgamento na conservação da arquitetura moderna**. Recife, 2012. 236 f. Tese (doutorado) - UFPE, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, 2012.

Os blocos residenciais modernos do Plano Piloto de Brasília: suas particularidades e recomendações de conservação¹.

Flaviana Barreto Lira

Ana Clara Giannecchini

Manuella de Carvalho Coêlho

Mariana Leite Melo e Silva

Introdução

Brasília é fruto da aplicação mais significativa em todo o mundo dos princípios do Movimento Moderno na Arquitetura e Urbanismo. Capital do Brasil, a cidade é a síntese e o marco de um momento histórico, relacionado à construção de uma cidade capital e monumento no interior do país.

¹ Este trabalho é fruto de revisão e síntese do artigo “Apagando testemunhos: o desafio da preservação dos blocos residenciais modernos do plano piloto de Brasília”, de Flaviana Barreto Lira, Ana Clara Giannecchini, Manuella de Carvalho Coêlho e Mariana Leite Melo e Silva, publicado no livro “O campo preservacionista no Brasil: da teoria ao projeto”, organizado por Natália Vieira-de-Araújo (2025). A elaboração deste artigo foi possível em razão da participação de duas das autoras, Flaviana e Ana Clara, em grupo de trabalho interinstitucional (GT), criado no ano de 2012 pelo IPHAN/DF com o objetivo de promover a articulação dos diversos atores na definição e na realização de atividades de valorização da chamada Unidade de Vizinhaça modelo do plano piloto de Brasília, composta pelas SQS 107, 108, 307 e 308.

O valor do seu conjunto urbanístico foi, em diferentes momentos, reconhecido como patrimônio e isso se encontra materializado nos diferentes níveis de proteção que incidem sobre o Plano Piloto: no nível distrital, por meio do Decreto no 10.829 de 14/10/1987, no federal com a Portaria no 314 do SPHAN de 08/10/1992 e no global, sendo reconhecido como patrimônio da humanidade pela UNESCO (Inscrição no 445 de 07/12/1987). Como não poderia deixar de ser, a gestão urbana do Conjunto Urbanístico de Brasília é complexa e envolve articulações institucionais entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Governo do Distrito Federal (GDF). A UNESCO, por meio de seus ciclos de Relatório Periódicos (*periodic reports*), monitora periodicamente a conservação e gestão do conjunto, tecendo críticas e sugerindo recomendações aos órgãos gestores locais.

A Portaria nº 315/1992 do IPHAN e o Decreto no 10.829 de 14/10/1987 do GDF, que possuem redação idêntica, são as principais normas que ditam as balizas de conservação e o fazem a partir da definição de regras para preservação das características essenciais das chamadas escalas urbanísticas (monumental, residencial, gregária e bucólica) que compõem o Plano Piloto. São orientações gerais que visam à preservação do caráter urbanístico do conjunto, baseadas na definição de taxas de ocupação, número máximo de pavimentos, taxa de áreas verdes, entre outros.

O fato de o tombamento de Brasília ser de natureza urbanística torna possível a realização de intervenções nos blocos residenciais do Plano Piloto sem compromisso com a conservação de suas características originais, pois os parâmetros legais exigem exclusivamente que seja mantida a volumetria original e que se respeitem as taxas definidas para ocupação dos pilotis e do subsolo.

Face ao processo de descaracterização dos blocos residenciais e, principalmente, reconhecendo o valor arquitetônico, urbanístico e paisagístico a ser preservado, no ano de 2009, o GDF tombou a Unidade de Vizinhança (UV) formada pelas superquadras sul 107, 108, 307 e 308. Reconhecida como unidade de vizinhança mode-

lo, por se manter mais próxima à concepção de viver e de morar proposta pelo arquiteto e urbanista Lucio Costa para Brasília, o conjunto de quatro superquadras, incluindo os blocos residenciais, seus espaços livres, edifícios públicos e comércio local foi tombado individualmente por meio do Decreto no 30.303/2009. No ano de 2009, a referida UV foi também inventariada pela Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, a partir da aplicação da metodologia do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão para bens imóveis.

O reconhecimento da relevância histórica dessa unidade como conceito habitacional e de edificações pioneiras, todavia, não tem sido suficiente para garantir a preservação de suas características, que a afiliam a um momento da arquitetura e urbanismo modernos. Com aproximadamente sessenta anos de construção, grande parte dos blocos residenciais constituintes da UV apresenta sinais de desgaste, envelhecimento e obsolescência. Os condomínios vêm empreendendo intervenções que produzem perda significativa de sua linguagem arquitetônica original, com o objetivo de “atualizar” a aparência e o desempenho das instalações, desconsiderando-se, em grande parte das vezes, o fato de estarem lidando com exemplares da arquitetura moderna. Assim, os blocos vêm progressivamente perdendo suas características originais.

Alterações nos materiais de revestimento das fachadas, do piso e dos pilares de seus pilotis, modificações na composição dos *brises*, com o fechamento com grades ou mesmo com alvenaria sem qualquer padronização, a colocação de grades de proteção e toldos nos vãos das esquadrias e a limitação de utilização pública dos pilotis por meio da instalação de cancelas e grades para controlar o acesso a estacionamentos localizados em área pública são algumas das intervenções que vêm sendo realizadas nesses blocos e que põem em risco sua originalidade. Além disso, ameaçam um dos princípios centrais do plano de Lucio Costa para superquadra, os pilotis livres. Uma das consequências dessas seguidas obras de “renovação” nos blocos residenciais da UV foi a condução de ações de embargo no ano de 2011 por parte da Superintendência do IPHAN

no Distrito Federal. A motivação dos embargos deveu-se à ausência de aprovação dos projetos no órgão federal de preservação. Uma dessas obras, entretanto, havia sido aprovada pelo Governo do Distrito Federal, mas suas análises se limitavam principalmente às alterações de área construída no nível dos pilotis.

Em resposta a essa problemática, foi instituído no ano de 2012 pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Brasília (IPHAN/DF) um grupo de trabalho (GT) interinstitucional com o objetivo de promover a articulação dos diversos atores na definição e na realização de atividades de valorização desse conjunto. Entre tais atividades, constavam a elaboração de cartilhas temáticas, a funcionar como um manual prático com orientações para intervenção em cada superquadra, incluindo (i) seus edifícios residenciais, (ii) seus edifícios educacionais e institucionais, (iii) seus espaços livres públicos e o (iv) do comércio das entrequadras da UV. O GT foi descontinuado e no ano de 2015 o IPHAN/DF publicou uma cartilha intitulada “Superquadra de Brasília: preservando um lugar de viver”, cujo objetivo era “estimular o sentimento de cidadania e sensibilizar o cidadão sobre sua responsabilidade com a preservação do patrimônio cultural e urbanístico da cidade” (Reis, 2015, p. 11). Com caráter mais amplo, essa publicação não possui relação com os estudos elaborados pelo GT interinstitucional, cujo objetivo era não só o educativo, mas, principalmente, a construção de diretrizes e recomendações de intervenção.

O estudo e a valorização dos blocos residenciais dessa UV apresentam-se especialmente necessários. Em face do exposto, este artigo tem por objetivo geral apresentar os desafios que se impõem atualmente à conservação dos blocos residenciais do Plano Piloto, em especial os blocos que compõem a UV modelo constituída pelas superquadras sul 107, 108, 307 e 308, bem como apresentar e discutir as recomendações de conservação que foram elaboradas no contexto do GT, mas não publicadas pelos organismos envolvidos.

Desafios da conservação da arquitetura moderna

Segundo Jukka Jokilehto (2003), a arquitetura da modernidade não configura um estilo, mas uma abordagem cultural que penetrou todas as regiões do mundo e se expressou por meio de uma variedade de formas. É esta pluralidade de expressões que representa nosso patrimônio recente. Discutir o tema da arquitetura moderna hoje e os desafios que impõe para sua conservação demanda um entendimento, ainda que preliminar, do contexto de seu advento e de sua consolidação no mundo.

A arquitetura moderna foi se firmando em uma sociedade que começava a se familiarizar com as inovações técnicas advindas da Revolução Industrial, com a introdução de novos materiais e de novos modos de produção. Ainda na segunda metade do século XIX, a vida urbana foi apresentada à energia elétrica e às suas formas de distribuição e de aplicação.

As inovações tecnológicas trouxeram consigo uma visão inovadora sobre os métodos construtivos, introduzindo o aço e o concreto como elementos estruturais nas construções. Junto aos novos materiais que possibilitavam arranjos estruturais e construtivos inéditos, vieram as mudanças na infraestrutura das cidades, com a melhoria nas redes de saneamento e de abastecimento. Foi no bojo dessas grandes inovações possibilitadas pela industrialização que a arquitetura moderna foi se firmando e sendo produzida. E é também nesse aspecto que resultou numa produção arquitetônica diversa, inovadora e experimental, que se encontra grande parte dos desafios à conservação da arquitetura moderna hoje.

Susan Macdonald (2009) aponta um aparente paradoxo entre o que foi a arquitetura moderna enquanto construção intelectual e sua materialização na realidade. Segundo a autora, no âmbito das ideias, baseou-se em nova visão da abstração artística, uma nova compreensão das qualidades espaciais, utilizou novas tecnologias, inovações estruturais e novos materiais. A produção em massa e a pré-fabricação deveriam fornecer a infraestrutura de uma nova sociedade, elevar os níveis de higiene, comodidade e padrões de

vida. A arquitetura foi considerada uma ferramenta poderosa na reforma social. O canteiro de obras, a sua vez, era, na maioria das vezes, afetado pela desqualificação da indústria da construção e pela necessidade de economia, resultando em mão de obra deficiente e resultados de baixa qualidade correspondentes.

A mesma autora, em seu artigo “20th Century Heritage: recognition, protection and practical challenges” (Macdonald, 2003), ao buscar clarear as dificuldades impostas pela arquitetura moderna à sua conservação, identifica sete aspectos: (i) projeto e funcionalismo; (ii) tempo de vida das construções; (iii) materiais; (iv) detalhamento; (v) manutenção; (vi) pátina do tempo; (vii) reconhecimento do valor da arquitetura moderna.

Em relação ao projeto da arquitetura moderna, remete-se às plantas livres, que permitem variados usos ao espaço criado. Questiona-se, então, de que forma pode-se adaptar prédios para novos usos e novos sistemas de uso de energia. É recorrente a preocupação com a sustentabilidade, pois se trata de uma necessidade diante dos grandes gastos com energia.

Diante disso, serão necessárias alternativas que compatibilizem os usos das transparências de prédios modernos, por exemplo, com as inovações em vidro, que permitem uma otimização do uso da energia. Muitas vezes, o aspecto original das construções se perde com a substituição de vidros ou incorporação de novos elementos que tratam do sistema de ganho e perda de energia dentro do espaço útil dos prédios. Parafraseando John Allan (2007), cada caso precisará encontrar seu “ponto de equilíbrio” entre perdas e ganhos.

Outro aspecto que se relaciona ao projeto de edifícios modernos diz respeito à especificidade funcional de muitos tipos construtivos, que os tornam mais difíceis de adaptar e mais rapidamente obsoletos, como nos informa Prudon (2008). Sobre esse ponto, Macdonald (2009) é categórica ao defender que lugares que estão socialmente, tecnicamente ou funcionalmente ultrapassados de outras épocas enfrentam os mesmos problemas que os modernos.

O uso de novos materiais ou mesmo dos tradicionais aplicados de formas inovadoras, bem como a forma como muitos edifícios foram projetados, muitas vezes sem atenção aos detalhes construtivos, são características do movimento moderno. Além disso, na era fiscalmente austera do pós-guerra, os arquitetos tinham orçamentos muito limitados e a escassez de aço, madeira e outros materiais significava que, em alguns casos, a qualidade do edifício era comprometida. Como decorrência, Macdonald (2009) aponta que muitos edifícios do século XX não resistiram bem ao teste do tempo e sua incapacidade de envelhecer graciosamente desafiou princípios de conservação como “a mínima intervenção” e a “reversibilidade”.

O uso de pré-fabricados é outro fator que dificulta os meios como serão feitos os programas de conservação de um prédio. Muitas vezes, esses sistemas estruturais estão obsoletos e não contam com peças que possam substituir aquelas com irregularidades. Como afirma Macdonald (2003), o que deveria ser um sistema utilizado para trazer economia à obra acaba trazendo mais custos com a necessidade de personalizar a produção das peças em falta. Existem ainda construções que utilizaram materiais que hoje se sabe que são prejudiciais à saúde. A substituição necessária desses elementos influencia na autenticidade desses prédios, o que se torna um problema de conservação patrimonial.

Alguns autores apontam, portanto, que as construções modernas sofrem de uma dupla obsolescência precoce, a funcional e a material. Generalizações e crenças muito categóricas nesse sentido acabam por se chocar com evidências de que alguns arquitetos valorizaram muito a criação de edifícios duradouros e bem construídos, com grande atenção ao seu desempenho a longo prazo (Macdonald, 2009).

Outra particularidade apontada acerca dos prédios modernistas está relacionada ao fato de, muitas vezes, suas marcas do tempo e do uso diário, manifestadas na forma da pátina, não serem vistas como algo positivo e com potencial valor. Para Prudon (2008), em

certos edifícios, a pátina e as marcas do tempo podem “corromper” a intenção projetual original, enquanto em outros, pode ser bem aceita. Em alguns materiais, igualmente, a pátina é mais aceitável que em outros. Para qualquer dos casos, ações contínuas de manutenção são recomendadas.

Reconhecer a significância cultural de edifícios do movimento moderno é o maior desafio à sua conservação. A ausência de consciência patrimonial está relacionada tanto à falta de conhecimento sobre os significados históricos e artísticos dos bens, como à inexistência de um sentimento de identificação e pertencimento das pessoas para com eles.

Quando essa problemática é rebatida nos edifícios residenciais multifamiliares, objeto deste artigo, a questão assume ainda outras particularidades. Nesse caso, o regime condominial domina as ações a serem tomadas para reformas e reparos da edificação. Amorim (2012), em seu artigo “Das (im)possibilidades da conservação de edificações em regime condominial”, apresenta os desafios da conservação dos edifícios verticais de interesse patrimonial em duas esferas, uma das propriedades intrínsecas do objeto arquitetônico e outra das propriedades extrínsecas.

Do ponto de vista das propriedades próprias da arquitetura, tem-se a discussão do envelhecimento dos sistemas internos de infraestrutura e estruturais de forma precoce, assim como destacamento de elementos das fachadas como revestimentos e outros substratos. Com um ciclo de vida que apresenta aos olhos marcas do tempo rapidamente, surge a necessidade de projetos de reforma, que extrapolam as capacidades de manutenção dos preceitos da arquitetura moderna. Aparecem, então, as dificuldades diante das propriedades extrínsecas, que fogem da arquitetura, e partem para o lado mais prático de um prédio com regime de condomínio que conta com a participação de usuários com diferentes intenções quanto ao espaço comum.

A necessidade de preservação e conservação das obras modernas é indiscutível. É necessária a aproximação da sociedade com o pro-

duto da discussão. O prédio moderno é um elemento no cotidiano do ser humano que se aproxima muito de sua realidade, de seu mundo contemporâneo, e, por isso, surge a urgência de alertar a importância da conservação da arquitetura moderna para que ela mantenha seus padrões de vanguarda, seus ideais de racionalismo e funcionalismo.

Considerando essa problemática inicial sobre a arquitetura moderna e os desafios que sua conservação impõe, parte-se para a seção seguinte, quando serão apresentados como os blocos residenciais do Plano Piloto de Brasília vêm progressivamente perdendo suas características compositivas.

Os blocos residenciais do plano piloto de Brasília: apagando testemunhos

Para falar nos blocos residenciais das superquadras de Brasília, é necessário discorrer brevemente sobre os cinco pontos da arquitetura moderna de Le Corbusier, neles parcialmente presentes. Os pilotis elevados sobre o chão dão ao pedestre o poder de passear por entre os edifícios e fazer seu próprio caminho. Os moradores das superquadras são donos de um espaço aéreo e não da terra, são as chamadas projeções, que substituem o lote da cidade tradicional. O andar térreo é ambiente compartilhado entre os moradores, os visitantes e aqueles que estão apenas de passagem.

A planta livre, ponto que não é comum a todos os blocos residenciais das superquadras, é assim chamada por não ser necessário no projeto do edifício que a planta dos ambientes de um andar coincida com aquela do andar logo acima ou abaixo. As paredes divisoras dos espaços são independentes, não têm vínculo estrutural com os pilares e vigas, a alvenaria se torna apenas elemento de vedação.

Como consequência da quebra do vínculo entre paredes e estrutura, a fachada pode também ser livre, os pilares podem ficar recuados para o interior do edifício, podendo não aparecer nas

fachadas. Pode-se, assim, estabelecer os mais variados ritmos nesse plano sem que os elementos estruturais participem.

A fachada livre nos permite, então, chegar ao quarto ponto, janelas em fita, isso porque as dimensões da abertura para a janela podem ser aumentadas sem trazer implicações à estrutura do edifício. Com isso, os apartamentos ficam mais arejados e com aspecto de assepsia, característica importante para o movimento moderno, que queria fugir da sensação de caos que a rua representava e dar à cidade e às casas maior salubridade. A fachada livre e a janela em fita estão presentes em muito blocos residenciais brasilienses, nas asas sul e norte, por meio de um tipo particular de cortina de vidro na qual parte inferior ou peitoril da esquadria é pintada de uma cor específica.

As coberturas dos blocos representam o último ponto de Corbúsier, o terraço-jardim. Esse seria um espaço de lazer e contato com o verde. Em Brasília, nem todos os blocos seguem esse ponto, alguns as utilizam para lazer, mas nem sempre incorporam o elemento verde como integrante ao ambiente.

Ultrapassando os sessenta anos de construção, muitos dos blocos residenciais das superquadras de Brasília apresentam hoje um estado de conservação que necessita de intervenção e de reformas. Alguns dos projetos que contemplam essas demandas estão no sentido de troca dos materiais de revestimento das fachadas e dos pilotis, pois estão desgastados e envelhecidos, passaram por alterações nas instalações prediais visando melhor desempenho, ou pela instalação de toldos e fechamento de *brises* para atender questões de conforto ambiental e de higiene e, ainda por “revitalizações” de fachada com o objetivo de atualizar a sua aparência. Muitas dessas intervenções, porém, vêm sendo feitas de maneira a não se preservar o projeto original do edifício, o que pode ter como motivador a inexistência de parâmetros legais e/ou recomendações de órgãos capacitados para tal.

Os blocos residenciais das superquadras do Plano Piloto, no entanto, não possuem mecanismos de proteção próprios. A legislação existente trata esses edifícios apenas atentando para a manutenção da volumetria e porcentagem de ocupação dos pilotis e do subsolo. Sendo assim, as mais diversas intervenções arquitetônicas podem ser realizadas pelos condomínios sem que estes sofram penalidades legais, ainda que impliquem perda da linguagem arquitetônica moderna.

A superquadra norte 302 (SQN 302) passou há aproximadamente 10 anos por uma grande reforma em todos os seus blocos. Por ter seus prédios destinados aos parlamentares da Câmara dos Deputados, a SQN 302 é conhecida como “a quadra da Câmara”. Os blocos originais apresentavam fachada principal em pano de vidro e esquadria metálica, fachada de serviço em cobogós e empenas cegas revestidas de pastilhas nas cores bege e marrom-claro assentadas de maneira aleatória sem criar nenhuma espécie de desenho. A autoria do projeto original era de Eduardo Villemor Amaral Negri.

Com a total reformulação dos edifícios, as fachadas tiveram seus revestimentos completamente alterados. Os cobogós foram retirados e agora esquadrias de alumínio juntamente com pastilhas esmaltadas revestem a fachada posterior. Nessas, não apenas o revestimento sofreu modificação, mas também sua identidade não foi preservada na medida em que, originariamente, os cobogós fechavam inteiramente o plano da fachada e o ritmo era ditado apenas pela alternância entre os painéis de cobogó e as caixas de escada externas ao bloco (Figuras 1 e 2). Um peitoril de alvenaria foi construído na fachada frontal, eliminando parte do pano de vidro característico do projeto original. Nesse caso, ao menos as cores do peitoril permaneceram semelhantes. A dualidade frente-fundo, que um dia fora exigida pelo código de obras, passa a quase não existir mais.



Figuras 1 e 2: Fachada frontal do bloco E da SQN 302 prestes a ser reformado e fachada frontal do bloco H da SQN 302 depois de reformado.
Fonte: Flaviana Lira, 2012.

As empenas também sofreram alterações. Antes as pastilhas faziam um jogo na leitura cromática, ao olhar de longe percebíamos uma única cor, bege, mas de perto vemos que as cores colocadas de maneira aleatória brincavam com nossos olhos, era uma imagem em pixels. No projeto novo, essa empena ganha uma cor mais clara, causando ofuscamento pela luz do sol. Esse tipo de intervenção na empena cega é muito comum. Feita apenas com um cunho estético, não está em desacordo com nenhuma normativa vigente, já que não altera a volumetria do prédio. Exemplos abaixo mostram intervenções nos blocos residenciais, com verdadeiros mosaicos cerâmicos recobrendo as empenas laterais, antes monocromáticas (Figuras 3 e 4).



Figuras 3 e 4: Empena lateral cega do bloco A da SQS 208 e do bloco K da SQS 208. Fonte: Flaviana Lira, 2022.

Como se observa nesses exemplos, alterar o revestimento, mudando profundamente o esquema de cores das empenas e fazendo delas painéis para instalação de grafismos, interfere não apenas na preservação do próprio bloco, mas também na unidade de toda a superquadra, na relação de um edifício com o outro e na relação do edifício com a rua.

O bloco B da SQS 107, localizado na Unidade de Vizinhança modelo, apresenta outra descaracterização recorrente nos prédios residenciais das superquadras: o fechamento de *brises*. O fechamento acontece com grades ou até mesmo com alvenaria. O argumento dos condomínios para tal intervenção geralmente se dá pelo incômodo causado pelo acúmulo de sujeira em razão da dificuldade de limpeza, pela entrada de insetos e pela permanência de pombos que ali constroem seus ninhos.

Mais uma vez a fachada é prejudicada; quando há preenchimento de alvenaria, a relação de cheios e vazios é alterada e o desempenho bioclimático dos apartamentos é reduzido, por diminuir a área para entrada de luz e circulação de ar; quando o fechamento é feito por grades, o problema é a não padronização, que interfere na unidade plástica da fachada, além de ser um elemento novo acrescido ao projeto original. Em muitos outros blocos, as grades aparecem também fechando as aberturas das janelas.

Além das grades, existe a ocorrência de toldos nas janelas. Eles interferem na leitura da fachada, bem como desarmonizam a unidade estética, já que na maioria das vezes são instalados pelo próprio morador, sem nenhum tipo de padronização

Nos pilotis as descaracterizações podem ser divididas em: modificação dos revestimentos e arranjo dos elementos construídos. Na alteração dos revestimentos, o que mais ocorre é uma “aplicação nem sempre ponderada e circunspecta, de materiais considerados nobres, como mármore, granito, cerâmicas esmaltadas, vidros temperados, etc.” (Ficher *et al.*, 2009, p. 261).



Figura 5: Salão de festas no pavimento térreo bloqueando passeio e visual de pedestres, bloco C da SQS 107. Fonte: Flaviana Lira, 2013.

Alguns blocos são mais ousados ao apresentarem lajes para fora da área da projeção e utilizarem esse espaço juntamente com os pilotis, ou parte dele, para uso de garagem para os moradores. Por não disporem de um nível no subsolo para uso de garagem privativa, muitos condomínios tentam solucionar tal problema reservando áreas que deveriam ser de uso público para uso privado. Arquitetonicamente essa é uma solução que contribui para reduzir a acessibilidade do pedestre dentro da superquadra, alterando radicalmente a intenção original.

Como se pode observar, muitas são as descaracterizações que ocorrem nos blocos residenciais e, é importante ressaltar, outras tantas não foram descritas neste artigo. O desafio de conservar a linguagem arquitetônica moderna desses edifícios não é fácil e, possivelmente, não será alcançado em grande parte desses exemplares. Como já exposto, a natureza do tombamento do Plano Piloto de Brasília, assim como a necessidade de adaptar a estrutura desses edifícios às demandas da vida contemporânea, constituem desafios reais.

Nesse contexto, o estudo e a valorização dos blocos residenciais da UV constituída pela SQS 107, 108, 307 e 308, tombada em nível distrital, tornam-se especialmente necessários. Na seção seguinte será discutido o processo de construção de uma proposta de diretrizes de conservação para os blocos residenciais da UV em questão.

A construção das recomendações de conservação para os blocos residenciais

A construção das recomendações de conservação para os blocos residenciais da Unidade de Conservação tomou como aporte teórico e metodológico a *Teoria da Restauração* de Cesare Brandi (1963; 2004), a partir da qual duas instâncias precisam ser consideradas ao se discutir medidas de preservação: uma estética, por meio da qual é obra de arte, e uma histórica, pois foi realizada em certo tempo e em certo lugar. Além dessas, enquanto obras de arquitetura, os edifícios impõem também a instância utilitária, uma vez que “o fim principal dos artefatos arquitetônicos e urbanísticos é fornecer abrigo ao homem na realização das diversas atividades necessárias à sua vida em sociedade” (Lira, 2010b, p. 167).

Com relação à instância estética, o que se objetivou preservar no tempo foram as características compositivas que revelam a linguagem moderna destes edifícios: a horizontalidade da composição, o tratamento em planos, a sobriedade na utilização de cores e materiais, os *brises* e cobogós como elementos para promover o conforto térmico e luminoso e os pilotis livres. A instância histórica impunha a manutenção, tanto quanto possível, do valor historiográfico dos materiais construtivos, como também a manutenção da linguagem arquitetônica moderna (neste ponto se aproxima da estética). A utilitária demandava a compatibilização dos interesses de preservação do patrimônio com a necessidade de atualizar tanto as instalações prediais existentes, como o programa das áreas comuns dos blocos (construção de guarita, salão de festa, bicicletário e zeladoria).

A construção das diretrizes foi balizada, portanto, por essas três instâncias, visando a uma relação de equilíbrio entre elas. O GT buscou também não perder de vista dois aspectos relevantes sobre os blocos residenciais: ainda que alguns deles tenham valor arquitetônico mais expressivo, não se trata de edificações excepcionais, como são os palácios localizados no Eixo Monumental, por exemplo; a permanência do uso residencial é condição primeira para que as superquadras se mantenham autênticas e fiéis à concepção do Plano Piloto, por esta razão é imprescindível conciliar as demandas por reformas e adequações por parte dos condomínios aos interesses de preservação.

Definidas as premissas teóricas, buscou-se identificar quais as intervenções mais recorrentes nos blocos. Observou-se que, de uma forma geral, elas se repetiam ainda que os blocos possuísem características distintas. Como já apresentadas, alterações nos materiais de revestimento das fachadas, do piso e dos pilares de seus pilotis, modificações na composição dos *brises*, com o fechamento com grades ou mesmo alvenaria, a colocação de grades de proteção e toldos sem padronização nos vãos das esquadrias e a limitação de acesso aos pilotis por meio de cancelas e grades instaladas para controlar o acesso a estacionamentos localizados em área pública foram as intervenções mais frequentemente observadas. Como se pôde constatar, do modo como vêm sendo realizadas, essas intervenções estão pondo em risco a originalidade da linguagem modernista desses blocos e ameaçando um dos princípios centrais do plano de Lucio Costa para a superquadra, os pilotis livres.

Mais recentemente, a partir agosto de 2020, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do DF (CAU) instituiu o Selo CAU/DF como reconhecimento do “valor histórico” de edificações de caráter não monumental do Distrito Federal. O prêmio avalia entre outros pontos: o respeito à arquitetura original; a manutenção adequada das fachadas; o respeito às linhas gerais de composição do edifício; a manutenção dos tipos de revestimento e cores originais, sempre que possível; a manutenção de elementos originais, se não for possível, critério na reconstituição/substituição; a manutenção dos pilotis

livres, sem cercamento; a ausência de ocupações excessivas dos pilotis, e se houver intervenções, que respeitem a autenticidade do edifício; a acessibilidade; a adoção de práticas sustentáveis.

Observa-se, portanto, nessa iniciativa do CAU, uma abordagem educativa e de estímulo à conservação das características originais dos blocos residenciais do Plano Piloto, ainda que não aponte de forma mais operacional como arquitetos e condôminos devem fazê-lo. Nesse sentido, revisitar e atualizar a importante contribuição do GT, descontinuada em função de mudanças na gestão, é a iniciativa que motiva a revisão deste artigo, pois as descaracterizações são progressivas, muitas vezes irreversíveis e seguem um padrão que parece ter se consolidado especialmente a partir dos anos 2000.

Em termos metodológicos, entendendo que o patrimônio é constituído de atributos físicos e imateriais aos quais conferimos valores, o GT buscou identificar quais eram os atributos mais relevantes do conjunto analisado que precisariam ser mantidos no tempo para que continuássemos atribuindo valores a ele. O lastro metodológico para a construção dos atributos foi dado pela tese de doutoramento intitulada “Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento” (Lira, 2010b), desenvolvida por uma das autoras deste artigo e representante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNB no GT, que teve como objeto a construção de uma ferramenta para identificar indicadores de autenticidade do patrimônio cultural. Assim, uma primeira lista de atributos foi identificada:

1. *Espacialidade*: característica garantida pela relação entre área verde e edifícios (blocos residenciais e institucionais), pela permeabilidade entre espaços públicos e os pilotis dos blocos, pelo paisagismo (área pavimentadas, áreas verdes, espelhos d'água) e pela malha urbana que atende às recomendações do Relatório do Plano Piloto;
2. *Tipologia edilícia*: caracterizada pelos pilotis livre, pelo gabarito de até seis pavimentos mais pilotis, pela horizontalidade das

linhas das fachadas, tratadas como grandes planos, e pela relação entre cheios e vazios também da fachada;

3. *Técnicas e materiais construtivos*: presentes nos pisos, paredes e pilares dos pilotis, nas empenas (textura, cor e acabamento), nas bordas e frisos das fachadas principal e posterior, no tipo (material, tipo de abertura) e cor das esquadrias, no fechamento das fachadas posteriores (cobogós pintados de branco);
4. *Pátina*: a forma como as superfícies vão envelhecendo no tempo e revelando seu valor histórico e de antiguidade. De acordo com a Carta do Restauro de 1972 (CURY, 2000), a pátina, entendida como o efeito da passagem do tempo nas superfícies dos objetos, deve ser conservada por razões históricas, estéticas e técnicas. No caso dos edifícios modernos, não é consenso a manutenção da pátina, especialmente quando se argumenta que eles não foram projetados para envelhecer (Lira, 2010a). Nas discussões do GT, o entendimento foi de que o fundamental nesse atributo é a utilização de materiais que proporcionem um envelhecimento das superfícies semelhantes aos originais;
5. *Usos e práticas sociais*: considera-se que a manutenção do uso residencial é condição fundamental para a garantia da autenticidade desse conjunto e dado balizador para a definição dos critérios de preservação do conjunto. Além disso, o conceito de unidade de vizinhança previa uma combinação mínima de usos de apoio ao residencial, como o de escola, infantil, biblioteca, posto policial, cinema, entre outros, que precisa ser mantida para se garantir que a ideia de Lucio Costa não se esmoreça no tempo.

Partindo desses atributos, foram construídas recomendações e diretrizes gerais (ver Tabela 01) para futuras intervenções nos blocos residenciais das superquadras sul 107, 108, 307 e 308. Importa ressaltar que tais recomendações têm potencial de ser rebatidas em blocos de outras superquadras de Brasília, posto haver similaridade em termos de partido e materiais construtivos entre muitos deles. A descontinuidade da atuação do GT, todavia, não possibilitou o

aprofundamento e a reflexão à luz da prática pelo IPHAN, fato que poderia ter aperfeiçoado as diretrizes iniciais. Nesse sentido, a contribuição aqui apresentada deve ser tomada como uma primeira, ainda passível de refinamento e complementação.

Atributos		Recomendações
Espacialidade das superquadras	Relação entre áreas vazias, verdes e edificadas	Manter a relação entre cheios e vazios, com taxa de ocupação de 15% na superquadra e cinta arborizada de contorno de 20m. O projeto de paisagismo da SQS 308, de Burle Marx, deverá ser preservado em sua composição paisagística, incluindo vegetação, mobiliário e traçados.
	Permeabilidade entre espaços públicos e pilotis dos blocos (relacionada à ausência de estacionamento, cancelas, grades, cercas vegetais, jardineiras)	Manutenção da permeabilidade entre espaços públicos e pilotis dos blocos. Vedação à instalação de cercas vegetais e jardineiras nos pilotis. Limitação à instalação de grades, sendo apenas aceitável quando houver desnível que ameace a segurança dos usuários.
	Malha urbana	Preservação da malha urbana particular de cada superquadra, bem como dos acessos e agenciamentos segundo o projeto original, qual seja: acesso único e separação da circulação de pedestre daquela de veículos. Eventuais necessidades de adaptações e/ou correções que visem à preservação do conjunto deverão ser estudadas.

Atributos		Recomendações
Tipologia edilícia	Gabaritos característicos da tipologia	Manutenção dos gabaritos existentes: 6 pav. sobre pilotis e 4 pav. sobre pilotis para o bloco D da SQS 308.
	Volumetria característica da tipologia	Manutenção da implantação dos blocos no terreno e a das projeções residenciais, conforme disposição urbana original, sem conformação de varandas, tendo a fachada como limite da projeção, uma vez que a projeção define o perímetro máximo em que devem estar contidas as fachadas do edifício.
	Ocupação das coberturas	Manutenção da cobertura plana sem ocupação, excetuando-se os volumes prismáticos derivados das instalações prediais, como reservatórios d'água, escadas e casas de máquina de elevadores. Excepcionalmente, nos casos em que não seja possível ampliação nos pilotis, a cobertura pode ser utilizada com ocupação máxima de até 10%, além da área já ocupada pelas instalações prediais.
	Uso e ocupação dos pilotis	A fim de manter a permeabilidade visual e livre mobilidade urbana, alterações no <i>layout</i> dos pilotis devem observar as recomendações e alternativas propostas. A cartilha tratará modelos de intervenção nos pilotis específicos para as diferentes tipologias encontradas em cada superquadra. Pela heterogeneidade de características e de representatividade arquitetônica de cada superquadra, o GT estuda a possibilidade de estabelecer taxas de ocupação diferenciadas, mas sempre respeitando o limite máximo estipulado pelas leis distritais.

Atributos		Recomendações
Materiais e elementos construtivos	Textura, cor e acabamento das empenas das fachadas	Utilização de materiais originalmente especificados ou com propriedades plásticas semelhantes a esses e que proporcionem superfícies semelhantes às originais.
	Textura, cor e acabamento das bordas e dos frisos das fachadas	Utilização de materiais originalmente especificados ou com propriedades plásticas semelhantes a esses e que proporcionem superfícies semelhantes às originais.
	Tipo (forma de abertura, cor e acabamento) das esquadrias	Manutenção das esquadrias originais. Nos casos em que a funcionalidade está comprometida, proceder à substituição por peças com mesma cor, acabamento e tipo de abertura das originais.
	Tipo, cor e acabamento do material utilizado na fachada posterior	Manutenção dos cobogós pintados de branco.
	Tipo, cor e acabamento do material utilizado nos halls de acesso ao bloco localizados nos pilotis	Utilização de materiais originalmente especificados ou com propriedades plásticas semelhantes a esses e que proporcionem superfícies semelhantes às originais. Quando originais, não deve ser autorizada substituição de painéis de azulejo.
	Tipo, cor e acabamento do material utilizado nos pilares dos pilotis	Utilização de materiais originalmente especificados ou com propriedades plásticas semelhantes a esses e que proporcionem superfícies semelhantes às originais.
	Tipo, cor e acabamento do material utilizado no piso dos pilotis	Utilização de materiais originalmente especificados ou com propriedades plásticas semelhantes a esses e que proporcionem superfícies semelhantes às originais.
	Materiais e dimensões dos passeios públicos que contornam os blocos	Manter desenho e materiais originais, sujeito às modificações necessárias e à acessibilidade.

Atributos		Recomendações
Materiais e elementos construtivos	Forma, material e cor dos <i>brises</i> , prateleiras e outros elementos de iluminação e ventilação das fachadas	Mantê-los em sua cor, textura e formas originais. Estuda-se a possibilidade de permitir fechamento com material leve das prateleiras de iluminação das fachadas para se evitar a formação de ninhos
	Caixas de ar-condicionado e condensadores	Preferencialmente utilizar a refrigeração por meio dos dutos e fossos existentes. Caso não seja viável, estudar elemento na fachada posterior. Evitar a destruição de esquadrias, <i>brises</i> , empenas, platibandas e demais elementos de fachada. Esses equipamentos deverão, obrigatoriamente, ser apresentados no projeto, em quantidade, dimensionamento e localização.
	Telas e grades de proteção nas esquadrias	Evitar seu uso. Caso necessário, serão aceitas telas ou grades padronizadas para todas as esquadrias, com desenho discreto, interferindo minimamente na aparência e unidade da fachada.
Usos	Usos	Manutenção do uso residencial e dos usos de apoio.
Pátina	Alterações na textura e forma dos materiais das fachadas e dos pilotis resultantes do uso contínuo e do intemperismo.	Nos casos de substituição dos materiais originais, utilizar outros que proporcionem um envelhecimento das superfícies semelhantes ao original.

Tabela 1: Recomendações gerais a serem realizadas nos blocos residenciais da UV

Fonte: Adaptada e atualizada a partir da produção não publicada do GT Valorização e Preservação da Unidade de Vizinhaça (IPHAN- DF, 2012).

Como se pode observar, tais recomendações visam a estimular a manutenção das características configurativas dos blocos e, quando isso não for possível, que a substituição de materiais ou elementos compositivos seja sempre realizada com respeito à composição original, utilizando materiais análogos aos originais. A renovação completa das fachadas e pilotis, como vem sendo executada na maioria das vezes, corrompe os valores estéticos, históricos e historiográficos desses blocos, que são testemunhos de uma forma de concepção e construção típicos do modernismo brasileiro e testemunho fundantes desta cidade.

Referências

Fontes primárias

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 10.829**, de 14 de outubro de 1987. Regula o art. 38 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/15139/Decreto_10829_14_10_1987.html. Acesso em: 27 nov. 2023.

IPHAN. **Portaria nº 314**, de 8 de outubro de 1992. Trata da proteção do conjunto urbanístico tombado do Plano Piloto. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_314_de_8_de_outubro_de_1992.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

IPHAN-DF. **Informação Técnica 026/2011 CTec IPHAN DF**, Flaviana Lira. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2012a.

IPHAN-DF. **Informação Técnica 036-B/2011 CTec IPHAN DF**, Ana Clara Giannecchini, de 02/02/2011. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2012b.

IPHAN-DF. **Informação Técnica 48/2011 CTec IPHAN DF**, Ana Clara Giannecchini, de 16/03/2011. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2012c.

IPHAN-DF. **Informação Técnica 251/2010 CTec IPHAN DF**, Ana Clara Giannecchini, de 21/03/2011. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2012d.

IPHAN-DF. **Parecer 012/2011 CTec IPHAN DF**, Ana Clara Giannecchini, de 06/05/2011. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal.

ral, 2012e. IPHAN-DF. Plano de Trabalho do Grupo Interinstitucional Valorização e Preservação da Unidade de Vizinhança. Coordenação Técnica. Brasília, 06/05/2012. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2012f.

UNESCO. **World Heritage List nº 445**. Advisory Body Evaluation. ICOMOS, 1987. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/445/documents/>. Acesso em: 23 out. 2023

Fontes secundárias

ALLAN, John. **Points of balance**: patterns of practice in the conservations of Modern Architecture. In: MACDONALD, Susan; NORMANDIN, Kyle; KINDRED, Bob. Conservation of Modern Architecture. Shaftesbury: Donhead, 2007.

AMORIM, Luiz. Das (im)possibilidades da conservação de edificações em re-gime condominial. In: **II Enanparq – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**: Teorias e práticas na arquitetura e na cidade contemporâneas – complexidades, mobilidade, memória e sustentabilidade, 2., 2012, Natal. Anais [...]. Natal: Editora da UFRN, 2012.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Co-tia: Ateliê Editorial, 2004.

COSTA, Lucio. **Relatório do Plano Piloto**. Brasília: GDF, 1991.

COSTA, Lucio. **Brasília Revisitada**. Anexo I, Decreto nº10.829 de 14 de outubro de 1987. Brasília: GDF 1987. Disponível em: chrome-extension://efaidnb-mnnnibpcajpc-glclefndmkaj/http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/10_BSB_Revisitada_MontagemRepublicacao.pdf. Acesso em: 14/12/2022.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 2000.

FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus. **A invenção da superquadra**: o conceito de Unidade de Vizinhança em Brasília. Brasília: IPHAN, 2007.

FICHER, Sylvia; et al. Os blocos residenciais do Plano Piloto de Brasília. In: LEITÃO, Francisco (org.). **Brasília 1960-2010**: passado presente e futuro. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

IPHAN DF. **Inventário da Unidade de Vizinhança**. Brasília: IPHAN/Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2009.

- JOKILEHTO, Jukka. Continuity and change in recent heritage. In: VAN OERS; R. HARAGUCHI, S. (org.). **Identification and Documentation of Modern Heritage**. Paris: UNESCO, World Heritage Center, 2003. World heritage papers, n. 5.
- LIRA, Flaviana Barreto. As recomendações internacionais e a arquitetura moderna: limitações e possibilidades de aplicação nas ações de conservação e restauração. In: **DOCOMOMO NO/NE**, 3., Anais [...]. João Pessoa, UFPB, 2010a.
- LIRA, Flaviana Barreto. **Patrimônio cultural e autenticidade**: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento. Recife: Editora UFPE, 2010b.
- MACDONALD, Susan. **20th Century Heritage**: recognition, protection and practical challenges. *Heritage at Risk Journal* 2002/2003, Parramatta, 2003. p. 223-229. Disponível em: <https://journals.ub.uni-heidelberg.de/index.php/heritage/article/download/21220/14989>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- MACDONALD, Susan. **Materiality, monumentality and modernism**: continuing challenges in conserving twentieth-century places. Austrália ICOMOS [Portal da Internet], 2009. Disponível em: http://www.aicomos.com/wp-content/uploads/2009_UnlovedModern_Macdonald_Susan_Materiality_Paper.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.
- MACHADO, Marília Pacheco. Escala residencial: superquadra – pensamento e prática urbanística. In: LEITÃO, Francisco (org.). **Brasília 1960 2010**: passado, presente e futuro. Brasília: Secretaria de Estado e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – GDF, 2009.
- PRUDON, Theodore H. M. **Preservation of Modern Architecture**. New Jersey: John Wiley and Sons Inc., 2008.
- REIS, Carlos Madson. Superquadras de Brasília: uma nova maneira de morar. In: RIBEIRO, Sandra Bernardes; REIS, Carlos Madson; PINTO, Francisco Ricardo Costa (org.). **Superquadra de Brasília**. Preservando um lugar de viver. Brasília: IPHAN, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ck-finder/arquivos/cartilha_unidade_vizinhanca%CC%A7a_iphan_df.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.
- SAINT, Andrew. Philosophical Principles of Modern Conservation. In: MACDONALD, Susan (org.). **Modern Matters**: Principles and Practice in Conserving Recent Architecture. Shaftesbury: Donhead, 1996.
- VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália (org.). **O campo preservacionista no Brasil**: da teoria ao projeto. Recife: Ed. UFPE, 2025.

Capítulo 2

Paisagem de Brasília

Brasília é um jardim

José Leme Galvão Jr.

Preservar é não desperdiçar, nada mais natural para nossa vida. No tempo e em algum lugar, algo que se deixa de fazer, nunca mais será feito como antes. Mas, se adoecemos, curamos; se perdemos, recuperamos. Os bens duráveis podem, e devem, resistir e, sem receios, serem reutilizados. Esse é um princípio e um fim na teoria e na prática do restauro arquitetônico e, por extensão, urbanístico e paisagístico. Neste sentido, vale postular que a preservação do Patrimônio Cultural se dá no campo ou no espaço intermédio entre duas razões: a transformação e a conservação. E, por serem referentes nos embates entre desenvolvimento e conservação de bens do patrimônio cultural, os preceitos de preservação não devem ser contaminados. Entretanto há, e tem de haver, espaço para a criação.

Nietzsche disse sobre a mutação dos valores: *“essa é a mutação daqueles que criam. Sempre aniquila quem quer ser um criador.”* Os espaços e os lugares da criação estão presentes nas amplas possibilidades de recuperação dos espaços existentes, afinal a própria conservação é uma intervenção sobre um objeto, o que implica desde logo o uso de novos materiais, técnicas e até estéticas diferentes da composição primitiva do objeto. Se ampliamos o conceito acima para a escala urbana, ampliam-se igualmente as possibilidades de intervenções de restauração com criatividade, justamente aquelas que não revogam as qualidades essenciais do bem cultural. O ponto central da questão é a admissão ou pelo menos a concordância sobre as qualidades ou valores essenciais do bem cultural protegido e que necessita ser conservado.

Brasília é uma cidade-parque, um jardim urbano construído sobre o cerrado e sob um magnífico céu azul. O Plano Piloto e muitas outras áreas urbanas do Distrito Federal contém mais áreas verdes

ou livres que quaisquer outras cidades, qualidade que deveria ser preservada e servir de modelo para a vida urbana. Única, e isso é de se lamentar, pois indica serem pouco aproveitadas suas lições. Sabemos que o modelo é pouco considerado para novas ou renovadas cidades pela simples razão que a escala e concentração de investimentos é de tal ordem que os governos de países ditos capitalistas não querem investir, mesmo sendo uma função republicana de Estado. E, assim, persiste a relação promíscua com a dita iniciativa privada, no mais das vezes corrompida ao ponto dos sistemas de governança serem tomados por empresários.

Tenho me empenhado em convencer profissionais e instituições da necessidade de inverter o raciocínio ou a direção do empenho gestor em Brasília. Em vez da costumeira discussão sobre o que se pode ou não construir, minha preocupação é com o que se deve ou não preservar.

É preciso reagir e mover investimentos e governos em uma direção oposta ao manifesto corolário da Rio+20. Impressiona o desprezo e a responsabilidade dos defensores do crescimento, quando deveriam defender o futuro sustentável por meio da defesa intransigente do patrimônio público, natural e cultural. Com frequência dispõe-se de áreas verdes como reles “vazio urbano” sem obstinar na preservação, obrigação institucional, moral e profissional. Por isso defendo – e não só para Brasília – um urbanismo baseado em percentuais e taxas de preservação conforme os princípios de proteção e conservação do patrimônio cultural e do ambiente global. É possível praticar urbanismos sustentáveis que não corrompem a cidade com necessidades artificiais como estádios, pontes, atacarejos e outros *coisódromos* que obliteram as reais e consideráveis possibilidades de intervenções vantajosas. Necessitamos de um espaço urbano saudável e inclusivo, com acessibilidade funcional infraestrutural, envolvendo cultura, habitação, sistemas de circulação e transporte, saúde e educação. O espaço do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) é 70% livre,

quase todo verde e público¹. Denomino essa enorme área-objeto de preservação de Verso Verde, apenas como nome, importante é ter o mesmo tratamento patrimonial – proteção e conservação – de todas os demais componentes materiais da área tombada. Por suposto correspondente à necessidade de produção de conhecimento técnico que suporte o controle do bem tombado, instrumentando as ações de preservação e do planejamento.

Sem grandes esperanças, persisto no desígnio preservacionista. É, portanto, imprescritível crime dispor das áreas públicas de forma tão licenciosa quanto a que tem sido perpetrada e tentada por interesses imobiliários e da indústria da construção com apoio governamental. Por exemplo, aponto a sanha do mercado construtor e imobiliário sobre a área central do Plano Piloto, avançando sobre a plataforma rodoviária, setores hoteleiros, todo o setor desportivo norte, a famigerada quadra 901 etc. Cada uma dessas tem um histórico que aponta para o sucateamento sistemático e a geração sem limite de obras em cascata e fonte sequencial de vilipêndio dos bens públicos. Em tempos anteriores, assistimos a degradação continuada dos espaços urbanos, inclusive dentro do CUB, em sua maior parte intervenções espúrias, sem projeto aprovado e permitidas por um sistema de fiscalização propositalmente ineficiente.

De imediato, é necessário o mapeamento e a descrição de componentes das áreas não edificadas e não edificáveis - áreas verdes. Basta inverter a ordem usual, tudo o que é edificado, pavimentado e infraestrutural representa o negativo, sobressaindo como positivo o Verso Verde. São áreas verdes elegíveis: i) Logradouros, incluindo canteiros e faixas de segurança; ii) Bordas (30m dos mananciais, lago e outras; iii) Parques e jardins urbanos; iv) Áreas residuais

1 O Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), corresponde ao bem tombado pelos governos distrital e federal e inscrito na Lista do Patrimônio Mundial pela Unesco, somado ao espelho d'água do Lago Paranoá. Compreende o conjunto urbanoconstruído e implantado a partir do Plano Piloto de autoria de Lúcio Costa (1957), com as adequações e transformações realizadas até o tombamento distrital (1987) e o tombamento federal (1990).

entre setores edificáveis; v) Residuais entre lotes e terrenos; vi) Reservas; vii) Glebas passíveis de parcelamento; viii) Áreas internas aos lotes ou terrenos institucionais, clubes e estacionamentos. Esse trabalho implica também na identificação de usos e alguma definição estratégica de preservação combinando áreas edificáveis e não edificáveis.

É evidente que são fundamentais e urgentes, para a conservação de Brasília, a conservação dos espaços públicos, dos parques e jardins, do sistema de circulação de pedestres, ciclistas e outros meios de circulação e mesmo das demais infraestruturas públicas. Conservação, nesse caso, significa um enorme esforço em intervenções e serviços de recuperação e de construção de novas infra-estruturas similares ou melhores que as precedentes. Adoraria importar uma plêiade de jardineiros competentes para fazer de Brasília a mais bela cidade do planeta – e não seria difícil, desde que fizéssemos nossa parte educativa.

Na esteira positiva do desenvolvimento urbano sustentável, mesmo que ainda fragmentado, estão postas em plano governamental ações consequentes e urgentes de mobilidade e acessibilidade – e não estou falando apenas de vias asfaltadas, trilhos e transportes modernos, mas também e principalmente de superfícies amigáveis para as atividades a que se destinam.

Estudando o reverso verde da cidade, avultam em importância estratégica as áreas verdes intersticiais, isto é, que o urbanismo próprio de Brasília criou não só para ilhas e jardins laterais de vias, mas também para dispor de grandes áreas para edificações e equipamentos que não teriam a mesma qualidade se compostos em terrenos limítrofes e cerceando a fluidez dos espaços públicos, assim nas superquadras como nas demais áreas urbanas. Avultam igualmente as áreas residuais de todos os portes, cuja destinação resultou indistinta no projeto, mas que tem permitido organizar as funções institucionais de todos os tipos, sejam entes governamentais, seja a Universidade de Brasília e tantas outras organizações.

Aqui trato da paisagem urbana “intra-muros”, mas é evidente que a preservação da paisagem *lato sensu* se insere na escala geográfica regional, micro e macro. No meio urbano avultam questões de qualidade de infraestruturas de acesso e mobilidade (inclusive aos bens culturais), enquanto na escala regional, questões hidro, geo, fito e morfológicas devem ser dominantes.

A conservação implica um enorme esforço em obras e serviços de recuperação e de construção de novas infraestruturas similares ou melhores que as precedentes. Projetar e construir espaços para atividades socioculturais, estes sim podendo derramar-se ao longo das enormes áreas centrais ainda disponíveis, como as casas sinfônicas, os novos teatros, museus temáticos públicos ou particulares, escolas de circo e de todas as formas de arte, as praças, os recantos bucólicos, as esculturas, as unidades de segurança e conforto público, as pequenas estações intermodais para transportes coletivos e individuais, com o devido destaque para as bicicletas e triciclos e pistas de corridas e caminhadas. À medida em que se justifiquem e apresentem as demandas, os locais serão discutidos, os projetos serão criados e então os terrenos serão mera consequência. Para tanto, essas áreas devem permanecer indisponíveis para loteamentos que supõem usos futuros e incertos.

O extenso corredor monumental que engloba a Ferroviária, o Eixo Monumental e a Esplanada, com os nós edificadas da Praça Municipal, do Centro de Convenções, da Rodoviária Central e da Praça dos Três Poderes, e para além o parque que se estende e se entranha nos SAFs sul e norte até os palácios do Jaburu e da Alvorada, não deveriam ser loteados, mas comportam ainda inúmeras edificações e equipamentos públicos culturais, naturalmente acompanhados de áreas e equipamentos de apoio e serviços vinculados. Criar o lote antes é similar às famigeradas “emendas parlamentares”, cujos valores são estipulados antes de projetos, orçamentos etc.

Seja como for, prover infraestruturas na forma de equipamentos públicos é fundamental para integração desse corredor monumental, através de um plano-geral de caráter paisagístico e que

contenha, entre outros elementos, a recuperação de áreas deterioradas, a valorização das áreas na borda do Lago Paranoá, além de projetos de vias, passeios e parques de qualidade, a as indicações de áreas passíveis de construção de prédios para atividades públicas e privadas e para museus, núcleos de saber, lazer, cultura e recreação. Além do destaque já feito acima, para não criarmos lotes cuja destinação já não esteja determinada, é necessário que as construções sejam restritas ao uso público e de mobiliário urbano que atendam as funções e atividades que são próprias e inerentes à capital. Como já dito antes, é preciso haver a demanda e os estudos iniciais para então designar locais e possibilidades construtivas.

Naturalmente, espera-se que os atores institucionais operem em parceria ou, pelo menos, de forma complementar. Lembremo-nos que esta cidade e seus desdobramentos urbanos são frutos da conjugação de projetos, macroeconômico nacional e o radical urbano, em uma aventura geopolítica que resultou em epopeia nacional e evoluiu para uma realidade urbana gigantesca. Para tanto, reitere-se, será necessário um verdadeiro plano de preservação – que inclua o propalado comitê gestor – que faça a concertação plena dos agentes da sociedade. Se não, que ao menos seja cumprida a legislação existente, a começar pela fiscalização, debilitada e exposta aos caos como modo de ação empresarial. Percebe-se a existência de um “sistema” paralelo de controle imobiliário-construtivo em consórcio com estamentos governamentais, que se vale do decantado sucateamento de áreas, glebas e instalações, para apossamento e investimentos lucrativos.

Voltando aos conceitos, é valioso reiterar que Brasília é a expressão urbana mais inteira da nossa capacidade projetiva, que coroou o projeto político de nacionalidade que vinha sendo gestado desde o século XIX, até hoje incompleto embora tenha ficado mais explícito entre a intelectualidade modernista, marcada pela Semana de 1922 e pela nova capital. Idealizamos uma alma brasileira, desvinculada das velhas estruturas coloniais, mas resgatada – simbolicamente – nas etnias e sua miscigenação, e nas expressões culturais de arte – entre elas, a arquitetura barroca, assumida como

produto da mistura genuinamente brasileira. Em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a legislação de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural brasileiro. Criamos, na verdade, um modo de arbitrar e proteger os símbolos constitutivos da nação, tendo o barroco e o modernismo como expressões máximas e primeiras referências simbólicas. Em outro artigo, afirmei:

Eram modernistas não só artistas revolucionários, mas intelectuais que participavam de muitas maneiras na sociedade brasileira, sendo o mais conhecido e a um só tempo médico, intelectual, político e mecenas, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Ocuparam-se também de estabelecer pontes com o barroco, eleito ou alçado à condição de raiz e temperado com elementos conhecidos ou interpretados das culturas indígenas e africanas, inventando, dessa forma, um vínculo cultural crível para a produção modernista, de forma que ela pudesse ser imediatamente identificada como sintaxe e dialética brasileira e, logo, se consolidasse e perenizasse.

De fato, não havia uma relação formal e estética evidente entre os elementos formais do barroco, do tupi, do bantu e do modernismo, e nem qualquer outra evidência, tanto que jamais ocorreu a alguém designar certas manifestações modernistas de neobarrocas ou neotupiniquins (como ocorreu com o neoclassicismo). Dessa forma, os vínculos se estabeleceram com base em pressupostos tais como a incorporação, pelo modernismo, das curvas sensuais do barroco e uma liberdade de criação e invenção que não houve nos demais famigerados estilos neoclássicos, eclético, art-nouveau etc.

Enfim, o projeto de Lucio Costa foi construído, consolidado, e, mesmo sem nunca ter um sistema de planejamento e gestão adequados, o projeto resistiu e permanece como modelo e referência de posturas para a gestão da cidade. Já o projeto político-econômico tomou o cerrado como o grande “vazio” do hinterland brasileiro (desde um ponto de vista populacional e de produção de bens), no qual o bioma foi e continua sendo ou insumo ou tabula rasa. Um fato recente ilustra como nosso planejamento e postura conceitual pode variar: depois de avançarmos sobre o cerrado e continuarmos avançando em nosso entorno e por aí afora, ambientalistas empedernidos conseguiram constranger planejadores e políticos e criar um parque na Asa Norte, tomando parte das futuras quadras 413 e

414. Sob alegação de preservação da natureza, resultou uma miníma mostra ecológica com frouxíssima representatividade do cerrado preexistente e uso urbano – apesar de intenso e bem sucedido – um tanto excêntrico, já que é vizinho de extensas áreas à beira do Lago Paranoá que não tiveram e seguem sem ter o mesmo tratamento. Jogam lixo na Geni...

As consequências são, no mínimo e obviamente, de escala regional. Na grande região do Centro-Oeste e seus campos, cerrados, matas e Pantanal, com rede urbana desigual como a economia e apartações levadas ao ponto da reinvenção da escravidão, assim como em quase todas as demais regiões, verificam-se as desventuras do patrimônio ambiental, à ponto de, frequentemente duvidarmos do acerto estratégico de Brasília. Mas é o mesmo que duvidar da humanidade e aí já caímos em seara tanto mais angustiante quanto mais profunda, a qual todos evitamos na maior parte do tempo. Seja como for, Brasília é invenção, criatura nova e estimulante, mesmo que finita em sua experimentação, e seus frutos estão sempre à mesa.

Se assim for feito já será tremendamente difícil, com os sistemas gestados pelo lado mais obscuro de governo e de atores *construto-imobiliários* sem controle e na “vanguarda” do próprio Estado. Tenho por certo que componentes triviais da administração pública, como planejamento físico, aprovação de projetos e fiscalização já estão contaminados ou integram o sistema.

É impressionante como muitos dos arquitetos servidores públicos não mais exercem a profissão, dedicando-se a fazer normas. Talvez pela intensa demanda de análises técnicas sobre a produção de propostas e projetos. Enfim, sigamos em mais essa tentativa de resistência.

Ainda há com que e por que lutar e, nesse sentido, agrego excerto de meu artigo sobre a resiliência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), publicado na Revista Caminhos.²

² Revista CAMINHOS – O MELHOR DO BRASIL, 2022.

Então, se já tem sido bastante difícil fazer preservar o Patrimônio Cultural, agora está ficando cada vez mais. Desde o golpe em série iniciado em 2016 e, atualmente, em meio ao pandemônio político-sanitário instalado, os interesses empresariais (inclusive midiáticos) e de uns tantos gestores, parlamentares e outros estamentos governamentais que os representam, se empenham na destruição do IPHAN, assim como de qualquer agência ou instituição pública que represente o interesse público de preservação da qualidade de vida, seja na conservação da natureza, da cultura, da educação, da saúde e assim por diante. Aliaram-se nessa sanha destruidora elementos desviantes entre os poderes dos setores jurídicos e militares, mas destacam-se especificamente os falsos religiosos, que veem a ciência, a racionalidade e o Estado Laico como algo “diabólico” e empenham-se insanamente à destruição da inteligência, disposta como inimiga. E, pior, aliam-se aos desviantes terraplanistas nesse frenesi de achismos e crendices toscas.

É preciso entender que o conhecimento cultural se opõe aos sofrimentos inerentes à vida e nunca foi e jamais será ameaça e causa de sofrimento e destruição – a não ser por licença poética. A preservação cultural inclui também a memória dos sofrimentos (a Guerra de Canudos, por exemplo) justamente para lembrarmos e aprendermos com nossos erros, com maior senso e condição para as sociedades civilizadas. Mesmo em situações nas quais a tecnologia pode aparelhar a destruição (instrumentos de guerra, por exemplo), tais situações são desvios da vocação do conhecimento em amplitude cultural – o bem estar – na verdade um freio às ações destrutivas. O uso impensado, rotulador e corriqueiro de comunista à toda forma de racionalidade inteligente é um desvio de foco para ocultar a realidade simplista dos modos mafiosos e falso-religiosos. Isso nos aproxima perigosamente do caos social, da dissolução do Estado e dos meios de governança republicana. Nesse cenário, instituições como o IPHAN terão grandes dificuldades de cumprir sua missão.

Por outro lado, a prática política, sem dúvida necessária à vida social, carrega em si os germes dos golpes, que o diga Maquiavel e toda a filosofia. Sempre há os que urdem, mais ou menos à sombra, contra os poderes constituídos ou estabelecidos, em modo de permanente amanhã. Mas, reitere-se que desde 2016 há efetivamente um golpe em processo, ou um serial coup. Tem sido desde então uma sequência quase ininterrupta de desmonte e destruição, patrocinada pelo cluster apátrida, dono dos recursos econômico-financeiros, e

sincronizada entre os poderes constitucionais, executivo, legislativo e judiciário – e os demais estabelecidos – militares, milicianos, teocráticos, midiáticos e, agora, falanges neofascistas. Vejo que uma parcela da nossa república imita um grande teatro, com veludo, cetim e bordados desgastados pelo uso vazio da liturgia. Mesmo o respeito à República tende a ser bufão, fake prá ficar up to date, inclusive no uso impudico dos símbolos pátrios e das ruas.

Há oposição a isso? Claro, a desobediência civil é irrestrita, potencialmente numerosa, e significativa pela sua natureza pacifista e antifascista. Para os partidos políticos e integrantes das “máquinas administrativas” há disponibilidade de modos, espaços e tempo, é uma questão de organização e negociações, como já vem acontecendo.

E o IPHAN? Os que nele trabalham, servidores e agregados, em sua maioria têm sido resilientes na sua missão finalística e na defesa possível da estrutura institucional. A sociedade brasileira e, em particular, sua inteligência, de muitos modos e cores é amplamente empática à preservação da memória cultural, afinal se trata de auto-preservação. Já passamos por muitos momentos críticos, tanto de debilidade de meios como de agressões de gestores e legisladores. Todos temos a percepção de que a memória cultural – ethos – é nossa consistência e sobrevivência social. Resistiremos! (Galvão, 2022)

Entretanto alerta que, para o IPHAN cumprir seu papel essencial – preservar e fazer preservar o Patrimônio Cultural, precisa reverter a gestão excessivamente centralista, em detrimento da gestão distribuída nos locais onde se dão os embates. Aliás, essa foi uma promessa do atual presidente quando de sua posse.

Em qualquer cidade as escalas habitacional, gregária, monumental e bucólica estão presentes, mas totalmente imbricadas umas nas outras. Entretanto, em Brasília elas têm *status* funcional desde o projeto urbano, recompondo arquiteturas e formas de socialização urbana. O plano de Lucio Costa é conhecido pelo sinal da cruz que se curva e forma os eixos cruzados, monumental e rodoviário; os setores centrais e as superquadras resumindo o plano e depois os esquemas das áreas monumentais, os comércios e as habitações. No seu relatório de apresentação do Plano Piloto,

apresenta um urbanismo possível, explicando concisamente como a cidade nasceria e cresceria em uma impressionante sequência lógica e didática, uma cidade renovadora, humanista, libertária, generosa e aberta, literalmente, ao cidadão. Se a setorização e as arquiteturas modelares determinaram a feição de Brasília, são as escalas, transversais e imbricadas à morfologia e ao modo de viver, o principal instrumento de preservação, ainda que incomuns no urbanismo e no planejamento.

Brasília é um jardim por virtude onipresente da escala bucólica, especialmente nas áreas de convivência na superquadra, *célula mater* do Plano Piloto, ou núcleo de desenvolvimento urbano vinculado à função habitacional. Lúcio Costa referiu-se à área de vizinhança de forma difusa, sem fixar um perímetro de compreensão, mas um raio de alcance ou de acesso dos usuários. Essa ideia, depois denominada unidade de vizinhança, traduz a intenção programática de socialização dos espaços pelas amplas possibilidades e intensidades de uso público e comunitário dos espaços ao rés do chão.

No documento *Brasília revisitada*, elaborado em 1987, Lúcio Costa discorreu sobre a interação das quatro escalas. Faço um destaque:

As extensas áreas livres, a serem densamente arborizadas ou guardando a cobertura vegetal nativa, diretamente contígua às áreas edificadas, marcam a presença da escala bucólica. ... E a intervenção da escala bucólica no ritmo e na harmonia dos espaços urbanos se faz sentir na passagem, sem transição, do ocupado para o não ocupado – em lugar de muralhas, a cidade se propôs delimitada por áreas livres arborizadas (Costa, 1987).

Além de um novo modo de viver, a integração incisiva da escala bucólica ao urbanismo era, é, necessária à realidade urbana e social que se anunciava, fundamentadas em princípios de moradia e vivência coletivas, com a máxima possibilidade de uso do chão – espaço público – associados aos princípios urbanísticos da cidade jardim. Dispondo o chão a um uso tão libertário, foi necessário, em oposição, assegurar a unidade da forma e da função por outros modos. A estrutura viária, o modo de dispor os equipamentos

complementares (comércio, serviços, igreja, clube etc.) e, particularmente, a vegetação que envolve tudo.

Essa é a realidade que ainda não mudou, pois é sempre necessário preservar o ambiente, e os espaços urbanos são críticos para a convivência social tanto quanto a preservação da natureza. É impossível apartar *natura* e *cultura*.

Quanto ao nosso objeto – arquitetura e urbanismo – reafirmo que, como resultado da sociedade extremamente desigual, a parte rica das cidades brasileiras é feia e mal-educada. As partes pobres muitas vezes são agradáveis e pitorescas. Nas porções médias... são meio feias e poucas vezes pitorescas. E, quando são nascidas melhores, como o Plano Piloto de Brasília ou a Barra da Tijuca, há, em permanente amanho, a transformação em uma cidade tão comum quanto ruim, além de feia, infelizmente. Os termos feiura e má-educação aqui representam as falhas, omissões, ações grotescas, corrupção ativa, abuso da república etc.

Por último, temos que voltar a exigir planos e projetos urbanos para execução de ações, no mínimo como viabilização dos planos diretores, completamente restritos aos formatos legais de regulação, mas sem poder determinar a execução de intervenções reais nas cidades.

Não faz sentido pretender que seja uma sina, ou um fado urbano à brasileira. Muitíssimos de nós apenas e alegremente fazem parte desse presente e futuro desarranjado.

Acrescento aqui e de modo sintético uma análise crítica feita ao então projeto de lei complementar para o plano de preservação do Conjunto Urbanístico Do Plano Piloto De Brasília (PPCUB), apresentada no âmbito do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro e do Mandato do Deputado Distrital Gabriel Magno, na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Foi um dos momentos tentativos de fazer ver que o dito PPCUB é inservível para a conservação do patrimônio tombado. O PPCUB foi aprovado e sancionado, entretanto resisto em minha inconformidade, não

por teimosia, mas porque é evidente que se trata de um instrumento que por fim legitimará o descompromisso com a preservação e a destruição do Plano Piloto.

É um problema de longa data. Sob os pressupostos acadêmicos e do IPHAN, as várias versões das minutas apresentadas para o projeto de lei, dito PPCUB, não resultam em um verdadeiro plano de preservação. Não contém respostas ou definições claras se é um plano diretor que abriga elementos de um plano de preservação, ou um híbrido que enuncia conceitos de preservação, mas pouco normatiza a esse respeito.

A Lei Orgânica do DF dispõe que é o PPCUB que organiza e rege a área de tombamento Distrital, Federal e Mundial. Entretanto, o projeto em análise tem estrutura de Plano Diretor, tem regras típicas de um Plano Diretor, mas é chamado de Plano de Preservação. Com efeito é um PLC para uma Lei de Uso e Ocupação do Solo e de um Plano Diretor de Ordenamento Territorial, no qual, reitere-se, inexistem regramentos de proteção e de indução à conservação dos bens culturais protegidos. Voltamos à conclusão que é um projeto de lei com alguns elementos discursivos de preservação do patrimônio. Impressiona constatar que pouquíssimas pessoas percebem ou se importam com isso.

Importante, também, pôr em perspectiva e frear os esforços equivocados de busca de instrumentos de compreensão e ordenamento ditos abrangentes, tipo planejar para o conjunto maior da área do DF ou mesmo do seu entorno atual, ou ainda que não devemos focar apenas no CUB etc. Esse discurso resulta contraditório com o desprezo pela abrangência da proteção já incidente para o CUB e respectivo entorno, ao negar a proteção à paisagem natural e às arquiteturas, como se não fossem componentes do conjunto tombado. E é esse o caso. Só há interesse na construção de um discurso pretensamente regulador, à guisa de pacto social, mas que é essencialmente disruptivo.

A “invenção” dos planos de preservação vem dos modelos europeus e tem alguns princípios a serem cumpridos, a saber:

- Objetiva a preservação do patrimônio cultural de um determinado bem, em geral conjuntos e sítios culturais, cuja complexidade socioeconômica, paisagística, fundiária e edilícia extrapole a condição de conservação unilateral, do Estado ou de particulares;
- É um instrumento de gestão, pactuado e compartilhado com o conjunto da sociedade envolvida, vale dizer, ESTADO e GOVERNANÇA, SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA e DETENTORES DE PROCESSOS CULTURAIS. O Comitê Gestor é corolário desta postulação.
- Devem preexistir os instrumentos legais de uso do solo, código de posturas e regramento edilício geral;
- É instrumento de viabilização de ações concretas e só conterà normativas voltadas para esse fim;
- Deve propor e dar viabilidade a projetos e ações concretas em bens públicos, especialmente para intervenções infraestruturais que viabilizarão a sustentabilidade dos conjuntos e sítios objetos da preservação.

Dito isto, registramos que esta análise, conquanto sumária, considerou todas as fases de elaboração do PPCUB, mas volta-se sobretudo para a proposta apresentada pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH) na Audiência Pública de novembro de 2022.

No geral, apoiamos as manifestações da sociedade civil em defesa do patrimônio mundial, por ocasião das audiências públicas. Como exemplo, as recentes análises críticas dos conselhos comunitários, assessorados por estudiosos do tema que, claro, indicam primeiro a falta da ampla participação social na gestão do patrimônio protegido. Este é um dos fundamentos nas orientações da Unesco para a preservação do CUB.

A falta de participação, não só da comunidade, mas também de outros setores de governo, apenas e eventualmente convidados a examinar propostas (em evidente desequilíbrio de condições de tempo e acesso), constituiu e ainda é um dos problemas mais

evidentes a ser solucionado para um bom plano de preservação. E, além disso, essa lacuna deve ser suprida tendo em conta a prolongada gestação deste PPCUB, geralmente internada e excludente, como se não fosse matéria de interesse da sociedade.

Conhecemos os esforços técnicos de servidores e contratados para o desenvolvimento do plano – desde 2011 – entretanto, é necessário frisar que o singelo e decantado argumento de que técnicos e gestores trabalharam intensamente e por longo tempo nessa produção, e que isso qualifica ambos – criatura e criadores – por si só não resulta ser evidência de qualidade. E se desses não houve procrastinações, evidenciam-se interveniências indevidas e falhas acumuladas. No mínimo, pelas mudanças políticas e de atores privilegiados como o Sindicato da Construção Civil (SINDUSCON). Afirmo que não tem as qualidades de um bom plano de preservação, aliás, sequer seria reconhecível como tal. De todos os modos, não nos furtamos de analisar a atual minuta também em seus detalhes. Essa análise está descrita, com o detalhamento possível, em documento encaminhado ao Colegiado Permanente das Entidades Nacionais de Arquitetura e Urbanismo (CEAU) do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU DF).

Destaque-se o insistente desenvolvimento sigiloso e opaco, especialmente nesta versão do PLC, dificultando inclusive o cotejo necessário com as versões anteriores e principalmente com as demandas sobre aquelas e ainda as recomendações interpostas pelo IPHAN nas suas análises. Mesmo assim trazemos questões relevantes a serem consideradas e reconsideradas, a saber:

Nossa primeira demanda vincula-se às especificações enfatizadas pela Unesco, em seus relatórios de avaliação do Patrimônio Mundial, condições *sine qua non* de qualquer política de preservação do CUB enquanto patrimônio mundial, cujo atendimento ratificará o compromisso do Estado Brasileiro junto às Nações Unidas, quando da candidatura a inscrição na lista. Destaque-se que, antes mesmo desse compromisso, a incorporação dos consensos estabelecidos pela comunidade das nações por meio de seus organismos constituídos – seja para a preservação do patrimônio mundial, seja para

a preservação do ambiente – ratificam a participação do Brasil na construção de um processo civilizatório, que vem enfrentando desafios em âmbito global. Nesse âmbito reitera-se que uma das demandas da missão da Unesco de 2012, ratificada no relatório encaminhado ao Governo do Distrito Federal e ao Iphan em 2020, é a constituição de COMITÊS GESTORES, envolvendo cada vez mais amplas camadas da sociedade civil organizada nos países signatários das convenções, como é o caso do Brasil. Essa orientação não foi até hoje atendida e não foi estritamente observada na elaboração da nova minuta do PPCUB. É, portanto, a nossa primeira demanda a criação e implementação do COMITÊ GESTOR DO CONJUNTO URBANÍSTICO DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA, de natureza deliberativa e consultiva, com responsabilidades definidas e participação de entes locais, federais e da comunidade.

Nesses termos, tem que haver o pacto vertical para que o plano seja, de fato, de preservação. Porém, a minuta do PLC em questão apenas enuncia um conselho similar aos já usuais no âmbito do GDF, que, entretanto, não contempla a gestão do patrimônio, que inclui a formulação de instrumentos de preservação específicos, não vinculados às normas edículas e de uso e ocupação previstos nos planos diretores em geral, tal como neste projeto de lei em exame.

Cabe aqui uma observação importante: existe uma Secretaria de Cultura e nela o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural, nos termos da Lei Orgânica do DF e da Lei Orgânica da Cultura. Como se explica que esse setor diretamente vinculado à preservação do patrimônio cultural esteja, na prática, alijado do processo de formulação do PPCUB, quando deveria estar compartilhando a frente do trabalho? Nenhum argumento em sentido oposto pode ser levado à sério. Que nos poupem desse insulto.

Vale lembrar que o plano de preservação é instrumento especial de pactuação intergovernamental e da sociedade civil organizada, estruturado como um sistema tanto de controle da área protegida como de investimentos públicos e privados em programas e projetos de conservação e desenvolvimento urbano. Não deveria tratar de uso e ocupação de solo nem dispor genericamente sobre lotes e seus limites construtivos.

Da forma como está proposto, o PPCUB resulta em um plano diretor setorial que inclui uma lei de uso e ocupação do solo específica. Cuida majoritariamente de critérios edilícios, setorizados, mas indistintos, assumindo genericamente toda a área tombada como um sistema de lotes para os quais passam a valer normas específicas, de modo que os componentes arquitetônicos existentes – com as exceções daqueles expressamente indicados, resultando poucos conjuntos monumentais e edifícios isolados. Todos os demais ficam com uma vaga proteção volumétrica, sabidamente ineficaz. Em alguma medida, discrimina e regulamenta algumas áreas públicas, sem o alcance e as condições da preservação, antes, disponibilizam, outra vez de forma indistinta, possibilidades de criação de glebas e lotes para novas edificações, como é o caso das áreas não pavimentadas do exo monumental.

Brasília é uma cidade-parque. O Plano Piloto e muitas outras áreas urbanas do Distrito Federal contém mais áreas verdes ou livres que quaisquer outras cidades na Terra, qualidade que deveria ser preservada e servir de modelo para a vida urbana vindoura. Única, e isso é de se lamentar, pois indica serem pouco aproveitadas suas lições. É absolutamente necessário inverter o raciocínio ou a direção do sistema gestor em Brasília pensando na conservação do sítio e paisagem urbana do CUB de forma a assegurar as características essenciais e a sustentabilidade da área tombada. O PPCUB deve dispor sobre o que deve ser preservado, e não dispor genericamente sobre potencialidades construtivas de todos e quaisquer lotes. Deve, acima de tudo, reconhecer que a paisagem urbana composta pelo edificado e as áreas verdes públicas e livres constituem o maior componente urbano e característica essenciais a ser preservada. É absolutamente necessário que o PPCUB defina os meios de conservar o patrimônio protegido. Naturalmente e com relação às áreas verdes, não se trata de preservação *in vitro*, mas de assegurar suas características paisagísticas. E que fique claro: isto não significa, nem implica, em depreciação do conjunto maior do Distrito Federal, que merece um planejamento adequado às suas

peculiaridades, inclusive preservando o que deve ser preservado. Preservar, repetimos, é não desperdiçar.

Nesse sentido, o PPCUB deve ser instrumento central da política de preservação, planejamento, uso e ocupação do solo, e gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília, cujos programas, projetos e ações devem ser incorporados ao Plano Plurianual – PPA, à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e à Lei Orçamentária Anual – LOA do Distrito Federal. E nele devem estar presentes, citadas especificamente, as normas e respectivas determinações decorrentes do tombamento distrital e do tombamento federal. Em consonância com a UNESCO, o IPHAN aponta a necessidade de estrita observância da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT e da legislação federal concorrente, que evidentemente inclui o tombamento federal e a inscrição no Patrimônio Mundial pela UNESCO. Ora, se aponta essa necessidade é porque o PLC não contempla adequadamente legislação superior.

Destaque-se que os compromissos firmados quando da inscrição de Brasília no Patrimônio Mundial (1987), tinham como pacificado que a cidade constitui obra-prima do gênio criativo humano e exemplifica um tipo de conjunto arquitetônico, tecnológico, urbanístico ou de paisagem, que ilustra significativos estágios da história humana, conforme os critérios I e IV da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972. Considerando essas questões verifica-se a razão pela qual o IPHAN furtava-se de uma análise direcionada para autorizar ou aprovar, ou não, este PLC. Todo o processamento, desde 2011, lentamente convergiu para um projeto de Lei que só cumpre nominalmente a determinação legal de instrumentação da gestão em favor da preservação. Resta ao IPHAN e outras instâncias reguladoras ou curatoriais manter suas normas e modos operacionais em âmbito apartado do Distrital.

Naturalmente, isso implicará em muitas superposições e conflitos legais em espaços que, em tese, deve se impor a lei maior, federal por suposto. E, como norma urbanística, deve cumprir o

Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), visando à ordenação sustentável do território para o melhor exercício das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, bem assim o resguardo do sítio urbano tombado, observadas as competências e atividades próprias às esferas de atuação federal e distrital.

Desde as sucessivas minutas do então Projeto de Lei Complementar, evidenciou-se a dispersão de conceitos tais como princípios ou propósitos do instrumento Plano de Preservação, assim como dos valores atribuídos ao CUB e que sustentaram seu tombamento em nível distrital e federal, e sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. O mesmo se constata quanto às características norteadoras do projeto de Lucio Costa expressas no Relatório do Plano Piloto de Brasília de 1957 e no texto Brasília Revisitada de 1987, e, finalmente, no tombamento federal o patrimônio cultural que define a proteção legal e seu caráter de instrumento propulsor do desenvolvimento urbano qualificado.

Neste ponto reitere-se, detalhando um pouco mais: o pacto de gestão compartilhada só pode se expressar e ter efeitos pela implementação do conselho gestor, como já dito, necessário ao controle do CUB, para organizar e dar providências para articulação entre os governos distrital e federal, com a participação da população em processos decisórios, assegurando: A) A função social da cidade como bem cultural; B) A função social da propriedade urbana; C) A sustentabilidade ambiental; e D) A ordenação e racionalização da legislação.

Com relação à nomenclatura e conceitos destacamos ainda aqueles que necessitam ser revisados para clareza e alinhamento entre os planos local e federal. Assim, deveriam ser objetivos gerais de um verdadeiro Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto de Brasília: Identificar, proteger e conservar o patrimônio cultural, preservando as características arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas que sustentam os valores patrimoniais, conforme definido nos processos dos tombamentos Distrital e Nacional, bem assim da inscrição na Lista do Patrimônio Mundial

da UNESCO. E valorizar o CUB integrando-o às políticas e ações de preservação e desenvolvimento urbano, social e econômico, bem assim de instrumentos de fomento e incentivos fiscais para preservação de bens tombados.

Destaco que se deve entender por escalas urbanísticas de Brasília o conjunto de relações espaciais, desenvolvidos por Lucio Costa para a concepção do Plano Piloto. As escalas monumental, residencial, gregária e bucólica são referenciais e imbricadas, podendo haver certa prevalência de cada uma delas, conforme a área ou setor urbano, jamais devem ser consideradas absolutas ou mesmo como um valor em si mesmas.

Uma questão especial ainda deve ser considerada: a área do entorno, definida pela Portaria n. 68/2012 do Iphan. Cabe regular e controlar as transformações da Área de Entorno – AE, mantendo seu uso e ocupação compatível com a preservação do CUB e de forma a preservar a paisagem do entorno.

Se repensado nos termos devidos, o PPCUB teria as seguintes características:

- O Plano de Preservação pode ser um capítulo de um Plano Diretor Setorial, entretanto não pode submeter-se a regras de uso do solo e intervenções sobre os espaços urbanos que conflitem com as premissas da preservação do Patrimônio Cultural sob proteção mundial, federal e local;
- Instrumentar o pacto gestor tendo a preservação do CUB como objetivo fundamental, cumprindo as determinações legais da legislação em todos os níveis, constituindo de imediato a estrutura de gestão e nela o Conselho Gestor do CUB, envolvendo instâncias distritais, federais e da sociedade civil, com a representatividade e as competências necessárias à gestão de um sítio inscrito na Lista do Patrimônio Mundial (Manifesto Fórum 2021), recomendado pela Unesco desde 2012;

- Constituir sistema de programas e projetos, com a normatização suficiente para seu desenvolvimento, aprovação e implementação;
- Estabelecer o Sistema de áreas verdes como preconizado pelo ZEE, considerando a paisagem total do CUB e do seu Entorno, por meio de hierarquias e instrumentos de preservação, conexos aos demais instrumentos de manutenção e conservação;
- Garantir infraestrutura e sistemas de mobilidade e acessibilidade universal;
- Fomentar o equilíbrio funcional para plenitude das atividades urbanas.
- Reservar todas as áreas dos Eixos Monumental e Rodoviário, inclusive suas bordas, assim como todas as áreas verdes públicas assinaladas no mapa anexo, nas quais as unidades imobiliárias serão constituídas por edificações de uso público e destinadas à cultura, sendo usado o conceito e elemento legal de uso do solo a projeção e áreas de domínio respectivas, vedando o uso de lotes como unidade imobiliária primacial.
- Reintegrar a nomenclatura específica da paisagem como áreas verdes de conservação;
- Dispor diretrizes e instrumentos de intervenção do Estado para as áreas públicas.

Por tantas razões, evidenciam-se que tanto há inconstitucionalidades quanto vícios de proposta e de tramitação processual, razões para a premente necessidade de suspensão dos efeitos do PLC aprovado e em vias de sancionamento e validação, o que só poderá ser feito diretamente pelo Poder Executivo do Distrito Federal ou mediante judicialização imediata.



Figura 1: Verso Verde – Desenho em construção (2013)
Arquivo IPHAN-DF.

Estrutura da paisagem do Conjunto Urbano de Brasília, Sítio Patrimônio Cultural Mundial¹

Yara Regina Oliveira

A se tomar a paisagem como um patrimônio e como dimensão de identidades coletivas, a sua metamorfose, seja por intervenções, ordenamento ou gestão, há de estar assente em “objetivos de qualidade paisagística e de vida das populações, mas também de qualidade espacial e formal, na qual a história natural e cultural do lugar assume grande relevância” (Batista; Matos, 2014, p. 41).

(...) É a memória desses sítios, com as suas características ecológicas, estéticas, históricas e culturais que guardam, que se quer proteger do desaparecimento. (Alvarenga e Magalhães, 2024).

A análise da estrutura da paisagem do Conjunto Urbano de Brasília (CUB) visa a contribuir com perspectivas contemporâneas de preservação e gestão do patrimônio mundial no contexto urbano brasileiro, especificamente quanto à tipologia *paisagem cultural*, no âmbito da rede do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e do Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultural (UNESCO). A interlocução internacional foi adotada por compreender uma profusão de exemplos que potencialmente podem contribuir ao amadurecimento das discussões no âmbito local. Como experiências nacionais, abordaremos as *Paisagens Cariocas entre a montanha e o mar*, no Rio de Janeiro, e o *Conjunto Moderno da Pampulha*, em Belo Horizonte, reconhecidas como paisagem cultural na lista do patrimônio mundial em 2012 e 2016, respectivamente, e que nos possibilitam traçar paralelos com o caso de Brasília.

¹ O presente documento é fruto de um trabalho que foi apresentado no 2º encontro do ICOMOS DF em parceria com a arquiteta Beatriz Couto.

A análise da estrutura da paisagem fundamenta-se nos princípios urbanísticos delineados por Lúcio Costa, materializados nas quatro escalas – monumental, residencial, gregária e bucólica. A esses referenciais articulam-se os elementos incorporados ao longo do processo de implantação da capital, os quais são examinados em sua dimensão histórica (Costa, 1987; Leitão, 2009; Bispo, 2023). A investigação amplia-se, ainda, para a consideração do bioma Cerrado e da bacia hidrográfica do Paranoá, reconhecendo sua relevância na conformação e na sustentabilidade da paisagem.

Após uma apresentação sintética dos marcos legais e uma breve exposição conceitual da paisagem, bem como de seu processo de incorporação pela UNESCO, faremos uma apresentação dos casos do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, apropriações brasileiras do conceito de paisagem cultural, expondo os atributos considerados e a correlação com os critérios adotados pela UNESCO. Posteriormente, apresentamos os atributos e os fundamentos utilizados para analisar a estrutura da paisagem no Plano Piloto na dimensão do território, incluindo um método de leitura da paisagem com multicritérios, com potencial de aprofundar a compreensão da paisagem do CUB. Nas considerações finais, trazemos propostas para continuidade da reflexão.

O tema é complexo e está em constante evolução, haja vista os numerosos trabalhos apresentados no Simpósio Internacional do ICOMOS, realizado em novembro de 2024, em Ouro Preto. Isso evidencia que a abordagem integradora da gestão da paisagem cultural urbana tem-se mostrado mais dinâmica em relação à realidade do território, com perspectivas de futuro.

Marcos legais do Conjunto Urbano de Brasília e considerações locais

A legislação referente ao Conjunto Urbano de Brasília, reconhecido como patrimônio cultural mundial, é composta pelo Decreto Distrital nº 10.829, promulgado em 14 de outubro de 1987, que

regulamenta a preservação da concepção urbanística da cidade. Este ato normativo foi um requisito fundamental para o pedido de reconhecimento e aprovação da inscrição de Brasília na Lista de Patrimônio Cultural da Humanidade, durante a 11ª Reunião Extraordinária do Comitê do Patrimônio Mundial em Paris, em 7 de dezembro de 1987.

Para a normatização e gestão do sítio, destacamos a portaria do IPHAN nº 314 de 8 de outubro de 1992, que instituiu o tombamento do CUB. Em 15 de fevereiro de 2012, a portaria do IPHAN nº 68 dispôs sobre a delimitação e diretrizes para a área do entorno do CUB. Foram estabelecidas posteriormente a Portaria IPHAN nº 166, de 11 de maio de 2016, que estabelece complementações e detalhamento da Portaria nº 314/1992, e a Lei Complementar Distrital nº 1.041, de 12/08/2024, na qual foi estabelecido o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB).

Desde o reconhecimento do CUB como patrimônio mundial em 1987, profissionais de órgãos públicos, de associações de moradores, de defesa do patrimônio e de categorias profissionais não pararam de produzir uma massa de informações consideráveis, num contexto de tensões na gestão do território, nos dois níveis de governo e nas instâncias e assembleias internacionais. Giannecchini, Bispo e Perpétuo (2013) argumentam que “em Brasília, desde a implantação do Plano Piloto concebido por Lucio Costa (1957-1960) até os dias atuais, as relações entre gestão, planejamento urbano e preservação do patrimônio estão profundamente conectadas.”

No contexto da elaboração do Plano de Preservação do Conjunto Urbano de Brasília PPCUB, Couto (2015) discute as práticas de preservação do patrimônio cultural de Brasília, considerando quatro dimensões analíticas: conceitual, urbanística, político-institucional e jurídica. Relacionando objetivos e práticas da preservação no processo de produção social do espaço urbano, são levantadas as seguintes considerações que nos parecem ainda atuais:

- a. Conceitual/urbanístico, que marca a dissociação entre o objeto tombado e a realidade urbana.

- b. Urbanístico/político-institucional, na qual o CUB ainda não está claramente descrito, compreendido e contextualizado em nível metropolitano e em termos de parâmetros urbanísticos claros e integrados;
- c. Político-institucional, caracterizada por fragilidades instrumentais, operacionais e normativas diante das representações das redes de interesse junto a estrutura do Poder Público; e
- d. Jurídico, na qual a dissociação entre o Direito Civil e Urbanístico, além da concorrência de atribuições entre o Executivo e Legislativo, ainda não superada. (Couto, 2015, p. 127)

No contexto dos desafios identificados pela autora, o atual estudo tem como objetivo contribuir para a análise da paisagem cultural de Brasília com uma proposta de leitura da estrutura da paisagem, que integra os atributos históricos do Plano Piloto e a dimensão do meio ambiente do entorno, que retomaremos mais adiante.

Do ponto de vista filosófico-conceitual, o bem patrimonial (obra) é físico (palpável e estável), ao passo que a paisagem cultural é dinâmica e estabelece interconexões de valores. Isto faz com que a paisagem promova uma dinâmica de interrelação entre a natureza e o ser humano, estabelecendo a coexistência (Makigutchi, 1988). O meio favorável para a coexistência duradoura é o da governança colaborativa, participativa, a partir da qual gera ajustes nos aspectos de normatização e jurisprudência urbana nas suas diferentes escalas. Assim, constrói-se a corresponsabilidade do gestor público, do Estado e de outros setores da sociedade, pactuando direitos e deveres dinâmicos numa perspectiva de futuro (Morin, 2015). Para que a gestão territorial se efetive a partir da perspectiva da paisagem cultural como expressão da coexistência entre homem e natureza, torna-se imprescindível adotar uma abordagem intersetorial e transdisciplinar, que promova o engajamento ativo de todos os atores envolvidos e assegure a coordenação articulada entre os diferentes setores (Oliveira, 2020).

Essa estratégia deve ser bem articulada e coerente, apoiada por um conjunto de políticas e abordagens que dialoguem com as áreas ambiental, social, econômica e cultural integrando o patrimônio construído e natural. A implementação da instância de um comitê gestor participativo do patrimônio mundial de Brasília, por exemplo, poderia constituir a oportunidade para tratar as interconexões das políticas setoriais do meio antrópico e natural.

Normativas da paisagem histórica urbana e considerações sobre os casos do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e de Brasília

Em outubro de 2011, a 36ª Conferência Geral da UNESCO publicou o documento “Recomendação sobre as Paisagens Históricas Urbanas”, incluindo, nas Diretrizes Operacionais, o conceito de Paisagem Histórica Urbana na categoria de Cidades Históricas (Unesco, 2011). Essa Recomendação possui caráter amplo e não se dirige apenas para as cidades patrimônio mundial.

O patrimônio urbano é um bem social, cultural e econômico, definido por uma estratificação histórica de valores que foram produzidos por culturas sucessivas e pela acumulação de tradições e experiências, reconhecidas como tal, na sua diversidade. O desenvolvimento rápido e muitas vezes descontrolado está transformando as áreas urbanas e a sua paisagem, o que poderá provocar a fragmentação e deterioração do patrimônio urbano, com profundo impacto nos valores das comunidades, em todo o mundo.

Desde 1992, a UNESCO reconhece como paisagens culturais aquelas resultantes de interações significativas entre seres humanos e o ambiente natural. No final de 2004, com a adoção das Diretrizes Operacionais revisadas para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, foram estabelecidos dez critérios² de reconhecimento patrimônio mundial – seis culturais e quatro naturais.

2 Os dez critérios de reconhecimento pela UNESCO 2025 (I) Gênio

Paisagem histórica urbana é uma abordagem metodológica que visa a preservar a qualidade do ambiente humano, melhorando o uso produtivo e sustentável dos espaços, reconhecendo seu caráter dinâmico e promovendo a diversidade social e funcional. Ela *“inclui práticas e valores sociais e culturais, processos econômicos e as dimensões intangíveis do patrimônio relacionado com a diversidade e identidade”* (Unesco, 2011).

Em Brasília, a relação homem-cidade-natureza constitui uma obra prima do gênio criativo humano. Contudo, sua inscrição ocorreu antes da inserção da tipologia paisagem cultural na lista do patrimônio mundial, em 1992. Poderíamos levantar a hipótese de que se sua candidatura ocorresse hoje a noção de paisagem cultural seria privilegiada. A abordagem da paisagem nos parece completa, pois abarca a natureza e o território modelado pelo homem.

Em linha com as recomendações da Unesco (2011), o desafio de preservar Brasília exige avaliar as questões e demandas atuais ligadas à cidade a partir de seu plano urbano único. Isto requer a adoção de uma visão da cidade voltada para o futuro, que proteja o seu valor universal excepcional e, ao mesmo tempo, promova a sustentabilidade, integrando os impactos climáticos e o bem-estar da população

A inscrição do “Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar” como Patrimônio Mundial, compreendendo uma série de “áreas/paisagens” da cidade, representa uma leitura renovada e inclusiva de patrimônio, definindo-a como exemplo de cidade onde os elementos naturais e construídos apresentam qualidade ambiental e social excepcionais. As áreas do sítio ficaram caracterizadas em três subcategorias distintas de paisagem cultural: paisagem desenhada intencionalmente – representada pelo Jardim

humano (II) Trocas de influências (III) Tradição cultural e civilizações (IV) Construção ou paisagem da história humana (V) Estabelecimento humano (VI) Ideias, crenças ou obras artísticas (VII) Beleza natural, fenômeno natural (VIII) História da Terra (IX) Processos evolutivos ou ecológicos (X) Biodiversidade excepcional

Botânico, Passeio Público, Parque do Flamengo e Orla de Copacabana; paisagem organicamente em evolução, como paisagem contínua – representada pelos elementos naturais, principalmente o Parque Nacional da Tijuca e suas florestas replantadas (nas serras da Carioca e da Tijuca), que se regeneraram ao longo dos anos; e paisagem associativa – representada pelos diversos elementos que receberam a mão do homem e cujas imagens, retratadas desde os primeiros anos da colonização, projetam a cidade e a cultura do Rio de Janeiro no Brasil e no mundo.

A área de amortecimento do sítio interliga os setores assumindo igual importância. A preservação desta está condicionada à manutenção não só do gabarito das edificações, mas também da dinâmica urbana. Nestes termos, a Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana, assume um papel fundamental e sua aplicação tem sido buscada de forma sistemática.

O Conjunto Moderno da Pampulha foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial como uma paisagem cultural, com base nos critérios (i), (ii) e (iv). A argumentação central da candidatura expressa, em sua Declaração de Valor Universal Excepcional, que o Conjunto Moderno da Pampulha é “marco vivo, íntegro e autêntico da história da arquitetura mundial e da história brasileira e das Américas”. A relação com a paisagem é valorizada nas afirmações da “força do conjunto propiciada pelas formas de seus edifícios e da relação estabelecida entre eles e destes com a paisagem inaugura uma linguagem arquitetônica própria” e da “a abordagem contextual pioneira no âmbito da arquitetura moderna”. No entanto, a declaração não define o bem como uma paisagem cultural, mas sim como um conjunto urbano que proporcionou “a conjunção de várias formas de expressão artística em um todo integrado, onde a tecnologia construtiva e a linguagem específica de cada modalidade artística associadas se integram e relativizam a expressividade do todo.” A delimitação da zona de amortecimento é determinada como paisagem urbana, materialização de uma dinâmica socioeconômica que se desenvolve sobre o sítio natural, atribuindo-lhe sentido e conteúdo (Cury et al, 2024).

Para abordar o CUB, partimos das orientações definidas por Lucio Costa no anexo de Brasília Revisitada. No referido documento, desenvolvido entre 1985 e 1987, o idealizador da cidade avaliou as alterações provocadas por seus usos, revisitando os aspectos fundamentais das escalas urbanas de Brasília (monumental, residencial, gregária e bucólica) e enfatizando os elementos que são essenciais, integrados e complementares. Ele apresenta diretrizes de complementação, preservação, adensamento e expansão urbana, propondo novas áreas habitacionais no Plano Piloto (Costa, 1987). Esses fundamentos constam do parecer que aprovou a inclusão de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 07 de dezembro de 1987, sob a Inscrição n.º 445 (Giannecchini et al, 2013).

Os valores universais excepcionais (VUE) que motivaram o reconhecimento internacional do Conjunto Urbano de Brasília são:

(i) representar uma obra-prima do gênio criador humano; O planejamento da cidade é notável na medida em que integra admiravelmente o desenho urbano de Lucio Costa (o “Plano Piloto”) e as criações arquitetônicas de Oscar Niemeyer;

(iv) representar um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana.

Hoje, resultam como atributos históricos do Plano Piloto considerados para atribuição do Valor Único Excepcional (VUE) a intersecção de dois eixos, a distribuição hierárquica do sistema viário, as escalas urbanas do urbanismo de Lucio Costa com suas respectivas características e usos finais, a rede de espaços abertos e espaços verdes, a Esplanada dos Ministérios e estruturas representativas que compõem o Eixo Monumental, as superquadras organizadas a partir de unidades de vizinhança e, por último, os principais edifícios representativos das obras arquitetônicas de Oscar Niemeyer.

Qual dessas paisagens devem ser preservadas?

Brasília é reconhecida como uma obra ex-nihilo, concebida segundo princípios de planejamento urbano modernista, cuja materialização evidencia uma arquitetura de excepcional valor estético e funcional, associada a uma morfologia monumental. Tais atributos constituíram elementos determinantes para sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, em consonância com os parâmetros de autenticidade e integridade estabelecidos pela Convenção de 1972. Entretanto, ao longo do tempo, tem-se tornado cada vez mais evidente a relevância da integração dos valores notáveis do Plano Piloto e do Conjunto Urbano de Brasília ao meio natural em que se insere.

Sem sombra de dúvidas, os princípios urbanos fundamentais delineados por Lúcio Costa constituem a matriz conceitual para a articulação com a estrutura da paisagem, abordagem que será desenvolvida no item subsequente.

A estrutura da paisagem de Brasília

O presente estudo define as unidades da paisagem em escala territorial, considerando três unidades morfológicas urbanas, naturais e geográficas: o Plano Piloto, o Lago Paranoá e a Bacia do Paranoá.

Consideramos atributos fundamentais os seguintes pressupostos urbanísticos: as quatro escalas urbanas do Plano Piloto, a estrutura urbanística do eixo monumental, as unidades de vizinhança e o conjunto de superquadras, o conceito de cidade-parque, os espaços abertos e a infraestrutura urbana.

O parâmetro adotado para a categorização das unidades da paisagem baseadas nos princípios urbanos do Plano Piloto definidos por Lucio Costa são: respeitar as quatro escalas que presidiram a concepção da cidade: a simbólica e coletiva, ou monumental; a doméstica, ou residencial; a de convívio, ou gregária; e a de lazer, ou bucólica, inclusive os gabaritos e taxas de ocupação que as definem.³

³ *A escala monumental comanda o eixo retilíneo – Eixo Monumental – e foi introduzida através da aplicação da — técnica milenar dos terraplenos (Praça*

Para fundamentar a interpretação da estrutura da paisagem do CUB é necessário ainda observar os aspectos cênicos e históricos ligados à composição e ao desenho urbano, que se relacionam à biodiversidade e ao conforto ambiental estabelecidos pela vegetação.

O Lago Paranoá com sua orla e a cumeeira da bacia do Lago Paranoá são abordados em sua dimensão de cenário, de lazer e de conforto ambiental.

A massa vegetal é priorizada por ser suporte de biodiversidade, de lazer, de composição cênica, de desenho e igualmente de conforto urbano.

A estrutura vegetal inerente às quatro escalas urbanas fundadoras do Plano Piloto é complementada pela pontuação de praças e parques. Os espaços livres de construção apresentam espessuras urbanas específicas para cada uma das escalas propostas por Lúcio Costa. Em vez de ruas convencionais, estes espaços são definidos por pátios e salões urbanos, trajetos para pedestres, vias arborizadas e panoramas com visadas urbanas. Do ponto de vista fundiário,

dos Três Poderes, Esplanada dos Ministérios), da disposição disciplinada porém rica das massas edificadas, das referências verticais do Congresso Nacional e da Torre de Televisão e do canteiro central gramado e livre da ocupação que atravessa a cidade do nascente ao poente. As superquadras residenciais, intercaladas pelas entrequadras (comércio local, recreio, equipamentos de uso comum), se sucedem, regular e linearmente dispostas ao longo dos 6 km de cada ramo do eixo arqueado – Eixo Rodoviário/Residencial. A escala definida por esta sequência entrosa-se com a escala monumental não apenas pelo gabarito das edificações como pela definição geométrica do território de cada quadra através da arborização densa da faixa verde que a delimita e lhe confere cunho de —pátio interno urbano. A escala gregária surge, logicamente, em torno da interseção dos dois eixos, a plataforma rodoviária, elemento de vital importância na concepção da cidade e que se tornou, além do mais, o ponto de ligação de Brasília com as cidades satélites. No centro urbano, a densidade de ocupação se previu maior e os gabaritos mais altos, à exceção dos dois Setores de Diversões. E a intervenção da escala bucólica no ritmo e na harmonia dos espaços urbanos se faz sentir na passagem, sem transição, do ocupado para o não-ocupado – em lugar de muralhas, a cidade se propôs delimitada por áreas livres arborizadas. Costa apud Leitão, 2009, p. 70-71 op cit.

os terrenos livres de edificações e de caráter público garantem a fluidez e a permeabilidade física do solo, promovendo a integração espacial e funcional da cidade.

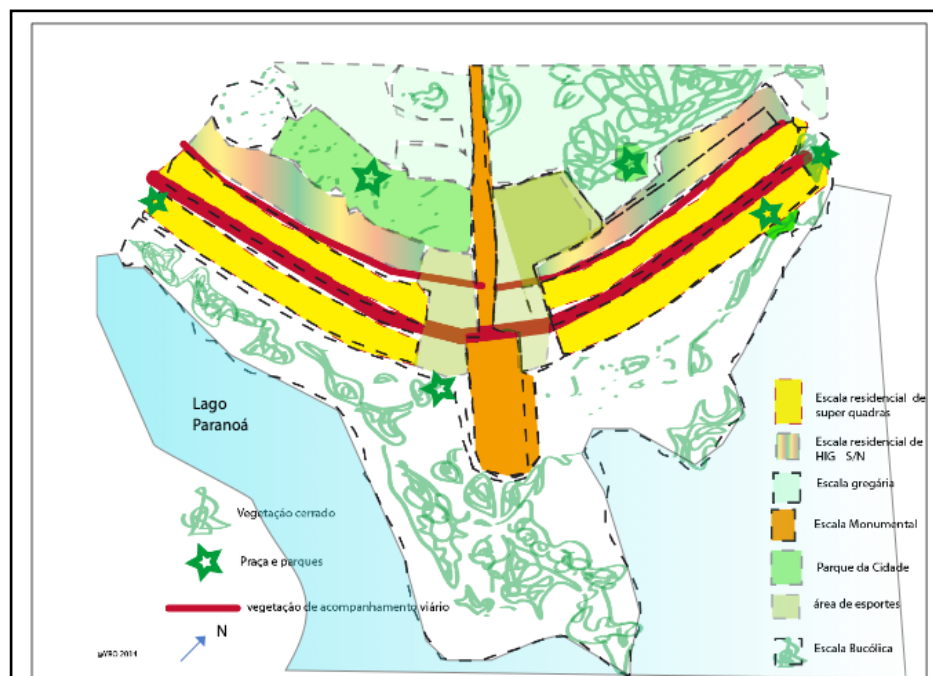


Figura 1: Mapa esquemático das unidades da paisagem na dimensão territorial.

Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Assim, a estrutura da paisagem na dimensão do território é definida em nove unidades expressas no mapa esquemático acima e detalhadas a seguir.

1. A escala residencial das unidades de vizinhança e das superquadras possui uma estrutura de base com os seguintes atributos:

- Cinturão verde com largura de 20 metros de largura com árvores de porte delimitando a parte externa das superquadras, gerando a sensação de alamedas.

- [illegible]

Fonte: Montagem elaborada pela autora, 2014.

Entre o desenho urbano desenhado por Lucio Costa e o inventário da estrutura urbana realizada, percebemos que a intenção da cidade-parque foi realmente impregnada no território. Compõem também a unidade de vizinhança onde estão os blocos de seis pavimentos sobre pilotis, com livre circulação no solo, o comércio de proximidade, os equipamentos urbanos escolares, biblioteca, correios, templos religiosos, cinema, clubes, caracterizando a cidade de 15 minutos a pé.

As superquadras populares, conhecidas como “400”, apresentam edifícios com pilotis, embora várias também tenham o térreo construído nos limites da projeção. Nessas superquadras, são mantidas as características da estrutura vegetal das demais: o cinturão verde de 20 metros ao redor, a estrutura de pátios e salões urbanos, e as áreas de estacionamento no interior da quadra

2. A escala residencial das habitações geminadas tem uma estrutura mais heterogênea. Na Asa Sul, corresponde a casas geminadas de térreo mais um pavimento, assentadas no lote, com um jardim de proximidade frontal na fachada principal das residências, conectadas por sua vez à área verde, pontuada de árvores, arbustos e grama, com vias de acesso de veículos na parte oposta (serviço). Assim, as residências geminadas, a faixa arborizada e a faixa de veículos e estacionamentos são dispostas em faixas longilíneas. Entre as HIGS 702 a 708, as linhas de residência são intercaladas de áreas verdes e de acesso veicular e estacionamento, acompanhando paralelamente as vias principais W3 e W4. No extremo da Asa Sul, essas faixas foram implementadas perpendicularmente às vias, com características de térreo ou térreo mais um pavimento. Em uma delas, existe a conjugação de casas com blocos sobre pilotis de dois pavimentos. Na Asa Norte, a implantação de casas associadas a blocos de pilotis é mais presente.

Os estabelecimentos comerciais e outros equipamentos urbanos foram dispostos de forma relativamente livre na extremidade oeste das Asas Sul e Norte. Um fenômeno semelhante acontece no extremo leste, ao longo da via L2.

3. Na **escala gregária**, após as construções dos edifícios, os espaços livres e a paisagem ainda permanecem em construção. Há plataformas, onde a flor nasce do concreto nos setores de escritórios, hoteleiros, bancários e de diversões. Os espaços livres de construções e ainda permeáveis são uma oportunidade por constituir tramas verdes de interconexão, em harmonia com as infraestruturas dos diferentes modos de transportes públicos e particulares. Esta escala é a interseção entre a escala bucólica e o eixo monumental. Ali se situa a estrutura da rodoviária local, representando o cruzamento principal fundador da cidade com o marco zero ao nível do térreo. A plataforma superior da Rodoviária permite uma vista panorâmica privilegiada do Eixo Monumental, enquanto no subsolo dá-se a ligação dos eixos rodoviários norte e sul. Esse resultado genial da conjugação da topografia, do cenário e da urbanidade central do Plano Piloto está em relação visual direta com a cumeada da bacia do Paranoá, conjugando a escala do desenho urbano à escala do território.



Figura 3: Ambiências da escala gregária.
Fonte: Montagem elaborada pela autora, 2014.

4. A **escala monumental** é escala da *civitas*, ao lado das escalas mencionadas anteriormente, que são da *urbs*. Nessa escala, a genialidade humana do arquiteto e do urbanista pontuou com monu-

mentos arquitetônicos o vazio de uma esplanada verde central, um tapete verde constituído de forragem vegetal. Como subunidades da paisagem desta escala, levantamos dez espaços.

Conforme Leitão, a “a escala monumental é estruturada na linha de declividade natural do terreno de maior alcance visual por um parque linear em terraplenos – Eixo Monumental –, no qual se dispõem diferentes monumentos e palácios. É um ordenamento que garante visuais livres entre si e de grande profundidade sobre o lago e as chapadas, criando, segundo Lucio Costa, ‘espaços adequados à escala do homem’ e permitindo ‘o diálogo monumental’” (Leitão, 2009, p.245 *apud* Bispo, 2023).

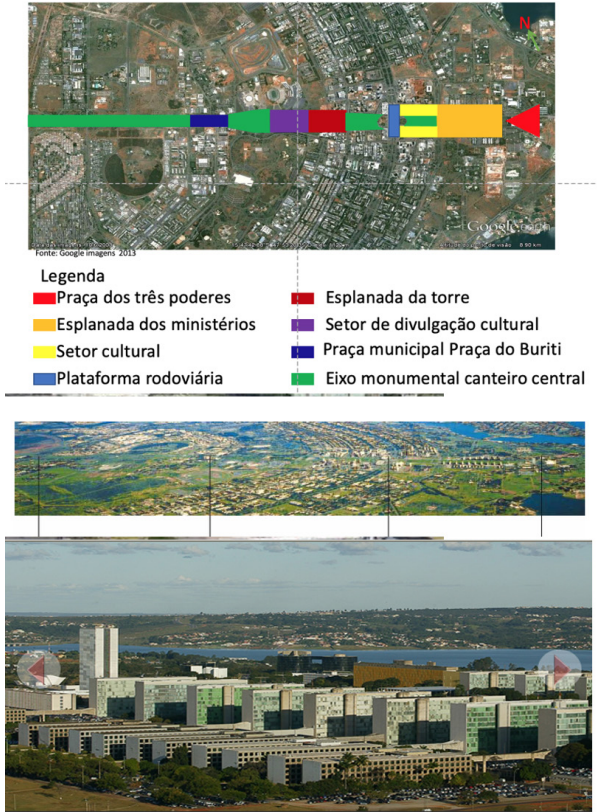


Figura 4: Ambiências da escala monumental
Fonte: Montagem elaborada pela autora, 2014.

Na composição das unidades da paisagem contamos com as visadas, as panorâmicas, o ritmo e a pontuação dos objetos construídos, a proporção entre cheios e vazios e as transparências visuais, elementos fundadores e estruturantes de composição urbana com estruturas vegetais diferenciadas. A título de exemplo, a cumeada da bacia do Paranoá estrutura a linha mestre de composição de edifícios que constituem em 360° a praça mineral dos Três Poderes. Se adentrarmos mais na relação da vegetação específica de cada edifício que compõe a Esplanada dos Ministérios, o Teatro Nacional incluso, a correlação entre a massa construída do edifício e a estrutura arbórea conexa e circundante da paisagem é repleta de simbologias com dinâmicas internas e externas exuberantes. A Praça do Buriti é um exemplo significativo dessas dinâmicas, assim como a vegetação das veredas que rodeiam o Palácio do Itamaraty e as árvores de porte médio encontradas no Setor de Divulgação Cultural, entre outras situações urbanas.

Retornemos à leitura da correlação da cumeada da bacia do Paranoá com outra subunidade da paisagem da Escala monumental, a da Plataforma da Rodoviária. A cumeada da bacia do Paranoá marca o limite entre o céu e a terra, tendo a Esplanada dos Ministérios como cenário principal, cuja altura máxima condiciona todas as edificações ao seu redor, enquanto as águas do Lago Paranoá compõem o quadro (Figura 4)

5. Na escala bucólica, há expressiva presença de vegetação nativa – o cerrado. O trabalho investigativo optou por considerá-la apenas na dimensão do envelope⁴ da *urbs* construída, em coerência com as abordagens do urbanismo vegetal da época (Stefulesco, 1993). No nível do território, a vegetação nativa envelopa o tecido urbano do Plano Piloto, englobando o Cemitério, o Parque da Cidade e a Universidade de Brasília. Além dos usos de lazer e a cultura, comporta as embaixadas e remanescentes dos acampamentos pio-

4 Associar o bucólico a outras escalas parece-nos uma incongruência e, além disso, fragiliza a gestão do espaço, como é o caso do cinturão verde das superquadras. Para o nosso estudo, isso é considerado um atributo da vegetação específica de cada escala urbana.

neiros. Abarca também os “bosques” entre a cidade e o campo, os parques urbanos ao longo do quadrante norte-sul, contíguos aos sítios construídos nos limites externos da L2 e da W3, desempenhando funções tanto bucólicas quanto ecológicas.

6. Definimos **a área de desportos como uma unidade** à parte, pois seu uso, sua frequência e a escala de seus equipamentos são variados e obedecem a uma lógica de oportunidades, não de orientações urbanas. A área compreende atributos patrimoniais como o Autódromo de Brasília, o Cine Drive-in e o Estádio Mané Garrincha.

7. As **unidades da paisagem da estrutura viária** remetem a uma lógica vegetal interconectada com o movimento. Por exemplo, a via W3 é a única via do Plano Piloto com característica de rua de um tecido urbano tradicional, onde a arborização urbana está disposta em fita, como uma alameda. Coexistem o tempo do deslocamento dos pedestres e dos veículos.

Enquanto isso, na vegetação de acompanhamento dos Eixos Rodoviários, a composição é pontuada de massivos arbóreos de médio e grande porte e gramado. Os arbustos são evitados para permitir uma maior visibilidade dos espaços. O conjunto corresponde à percepção de um deslocamento veloz.

A via L2, pelo fato de ter uma faixa central estreita, é pontuada de maneira esparsa por arbustos decorativos, preservando a transparência visual.

Todos os eixos viários, sobretudo os do sentido Norte-Sul, se beneficiam da ambiência do cinturão arbóreo das superquadras. Nesta unidade da paisagem, os painéis de orientação, de comunicação, assim como os pontos de ônibus e as passagens subterrâneas são, sem sombra de dúvida, atributos históricos.

8. A partir de um ponto de vista ambiental, **alguns parques e praças do Plano Piloto** correspondem a unidades de conservação ou entidades naturais próprias da cidade.

9. As bordas do Lago Paranoá, sob o ponto de vista histórico, correspondem a um lago artificial, inicialmente concebido para promover a umidade do Plano Piloto, com sua localização definida por Glaziou, ainda no século XIX. Sob a perspectiva da unidade paisagística, torna-se necessário um trabalho integrado de caráter ambiental, ecológico e urbano, de modo a garantir coerência com a dinâmica da estrutura verde que permeia todo o entorno.

Para aprofundar a compreensão das nove unidades da paisagem previamente identificadas e descritas, apresenta-se uma metodologia de análise desenvolvida em contexto pedagógico, visando a orientar a investigação e interpretação de suas características.

Método de análise da paisagem ajustado ao contexto de Brasília

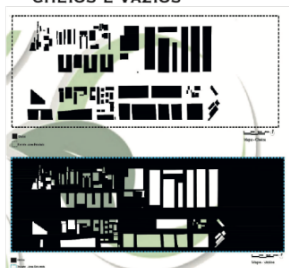
O termo “carimbo verde” foi escolhido por se tratar de um denominador mínimo comum na apreciação e captura de um tempo sincrônico do espaço urbano sobre uma paisagem diacrônica. Parafraseando o “caminho do meio” descrito por Sachs (2011), corresponde a uma abordagem do paisagismo que pretende integrar as diferentes perspectivas e sensações ao longo do percurso, dentro do contexto da cidade. Entre outros textos de referência, tem-se *A Imagem da Cidade* (Lynch, 2011), em que o autor enuncia que cada indivíduo tem uma imagem própria e única que, de certa forma, raramente, ou mesmo nunca, é divulgada, mas que se aproxima da imagem pública e que em meios ambientes diferentes se tornam mais ou menos determinantes e aceitos. Abordar a cidade como uma experiência polifônica (Mongin, 2014) evidencia sua dinâmica e polissemia. Esses autores constituem as principais referências que nos inspiraram na construção de um método de análise multicritérios capazes de abarcar elementos que contribuam para a compreensão da paisagem cultural de Brasília. Considerando que a análise é instantânea, em conformidade com a noção de “carimbo”, o componente histórico é incorporado como uma das categorias de avaliação.

O método de análise da paisagem “carimbo verde”, adaptado para Brasília, comporta os seguintes passos:

- a. os espaços cheios e vazios nos permitem proceder à avaliação dos sistemas de espaços livres;
- b. a análise das árvores e dos caminhos de pedestres nos permite avaliar o quanto a estrutura arbórea está em consonância com os caminhos, e se atende ao conforto do usuário, assim como também nos permite avaliar o grau da espessura urbana do sítio;
- c. as vias e estacionamentos nos permitem avaliar as condições da rede viária local.
- d. os mapas-síntese representam os espaços construídos, não construídos, as categorias mineral e vegetal e a paisagem em movimento – pontos focais, sequências urbanas, barreiras etc. A sua análise permite estabelecer as fragilidades e potencialidades para o projeto da arquitetura da paisagem.
- e. a introdução da representação dos espaços públicos ou privados permeia o conjunto das sessões dos mapas sínteses, revelando uma questão importante para estabelecer o grau de gestão dos espaços.

CARIMBO VERDE - ANALISE DA PAISAGEM - ESCALA HUMANA

1 - MAPA ANALISE PAISAGISTICA CHEIOS E VAZIOS



2 - MAPA ANALISE PAISAGISTICA CAMINHOS DOS DESEJOS E MATERIALIZADOS - ARVORES



3 - MAPA ANALISE PAISAGISTICA VIAS E ESTACIONAMENTOS



4 - MAPA ANALISE DA PAISAGEM - SINTESSES

ESPAÇOS CONSTRUÍDOS - TIPOLOGIAS E USOS

RESIDENCIA INDIVIDUAL	
RESIDENCIA COLETIVO	
COMERCIO	
INSTITUCIONAL	

PAISAGENS EM MOVIMENTO

PONTOS FOCAIS MARCOS		CAMINHOS POTENCIAIS DE PEDESTRE	
BARREIRAS FISICAS		CAMINHOS PEDESTRE MATERIALIZADO	
SEQUENCIA PAISAGISTICA INTERESSANTE		PANORAMA CENARIOS	

ESPAÇOS ABERTOS - LIVRES DE CONSTRUÇÃO

	PRIVADO	PUBLICO
ESTACIONAMENTOS		
TERRENO A CONSTRUIR		
QUADRAS POLISPORTIVAS		
VIAS		
SALCOS URBANOS		

VEGETAL

	PRIVADO	PUBLICO		CONSERVADO	DEGRADADO
PRACAS			PARQUES PUBLICOS		
JARDINS / PATIOS URBANOS			CERRADO / LIDADES DE PAISAGEM		
GRAMADO ESPACO RESIDUAL					
CINTURAO VERDE					
ESPACO DE ACOMPANHAMENTO VIARIO					
ESPACO DE ACOMPANHAMENTO EDIFICIOS - ORNAMENTAIS					
CERCAS VIVAS					

@YRO - 2015

Figura 5: Esquema multicritérios de leitura da paisagem (Fonte: Yara Regina Oliveira, 2015).

Considerações finais e elementos para reflexão

A análise da estrutura da paisagem a partir de sua matriz vegetal, integrando os elementos patrimoniais do conjunto urbano de Brasília, permitiu-nos compreender de forma mais ampla as relações estabelecidas entre natureza e cidade. Esse enfoque possibilitou identificar como a vegetação, distribuída em diferentes escalas — da arborização das superquadras aos remanescentes de cerrado na escala bucólica — desempenha papel estruturante na conformação da paisagem urbana.

O estudo revelou também sua dimensão simbólica e cultural, uma vez que a presença do cerrado não apenas preserva a biodiversidade, mas também reforça a identidade do território projetado por Lucio Costa. Assim, a matriz vegetal se apresenta como um fio condutor para a leitura da paisagem, articulando elementos naturais e construídos e contribuindo para a valorização do conjunto urbano de Brasília como patrimônio cultural da humanidade. Isto permite refletir sobre a extensão dos critérios adotados pela UNESCO e, partindo da experiência da cidade do Rio de Janeiro, torna-se possível organizar a leitura da paisagem em diferentes unidades, cada uma delas com especificidades próprias e com implicações diretas para a compreensão da cidade de Brasília.

A **paisagem em evolução orgânica** se caracteriza por sua contínua transformação ao longo do tempo, mantendo, entretanto, elementos essenciais que asseguram sua identidade. A este conceito, correspondem áreas significativas como o parque da Água Mineral e a escala bucólica, que preservam remanescentes do cerrado e, ao mesmo tempo, se integram ao processo de urbanização. Esses espaços não apenas revelam a permanência da vegetação nativa, mas também evidenciam o diálogo entre natureza e tecido urbano, resultando em um cenário híbrido que mantém viva a memória ecológica do território.

Já a **paisagem associativa** diz respeito à interação simbólica entre a cidade e a cultura, na qual os valores culturais, sociais ou históricos são projetados sobre o espaço, independentemente

de alterações físicas visíveis. Nessa perspectiva, a paisagem se constitui menos por atributos materiais e mais pela atribuição de significados coletivos. Trata-se, portanto, de uma dimensão na qual a cultura se manifesta pela valorização simbólica, ainda que não esteja inscrita de forma direta na morfologia urbana ou nos elementos naturais que compõem a paisagem.

É igualmente relevante destacar o papel das áreas de amortecimento, que exercem uma função estratégica para a preservação e manutenção da coerência da paisagem cultural. Em Brasília, essas áreas incluem, por exemplo, construções situadas no perímetro da escala bucólica, nas margens do lago Paranoá e na bacia do Paranoá. Elas atuam como zonas de transição, que protegem os elementos centrais da paisagem de pressões externas e asseguram a continuidade visual e ambiental do conjunto urbano e natural.

Ao articular essas categorias — evolução orgânica, associação cultural e áreas de amortecimento — torna-se possível compreender Brasília não apenas como um marco do urbanismo moderno, mas também como um espaço dinâmico, um constante diálogo entre natureza, cultura e cidade, cujos valores devem ser reconhecidos e preservados no âmbito das práticas de gestão do patrimônio.

A abordagem metodológica da **paisagem histórica urbana** da UNESCO busca o relacionamento equilibrado e sustentável entre o ambiente urbano e natural, entre as necessidades das gerações presentes e futuras e o legado do passado. A partir de tal visão, poderíamos também nos conectar com as paisagens anteriores à construção de Brasília – arqueologia, os acampamentos dos cangangos, entre outras. Assim, a paisagem resulta em um mínimo denominador comum aos diversos protagonistas da cidade.

Considerando as reflexões apresentadas, acredita-se que uma extensão ou migração de categoria de reconhecimento cultural contribuiria para uma gestão mais holística dos preceitos e valores reconhecidos no sítio patrimônio mundial de Brasília.

Referências

- ALVARENGA, Luciano; MAGALHÃES, Cristina M. Os Valores Históricos na Composição das Paisagens Brasileiras: Paralelos no Além, Identidade dos lugares e Patrimonialização. Pp. 134-151. **Revista Magister** - Direito Ambiental e Urbanístico. Caderno Direito do Patrimônio Cultural. Nº14 jun/jul 2024 LEX MAGISTER.
- BISPO, Alba. Do Plano Piloto à paisagem cultural: escala de preservação de Brasília. In: **Anais do 3º Colóquio Ibero Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**. Belo Horizonte, 17-17 setembro de 2023.
- COSTA, Lúcio. **Brasília revisitada 1985/1987**: complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. 1987. (Anexo I do Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987).
- COUTO, Beatriz. **O processo de elaboração do plano de preservação do conjunto urbanístico de Brasília**: uma representação conceitual da política de preservação urbana no DF. 152 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004
- CURY, Isabelle, OLIVEIRA Yara, FÉRES, Luciana R. Mesa Redonda “Perspectivas sobre a gestão das paisagens culturais e do patrimônio mundial no contexto urbano brasileiro: os casos de Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. **ICOMOS – AGA 2024 – Ouro Petro Brasil**. Nov 2024.
- GIANNECCHINI, Ana C.; BISPO, Alba N. de M.; PERPETUO, Thiago P. Gestão, planejamento e preservação no Plano Piloto. A experiência do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, 2009-2013. In: **Anais do ARQUIMEMORIA 4 Sobre preservação do patrimônio edificado**. Salvador, Bahia, 14-17 de maio de 2013.
- JUCÁ, Jane Monte. **Les réalités et potentialités des paysages de Brasília**: des mythes fondateurs oubliés à l’invention d’un patrimoine mondial. Tese de doutorado, École de Géographie, Panthéon-Sorbonne, Paris I, Paris, 2005. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br>.
- LEITÃO, Francisco (org.). **Brasília 1960-2010**: passado, presente e futuro. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009. 272p.
- LYNCH, Kevin. **Imagem da cidade**. Martins Fontes. 2011.

- MAKIGUTI, Tsunessaburo. **Princípios da criação de valores**. Educação para uma vida criativa. Tradução para o português Editora Record, 252 pags. 2da edição 1988
- MONGIN, Olivier. **A condição urbana**: a cidade na era da globalização. Estação Liberdade 2014.
- MORIN, Edgar. **Teoria da complexidade** - Introdução ao Pensamento Complexo Edição em português Sulinas, 120 pags 2015.
- OLIVEIRA, Rosário. **Boas práticas para os Planos Diretores Municipais**. Caderno 3 - Paisagem. Comissão Nacional do Território (CNT). 97-124 pgs, Dezembro, 2020.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Proposition concernant l'opportunité d'un instrument normatif sur le paysage urbains historiques**. Relatório da Conferência geral, 36ª sessão. Paris, 2011.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Orientations devant guider la mise en œuvre de la Convention du patrimoine mondial**. Comité intergouvernemental pour la protection du patrimoine mondial culturel et naturel. WHC.23/01 24, Paris, septembre 2023. Disponível em : <https://whc.unesco.org/fr/orientations> (français).
- SACHS, Ygnacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Garamond Universitária, 2011.
- STEFULESCO, Caroline. **L'urbanisme végétal**. Collection mission du paysage - 1 Juillet 1993 315 pgs.

A Recomendação da Paisagem Urbana Histórica e a participação popular na gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília¹

Mariana Freitas Priester

Introdução

Atualmente, há um crescente entendimento entre especialistas da preservação de que alguns padrões precisam ser revistos para se alcançar uma visão mais integrada sobre a gestão urbana, aliando a preservação de centros históricos ao processo de desenvolvimento e regeneração urbana (Bandarin, 2012). Os últimos documentos internacionais do século XXI vem trazendo constantes preocupações com as transformações globais, migrações, turismo em massa e a preservação do patrimônio urbano diante o crescimento das grandes cidades (Veldpaus, 2015; Melo, 2020). De acordo com o relatório da Unesco “Culture: urban future” elaborado no âmbito da conferência Habitat III da ONU para discutir questões sobre habitação e desenvolvimento sustentável das cidades, o patrimônio urbano vem adquirindo cada vez mais importância nas discussões internacionais (Bandarin, 2019). A qualidade do ambiente urbano se tornou uma preocupação local, nacional e mundial, já que as cidades são o principal local de moradia da sociedade no século XXI.

As discussões atuais no campo da preservação sugerem que o patrimônio urbano pode fornecer algumas respostas “tanto como

¹ Artigo baseado na tese intitulada: “A linha do horizonte: Brasília e a gestão da sua paisagem envoltória” (2024), orientada pela Profa. Dra. Ana Elisabete de Almeida Medeiros, Programa de PósGraduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – PPG FAU – UnB.

um lugar que representa a história e as tradições, quanto como um repositório de práticas sociais de longo prazo na criação de lugares” (Bandarin, 2019, pg.4). Espera-se com isso que a preservação do patrimônio urbano seja encarada como uma parte integrante das estratégias de desenvolvimento das cidades, o que requer uma compreensão dos valores inerentes a cada sítio.

A abordagem voltada para a paisagem abrange as noções do patrimônio intangível, do entorno e do contexto, do desenvolvimento urbano e sustentável e das funções sociais e econômicas da cidade (Veldpaus, 2015). O conceito de Paisagem Urbana Histórica (HUL) se estabelece como uma abordagem que trata da paisagem e baseia sua gestão de uma forma integrada a uma estrutura maior de desenvolvimento socioeconômico. Direciona-se para características específicas no contexto das cidades, o que leva a especificidades diferentes para cada uma. Está baseada no reconhecimento e identificação de camadas e interconexões de valores naturais e culturais, tangíveis e intangíveis (materiais e imateriais), internacionais e locais, presentes em qualquer cidade: “essas camadas constituem uma riqueza que precisa ser reconhecida e aprimorada nas estratégias de conservação e desenvolvimento da cidade” (UNESCO, 2016, p.11)

A publicação *The HUL Guidebook. Managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments* (UNESCO, 2016), define um plano de ação com seis etapas, como ferramentas de gestão, indicando um caminho que facilitaria a implementação da abordagem e que são adaptáveis a cada cidade:

1. Realizar pesquisas abrangentes e mapear os recursos naturais, culturais e humanos da cidade;
2. Chegar a um consenso usando planejamento participativo e consultas às partes interessadas sobre quais valores proteger para transmissão às gerações futuras e determinar os atributos que carregam esses valores;
3. Avaliar a vulnerabilidade desses atributos aos estresses socioeconômicos e aos impactos das mudanças climáticas;

4. Integrar os valores do patrimônio urbano e seu status de vulnerabilidade em uma estrutura mais ampla de desenvolvimento da cidade, que deve fornecer indicações de áreas sensíveis ao patrimônio, que requerem atenção cuidadosa ao planejamento, concepção e implementação de projetos de desenvolvimento;
5. Priorizar ações de conservação e desenvolvimento e;
6. Estabelecer as parcerias adequadas e quadros de gestão local para cada um dos projetos identificados para a conservação e desenvolvimento, bem como desenvolver mecanismos para a coordenação das várias atividades entre os diferentes atores, públicos e privados (UNESCO, 2016, p.13)².

Um dos instrumentos previstos pela Recomendação da Paisagem Urbana Histórica seria o “Community engagement tools” traduzido aqui como “Instrumento para o Engajamento Social”, que consiste na capacitação de diversas partes interessadas para identificar valores-chaves em suas áreas urbanas, desenvolver visões, definir metas e acordar ações para salvaguardar seu patrimônio e promover o desenvolvimento sustentável. De acordo com o The HUL Guidebook, essas ferramentas devem facilitar o diálogo intercultural, aprendendo com as comunidades sobre suas histórias, tradições, valores, necessidades e aspirações e facilitando a mediação e negociação entre interesses e grupos conflitantes. De acordo com Veldpaus, a tolerância com relação às mudanças na área da preservação cresceu significativamente ao longo das décadas:

O objetivo nas primeiras décadas era preservar e, se possível, reutilizar com muito cuidado o patrimônio (ICOMOS, 1964), sem perda de significância, e tomar medidas de amparo à proteção, conservação, apresentação e transmissão do patrimônio cultural (e natural) (UNESCO, 1972). Nas décadas de 1980 e 1990, a abordagem lentamente mudou em direção a uma maior tolerância à mudança. [O] ICOMOS (1987) assume a perspectiva de que a mudança pode acontecer, mas apenas se melhorar a situação atual e não prejudicar o significado. A mudança deve apoiar o desenvolvimento e adaptação harmoniosa do patrimônio à vida contemporânea e ao bem-estar

de seus residentes, enfatizando a importância do contexto urbano mais amplo (Veldpaus, 2015, pg.68).

Com a Recomendação da Paisagem Histórica Urbana, o objetivo passou a ser preservar e melhorar a qualidade do meio ambiente humano. A transformação é inerente ao processo e a conservação é entendida como a gestão das mudanças: “O patrimônio se torna um meio para um fim: manter um equilíbrio sustentável entre o crescimento urbano e a qualidade de vida. Se a mudança for inevitável, ela precisa ser gerenciada para manter esse equilíbrio.” (Veldpaus, 2015, pg.68).

Partindo da metodologia apresentada pela abordagem HUL, neste artigo iremos explorar os valores e atributos definidos institucionalmente para o Conjunto Urbano de Brasília, extrapolando seus limites e alcançando sua área de entorno. Tais valores e atributos foram validados por meio de um formulário aplicado para consulta à população. Além disso, foram coletadas contribuições nas Oficinas Participativas de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) ocorridas ao longo de 2023, o que possibilitou identificar o quanto a população pode ser envolvida nas questões de planejamento e preservação, e o quanto podem contribuir para a valoração de seus espaços, a partir de dois estudos de caso selecionados (PRIESTER, 2024).

Em termos práticos, a recomendação coloca que a comunidade local deve estar envolvida em todas as etapas do processo de gestão, esperando com isso, que esta participação traga abordagens sustentáveis e culturalmente adequadas para as questões de desenvolvimento e meio ambiente.

Significância cultural do Conjunto Urbanístico de Brasília

A *Australia ICOMOS Charte for the Conservation of Places of Cultural Significance*, a Carta de Burra (1999), trouxe o estabelecimento de

processos para a construção da significância cultural que culminou com o instrumento denominado Declaração de Significância. Este passou a desempenhar um papel fundamental na conservação de um bem, pois registra seus significados e valores, auxilia no planejamento e na implantação do monitoramento de conservação (Hidaka, 2011). A Carta destaca os procedimentos para conservação dos bens patrimoniais: a compreensão do significado; a formulação da política de conservação e a gestão patrimonial:

As legislações, regulamentações e ações de proteção e gestão devem sofrer adequações e melhorias constantes, já os atributos pelos quais os bens foram inscritos devem ser minimamente alterados e potencialmente mantidos. Neste sentido, a compreensão do significado e a elaboração da declaração de significância do bem patrimonial são ações expressivas para o monitoramento do estado de conservação, pois registram os atributos pelos quais o bem faz parte do estoque do patrimônio mundial da humanidade e que devem ser conservados às futuras gerações (Hidaka, 2011, p.42).

Hidaka (2011) destaca que a declaração de significância cultural do sítio urbano patrimonial, nos casos de sítio classificado como patrimônio mundial, deve ser extraída dos documentos utilizados para a inclusão do sítio na *World Heritage List* (WHL). Precisando ser revista periodicamente, funcionando como uma memória do estado de conservação do bem. Afirma ainda que para se conquistar uma conservação urbana sustentável, os gestores dos sítios urbanos e outras partes envolvidas, devem agir sobre o estado dos atributos do bem que transmitem valores - de natureza material (tangível) ou imaterial (intangível) - em uma relação temporal entre sujeitos e objetos e processos patrimoniais:

A conservação urbana sustentável do patrimônio cultural depende da manutenção de suas significâncias culturais presentes e passadas ao futuro. [...] Estas dimensões relacionam-se a partir das variáveis de significância, integridade e autenticidade no âmbito da conservação patrimonial (Hidaka, 2011, p.108).

No caso de Brasília, classificada como patrimônio mundial pela UNESCO em 1987, não foi feita uma declaração de significância cultural. Contudo, podemos nos basear na Declaração de Valor Universal Excepcional emitida pela UNESCO em 2014 e em outros documentos relevantes para extrair as informações sobre o significado do sítio. No caso, nos baseamos na Portaria IPHAN nº166/2016 e na Lei Complementar nº1.041, de 12 de agosto de 2024, o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB)².

A partir desta análise da significância cultural do CUB podemos pensar de que maneira o contexto em que ele está inserido pode ajudar na manutenção dessa significância, podendo auxiliar também na definição dos valores do entorno, necessários à preservação do bem principal.

De acordo com a Declaração de Valor Universal Excepcional (VUE) (2014), emitida pela UNESCO, Brasília foi inscrita na WHL pelos seguintes critérios:

- (i) - Brasília é uma realização artística singular, uma criação primordial do gênio humano, representando, em escala urbana, a expressão viva dos princípios e ideais do Movimento Modernista e efetivamente concretizados nos Trópicos através do planejamento urbano e arquitetônico de Lucio Costa e Oscar Niemeyer. A experiência brasileira é marcada pela grandiosidade do projeto, que não só encerrou definitivamente uma determinada época histórica, mas que esteve intimamente ligada a uma ambiciosa estratégia de desenvolvimento e a um processo de autoafirmação nacional perante o mundo.

2 O PPCUB compreende a legislação de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - CUB; as normativas de uso e ocupação do solo para as áreas integrantes do CUB e o Plano de Desenvolvimento Local do CUB. A Lei Complementar é composta pelo corpo do texto da lei, complementada por diversos anexos, dentre eles, o Anexo VII, que é constituído das Planilhas de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação - PURP. O PPCUB divide o território em 12 Territórios de Preservação – TP, subdividido em Unidades de Preservação – UP. Nas PURP estão contidos instrumentos de controle urbanístico e de preservação, parâmetros de uso e ocupação do solo, diretrizes de parcelamento do solo e de tratamento dos espaços públicos.

(iv): Brasília é um exemplo único de planejamento urbano realizado no século XX, uma expressão dos princípios urbanísticos do Movimento Modernista, conforme estabelecidos na Carta de Atenas de 1933, no tratado de Le Corbusier de 1946 ‘Como conceber o urbanismo’ e nos projetos arquitetônicos de Oscar Niemeyer, incluindo os prédios dos três poderes (Palácio da Presidência, Supremo Tribunal Federal e Congresso, com seus prédios gêmeos ladeados pela cúpula do prédio do Senado e pela invertida da Câmara dos Deputados), e a Catedral com seus 16 parabolóides de 40 metros de altura, o Panteão de Juscelino Kubitschek e o Teatro Nacional³.

Com relação a integridade do Sítio, a Declaração ressalta que a cidade se encontra em processo de consolidação por meio da contínua implementação de novos serviços e estruturas urbanas. Apesar das vulnerabilidades indicadas pela pressão do desenvolvimento urbano, que incluem aumento do tráfego e requisitos do transporte público, segundo a Declaração, os processos de complementação dos diversos setores da cidade não comprometem o valor singular do Projeto do Plano Piloto de Lucio Costa, que permanece “Integralmente preservado, física e simbolicamente” (UNESCO, 2014, p.169). Nesse trecho a declaração ressalta ainda que:

3 Tradução livre de: Criterion (i): Brasília is a singular artistic achievement, a prime creation of the human genius, representing, on an urban scale, the living expression of the principles and ideals advanced by the Modernist Movement and affectively embodied in the Tropics through the urban and architectural planning of Lucio Costa and Oscar Niemeyer. The Brazilian experience is notable for the grandiosity of the Project, one which not only brought to a definitive close a particular historical epoch, but which was closely tied to an ambitious development strategy and to a process of national self-affirmation before the world. **Criterion (iv):** Brasília is a unique example of urban planning brought to fruition in the 20th century, an expression of the urban principles of the Modernist Movement as set out in the 1943 Athens Charter, in Le Corbusier’s 1946 treatise *How to Conceive Urbanism*, and in the architectural designs of Oscar Niemeyer, including the buildings of the three powers (Presidential Palace, Supreme Court and Congress with its twin highrise buildings flanked by the cupola of the Senate building and by the inverted one of the House of Representatives), and the Cathedral with its 16 parabaloids 40 metres in height, in Pantheon of Juscelino Kubitschek and the National Theatre.

É possível, a partir das áreas ainda não urbanizadas ao redor de Brasília, **dos espaços verdes do entorno** e da **topografia do local**, distinguir claramente os limites da cidade da extensão territorial em que foi introduzida, os atributos singulares que possibilitam a análise do sítio sem perder nenhuma das informações básicas para a transmissão contínua de seu valor universal excepcional (UNESCO, 2014, p.170, grifo nosso).

A seguir, apresentamos duas tabelas com os valores e atributos que inferem a autenticidade do sítio, de acordo com os documentos consultados:

Características Essenciais / Atributos/ Valores : Conjunto Urbanístico de Brasília	
Institucionalmente definidos	Lei Complementar nº1.041/2024, 12 de agosto de 2024 (PPCUB)
Portaria nº166/2016 (IPHAN)	
VALORES	VALORES
Art.4º O valor histórico do Conjunto Urbanístico de Brasília reconhecido por força do tombamento federal e da inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, se expressa nos seguintes fatos:	Art.10º Os valores patrimoniais do CUB são os seguintes:
I. Constitui obra-prima do gênio criador humano, ilustrativa de um estágio significativo da história da humanidade;	I. A concepção das quatro escalas urbanas: a residencial, a monumental, a gregária e a bucólica e as suas características;
II. Constitui o principal artefato urbano produzido no século 20, em consonância com os princípios urbanísticos e arquitetônicos do Movimento Moderno;	II. Os valores históricos resultantes:
III. Constitui exemplar urbanístico excepcional e de impacto para a história do urbanismo;	a. Do processo de implantação da capital no interior do país, representando a afirmação da sociedade brasileira e da sua identidade no cenário mundial;
IV. Constitui acervo arquitetônico excepcional e de impacto para a história da arquitetura;	b. Da contribuição brasileira para a arquitetura e o urbanismo mundiais;
V. Constitui fenômeno geopolítico e social de grande desdobramento para a história brasileira;	III. O valor paisagístico resultante da inserção da cidade no território;
VI. Constitui o marco da concretização do processo secular de interiorização do país; e,	IV. Os valores estéticos e artístico-culturais resultantes do projeto urbanístico vencedor do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, de autoria de Lucio Costa, e das obras arquitetônicas, artísticas e paisagísticas que constituem acervo representativo do Movimento Moderno em Brasília com impacto excepcional na história da arquitetura e do urbanismo;
VII. Constitui ação grandiosa da sociedade brasileira integrada a uma estratégia de desenvolvimento e autoafirmação nacional para o mundo.	V. O valor sociocultural resultante do encontro e da integração de culturas.

Tabela 1: Em vermelho os valores que têm interação com a área de entorno do CUB.

Características Essenciais / Atributos/Valores : Conjunto Urbanístico de Brasília

Institucionalmente definidos

**Declaração de Valor
Excepcional (UNESCO, 2014)
ATRIBUTOS**

- I. A interseção de dois eixos e a distribuição hierárquica do sistema viário;
- II. A divisão da cidade em setores com suas respectivas características e fins usos;
- III. **A rede de espaços livres e verdes;**
- IV. A Esplanada dos Ministérios;
- V. Estruturas representativas que compõem o Eixo Monumental;
- VI. As superquadras organizadas a partir de unidade de bairro;
- VII. Os projetos arquitetônicos de Oscar Niemeyer dos principais edifícios representativos;
- VIII. Esses atributos são melhor compreendidos com base nas quatro escalas identificadas por Lucio Costa: uma escala monumental [...]; uma escala residencial [...]; uma escala gregária [...] e **uma escala bucólica [...].**

**Lei Complementar nº1.041/2024, 12 de agosto de 2024 (PPCUB)
ATRIBUTOS**

- I. A interação das quatro escalas urbanas: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica;
- II. A estrutura viária como arcação integrador das várias escalas urbanas;
- III. O sentido de unidade e de ordenação, bem como a setorização por funções do espaço urbano;
- IV. O conjunto arquitetônico e urbanístico do Eixo Monumental;
- V. As superquadras e a concentração de residências ao longo do Eixo Rodoviário Residencial, com oferta de habitação multifamiliar;
- VI. **A cidade-parque com os seus espaços abertos e a importância da estrutura verde urbana, como pressupostos do seu partido urbanístico;**
- VII. **A orla do Lago Paranoá, com livre acesso, onde prevalece a escala bucólica, e seu espelho d'água;**
- VIII. A arquitetura dos edifícios representativos do Movimento Moderno;
- IX. **A ampla visão da linha de cumeada da Bacia do Lago Paranoá;**
- X. Os acampamentos pioneiros consolidados.

Tabela 2: Em vermelho os atributos que têm interação com a área de entorno do CUB.

A partir do quadro demonstrado e mantendo como foco nossa investigação, podemos ressaltar que dos atributos e valores associados a autenticidade do CUB e, portanto, componentes da sua significância cultural, os que estariam associados ao entorno do CUB seriam os seguintes:

- A rede de espaços livres e verdes;
- A cidade-parque com os seus espaços abertos e a importância da estrutura verde urbana, como pressupostos do seu partido urbanístico;
- A orla do Lago Paranoá, com livre acesso, onde prevalece a escala bucólica, e seu espelho d'água;
- A ampla visão da linha de cumeada da Bacia do Lago Paranoá;
- o valor paisagístico resultante da inserção da cidade no território;
- o valor sociocultural resultante do encontro e da integração de culturas.
- Escala Bucólica.

De acordo com Beatriz Gomes, a escala bucólica se refere “às áreas *non aedificandi*, aos vazios urbanos modernos, e à composição fluida e dinâmica que delimita o entorno dos edifícios (ou dos conjuntos de edifícios) modernos isolados” (GOMES, 2023, p.18). Com relação a expressão “vazios urbanos modernos” a autora se refere aos vazios planejados definidos por Luciana Saboia como sendo:

Diferentemente do significado mais geral de vazio urbano, definido por espaços residuais, áreas intersticiais ou descontinuidades no território metropolitano, o vazio moderno é o espaço planejado caracterizado por extensas áreas entre edifícios isolados ou internamente por grandes espaços projetados como mínimo de elementos (SABOIA, 2016, p.51).

Esses espaços planejados ora intensamente arborizados, como nas superquadras, ora apenas áreas abertas gramadas, como no eixo monumental, reconhecido como a escala bucólica que delimita o entorno dos edifícios modernos, também está presente na firme demarcação da paisagem envoltória do Conjunto Urbano, constituída pela cumeada da Bacia Hidrográfica do Paranoá, que delimita o entorno do CUB. Beatriz Gomes se refere aos vazios da escala bucólica utilizando o termo *vazio intencionado*:

Dito em outras palavras, a sintetização dessa nova expressão busca refletir a extrapolação da escala bucólica além de um espaço planejado funcionalista e assume sua intenção, seu propósito de propiciar a manifestação de vivências cotidianas vinculadas ao espírito moderno da cidade representado por suas escalas (GOMES, 2023, p.38).

Deste modo, podemos pensar em uma extrapolação da escala bucólica para além do CUB, alcançando os limites da cumeada da bacia, que conforma a linha do horizonte de Brasília, e os vazios que ainda são possíveis de se identificar nesse horizonte.

Ferramentas de engajamento social

Cansada dessa frente de batalha sem fim, a UNESCO está desenvolvendo uma nova definição para “Historic Urban Landscape” [Paisagem Urbana Histórica]: o patrimônio não é mais visto como um único objeto ou um conjunto urbano, mas como todas as camadas naturais e históricas de uma área; vazios, infraestrutura, processos sociais, culturais e econômicos. **Talvez Brasília seja um dos maiores testes para esta nova definição** (KOOLHAAS, 2011).

Partimos do princípio de que a área tombada guarda valores que estão refletidos nos atributos que se desejam preservar. No entanto, as áreas de entorno também podem (e devem) ser valoradas, mesmo que essas áreas não contem com o instrumento do tombamento para sua proteção. Os valores ressaltados aqui dizem mais respeito à qualidade de vida da população local.

Como forma de validação dos valores destacados, na tese publicada (PRIESTER, 2024) foi aplicado um formulário para uma pesquisa de opinião aberta à sociedade.⁴ O formulário considerou 5 pontos de vista: 1) Cenários panorâmicos I, a partir de visuais de “dentro para fora” do Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB; 2) Cenários panorâmicos II, tomando visuais de “de fora para dentro” do CUB; 3) Elementos naturais que circundam o CUB; 4) Elementos arquitetônicos que são marcos visuais na paisagem do CUB e 5) Elementos culturais que estão inseridos no entorno do CUB. No total foram obtidas 41 respostas ao formulário.

Os valores identificados pela população também foram consultados a partir de dois estudos de casos selecionados durante a pesquisa: o Condomínio Paranoá Parque e o Setor Habitacional do Taquari. Ambos se encontram na área “F” proposta para ocupação da “Asa Nova Norte”, no relatório “Brasília Revisitada” de Lucio

⁴ O formulário encontra-se disposto nos anexos da tese: “A linha do horizonte: Brasília e a gestão da sua paisagem envoltória” (2024). Nele foram definidos os conceitos de “área de entorno”, “atributo”, “significância” e “linha de cumeada” para facilitar o entendimento das questões pela população.

Costa. Essa região foi prevista para atender a população de menor renda e a fixação da Vila Paranoá; além de núcleos de edifícios com no máximo 4 pavimentos (pilótis mais três); centros de bairros mais densamente ocupados, porém com gabaritos mais baixos, e parte da nova área seria destinada à lotes individuais, atendendo assim a três faixas de renda. É a região de maior interferência visual com o Conjunto Urbano de Brasília, situada no Setor de Entorno 5, definido pela Portaria nº68/2012, além de conformar o fundo que emoldura os visuais do CUB. Ademais, os estudos selecionados trazem muitos elementos para discussão da preservação e desenvolvimento da paisagem urbana histórica de Brasília.

Para a aplicação da abordagem HUL, uma metodologia participativa se faz necessária. Nesse sentido, para abordarmos os estudos de caso propostos exploramos as Oficinas Participativas⁵ promovidas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, sobre a revisão do PDOT, ocorridas nos dias 03 e 14 de junho de 2023, a primeira referente à Região Administrativa do Paranoá e a segunda referente à Região Administrativa do Lago Norte. Nestas, a população residente e os técnicos da Secretaria se reuniram para discutir proposições para as Regiões Administrativas que devem ser contempladas no PDOT e nos dão indicativos sobre as contribuições advindas da comunidade residente a respeito de seus valores, necessidades e aspirações.

Com base nas consultas realizadas por meio do questionário aberto para a população foi possível validar alguns dos valores propostos para a área de entorno, como os cenários panorâmicos a partir dos mirantes naturais de que fala a portaria IPHAN nº68/2016, uns mais valorizados que outros, e de como esses locais poderiam servir para um percurso de valorização cultural para além do Plano Piloto. Outros atributos foram destacados pela população

5 De acordo com o Estatuto da Cidade, Lei nº10.257, de 10 de julho de 2001, o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (Art.40), e de acordo com o Art.43 para que se garanta a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros debates, audiências e consultas públicas como garantia da participação popular.

como parques e áreas de nascentes demonstrando o anseio pela preservação desses espaços e a manutenção dos vazios intencionais também em determinadas regiões do entorno.

Nessa rota de valorização e identificação de atributos para o entorno de Brasília é possível identificar trabalhos que exploraram alguns bens culturais localizados fora do CUB e que se encontram dentro da área de entorno definida pelo IPHAN. O trabalho desenvolvido pelo GT-Brasília (1980-1987) procurou valorizar as ocupações pré-existent, urbanas e rurais, no local onde foi implantada Brasília. Em sua maioria tratava-se de fazendas que posteriormente foram desapropriadas, e que em alguns casos conservaram suas características tradicionais, contrastando com a nova forma de ocupação do território: “Neste sentido, as antigas fazendas, lado a lado com os centros urbanos antigos da região, têm ainda uma função didática particular, a de testemunhar a maneira vernácula de organização do espaço rural nesta região” (Perpétuo, 2016, p.129)

O GT-Brasília deu seguimento em sua pesquisa localizando antigas sedes de fazenda que conservasse à época seu aspecto original. Foram identificadas cerca de quarenta fazendas, contando com algumas bastantes descaracterizadas ou deterioradas. Entre as mais antigas há registro de uma próxima à Sobradinho datando de 1852:

São muito semelhantes os produtos arquitetônicos rurais e urbanos [...] são construções, na maioria dos casos, em adobe ou pau-a-pique com paredes espessas, telhados em telhas de barros com média de 25% de inclinação, estruturas em madeira, esquadrias também de madeira, características que se adaptam às condições oferecidas pela Região no que diz respeito ao clima, solos e matérias-primas facilmente encontráveis (PERPÉTUO et al, 2016, p.129).

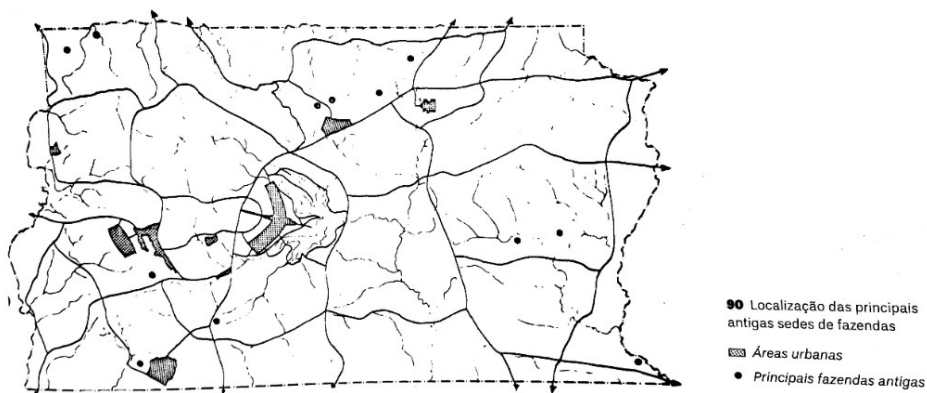


Figura 1: Mapa com a localização das antigas fazendas do território do Distrito Federal. Fonte: PERPÉTUO et al, 2016.

Dentre as fazendas antigas que caracterizavam a região antes da implantação de Brasília, existe uma que se encontra localizada no interior da área reconhecida como área de entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília, a Fazenda Gama, que ainda guarda como remanescente uma antiga casa, conhecida atualmente como a Casa Velha da Fazenda Gama.

Em sua tese, Daniela Pereira Barbosa (Barbosa, 2021) analisa um conjunto de doze dossiês de tombamento referentes a construções localizadas fora do Plano Piloto, em Brasília. Como forma de atribuição de valor à região demarcada como área de entorno de proteção ao CUB, iremos destacar aqui, os bens tombados que se localizam dentro ou nas proximidades da bacia hidrográfica do Paranoá. Nesse sentido, busca-se com isso, pensar em uma rota de valorização cultural desses bens que se encontram situados para além do Plano do Piloto. A EPCT margeia metade desses bens, e com isso seria propício a implantação de um roteiro paisagístico de valorização dos mirantes naturais, incluindo a indicação e visitação de bens valorizados pela população local.

A partir do trabalho de Daniela Barbosa é possível verificar como a população, em um dado momento da história da preservação no Distrito Federal, reivindicou os valores atribuídos a espaços de

convívio e edificações que se configuram como marcos na paisagem, na memória e na identidade de tais comunidades. A partir deste tipo de reivindicação e valoração, da vontade e da vivência dos grupos inseridos nas diversas regiões administrativas outros valores e atributos podem surgir como feiras tradicionais, festas religiosas, blocos de carnaval, dentre outras manifestações culturais e marcos materiais.

Com base nos valores e atributos identificados, foi elaborado um mapa com a proposição de um percurso turístico cultural a ser explorado, tomando como base a EPCT, seus mirantes naturais e construídos e os bens tombados ao longo do perímetro dessa estrada. Ressalta-se que esse mapa poderá ser continuamente preenchido, sendo acrescentado, por outros atributos e valores que possam vir a ser reivindicados, ou diminuído, em função da mudança, no tempo, da reivindicação desses mesmos atributos e valores.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	MEIO AMBIENTE	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	MOBILIDADE	RURAL X URBANO	PRESERVAÇÃO CULTURAL
Creches (tanto na área urbana quanto na área rural) Escolas	Fomento, incentivo, verbas públicas e treinamento para pequenos produtores rurais	Tratamento de esgoto	Direito à moradia	Duplicação da DF-001	Definir o que é rural e o que é urbano	Criação de uma aldeia multiétnica no Paranoá Sul para as comunidades indígenas que venham à Brasília para manifestações
Postos de saúde, principalmente na área rural Construir mais hospitais	Setor de indústrias em frente a DF-501 para que haja desenvolvimento.	Implantação de parques e áreas de lazer	Regularização fundiária no Paranoá e seus submúncios	Quarta ponte na barragem	Áreas rurais continuem a ser rurais para que a água possa infiltrar no solo e reabastecer as nascentes. Se lotar tudo se perde a capacidade de recarga hídrica na região.	Criação de uma universidade no Paranoá
Infraestrutura de quadras esportivas no Paranoá Parque	Turismo rural sustentável aproveitando a vista que se tem para o Lago a partir do Paranoá.	Preservação das nascentes	Regularização fundiária com a participação popular	Melhoria do transporte público	Córrego do Tamandúá tem que voltar a ser área urbana desde 2012.	Espaços culturais (batalha de RAP)
Segurança (nas áreas urbanas e rurais)	Área urbana, fomentar a ocupação dos quiosques	Cinturão verde em torno do Paranoá	Regularização do comércio	Retomar os bolsões de ônibus para que não parem na pista, atrapalhando o trânsito	Existem áreas que querem se manter rurais	Preservar as reservas indígenas
	Criar às margens da DF-001 um corredor de comércio	Muito lixo/entulho, tanto na área urbana, quanto nas margens das rodovias.		Construção de calçadas, rampas, acessibilidade às pessoas com deficiência		
		Descarte inadequado				
		Plantar mais árvores		Revitalização da Av. Paranoá acabou com os estacionamentos públicos, recuo das paredes de ônibus.		

Tabela 3: Contribuições colhidas na Oficina Participativa de revisão do PDOT na Região Administrativa do Paranoá, 2023. Fonte: Priester, 2024.

EXPANSÃO DO SHTQ	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	RURAL X URBANO	REGULARIZAÇÃO	MOBILIDADE	PARQUES	PRESERVAÇÃO CULTURAL
Não a expansão do Taquari tanto da Etapa I, trecho 2, quanto a Etapa II;	Água como patrimônio da humanidade	Valorização dos núcleos rurais pré-existentis;	Regularização das áreas rurais como Capoeira do Balaúmo, Torto e Boa Esperança;	Não ao Projeto Nova Saida Norte;	Implantação dos parques que ainda não tiveram suas poligonais definidas, Parque do Varjão, Parque do Taquari e Parque do Lago Norte;	Retomar a vocação de Brasília como patrimônio cultural com verde;
Contra a urbanização para classes altas;	Preservação da Serinha do Paranoá como região produtora de água	Revisão do zoneamento do PDOT para estipular exatamente o que é área rural e urbana;	Regularização dos lotes da SEAGR;	Mobilidade sustentável, em contraponto à novas pontes e sim transporte coletivo sustentável (metrô, VLT, BRT, ciclovias);	Ampliação do Parque das Garças;	Centro Cultural Indígena;
Projetos para o SHTQ foram pensados na década de 1990, quando não se sabia da existência da quantidade de nascentes que se sabem existir hoje;	Áreas não ocupadas devem ser preservadas como área de proteção	Manter a característica rural na região	Regularização dos condomínios existentes;		Preservação da orla do Lago Norte;	Centro Cultural com dados e informações sobre a história do Lago Norte;
Combate à grilagem;	Preservação das nascentes, águas, córregos; Serinha do Paranoá considerado como um cinturão verde que minimiza a seca;		Regularização fundiária urbana e rural;		Manutenção do Art.68 e 69 do PDOT;	Tombamento da Serinha do Paranoá
O Taquari não vai resolver o problema de moradia, há muitos apartamentos vazios no Plano Piloto que podem ser adensados;	Desenvolvimento socioeconômico sustentável.		Coibir ocupações irregulares;			Gestão colegiada com participação da comunidade.
			Regularização das áreas já ocupadas.			

Tabela 4: Contribuições colhidas na Oficina Participativa de revisão do PDOT na Região Administrativa do Lago Norte, 2023. Fonte: Priester, 2024.

A população ao expor suas intenções para com os espaços que ocupam podem fortalecer a preservação cultural, como na sugestão de criação de um cinturão verde em torno do Paranoá. Esse é um exemplo claro da influência positiva do Conjunto preservado nas áreas adjacentes. A população se ressentia da falta de tratamento

paisagístico destinado aos seus espaços públicos como o que estão acostumados a ver no Plano Piloto; pelo fato de no Paranoá não haver um local de memória referente a história da antiga Vila do Paranoá, valorizando a cultura local. Essa população está acostumada a vivenciar a exaltação da implantação de Brasília e do Plano Piloto, como, senão a única, pelo menos, a mais importante região a ser valorizada.

Questões levantadas sobre o turismo rural sustentável também ressaltam essa interação pouco explorada entre o Conjunto e seu entorno. A reivindicação de manutenção das áreas rurais vem se configurando como uma questão de grande importância no contexto do desenvolvimento do DF, como observado no caso do Setor Habitacional do Taquari.

Analisando os tópicos propostos sobre expansão urbana, rural x urbano e regularização fundiária, tratados na Oficina Participativa, podemos aqui problematizar o modelo de ocupação proposto pelo GDF para o Setor, que transforma áreas rurais em urbanas sobre regiões de relevante sensibilidade ambiental como é o da Serrinha do Paranoá. Existem outros aspectos que dizem respeito ao caráter e a vocação do lugar que precisam ser observados. Andrade resalta que a área rural da região da Serrinha do Paranoá tem sido alvo de transformações para área urbana. Andrade chama atenção para a ausência de distinção entre campo e agricultura o que “acaba por justificar a expansão urbana sobre regiões rurais, sendo essa uma característica permanente no planejamento do território” (Andrade et al, 2021, p. 131). De fato, há uma real necessidade de um maior detalhamento e estudo quanto às zonas rurais adjacentes ao CUB. Um exemplo disso é a grande variedade de zonas urbanas identificadas no PDOT (Zona Urbana Consolidada, Zona Urbana de Uso Controlado I, Zona Urbana de Uso Controlado II, Zona Urbana de Expansão e Qualificação) e apenas uma Zona Rural de Uso Controlado. Dessa forma a urbanização impõe padrões de uso do solo que não levam em conta a paisagem e todas as suas camadas.

Conclusão

Este apanhado de contribuições coletadas e analisadas aqui, mesmo que rapidamente, nos dá pistas para a criação de diretrizes de planejamento e preservação cultural de modo integrado. Partem da premissa já ressaltada na introdução deste capítulo sobre a facilitação do diálogo intercultural, o que faz também com que a preservação cultural se aproxime das comunidades que estão inseridas no território preservado.

Os monumentos tombados isoladamente como os ressaltados por Barbosa (2021) contam a história da reivindicação da população por suas memórias e identidades locais, ora ressaltando os grandes nomes que fundamentaram a construção de Brasília, ora os pioneiros construtores que fazem parte da construção identitária dos moradores locais. A partir das contribuições coletadas nas Oficinas Participativas de revisão do PDOT foi possível verificar o quanto a população pode ser envolvida nas questões de planejamento e preservação, e o quanto podem contribuir para a valoração de seus espaços.

Sendo a área de entorno uma área de transição entre o núcleo de preservação e a cidade, que pode se beneficiar dos valores existentes na área preservada (ou mesmo, possuir valores próprios, mesmo que não sejam tombados....) esse núcleo deve influenciar essa área, bem como será influenciado por ela. A própria comunidade reivindica esses valores ao trazer na oficina participativa o desejo em “retomar a vocação de Brasília como patrimônio cultural com áreas verdes”. Assim como, foi destacado no caso do Paranoá Parque, a comunidade também ressalta a falta da valorização de suas referências culturais, quando propõem um “Centro cultural Indígena” e um centro cultural com dados e informações sobre a história do Lago Norte e da antiga Vila do Paranoá.

No início da Oficina Participativa elaborada pela SEDUH foram apresentados os eixos temáticos da revisão do PDOT: I) Desenvolvimento econômico sustentável e centralidades; II) Habitação e

regularização fundiária; III) Meio ambiente e infraestrutura; IV) Mobilidade; V) Ruralidade; VI) gestão social da valorização da terra; VII) Território resiliente e VII) Participação social e econômica. Entre os eixos temáticos não há um que trate da preservação cultural e da paisagem demonstrando a não centralidade destes assuntos na abordagem do plano diretor de Brasília. No entanto, nos tópicos apresentados pela comunidade, a preservação cultural e a preocupação com a paisagem foram assuntos constantemente ressaltados.

Foi possível chegar a um consenso usando o planejamento participativo e consultas às partes interessadas para identificar os valores e as vulnerabilidades encontrados na Bacia Hidrográfica do Paranoá, região envoltória do CUB. Com base nas consultas realizadas por meio do questionário aberto para a população foi possível validar alguns dos valores propostos para a área de entorno, uns mais valorizados que outros, e de como esses locais poderiam servir para um percurso cultural para além do Plano Piloto. Outros atributos foram destacados pela população como parques e áreas de nascentes demonstrando o anseio pela preservação desses espaços e a manutenção dos vazios intencionais também em determinadas regiões do entorno.

Referências

- ANDRADE, Liza Maria de Souza de; LEMOS, Natália da Silva; CONSERVA, Cátia dos Santos. **Território sensível à água: a Serrinha do Paranoá no planejamento de Brasília**. In: GOULART, Jefferson Oliveira; CONSTANTINO, Norma Regina Truppel (Orgs.) Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo: as cidades e seus desafios. São Paulo: ANAP, 2021.p.131-152.
- BANDARIN, Francesco; OERS, Ron Van. **The Historic Urban Landscape: Managing Heritage in an urban century**. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2012.
- BANDARIN, Francesco. **Reshaping urban conservation**. In: Reshaping Urban Conservation: The Historic Urban Landscape approach in action. BANDARIN, Francesco; ROEDERS, Ana Pereira. (Orgs.). Singapura:

- Springer, 2019. p.03-19. BARBOSA, Daniela Pereira. **O Patrimônio de Brasília além do Plano Piloto:** Uma análise de dossiês de tombamento 1959-2014. 2021, 383f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- GOMES, Beatriz de Oliveira Alcantara. **Os sentidos do vazio:** A escala bucólica nas superquadras de Brasília. 2023, 138f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2023. ICOMOS. *A Carta de Burra*. 1999.
- HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. **Indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável de Cidades – Patrimônio Cultural da Humanidade:** teoria, metodologia e aplicação. 2011. 231 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- KOOLHAAS, Rem. Brasília. **Revista Centro**, 2011. Disponível em: <http://revistacentro.org/index.php/koolhaaspt/>
- MELO, Carina Mendes dos Santos. **Entorno de Bens Culturais:** Reflexões sobre os processos de identificação e gestão. 2020. 398 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- PRIESTER, Mariana Freitas. **Linha do Horizonte:** Brasília e a gestão da sua paisagem envoltória. 2024. 304 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2024.
- PERPÉTUO, Thiago Pereira; REIS, Carlos Madson; RIBEIRO, Sandra Bernardes (Orgs.). **GT Brasília:** Memórias da Preservação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal. Brasília: IPHAN, 2016, p.143 –162.
- SABOIA, Luciana. **Arquitetura, vazio moderno e o espaço social.** Paranoá, v.16, n.16, ago. 2016.
- VELDPAUS, Loes. **Historic Urban Landscape:** framing the integration of urban and heritage planning in multilevel governance. Thesis (PHD) 2015, 210 f. Eindhoven, Eindhoven University of Technology, 2015.
- UNESCO. **The HUL Guidebook. Managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments.** Austria: UNESCO, 2016
- _____. **Adoption of Retrospective Statements of Outstanding Universal Value.**
- Decision 38 COM 8E.** 2014. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/decisions/6149>. Acesso em: 05 abr 2023.

Síntese

Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural. Resultados preliminares

Juliano Loureiro de Carvalho
Angelina Nardelli Quaglia

“Seus elementos podem ser prontamente apreendidos: o plano é claro, direto e fundamentalmente simples — como o de Pompeia, o de Nancy, o de Londres feito por Wren e o de Paris de Louis XV.”¹

Introdução²

Nas últimas décadas, intensificaram-se as iniciativas voltadas ao reconhecimento da paisagem cultural como categoria analítica capaz de reconhecer e integrar valores naturais e humanos na leitura e interpretação do território (Fowler, 2003). Essa perspectiva, ao deslocar o olhar do objeto isolado para o conjunto de relações e significados que configuram os lugares, promoveu uma ampliação conceitual no campo da preservação, incorporando dimensões históricas, ambientais, simbólicas e sociais.

Em Brasília, tal abordagem parece fértil para enriquecer a construção discursiva acerca do patrimônio local, que tem se concentrado na concepção urbanística de Lucio Costa e nos principais edifícios projetados por Oscar Niemeyer. Historiografia, arcabouço legal, turismo e reconhecimento social convergem para esses marcos modernistas. Ao mesmo tempo, as questões naturais e paisagís-

1 Apreciação do júri. In: **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília, GDF, 1991, p. 35.

2 Os autores agradecem as colaborações e os comentários da Prof.^a Ana Elisabete Medeiros, que debateu este trabalho quando foi apresentado no 3º Encontro Icomos DF, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB), em 13 de outubro de 2025.

ticas, a arquitetura não monumental e as experiências cotidianas da cidade e do território permanecem com o reconhecimento de seus valores culturais e suas políticas de preservação em estágio fragmentário — em alguns casos, até mesmo embrionário.

Assim, o International Council of Monuments and Sites (Icomos DF) e a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (Abap-DF) organizaram o Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural³, que é interinstitucional e adotou a paisagem cultural como artifício conceitual para ampliar o olhar sobre os atributos de valor cultural do território do Distrito Federal, em uma perspectiva integradora de natureza e humanidade, de projeto e cidade construída, de materialidade e imaterialidade.

Essa perspectiva não deixa de pensar a Brasília *civitas*, dado fundador de seus valores culturais mais universalmente reconhecidos. Também não pretende instituir um possível novo regime jurídico de proteção, mas aperfeiçoar o uso de instrumentos existentes. O grupo de trabalho buscou, enfim, contribuir para atualizar o debate sobre a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) e orientar a gestão territorial rumo à boa governança e à promoção da sustentabilidade cultural e ambiental.

O presente texto apresenta reflexões desenvolvidas por seus autores a partir do GT. Apesar da intenção de ampliar perspectivas e do amadurecimento da pesquisa acerca do patrimônio cultural do Distrito Federal nos últimos anos, os insumos coletados não foram suficientes para tratar de todo o território com a mesma profundidade. Assim, reconhecemos as limitações do texto, que se concentra no Plano Piloto e trata das demais regiões administrativas de forma não sistemática. Lembramos, ainda, que o produto final do Grupo de Trabalho será um documento intitulado *Recomendações sobre a paisagem cultural de Brasília*, em construção.

3 De agora em diante, será denominado apenas “grupo de trabalho” (GT).

Conceitos-base

O conceito de paisagem cultural surge na Geografia, no início do século XX, compreendendo paisagem como área modelada por grupos culturais: “A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado” (Sauer, 1925 *apud* Ribeiro, 2007). Incorporava, a princípio, os atributos singulares que lhe conferem identidade própria e a tornam suscetível à atribuição de distintos valores simbólicos, históricos, estéticos ou afetivos. A tal perspectiva, seguiram-se esforços de interpretação relacionados ao caráter simbólico e representacional da paisagem, entendendo-a como construção cultural e social, expressão de valores e ideologias (Cosgrove, 1984; Claval, 2002). A paisagem pode ser vista, então, como palimpsesto: espaço onde múltiplas camadas de tempo e memória se sobrepõem. Os vestígios materiais e imateriais, as tradições, as celebrações e os modos de vida permitem que os historiadores compreendam os processos sociais e culturais de transformação do território.

No âmbito da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco) e do Icomos, a paisagem cultural enquanto categoria de sítio a ser reconhecido foi incorporada a partir de 1992, incluindo “obras conjuntas da natureza e da humanidade (...) ilustrativas da evolução da sociedade dos assentamentos humanos no tempo, sob a influência das limitações físicas e oportunidades apresentadas pelo meio ambiente natural” (Unesco, 1999, p. 36). O conceito abrange a apropriação antrópica do espaço natural no tempo histórico, exigindo uma dinâmica de preservação complexa e ativa, segmentada segundo as características e os valores definidos para o conjunto. Em geral, o universo em questão apresenta dimensões territoriais amplas quando comparado a outros bens culturais.

Em consonância com a Unesco, a International Federation of Landscape Architects (Ifla) compreende a paisagem cultural como o produto combinado da interação entre as pessoas e a natureza, resultante de um processo contínuo de transformação e adaptação

ao longo do tempo. Essa concepção reconhece a paisagem como documento vivo da história humana, expressando modos de vida, valores e práticas que moldaram e seguem moldando o território no presente.

As paisagens culturais são classificadas pela Unesco em três categorias: (i) Paisagem claramente definida, que foi projetada e criada intencionalmente com propósitos específicos, a exemplo de jardins, parques e conjuntos paisagísticos planejados; (ii) Paisagem evoluída organicamente, que se desenvolveu gradualmente em resposta a imperativos humanos, moldando-se em estreita associação com o ambiente natural, a exemplo de regiões agrícolas; e (iii) Paisagem associativa, cujo valor cultural reside nas associações espirituais, simbólicas, artísticas etc. que lhes são atribuídas, na ausência de evidências materiais, como em certos lugares ancestrais ou sagrados (Unesco, 1992; Ifla, 2021).

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) chegou a reconhecer a categoria da paisagem cultural como merecedora de um instrumento próprio de preservação — a chancela — aplicável a uma “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (Iphan, 2009). Contudo, tal instrumento não chegou a ser incorporado à prática corrente do instituto.

Questões metodológicas e estrutura do texto

A paisagem cultural de Brasília pode ser pensada a partir de múltiplas delimitações — o ponto de localização na confluência de três bacias hidrográficas, o atual território do Distrito Federal, suas propostas de delimitação histórica, a Bacia do Lago Paranoá, a área de implantação indicada no edital do Concurso do Plano Piloto de Brasília, a delimitação do Plano Piloto feita por Lucio Costa, a área tombada pelo Iphan etc. Essas distintas referências espaciais evidenciam que a paisagem cultural não se restringe ao perímetro urbano tombado, mas abrange um território expandi-

do e interdependente. Tal fragmentação territorial reflete tanto os processos históricos de ocupação e expansão urbana quanto as transformações contemporâneas que tensionam a relação entre o planejado e o vivido, entre o ideal modernista e a realidade do Distrito Federal como paisagem em permanente construção.

Os processos históricos considerados nas análises desenvolvidas buscaram abranger, dentro das limitações dos temas de cada subgrupo, as múltiplas temporalidades que conformam o atual Distrito Federal: a ocupação pelos povos originários; a ocupação rural associada à interiorização da colonização do Brasil; o interesse e a decisão pela interiorização da capital, incluindo os saberes territoriais mobilizados para a escolha do sítio; a escolha do projeto a ser implantado; o processo de construção da cidade, com todos os saberes humanos, investimentos nacionais e conflitos sociais ali envolvidos; e o processo de consolidação e expansão de Brasília metrópole, em que se seguiu o acúmulo de saberes e conflitos. Adotou-se a década de 1980 como baliza final dos processos estudados, considerando a simultaneidade da redemocratização brasileira e da efetivação da proteção patrimonial da cidade.

As atividades desenvolvidas basearam-se nas atuações de subgrupos que produziram relatórios temáticos voltados a diferentes atributos de valor da paisagem, em sua maioria com potencial de aplicação em todo o território do Distrito Federal. Os resultados dos subgrupos constituem o item seguinte do artigo. Em uma etapa subsequente, os organizadores do grupo buscaram sistematizar os dados verticalmente, identificando zonas em que os elementos da paisagem cultural se apresentam de maneira relativamente coerente — as quais denominamos unidades de paisagem, que também serão apresentadas na sequência do texto. Nessa etapa, buscou-se identificar os elementos que fazem de cada espaço um lugar específico — espaço de recebimento dos processos sociais (Tuan, 1983).

Relato do Grupo de Trabalho

O Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural, coordenado pelo Icomos DF e pela A-DF, realizou cinco reuniões em 28 de julho, 14 e 27 de agosto, 9 e 29 de setembro de 2025. Os participantes foram reunidos por meio de convites formais institucionais e associação voluntária. As contribuições individuais ocorreram de distintas maneiras, tais como a presença e o debate durante as reuniões, o desenvolvimento de apresentações e a elaboração dos relatórios temáticos.

As interlocuções estabelecidas, tanto com representantes de instituições públicas e acadêmicas quanto com pesquisadores e profissionais atuantes de forma independente, reforçaram o caráter interdisciplinar e colaborativo do grupo de trabalho. Tal diversidade de perspectivas permitiu integrar diversas abordagens teóricas e empíricas voltadas à compreensão da paisagem cultural de Brasília.

As atividades foram desenvolvidas mediante subdivisão temática em subgrupos, organizados segundo os principais atributos cujo valor na paisagem se pretendia aprofundar: preexistências territoriais; preexistências arquitetônicas; implantação dos tecidos urbanos no tempo; infraestrutura urbana; estradas-parque; áreas verdes e função ecológica; paisagismo; arquitetura cotidiana; assentamentos informais e memórias sociais. Temas como arquitetura monumental e concepção urbanística não foram abordados, por entendermos que já são suficientemente estudados. Por iniciativa dos participantes, houve ainda temas relacionados à gestão: *Resiliência e gestão do território* ou *Desafios imediatos e cenários futuros*.

Os resultados individuais dos subgrupos consolidam a compreensão da paisagem cultural como abordagem útil à gestão compartilhada do território, evidenciando a complexidade e a profundidade histórica que conformam o atual território do Distrito Federal. Também confirmam o compromisso com a preservação da integridade e autenticidade do CUB não apenas por valores urbanísticos e arquitetônicos, mas também por aspectos ambientais, históri-

cos e simbólicos. Mais do que delimitar polígonos ou estabelecer fronteiras espaciais, as análises realizadas buscaram interpretar as camadas de sentido e valor inscritas no território e revelar os processos de formação e consolidação da paisagem brasiliense.

Apesar dos avanços alcançados, é possível reconhecer as limitações decorrentes do tempo reduzido e da abrangência temática. Alguns eixos de pesquisa, como a delimitação territorial da paisagem cultural de Brasília, não foram plenamente discutidos, dada a complexidade e a diversidade de opiniões sobre o tema. Por sua vez, houve atributos de valor relevantes para a paisagem, como os sítios arqueológicos, que não tiveram um subgrupo correspondente e não foram abordados em forma de relatório. Ainda assim, o processo revelou um campo de articulação institucional e construção coletiva de saberes voltados ao reconhecimento de Brasília enquanto paisagem cultural em sentido amplo.

Subgrupos temáticos e atributos de valor da paisagem

Preexistências territoriais

Os dois subgrupos relacionados às preexistências (territoriais e arquitetônicas) tiveram como objetivo compreender as origens e transformações do território do Distrito Federal. Afinal, Brasília não foi implantada sobre um vazio territorial, mas sobre um espaço já habitado e dotado de camadas sobrepostas. Essas camadas resultam de um processo histórico de longa duração, no qual se entrelaçam sítios arqueológicos protegidos pela legislação, ocupações indígenas, fazendas coloniais, uma arquitetura colonial com características próprias e as experiências modernistas iniciais relacionadas à construção da capital.

Os estudos indicaram a importância de aprofundar as pesquisas sobre os sítios arqueológicos e a presença dos povos originários no território do atual Distrito Federal. Tal integração é essencial

para compreender as camadas temporais da paisagem cultural, evidenciando a continuidade das relações entre as comunidades humanas e o ambiente (Fowler, 2003; Weissheimer, 2012).

O subgrupo voltado às preexistências territoriais enfocou o Lago Paranoá e sua bacia como um dos elementos geográficos mais característicos da paisagem do Distrito Federal, como espaço que possui, impressas em sua paisagem, múltiplas temporalidades (Rosa e Vieira Júnior, 2025). Uma primeira camada desse passado caracteriza-se como sertaneja, marcada pelo lento processo de incorporação inicial do território do Planalto Central à economia e sociedade brasileiras, cabendo à Bacia do Paranoá um papel de entrecruzamento de estradas e instalação de fazendas, além de testemunho da passagem das diferentes comissões técnicas destinadas ao estudo da transferência da capital — que chegou a ser citado por Glaziou no relatório final da Missão Cruls como possível lugar de um lago para a futura cidade (Berçott, 2017).

Uma segunda camada está ligada à construção de Brasília, etapa de arquitetura supostamente transitória, mas que legou ao Distrito Federal, entre outros pontos, a Vila Planalto e a Vila Telebrasil. Elas impactaram sobremaneira a paisagem e o imaginário brasilienses enquanto desafios aos pressupostos urbanísticos e arquitetônicos do movimento modernista e alertas sobre a tendência à segregação na nova capital (Rosa e Vieira Júnior, 2025).

A terceira camada histórica do Lago Paranoá é a modernista, colocando-o como espaço bucólico de lazer e residências para a “alta” sociedade. É lugar do primeiro hotel de Brasília, do Palácio da Alvorada, cuja construção iniciou-se antes mesmo do resultado do concurso para o plano urbanístico, de clubes, alguns dos primeiros pontos de encontro social, e de outros símbolos modernistas, como a Ponte Honestino Guimarães e a Concha Acústica (Rosa e Vieira Júnior, 2025).

A última camada, contemporânea, apresenta a exacerbação dos conflitos sociais e a crise do lago como espaço bucólico. A ocupação de suas margens foi intensificada por grandes empreendimentos

de hotelaria (em verdade, apartamentos disfarçados de moradia temporária), gastronomia e entretenimento, permanentes ou temporários. Em síntese, o acesso ao lago tornou-se espelho de disputas sociais e de formação de significados sobre o ser brasiliense (Rosa e Vieira Júnior, 2025).

Preexistências arquitetônicas

Para compreender as preexistências arquitetônicas de Brasília, cabe considerar que a vida cotidiana e produtiva do Brasil Central antes da capital acontecia em pequenas cidades, como foi o caso de Planaltina, e em antigas fazendas. Nos documentos analisados pelo subgrupo que tratou desse tema, sobressaem-se aqueles relacionados à interiorização da colonização e aos modos de vida rurais, com uso de adobe, pau a pique e madeira nas edificações.

Entre as preexistências que marcaram o sítio da futura capital, o relatório destaca a Pedra Fundamental implantada em 1922, marco que representou a primeira tentativa de materializar o ideal republicano de interiorização, e o Posto de Serviços e Abastecimento da Petrobras, projetado pelo arquiteto José Bina Fonyat Filho (1918–1977), hoje conhecido como Posto Guarapari. O cogumelo de concreto remanescente do conjunto construído sintetiza “o espírito experimental e construtivo do projeto nacional modernista” (Rossetti, 2025), funcionando como metonímia da ligação rodoviária de Brasília com o restante do país.

Destacam-se também os elementos de transição do território em data mais próxima ao início do concurso de projeto e sua construção, como o Catetinho, o Palácio da Alvorada e o Hotel e Turismo (hoje Brasília Palace Hotel), que passam a consolidar uma paisagem composta a partir da arquitetura modernista de Oscar Niemeyer. Essas marcas materiais e simbólicas configuram o campo de transição entre o território preexistente e a paisagem moderna que se consolidaria com o Plano Piloto.

Os sítios evidenciados demonstram como a paisagem cultural de Brasília ultrapassa o perímetro do Plano Piloto, abrangendo diversos

pontos do Distrito Federal, relacionados ou não à implantação da capital. Esses elementos mostram, ainda, que a gênese de Brasília deve ser compreendida como processo histórico de ruptura e reinvenção de uma paisagem já existente, de um território já ocupado.

Gradual implantação do Plano Piloto

O subgrupo que tratou da gradual implantação de Brasília mostrou como, nos anos iniciais, a inserção das infraestruturas básicas e a formação de centralidades, como a W3 Sul e as cidades-satélites, consolidaram o modelo urbano concebido por Lucio Costa de uma cidade linear, com integração entre funções urbanas, sistema viário e espaços públicos. Isso ocorreu mesmo diante das adaptações introduzidas em sua concepção, resultantes das sugestões da comissão julgadora do concurso (Galvão, 2025).

Em paralelo, o subgrupo abordou criticamente elementos da história da urbanização do Distrito Federal, a exemplo da contradição entre o excesso de normas e a falta de controle sobre o território; o privilégio da normatização em detrimento do projeto, que enfraquece o caráter propositivo do urbanismo (ver também Leitão, 2003); e o desigual conhecimento, por parte dos órgãos estatais relacionados à gestão do território, dos variados componentes do Conjunto Urbanístico de Brasília (Galvão, 2025).

Função ecológica e áreas verdes do CUB e adjacências

O grupo destacou o fato de que as áreas verdes da escala bucólica de Brasília constituem um dos atributos centrais do valor paisagístico da capital, expressando a articulação entre topografia, vegetação e usos sociais. Desde sua gênese, Brasília foi concebida como uma cidade-parque, promovendo uma relação direta entre arquitetura, natureza e conforto ambiental (Costa, 1957; Romero e Silva, 2022).

A paisagem verde, característica da inspiração nas cidades-jardim de Howard, compõe o elemento identitário, estético e funcional

de maior relevância no território de Brasília, cumprindo papéis simultâneos de biodiversidade, resiliência e ambiência urbana. Essas áreas configuram uma infraestrutura ecológica que conecta ecossistemas urbanos e naturais, reforçando o conceito de serviços ecossistêmicos urbanos (Niemelä *et al.*, 2010; Romero *et al.*, 2019). Nas situações em que são utilizadas espécies nativas do bioma Cerrado, essas áreas revelam-se sustentáveis e adaptadas às condições locais, garantindo perenidade e identidade ecológica à arborização da capital (Lima e Silva Júnior, 2010).

Conforme demonstram Romero e Silva (2022), a arborização é fator determinante para a mitigação das ilhas de calor, proporcionando reduções de até 2,5 °C nas áreas sombreadas e contribuindo para a preservação da umidade relativa do ar. Além dos benefícios microclimáticos, a vegetação assume papel simbólico e de marcador sazonal, imprimindo à paisagem uma dinâmica cíclica de tonalidades e aromas, de forma a adicionar mais uma camada de experiência ao urbanismo modernista.

As áreas verdes que compõem Brasília representam, enfim: (i) a integração visual e ambiental com o Cerrado, criando continuidade entre cidade e natureza; (ii) a diversidade florística, com predomínio de espécies nativas do Cerrado, assegurando identidade ecológica e resiliência; (iii) a regulação térmica, o sombreamento e a redução de ilhas de calor; (iv) a função estética das cores e sazonalidade das floradas; (v) a função social e ambiental enquanto espaços de lazer, convivência e contato com a natureza; e (vi) a estrutura ecológica urbana, com conexão entre parques, bosques e áreas de preservação.

Infraestrutura, equipamentos urbanos e sinalização

A infraestrutura urbana de Brasília constitui elemento estruturante de sua paisagem cultural, articulando forma, função e percepção. A leitura adotada baseou-se nas quatro escalas consagradas de estudo da cidade. A comunicação visual, abordada como componente informacional e simbólico, abrange a sinalização viária e turística do Plano Piloto, além dos elementos publicitários

e informativos, cujo desenho e cuja materialidade contribuem para a identidade visual da cidade.

Entre os atributos da infraestrutura urbana, destacam-se a modelagem do solo — visível nos terraplenos e muros de arrimo com revestimentos específicos —, o sistema viário e rodoviário (tesourinhas⁴, viadutos, pontes e passagens rebaixadas), a infraestrutura para pedestres (passagens subterrâneas, passarelas elevadas e paradas de ônibus projetadas por Sabino Barroso, Niemeyer e Lelé) e os sistemas urbanos e de comunicação (subestações, antenas, caixas-d'água e sinalização turística). Esses elementos, conforme o relatório, têm valor de uso por sua função cotidiana ainda ativa; valor histórico ao registrarem etapas da implantação da capital; e valor de identidade e memória, pois ícones como as tesourinhas e os pontos de ônibus tornaram-se símbolos reconhecíveis da paisagem modernista (Carvalho e Monteiro, 2025).

A relação entre infraestrutura e arquitetura da paisagem reafirma a essência da proposta modernista, em que urbanismo, natureza e técnica compõem uma unidade estética e funcional. Elementos como terraplenos, vegetação e vias revelam uma leitura paisagística do território, enquanto marcos verticais (torres, antenas e caixas-d'água) funcionam como referências topoceptivas e culturais, reforçando a percepção espacial e a memória coletiva. Assim, conforme o subgrupo conclui, a infraestrutura urbana de Brasília é mais que funcional: é simbólica, histórica e estética, convergindo com outros elementos para dotar a cidade de um acervo complexo de *design*. Sua preservação requer diálogo contínuo entre planejamento urbano, gestão pública e valorização cultural.

Estradas-parque como eixos do território

A análise das estradas-parque tratou dessa tipologia viária como expressão simbólica, espacial e paisagística do ideário modernista que orientou a construção de Brasília (Cruz *et al.*, 2025), tendo

4 Denominação corrente para os sistemas de viadutos e alças de acesso às superquadras, a partir do Eixo Rodoviário.

sido inspiradas nas *parkways* norte-americanas de Frederick Law Olmsted e Calvert Vaux, concebidas entre 1857 e 1873.

As estradas-parque representam simultaneamente dispositivos técnicos de mobilidade e manifestações materiais da relação entre cidade e natureza, fundamentos centrais do projeto de Lucio Costa (1957). No Distrito Federal, foram planejadas para garantir visadas panorâmicas, arborização contínua e uma experiência de deslocamento que combinasse funcionalidade e contemplação (Silva e Sabóia, 2016). Entre os exemplos mais emblemáticos, destacam-se a Estrada Parque Taguatinga (EPTG), que conecta essa região administrativa ao Plano Piloto e sintetiza o paradoxo entre integração e segregação urbana; o Eixão⁵, reapropriado como espaço de lazer aos domingos; e a Estrada Parque Contorno (EPCT), projetada originalmente como barreira sanitária, que teve papel estratégico no controle da expansão urbana e na proteção do sítio tombado de Brasília (Dourojeanni, 2003). Além dessas, destacamos a Estrada Parque das Nações (EPNA, via L4) e a Estrada Parque Paranoá (EPPN) por serem aquelas mais próximas da ideia da estrada-parque como reserva ambiental, porque, ao longo de seu trajeto, atravessam áreas verdes quase contínuas, por vezes de grande extensão, nas proximidades do Lago Paranoá.

As estradas-parque de Brasília têm, portanto, potencial para articular mobilidade, paisagem e preservação ambiental em um mesmo sistema territorial. Seu papel como organizadoras do território, bem como sua dimensão simbólica no imaginário urbano, são um legado do urbanismo moderno na paisagem cultural. Desde que adequadamente tratadas, poderiam fortalecer o ecoturismo, a mobilidade sustentável e a educação patrimonial. No entanto, sofrem intervenções equivocadas, que privilegiam a expansão contínua de faixas asfaltadas para automóveis individuais, causando degradação espacial e ambiental.

Para sua preservação, o Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural propõe a gestão integrada entre o Departamento de Estradas

5 Denominação corrente para o Eixo Rodoviário.

e Rodagem do Distrito Federal (DER-DF), os órgãos patrimoniais e ambientais, os planos de manejo específicos e as políticas de arborização e requalificação, além do incentivo a usos recreativos e culturais que reforcem o valor das estradas como patrimônios modernos e elementos estruturantes da paisagem brasiliense. É possível, ainda, renomear as vias que não apresentam mais as características supracitadas, tornando inequívoco o sentido do que é uma estrada-parque.

Assentamentos informais e experiências cotidianas do CUB

Os assentamentos tradicionalmente designados como vilas pioneiras constituem expressões fundamentais da formação socioespacial de Brasília e da consolidação de sua paisagem cultural. Caracterizam-se pelo predomínio do uso habitacional, pela escala humana e pelos limites físicos bem definidos, por vezes marcados por densa arborização e pela presença de comércios locais que sustentam a vida comunitária. Ocupadas originalmente por operários, técnicos e dirigentes vinculados à construção da capital, essas vilas representam a materialização da memória dos primeiros habitantes e das práticas cotidianas que conferiram vitalidade ao projeto modernista (Costa, 1957; Romero, 2011).

Analisar os assentamentos iniciais, tidos durante certo tempo como informais, enquanto elementos constituintes da paisagem cultural do Plano Piloto, permite evidenciar sua pertinência histórica e simbólica no território onde foram implantados. Destacam-se, nesse contexto, a Vila Planalto e a Vila Telebrasil, cujas características urbanas, morfológicas e sociais revelam continuidades entre o projeto de Lucio Costa e as dinâmicas de apropriação popular. A transformação desses elementos no decorrer dos anos reflete o acelerado apagamento dos períodos iniciais da capital, em um “desbotar” muito similar ao que se observa nos remanescentes históricos pré-Brasília, porém ainda mais rápido em relação histórico-temporal.

Fora do Plano Piloto, a antiga Vila Paranoá, acampamento da Barragem do Lago Paranoá, que hoje é o Parque Vivencial, constitui um dos territórios de memória cuja salvaguarda se vincula à historicidade do CUB em função da construção da barragem. Com dinâmica própria e reconhecida pela comunidade, o local preserva antigas ruínas das construções, uma igreja tombada — Igreja São Geraldo — e uma ampla área verde de uso comunitário, reforçando o significado coletivo da luta e resistência naquele ponto do território (Silva, 2019).

Outros núcleos, como a Vila Cobra Coral, atualmente estudada por um grupo de trabalho associado ao Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal (Condepac-DF), e o Acampamento Saturnino de Brito, menos pesquisado, ainda que não reconhecidos formalmente como áreas de permanência regular, são igualmente significativos para a compreensão das ocupações informais e transitórias que emergiram nas bordas do Plano Piloto, configurando o fenômeno social das fronteiras urbanas e reforçando o caráter vivo e dinâmico da paisagem cultural (Reis *et al.*, 2016; Unesco, 2011).

Cabe ressaltar que as ocupações irregulares no Brasil resultam de um processo estrutural marcado pela ausência de políticas públicas habitacionais consistentes e pela convivência histórica do Estado, frequentemente consolidando assentamentos à margem da legalidade (Maricato, 2000; Rolnik, 2019; Fernandes, 2011) mesmo no Conjunto Urbanístico de Brasília, que é tombado. Assim, a paisagem urbana moderna termina por não diferir tanto daquela de cidades mais convencionais (Quaglia, 2025).

Paisagismo e paisagem nos eixos, nas vias L4, L2 e W3

Foram abordados, nesse subgrupo, os diversos debates acerca da arquitetura da paisagem, da paisagem cultural e de suas composições em diferentes escalas sobre o território, em especial no CUB. Em um primeiro momento, percebe-se a intenção do urbanista ao projetar a cidade integrando paisagem, vastas áreas verdes, parque

urbano e orla. Em um segundo momento, desenha-se o diálogo da arquitetura da paisagem em menor escala (meso) na composição mórfica dos lugares, entre as superquadras, emblemáticas, entre vias com significância particular (L4, L2, W3) e seus cruzamentos leste/oeste por baixo do Eixão, nas tesourinhas, nas passagens subterrâneas, entre outras. As paisagens são distintas, ora arborizadas de forma intensa, ora não, em resposta às funções de cada lugar. Por fim, abordou-se a peculiaridade dos jardins tombados, como é o caso dos concebidos por Burle Marx (Decreto n.º 33.224, de 27 de setembro de 2011), e de outras composições, como as propostas em meso e macroescalas por Ney Ururahy, Francisco Ozanan — “o jardineiro de Brasília”, que esteve 40 anos à frente do Departamento de Parques e Jardins da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (DPJ/Novacap) —, e outros.

Desde a concepção de Brasília, as áreas verdes são elementos integrados à malha urbana, conferindo, aos espaços livres e com vegetação, não apenas uma função estética, mas também simbólica, social e ambiental, reconhecendo-os como componentes estruturantes da proposta de Lucio Costa (1987) e integrando qualidade de vida e identidade urbana. Os parques, os jardins, as áreas arborizadas e os eixos ajardinados foram concebidos como extensões do espaço público e mediadores entre o ambiente construído e o natural, compondo uma paisagem contínua e visivelmente unificada. Dessa forma, a vegetação, longe de ser mero adorno, tornou-se elemento ordenador do território e expressão sensível da utopia modernista de harmonia entre técnica e natureza. Como afirmam Romero e Silva (2022), Brasília nasceu arborizada e assim segue, configurando-se, desde o início, como paisagem cultural singular, na qual a cidade é, ao mesmo tempo, obra humana e território ecológico.

Essa integração dá-se de forma perceptível, como uma unidade paisagística, que, de acordo com Cullen (1983), manifesta-se nas cidades como uma “linha de força”, um elemento estrutural que organiza e confere legibilidade ao conjunto urbano. No caso de Brasília, esse elemento compositivo está materializado nos eixos que compõem o Plano Piloto, no Lago Paranoá e em sua orla, que

marcam visualmente a composição mórfica da capital. O Eixo Monumental, com sua composição espacial singular e escassez deliberada de espécies arbóreas, reforça a percepção da monumentalidade e o caráter simbólico do poder. O Eixo Rodoviário-Residencial, por sua vez, articula a mobilidade entre norte e sul integrando infraestrutura e natureza, de forma a compor o imaginário da paisagem cultural de Brasília. Juntos, expressam com clareza o ideal modernista da cidade-parque, onde técnica, forma urbana e ambiente natural se unem em uma mesma concepção de cidade (Quaglia, 2025). São “dois eixos que se cruzam, como quem marca o lugar e dele toma posse” (Costa, 1957).

Nessa composição, não existe o vazio a ser preenchido. O horizonte, a arborização, os vastos gramados, as calçadas, os jardins, os elementos estruturantes urbanísticos (como vias de pedestres e balizadores de movimento), os equipamentos públicos na composição visual (sinalização, pontos de ônibus etc.) e até mesmo as edificações que estão nas bordas dos eixos e integradas à vegetação — ou a vegetação aos edifícios — permitem a percepção dos signos e significados que compõem peculiarmente os pequenos lugares da paisagem cultural que se forma, enquanto o uso cotidiano acontece na integração entre as quatro escalas da cidade (Quaglia, 2025).

Em macroescala, o Eixão, com 14 km de extensão, expressa a escala desmesurada típica do urbanismo modernista, mas é suavizado pela presença de áreas verdes e arborização. Essa vegetação não apenas compõe a paisagem urbana, mas também reforça a proposta de Brasília como cidade-parque, onde a natureza é elemento constitutivo do desenho urbano e da experiência sensorial.

Em mesoescala, é perceptível a mudança na composição paisagística entre as regiões norte e sul do Plano Piloto, em especial nas W3 Sul e Norte, que não diferem na ideia, mas na morfologia urbana enquanto composições singulares. Na porção sul, a via está disposta entre residências de pequeno porte e edificações com tipologias que aparentam ser geminadas, similares ao olhar, mesmo sem serem idênticas, por possuírem mesma altura e morfologia estrutural,

diferindo nas fachadas. A porção norte, por sua vez, é ladeada por edificações com composições que diferem em tipologia, alturas e implantação no terreno, em especial nas quadras 500. Exceto pela vegetação de grande porte ao centro e pela linearidade da via, o similar existe, mas não o igual, inclusive no que diz respeito à arte urbana do grafite. Este último, enquanto manifestação de arte urbana e expressão política, perceptível em espaços como a W3, onde se materializam dinâmicas urbanas e sociais distintas, difere sobre o local das artes, bem como diverge daquelas observadas em outras regiões do Distrito Federal, revelando novas formas de apropriação simbólica e identitária do espaço urbano.

Todas essas características, sejam as variações tipológicas e morfológicas das vias, sejam as especificidades das edificações ou a diversidade da vegetação, conferem diferenças perceptíveis à paisagem urbana e permitem compreender a paisagem cultural de Brasília em sua dimensão temporal, desde o processo de implantação, iniciado em 1957, até os dias de hoje. Na W3 Sul, por exemplo, a presença de praças e a continuidade visual entre os conjuntos 500, 300 e 700 possibilitam o reconhecimento da escala bucólica, compondo uma paisagem visual singular. A porção norte da via, no entanto, é provida de comércio e moradia no lugar do espaço urbano livre de construções ou composta de edificações que impedem a visualização integrativa dos edifícios nas 300 e das casas nas 700 (Quaglia, 2025). Essa conformação evidencia os processos de detalhamento do projeto urbanístico realizados pelas equipes de desenho e pela Novacap, responsáveis pela materialização das diretrizes originais do Plano Piloto.

Ainda há muito o que debater, em especial sobre a temporalidade da implementação da vegetação, da tipologia, das recentes mudanças na arborização do Parque da Cidade e de outras áreas do CUB, dos processos protetivos possíveis (para além dos propostos no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília — PPCUB, 2014) e sobre a paisagem urbana no que diz respeito à arborização e sua composição espacial, social e ambiental.

Arquitetura cotidiana de Brasília

A arquitetura não monumental de Brasília constitui a base da vida cotidiana da cidade, abrangendo tipos edilícios que vão além dos ícones cívicos e institucionais. Esses elementos, muitas vezes discretos e integrados ao tecido urbano, revelam as variadas intenções e filiações formais dos arquitetos e das arquitetas que projetaram a cidade em suas primeiras décadas, assim como as adaptações ocorridas ao longo do tempo (Silva *et al.*, 2025).

Tal acervo já foi objeto de estudos com perspectivas variadas, que permitiram identificar e qualificar a contribuição de nomes com forte presença na paisagem de Brasília, a exemplo de Eduardo Negri, Milton Ramos, Nauro Esteves, Hélio Uchôa, Marcílio Mendes Ferreira e Mayumi Watanabe (Ferreira e Gorovitz, 2009; Silva e Ficher, 2024).

Para além de seus valores individuais, esses edifícios constituem pequenos conjuntos, como nas superquadras e no Setor Comercial Sul, além de um grande e complexo conjunto em escala urbana, que contribui para conferir identidade ao CUB por meio de seus materiais, suas formas e suas texturas. Ao mesmo tempo, na ausência de proteção legal, trata-se de um dos elementos mais ameaçados da paisagem cultural de Brasília.

Resiliência, inter-relações institucionais e gestão do território

O subgrupo abordou o tema da resiliência relacionando a estrutura da paisagem ao ciclo da água e à biodiversidade — afinal, tanto o Lago Paranoá quanto as extensas áreas verdes disponíveis em Brasília atendem a cada uma dessas dimensões ao desempenharem a função de recarga de aquíferos, proteção da qualidade da água subterrânea, manutenção da vegetação nativa e conservação dos solos (Oliveira *et al.*, 2025).

Exemplo da necessidade de uma melhor gestão de tais variáveis no CUB é que, apesar de seu grande potencial de drenagem natu-

ral, ele enfrenta recorrentes alagamentos. O problema se associa a fatores como a intensa compactação do solo, as calçadas em nível abaixo das áreas verdes, o uso indiscriminado de meio-fio alto e a arborização inadequada. Para enfrentar problemas dessa natureza, a proposta apresentada foi de inclusão de critérios ambientais em todos os processos relacionados ao planejamento, ao projeto e ao licenciamento da construção da cidade (Oliveira *et al.*, 2025).

A discussão sobre as inter-relações institucionais e a gestão do território, por sua vez, leva a reiterar a necessidade da implantação do Comitê Gestor do Conjunto Urbanístico enquanto instância deliberativa, incluindo representações distritais, federais e a sociedade civil, com a representatividade e as competências necessárias também nos campos ambiental e patrimonial (Oliveira *et al.*, 2025). Tal proposta se afasta da regulamentação definida pelo Iphan, que coloca os comitês gestores como entes de articulação e monitoramento (Iphan, 2025).

Desafios imediatos e cenários futuros

O subgrupo destacou, entre os desafios contemporâneos, (i) preservar e atualizar os valores urbanísticos, culturais e ambientais; (ii) restabelecer a coerência entre escalas e funções originais; (iii) definir diretrizes para as glebas ociosas e áreas de entorno; (iv) articular paisagem cultural e sustentabilidade urbana; e (v) assegurar uma governança participativa e permanente do planejamento de Brasília (Francisconi, 2025).

Apontou-se, ainda, que a preservação da área central de Brasília, especialmente do trecho compreendido entre a Praça dos Três Poderes e o Lago Paranoá, deveria ser conduzida de forma articulada entre o Governo do Distrito Federal (GDF), o Iphan e a Unesco, assegurando a conservação dos valores históricos e paisagísticos. Defende-se, assim, o resgate dos fundamentos teóricos e práticos de Lucio Costa, reafirmando o planejamento como função pública de Estado e a necessidade de preservação integrada do sítio tombado, com cooperação entre o GDF, o Iphan e a Unesco.

Paisagem cultural de Brasília

A partir das atividades do grupo de trabalho e dos relatórios dos subgrupos, é possível pensar uma paisagem cultural de Brasília provisoriamente delimitada em correspondência com a Bacia do Lago Paranoá — o que conjuga, em um primeiro nível, relevo e hidrografia. Trata-se da porção do território que alimenta o lago, com seu espelho-d'água, seus afluentes e as áreas de transição com os quatro principais córregos que lhe dão origem, constituindo manchas de vegetação densa, com função ecológica relevante. Além disso, a delimitação abarca a totalidade da zona de visibilidade recíproca entre o Plano Piloto e a linha de cumeada da bacia hidrográfica, incluindo, assim, as questões visuais que fazem parte do conceito de paisagem e as questões de ambiência que justificaram a delimitação dessa zona como entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília (Iphan, 2012)⁶. Integrando ainda mais a delimitação e a concretude do território, é possível fazê-la coincidir com o traçado da Estrada Parque Contorno, aproximando-a das questões de uso e evitando as inconveniências práticas de uma delimitação estritamente hidrográfica.

O Lago Paranoá foi planejado e definido conceitualmente antes da realização do Concurso para o Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, de forma que seu espelho-d'água e as questões de relevo associadas à sua bacia foram determinantes fundamentais do plano de Lucio Costa, seja na versão ganhadora do concurso, seja na versão efetivamente implantada. Esse tecido urbano, universalmente reconhecido por seu valor cultural, insere-se totalmente na área delimitada e a ela se integra. Além disso, o planejamento e a urbanização posteriores da área se adaptaram a esses deter-

6 Durante as atividades do grupo de trabalho, a Superintendência do Iphan no Distrito Federal apresentou os estudos que estão sendo desenvolvidos como embasamento para a revisão da portaria citada. Com efeito, há uma relação visual mais direta do CUB com a área ao seu leste do que ao seu oeste, por vezes levantada como justificativa para a mudança nesse perímetro.

minantes geográficos⁷. Pensar o Plano Piloto a partir da Bacia do Paranoá tem, portanto, razões não somente geográficas, mas também ambientais, históricas e urbanísticas.

Junto com esse núcleo, cujo valor cultural já é reconhecido, cabe considerar os valores da infraestrutura, do paisagismo, do desenho urbano, da arquitetura, do *design* e da arte incorporados a esse território por inúmeros profissionais em momentos sucessivos, ao menos durante suas três primeiras décadas de existência, correspondentes aos períodos de implantação e consolidação de Brasília. Ainda considerando os elementos que documentam a disciplina e a prática urbanística do século XX, cabe considerar o conjunto de diferentes estradas-parque que se expandem dentro e a partir do Plano Piloto, organizando o território e os fluxos urbanos e interurbanos, e que são fundamentais para a experiência brasiliense, bem como os diferentes bairros projetados a partir da década de 1960, repondo o modelo das superquadras, com resultados variados.

Assim definido e conforme será detalhado na análise das unidades de paisagem, o planejamento do Plano Piloto de Brasília é excepcional também em sua integração entre cultura e ambiente, na medida em que garante uma intensa experiência cotidiana individual de áreas verdes de qualidade, mesmo com as limitações de acesso ao Lago Paranoá, existentes em projeto e agravadas ao longo do tempo. Para além da dimensão individual, a paisagem cultural de Brasília integra tais áreas, projetadas ou preservadas, como elementos de efetiva resiliência ambiental no contexto contemporâneo, dada sua capacidade de mitigar os efeitos das mudanças climáticas em virtude da arborização densa e das amplas áreas permeáveis — a serem mais bem geridas rumo ao máximo aproveitamento de seu potencial (Carvalho, 2025; Quaglia, 2025; Romero e Silva, 2022; Oliveira *et al.*, 2025).

A proeminência dos valores excepcionais apontados não deve seguir a tendência, comum no campo da preservação, de excluir

7 Há exceções relevantes, como na Serrinha do Paranoá (Conserva, 2020).

outras narrativas associadas ao território em questão para reforçar o que seria uma narrativa principal (Brumann, 2017). Ao contrário, objeto cultural tão relevante deve ser preservado em sua complexidade de valores e atributos (Carvalho, 2020), sendo indispensável considerar suas preexistências arqueológicas, territoriais e históricas, mesmo que eventualmente não relacionadas a Brasília. Cabe, analogamente, considerar que os documentos das limitações do projeto e do processo de implantação de Brasília — ou seja, a continuidade dos acampamentos pioneiros e a posterior ocupação informal da Vila Cobra Coral — se integram ao conjunto enquanto atributos de valor, não como danos.

Algumas unidades de paisagem no Distrito Federal

A partir dos termos apresentados, é possível definir um conjunto de unidades dentro da paisagem cultural de Brasília. Trata-se de áreas, porções contínuas ou descontínuas da paisagem cultural de cidade, cujas características as aproximam suficientemente para que sejam configuradas como uma unidade. A multiplicidade de unidades definidas ultrapassa, numericamente, a divisão em quatro escalas consagrada no texto *Brasília revisitada*, de 1987 (Costa, 2018). Tal complexidade do território do CUB já foi reconhecida em estudos anteriores e indica que a leitura da cidade a partir de quatro escalas é útil, mas precisa de refinamento e complementação, com mais subdivisões para a interpretação e gestão do território (Iphan, 2016; GDF, 2024; Oliveira e Couto, 2024).

Unidades de paisagem no Plano Piloto

Neste texto, chamamos de Plano Piloto as áreas de Brasília construídas em decorrência do Plano Piloto de Lucio Costa, que correspondem aproximadamente à macroárea A da Portaria n.º 166/2016 do Iphan. Não há correspondência total com a Região Administrativa do Plano Piloto, que se estende até o Parque Nacional de Brasília. Descreveremos inicialmente quatro unidades de paisagem que correspondem aos núcleos das escalas monumental,

gregária, residencial e bucólica, mencionadas por Costa já em 1961 (El-Dahdah, 2009), buscando apresentá-las a partir dos conjuntos de atributos que compõem seus valores culturais presentes, para além de sua concepção urbanística. Na sequência, apresentaremos as demais unidades de paisagem que entendemos se diferenciarem das quatro citadas.

Na unidade de paisagem da escala monumental, os terraplenos criados correspondem a um colossal trabalho de movimentação de terra, em grande parte visível apenas indiretamente, uma vez que o solo é complementado por infraestruturas construídas, como os arrimos do Setor Cultural Sul e os embasamentos da Esplanada dos Ministérios — um pavimento técnico que interliga os edifícios tanto a sul quanto a norte do Eixo Monumental (Oliveira, 2016). Viabilizar o trânsito de pedestres e automóveis levou ao projeto de um conjunto de elementos de infraestrutura e desenho urbano muito próprios da paisagem brasiliense, a exemplo das passagens de automóveis das vias S2 e N2, rebaixadas, para as vias S1 e N1, por meio do embasamento dos ministérios; das escadas de pedestres, com o mesmo fim; e do conjunto de dispositivos que viabiliza a travessia da via L2 pelo Eixo Monumental. Estruturas como essas se juntam às passagens elevadas dos ministérios aos seus anexos para gerar um incomum conjunto de fluxos urbanos de pedestres sobrepostos em três níveis (Lassance *et al.*, 2021).

A arquitetura monumental de Niemeyer define o caráter do Eixo Monumental a leste da Plataforma Rodoviária, complementada pelo paisagismo de Roberto Burle Marx, pontualmente presente nos palácios (Itamaraty e da Justiça) e no Teatro Nacional Cláudio Santoro (TNCS), e pelas obras de arte integradas aos espaços públicos e aos seus interiores, de nomes como Athos Bulcão, Marianne Peretti e Bruno Giorgi. Tais elementos já foram extensamente estudados na historiografia de Brasília (Bruand, 2003; Katinsky e Xavier, 2012; Rossetti, 2012).

Essas paisagens frequentam o imaginário da maioria dos brasileiros por meio do noticiário. Simultaneamente, compõem a vivência

de segunda a sexta-feira de milhares de funcionários públicos, assim como as memórias de fim de semana de um sem-número de visitantes, inclusive locais. Assim, esse conjunto de espaços pouco propício à permanência estática é vivenciado concretamente de outras formas — que também são maneiras válidas de estar no espaço urbano: em movimento, em celebrações, em visita, em protesto. Trata-se, por um lado, de compreender o caráter mais solene do que confortável na maior extensão desses locais e, por outro, de multiplicar as ilhas de conforto existentes, sem romper tal caráter — além da Casa de Chá na Praça dos Três Poderes, criar melhor acesso ao Bosque dos Constituintes; além do sombreamento existente entre os ministérios, construir os blocos comerciais entre eles; além dos pilotis da Biblioteca Nacional, adensar a arborização ao longo do arrimo da via S2.

A oeste da Plataforma Rodoviária, seguem os terraplenos ascendentes até a Praça do Cruzeiro, além da qual há um longo declive até a antiga Estação Rodoferroviária. Nesse trecho, o grau de monumentalidade da arquitetura decresce da Torre de TV para o Centro de Convenções, o Palácio do Buriti, o Museu do Índio e o mausoléu de Juscelino Kubitschek, encerrando-se com um simples cruzeiro de madeira, além do qual a cidade se dissolve em vegetação, pontuada por edifícios pouco característicos. Esse arranjo fazia mais sentido na primeira versão do Plano Piloto de Lucio Costa, que teria a Praça Municipal no ponto mais alto do relevo, encerrando o Eixo Monumental. Da forma como foi construído, o eixo se prolonga indefinidamente, sem solução de continuidade até chegar ao viaduto da Estrada Parque Indústria e Abastecimento (Epia) — uma situação urbanística e perceptiva ambígua.

Independentemente de seu caráter e de sua origem, esse trecho do Eixo Monumental deve ser considerado como parte da unidade de paisagem da escala monumental, incluindo as áreas verdes laterais, a sul e a norte, no Sudoeste, Cruzeiro e Setor Militar, que o integram (e não apenas o contextualizam)⁸. Também fazem parte

8 A unidade de preservação correspondente do PPCUB e a zona de

dessa mesma unidade de paisagem as áreas correspondentes ao Estádio Mané Garrincha e ao Ginásio Nilson Nelson, bem como ao Quartel-General do Exército e à faixa livre que o liga ao Eixo Monumental. Em ambos os casos, trata-se de conjuntos monumentais de edifícios com integração mais ou menos direta ao eixo.

Assim como na escala monumental, na unidade de paisagem da escala gregária, especialmente nos setores bancários, comerciais e de autarquias, a intensa movimentação do solo é parcialmente ocultada pelas plataformas elevadas, que constituem um segundo solo. Também ali, as múltiplas passagens elevadas, rebaixadas, atravessando os edifícios, geram uma sobreposição de níveis de fluxos de pessoas e automóveis, em um maneirismo funcionalista.

A concentração de pessoas próximas reverbera na imagem da concentração de prédios altos, redundando em uma monumentalidade de conjunto. Com efeito, edifícios-marco individuais são exceções, como as sedes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Banco Central e dos Correios, em que a implantação, a forma incomum, a generosidade das marquises de acesso e o acúmulo de obras de arte geram resultados singulares. No Setor Comercial Sul (SCS), Setor Bancário Sul (SBS), Setor de Autarquias Sul (SAUS) e Setor Bancário Norte (SBN), apresenta-se a arquitetura comum de boa qualidade das décadas de 1960, 1970 e 1980, a exemplo das sedes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco de Brasília (BRB) e dos edifícios Morro Vermelho, Camargo Corrêa e Oscar Niemeyer. Nela, intercalam-se pós-modernos hoje pitorescos e blocos de vidro espelhados, que assumem proporções desumanas e desurbanas nos novos conjuntos do Setor de Autarquias Norte (SAUN) e nos *shopping centers* do Setor Comercial Norte (SCN).

A aglomeração humana dos dias de semana e o deserto dos fins de semana se apresentam com variações, conforme alguns usos específicos. Especialmente no Setor Comercial Sul, a profusão de

preservação correspondente da Portaria n.º 166/2016 do Iphan excluem tais áreas verdes.

lojas de rua, quiosques e pequenas praças é rica em possibilidades pouco aproveitadas de utilização do espaço público. Ao mesmo tempo, as imagens de abandono e degradação, próprias de tantas outras áreas centrais brasileiras, geram um afastamento daqueles que não vivem tais setores cotidianamente em virtude de seu trabalho.

Na unidade de paisagem da escala residencial, o primeiro atributo de valor é a concepção urbanística, com prédios residenciais sobre pilotis livres e gabarito máximo de seis pavimentos, formando quadras definidas por uma faixa de arborização. Entre as quadras, há comércio local e equipamentos comunitários. O arranjo gera uma variedade de espaços livres: os pilotis e seu entorno imediato, diretamente ligados aos prédios, mesmo sendo públicos; as áreas com parques infantis, quadras de esporte e pátios; e os grandes gramados e campos arborizados dentro das quadras e nas entre-quadras. Em algumas quadras, especialmente nas mais antigas, há maior qualidade no desenho urbano e no paisagismo.

A vida de superquadra engendrou uma série de hábitos e apropriações, um modo de morar difundido e específico dessa escala, com diversas possibilidades de convivência e encontro entre os variados grupos de moradores — crianças nos parques, jovens nas quadras — e até mesmo de comunicação entre as pessoas que estão no interior de seus apartamentos e aquelas que estão nas áreas livres imediatamente adjacentes.

A grande disponibilidade de áreas livres, permeáveis e com árvores de grande porte soma-se às demais áreas verdes do Plano Piloto para viabilizar um microclima mais adequado na cidade, permitindo também a presença de uma grande variedade de aves nativas.

Os blocos de superquadras seguem sendo construídos até o presente. A massa de edifícios construídos nas décadas de 1960, 1970 e nos primeiros anos da década de 1980 é uma variada coleção da arquitetura moderna brasileira em suas diferentes tendências de época, todas já perceptíveis na primeira década da cidade. Para

além de um interesse histórico e estilístico, o repertório de formas, materiais e texturas desses prédios conforma inconfundivelmente a ambiência de muitas quadras de Brasília.

Para além da arquitetura, elementos de infraestrutura e mobiliário urbano, como as subestações de energia elétrica, as paradas de ônibus no modelo janelinha⁹ e os abrigos para motoristas de ônibus — em sua maioria, com o característico revestimento em lajotas cerâmicas — ajudam a conferir identidade às superquadras brasilienses.

As especificidades descritas se unem às diferenças de desenho urbano, paisagismo e vegetação, fazendo com que as quadras mais antigas e aquelas mais recentes viabilizem experiências radicalmente diferentes, ainda que sejam concebidas e utilizadas seguindo os mesmos princípios. Isso explicita como as qualidades de Brasília são históricas e concretas, não apenas conceituais.

A unidade de paisagem da escala bucólica é o cinturão verde ao redor do Plano Piloto, a matriz verde que limita e torna visível a forma da capital. Nos termos de Lucio Costa, é uma escala em que predominam as “áreas abertas destinadas a fins-de-semana [*sic*] lacustres ou campestres” (El-Dahdah, 2009). Há verde em todo o Plano Piloto, mas a escala bucólica não se confunde com as demais escalas por ser fisicamente delimitada, pensada para funções urbanas e usos específicos (Oliveira e Couto, 2024). Analogamente, essa unidade de paisagem não se confunde com as demais.

A escala bucólica é composta de um mosaico de áreas de baixíssima densidade (parques urbanos, fragmentos de Cerrado nativo, áreas verdes públicas não delimitadas, cemitério, lotes não ocupados) e baixa densidade (clubes, universidades, embaixadas, residências unifamiliares). Há trechos em que o caráter bucólico foi afetado ou perdido em virtude do adensamento de edifícios

9 Pontos de ônibus de concreto armado, revestidos com lajotas cerâmicas, projetados por Sabino Barroso em 1961 (Araújo, 2010). São conhecidos como janelinha porque têm um septo vertical com uma abertura quadrada, permitindo que os usuários vejam a aproximação dos ônibus.

multifamiliares (a exemplo do Setor de Hotéis de Turismo Norte, SHTN, e do Setor de Clubes Esportivos Sul, SCES), repartições públicas e centros comerciais (a exemplo do Setor Policial, SPO, e do Setor Terminal Norte, STN) ou igrejas, escolas e edifícios comerciais (nas quadras 900 das asas Sul e Norte). Além disso, a inserção de barreiras (muros e grades) entre tais edifícios e os passeios, quando acontece, prejudica ainda mais a fruição do que deveria ser bucólico. Na impossibilidade de demolições, a recuperação dessas áreas passa essencialmente pelo tratamento paisagístico, com arborização dentro e fora dos lotes, pelo impedimento de que seu adensamento prossiga e pela melhoria do uso para pedestres e ciclistas.

A área ocupada pelo Autódromo de Brasília, o Setor de Administração Municipal, o Setor de Garagens Oficiais e o trecho do Setor Militar Urbano a leste do Quartel-General apresentam a mesma situação. Por sua localização no tecido urbano — na continuidade do Parque Burle Marx e fazendo fundo para a Praça Municipal —, caberia a esse espaço o papel de faixa verde para emoldurar e ligar o Noroeste ao Eixo Monumental. Tal função deve ser recuperada por artifícios de paisagismo.

O conjunto das áreas verdes, permeáveis e arborizadas da escala bucólica presta serviços ambientais relevantes a Brasília, na mitigação de extremos climáticos e na drenagem superficial de águas pluviais. Seu mosaico de vegetações — gramados, bosques de árvores exóticas, nativas e Cerrado nativo — constitui refúgio para a fauna local e tem potencial para ser transformado em um grande corredor ecológico, especialmente ao longo da via L4, do extremo norte ao extremo sul do Plano Piloto, em associação com os ecossistemas do próprio Lago Paranoá.

Para além do valor paisagístico, a escala bucólica é pontuada por uma arquitetura relevante para a história e a memória de Brasília: o Brasília Palace e o Palácio da Alvorada, anteriores à construção da cidade; espaços de cultura e lazer como a Concha Acústica, o

Museu de Arte de Brasília e o Centro Cultural Banco do Brasil; e o conjunto arquitetônico da Universidade de Brasília (UnB, 2023).

Entendemos que o Eixo Rodoviário constitui uma unidade de paisagem à parte. Suas dimensões e seus usos próprios conferem-lhe percepção diferenciada em relação à escala residencial em que se insere. É uma estrada-parque, atendendo simultaneamente à concepção rodoviarista de Brasília e à ideia da natureza ubíqua. Para o trânsito de automóveis, dispõe de um conjunto de dispositivos viários que evitam os cruzamentos, as tesourinhas, posteriormente completadas por agulhinhas¹⁰, além de viadutos com outras configurações. Dentre as estradas-parque do Distrito Federal, é a que possui o paisagismo mais coeso e bem realizado, formado por agrupamentos de árvores da mesma espécie, nativas e exóticas, do Cerrado e de outros biomas, entremeados de vazios que permitem sua leitura.

Passagens subterrâneas e pontos de ônibus, com seus revestimentos em lajotas cerâmicas, além dos guarda-corpos baixos, caracteristicamente caiados, compõem essa unidade de paisagem de forma inequívoca. Essas peças de infraestrutura urbana são completadas, na Asa Sul, pelos abrigos nas entradas do metrô e pela passagem comercial da Galeria dos Estados.

As quadras 500 e 700, com a via W3, constituem outra unidade de paisagem diferenciada. Pelas pequenas dimensões das quadras 500, pela escala menor dos lotes sem recuos, pelas ruas de serviço que terminaram por se tornar os acessos principais às casas das quadras 700, pelo caráter de comércio local das vias W2 e W3, com seu uso misto e sua profusão de quiosques, trata-se de um tecido urbano e de uma paisagem próximos às demais cidades brasileiras construídas no século XX.

Essa unidade de paisagem documenta como a forma urbana de Brasília se transformou à medida que foi construída, *grosso modo*, de sul para norte. Na Asa Norte, as quadras 500 e 700 têm ocupação

10 Denominação corrente para as alças que ligam diretamente as tesourinhas às faixas centrais do Eixo Rodoviário.

mais densa, com maior gabarito em ambos os lados da via W3 e com edifícios multifamiliares entremeados às casas geminadas. Além disso, a forma urbana é mais complexa, com uma via de serviço suplementar e entrequadras sem áreas verdes a cada duas quadras 700.

Se, nas quadras 700, há aproximações importantes ao modo de morar das superquadras, essa unidade de paisagem guarda dinâmicas bastante próprias ao longo da via W3, com seu comércio intenso, a presença de trabalhadores e outros indivíduos que não são moradores da área. Assim como na escala residencial e no Eixo Rodoviário, os pontos de ônibus e as subestações de energia elétrica garantem unidade com o restante do Plano Piloto e asseguram à vista que se está em Brasília.

Outra unidade de paisagem é constituída pelos assentamentos pioneiros da Vila Planalto, Vila Telebrasilândia e Acampamento Saturnino de Brito. Trata-se de documentos das fraturas do projeto e da implantação de Brasília. Originados a partir de acampamentos de trabalhadores da obra de construção da capital, que deveriam ser desmontados após sua inauguração, esses bairros surgiram junto com a cidade e terminaram por se consolidar e se regularizar. Constituem, assim, memória do trabalho e da resistência de seus primeiros moradores e daqueles que vieram depois deles. São um contraponto à segregação espacial de Brasília, pois testemunham a moradia popular dentro do Plano Piloto.

Essa unidade de paisagem é composta de áreas com forma urbana pouco regular, alta ocupação do solo, baixa altura, forma e arquitetura popular, inseridas em meio à escala bucólica. Por seu gabarito baixo, seu impacto visual nas demais unidades de paisagem é controlado. Por outro lado, o contínuo (e esperado) processo de substituição da arquitetura temporária faz com que, em tais áreas, poucos sejam os vestígios materiais da ocupação inicial. Permanecem, na Vila Planalto, o Conjunto Fazendinha e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Pompeia.

A Vila Cobra Coral, embora surgida em momento posterior a esses assentamentos, constitui outra área da mesma unidade de paisagem, tanto por suas características físicas de traçado, gabarito e arquitetura quanto por seu caráter de ocupação popular não planejada.

Unidades de paisagem fora do Plano Piloto e componentes do CUB

Estando o CUB definido entre o Lago Paranoá e a Epia, engloba um conjunto de tecidos urbanos que vêm sendo acrescentados ao Plano Piloto ao longo do tempo, mas que não se integram a ele totalmente por estarem além do cinturão verde da escala bucólica. Esse conjunto de espaços faz parte da área tombada, porém, na dinâmica paisagística que estabelece com o Plano Piloto, funciona como contexto da área principal e transição entre ela e as áreas mais distantes.

Alguns desses tecidos urbanos são bairros residenciais, criados a partir de 1959 para aumentar a disponibilidade de habitação na capital. Cada um desses bairros pode ser visto como uma unidade de paisagem em virtude de suas especificidades de forma urbana, arquitetura e vegetação: Cruzeiro (1959), Cruzeiro Novo (1967), Octogonal (1974), Sudoeste (1989) e Noroeste (2009).

Do ponto de vista urbanístico, parte desses tecidos urbanos desenvolve temas do Plano Piloto. As superquadras reaparecem em parte do Sudoeste, recriadas a partir de suas versões mais recentes, com blocos residenciais ampliados, de perímetro recortado, que afetam negativamente a leitura da paisagem. No Noroeste, aumentou-se ainda mais o aproveitamento econômico do modelo com a inclusão de subsolos para além das projeções dos edifícios, minimizando a área permeável e a possibilidade de arborização. Trata-se, portanto, das superquadras menos ecológicas de Brasília. Por sua vez, o Cruzeiro Novo é formado por quadras econômicas de quatro pavimentos, sem cinturão verde, que seriam posterior-

mente repropostas nas Quadras Econômicas Lucio Costa (1987, na região administrativa do Guará) e em parte do Sudoeste.

A Candangolândia é um dos acampamentos pioneiros de Brasília, tendo sido construída pela Novacap em 1956. Por sua condição de sede da companhia urbanizadora, a área teve traçado regular, estrutura de água encanada e luz elétrica desde seu início. A atual Igreja de São José Operário é memória desse período, apesar de ser uma reconstrução da edificação anterior, que por sua vez foi a segunda igreja da área e a primeira a ser desativada (Reis *et al.*, 2016). Enquanto unidade de paisagem, a Candangolândia deve ser tratada em conjunto com o Núcleo Bandeirante e os outros acampamentos pioneiros que abordaremos adiante.

Assim como os demais tecidos urbanos identificados nesta seção do texto, a porção oeste do Setor Militar Urbano não se integra às escalas que caracterizam o Plano Piloto. Esse setor é formado por diversos agrupamentos de residências unifamiliares e equipamentos militares, constituindo uma unidade de paisagem à parte.

Unidades de paisagem fora do CUB

O Núcleo Bandeirante, o Acampamento HJKO e a Vila Metropolitana são três acampamentos pioneiros de Brasília, criados em 1956. São adjacentes à Candangolândia, porém fora da área do CUB. Assim como nos demais acampamentos referenciados, havia previsão para sua demolição ao fim da obra, mas seus moradores conseguiram resistir até a regularização de suas moradias, e hoje sua existência constitui documento e memória do trabalho e da vida dos candangos. Essa unidade de paisagem é composta de diferentes traçados urbanos, com arquitetura popular recente, resultante da substituição das construções originais. Ainda persistem relevantes remanescentes arquitetônicos em madeira: o conjunto do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, desativado em 1973 e posteriormente convertido em Museu Vivo da Memória Candanga, e o conjunto formado pela Capela de Nossa Senhora

Aparecida (reconstruída), pela praça, por dois pavilhões escolares e pelo campo de futebol (na Vila Metropolitana).

As formações de Cerrado nativo de maiores dimensões constituem outra unidade de paisagem, a exemplo do que acontece no Parque Nacional de Brasília, na Área de Preservação Ambiental das bacias do Gama/Cabeça de Veado e na Estação Ecológica de Águas Emendadas, além de numerosas áreas de relevante interesse ecológico, definidas em legislação específica. As formações de Cerrado não são apenas florestais, mas também savanas/campos e veredas, compondo um mosaico de fitofisionomias que se apresenta em diversos pontos do território do Distrito Federal, por vezes em manchas pequenas que terminam por se integrar em outras unidades de paisagem, a exemplo do que ocorre na escala bucólica.

Cada uma dessas áreas tem papel ambiental importante não só para a preservação da biodiversidade, mas também para a recarga dos aquíferos e para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas em curso. As áreas de Cerrado também têm valores culturais relevantes por seu uso para esporte e lazer, por conformarem a paisagem e o horizonte vistos a partir do Plano Piloto e por fazerem visível o que era o território antes da construção de Brasília. Cabe citar, como preexistências mais específicas associadas a essas áreas, os caminhos do Período Colonial, que atravessavam o Parque Nacional de Brasília, e a adjacência das bacias do Tocantins/Amazonas e do Paraná, na Estação de Águas Emendadas, que justificou a localização da nova capital ainda no século XIX.

O Lago Paranoá não faz parte do perímetro do tombamento de Brasília nem do perímetro do PPCUB, embora, significativamente, esteja representado nos mapas de ambas as delimitações. Essa unidade da paisagem é um elemento anterior e determinante da concepção do Plano Piloto. A partir da criação da barragem e da subida do nível da água, os vales com córregos da Bacia do Rio Paranoá foram inundados, resultando em faixas lineares que podem ser lidas como charcos ou como espelho-d'água assoreado, mas que, em ambas as leituras, têm valor ambiental relevante,

com fauna e flora variadas e predominantemente nativas a serem adequadamente manejadas. O lago serve para mitigar os extremos climáticos de sua faixa imediatamente circundante. Integra-se à escala bucólica paisagisticamente enquanto delimitação “natural” da cidade e por sua função precípua de fruição e lazer.

Diferentes trechos de suas margens e sua superfície têm uso intenso por variados estratos socioeconômicos da população brasileira, especialmente nos fins de semana. Essa variedade de acessos não supera os conflitos históricos relacionados à ocupação de suas margens, com um processo gradual de privatização enfrentado apenas pontualmente pela administração pública e que permanece a ser resolvido. Com efeito, espaços efetivamente populares, como a Prainha do Lago Norte e a orla da Ponte JK são raros e isolados (Rosa e Vieira Júnior, 2025).

Do ponto de vista de infraestrutura, a barragem que viabiliza a existência do lago é especialmente relevante, com valor técnico e histórico. Além disso, duas das três pontes têm valor arquitetônico expressivo, colaborando para a integração da área ao imaginário local (Carvalho e Monteiro, 2025). Pelo conjunto dos argumentos levantados, o Lago Paranoá se integra indissociavelmente ao núcleo de valores da paisagem cultural de Brasília.

Os bairros do Lago Sul e Lago Norte (ambos de 1960) foram criados como subúrbios de casas unifamiliares para a classe alta, com baixa densidade e extensas áreas livres. Pelo contexto rodoviarista e pela influência anglo-saxã, sua concepção guarda relação com o Plano Piloto de Brasília, porém exacerbando alguns de seus problemas, como a dependência do automóvel e a segregação espacial. Essas áreas comportam alguns outros tecidos a elas incorporados posteriormente e irregularmente, a exemplo do Condomínio Villages Alvorada.

Paisagisticamente, essa vasta unidade de paisagem é relevante para a contextualização e ambiência do CUB, pois constitui o fundo imediato que limita o Lago Paranoá. Também por razões urbanísticas e paisagísticas, é fundamental concluir o processo de

desocupação e garantia de uso público nos trechos da orla do lago que se estendem por esses bairros.

As unidades de paisagem descritas não cobrem a totalidade da área definida provisoriamente como paisagem cultural de Brasília, mas sua exposição serve de guia metodológico para a conclusão do trabalho.

Já fora da área em questão, o Setor Tradicional de Planaltina é uma unidade de paisagem com importantes valores históricos, estéticos e de memória, por se tratar do principal remanescente do Período Colonial e Imperial no território do Distrito Federal. Sua formação antecede e independe do processo de mudança da capital, mas sua aparente desvinculação de tal processo não diminui sua importância. Além disso, por sua localização, Planaltina se relaciona diretamente a dois marcos extremamente simbólicos: a Estação de Águas Emendadas e a Pedra Fundamental de Brasília.

Entre os numerosos tecidos urbanos criados depois do Plano Piloto como forma de viabilizar a moradia da população crescente, destacamos Taguatinga (1958–), Gama (1960–), Sobradinho (1960–) e Ceilândia (1971–), cada um com seu traçado específico. O presente grupo de trabalho não aprofundou seu estudo, mas se trata de atuais regiões administrativas que são antigas, populosas e consolidadas, com suas próprias tradições e apropriações dos espaços públicos, sejam eles urbanizados, sejam naturais. Por esses motivos, já foram abordadas em estudos específicos que não puderam ser incorporados. Cada um desses tecidos urbanos constitui uma unidade de paisagem própria.

Continuidade do trabalho e recomendações

As contribuições dos subgrupos confirmam a pertinência dos pressupostos adotados para uma releitura do CUB e do território em que se insere: a riqueza da relação estabelecida entre pessoas e natureza e a espessura histórica do ambiente habitado. Ambos os pressupostos se relacionam à abordagem adotada — a da paisagem cultural.

A partir daí, a continuidade do trabalho deve aprofundar a compreensão e o reconhecimento dos valores culturais e dos serviços ecossistêmicos associados ao sistema de espaços livres do Distrito Federal — especialmente considerando que Brasília, por suas características físicas, tem potencial para se tornar um modelo de resiliência do território.

Ao mesmo tempo, cabe sistematizar o conhecimento existente acerca do paisagismo e da arquitetura cotidiana, da infraestrutura e do mobiliário urbano no CUB enquanto camada histórica que se sobrepõe à concepção do Plano Piloto, de forma a instrumentalizar seu reconhecimento e sua preservação em diferentes esferas administrativas.

Analogamente, cabe integrar, à preservação do CUB, o conjunto de preexistências arqueológicas, coloniais, imperiais e republicanas presente em seus limites, assim como aquelas que se relacionam ao longo processo de interiorização da capital, mas estão em outros pontos do Distrito Federal. Isso implica compreender que os testemunhos da capital federal se apresentam no território, sendo o CUB um entre os elementos que permitem sua narrativa. Nessa linha de raciocínio, a região de Planaltina se destaca por guardar três das mais relevantes preexistências de Brasília: a Estação de Águas Emendadas, o núcleo histórico daquela região administrativa e a Pedra Fundamental de Brasília.

Para além de reconhecer o valor cultural de cada um dos grupos de atributos citados e de geri-los em acordo com tal reconhecimento, cabe enfrentar outras questões estruturantes do CUB, especialmente como as projeções ou os lotes vazios, as grandes áreas sem tratamento urbanístico e paisagístico adequado e a contínua privatização de áreas públicas. Reconhecida tal situação, preservar a paisagem cultural de Brasília não passa por resguardá-la de mudanças, mas por gerir o território no sentido de promover a continuidade entre as áreas verdes, aumentar a qualidade das unidades de conservação, garantir a fruição pública dos espaços comunitários e incrementar mobilidade e acessibilidade em todos os meios, em todas as escalas urbanas.

Assumindo a escala do território como outro foco de interesse, cabe prosseguir com a integração de todas as regiões administrativas do Distrito Federal às suas políticas e ações de preservação do patrimônio cultural. Tal recorte amplifica a importância do reconhecimento de eventos anteriores e posteriores à construção e ocupação inicial de Brasília. Esse processo se beneficiaria de um inventário do patrimônio cultural do Distrito Federal, compilado em um único banco de dados, incorporando levantamentos existentes, que buscasse a multiplicidade de seus bens culturais, não apenas aqueles que já dispõem de reconhecimento.

Nesse contexto, entendemos que áreas como Sobradinho, Gama, Taguatinga e Ceilândia deveriam ser prioritárias por conta de seu papel fundamental no território do Distrito Federal e da complexidade de seus aspectos culturais — que permitiriam, inclusive, repensar os mesmos conceitos em outro contexto urbanístico.

Também o patrimônio imaterial, que ainda não foi abordado com a profundidade necessária nesta etapa do trabalho, requer tratamento metodológico condizente com sua relevância, incorporando instrumentos conceituais e analíticos contemporâneos que o afastem de leituras folclorizantes e reducionistas. Isso implica compreender o território como espaço de práticas, memórias e significados partilhados, onde o valor cultural é continuamente construído pela experiência coletiva (Geertz, 1973; Tuan, 1983; Fonseca, 1997; Kirshenblatt-Gimblett, 1998; Lowenthal, 1998; Choay, 2001; Lima Filho, 2008; Smith, 2010; Unesco, 2003, 2004, 2011).

A experiência desenvolvida com o conceito de paisagem cultural enquanto abordagem metodológica (e não categoria de reconhecimento institucional) o aproxima do conceito da paisagem histórica urbana (Priester, 2024; Jayo, 2025). Migrar essa leitura para um efetivo reconhecimento legal, com as mudanças de gestão daí decorrentes, permitiria enfatizar a relação homem-natureza no CUB. Ao mesmo tempo, constituiria desafio de considerável monta, tanto em relação às práticas patrimoniais locais e federais quanto em relação ao olhar internacional sobre a paisagem moderna, cuja complexidade histórica é sistematicamente negada.

Referências

Relatórios resultantes do Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural

- ALMENDRA, Renata Silva. **Grafites na paisagem urbana de Brasília**. Relatório parcial do Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural. Brasília, 2025.
- BARBO, Lenora; ALMEIDA, Pedro Paulo Palazzo de; ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. **Preexistências arquitetônicas**. Relatório parcial do Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural. Brasília, 2025.
- CARVALHO, Juliano Loureiro de; MONTEIRO, Juliana Mendes Aguiar. **Infraestrutura e comunicação visual na paisagem cultural de Brasília**. Relatório parcial do Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural. Brasília, 2025.
- CRUZ, Leandro de Sousa; CRUZ, Luciana Saboia Fonseca; CHAGAS, Marcela Peres; LIMA, Amanda Mendes de; BARBOSA, Fernando Gustavo Dantas; BARRETO, Eduardo Jorge Barreto. **Estradas-parque**. Relatório parcial do Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural. Brasília, 2025.
- FRANCISCONI, Jorge Guilherme. **Desafios imediatos e cenários futuros**. Relatório parcial do Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural. Brasília, 2025.
- GALVÃO, José Leme. **Paisagem cultural: a gradual implantação e a renovação dos valores do Plano Piloto**. Relatório parcial do Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural. Brasília, 2025.
- OLIVEIRA, Yara Regina; MOURA, Lúcia Helena; GUIMARÃES, Sávio; ESMERALDO, Tereza Cristina. **Patrimônio e paisagem — resiliência, gestão e interrelações institucionais**. Relatório parcial do Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural. Brasília, 2025.
- QUAGLIA, Angelina Nardelli. **Paisagismo e Paisagem nos eixos, nas vias L4, L2 e W3**. Relatório parcial do Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural. Brasília, 2025.
- ROSA, Matheus; VIEIRA JÚNIOR, Wilson. **Pensar a Bacia do Paranoá como elemento estruturante para uma paisagem cultural no DF: aproximações a partir de uma perspectiva histórico-territorial**.

Relatório parcial do Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural. Brasília, 2025.

SILVA, Claudio; JUBÉ, Mariana Ferreira; CARVALHO, Matheus. **Arquitetura cotidiana de Brasília**. Relatório parcial do Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural. Brasília, 2025.

Demais fontes citadas

ARAÚJO, Roberto Gonçalves de. **Cinquenta anos do mobiliário urbano de transporte público em Brasília**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BARBO, Lenora; PAULO, Pedro. **Acampamentos pioneiros e formação social de Brasília**. Brasília: UnB, 2025.

BERÇOTT, Angelina Nardelli Quaglia. **História urbana da orla do Lago Paranoá**. Brasília: UnB, 2017.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BRUMANN, Christoph. How to Be Authentic in the UNESCO World Heritage System: Copies, Replicas, Reconstructions, and Renovations in a Global Conservation Arena. In: **The transformative power of the copy. A transcultural and interdisciplinary approach**. Heidelberg: Heidelberg University Publishing, 2017, p. 269-287.

CARVALHO, Juliano Loureiro de. Conjunto da Pampulha entre Iepha e Icomos: a lenta difusão dos princípios da conservação. In: **Anais do 4º Simpósio Científico do Icomos Brasil**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, 2020, p. 1-27.

CONSERVA, Cátia. **Águas urbanas: expansão do território e drenagem na Serrinha do Paranoá DF**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

COSTA, Lucio. Brasília revisitada. In: **Registro de uma vivência**. São Paulo: Editora 34/ Edições SESC, 2018 [1987], p. 330-331.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. São Paulo: M. Fontes, 1983.

EL-DAHDAH, Farès. Lucio Costa e a preservação de Brasília. **Minha Cidade**, São Paulo, v.9, n. 107, jun. 2009. Disponível em: [https:// vitruvius.com.br/ revistas/ read/ minhacidade/ 09.107/1844](https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.107/1844) Acesso em: 18/10/2025.

FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus. **A invenção da superquadra. O conceito de unidade de vizinhança em Brasília**. Brasília: IPHAN, 2009.

- FOWLER, Peter J. **World Heritage Cultural Landscapes 1992–2002**. World Heritage Papers, 6. Paris: UNESCO World Heritage Centre, 2003.
- GDF (Governo do Distrito Federal). **Lei Complementar n.º 1.041, de 12 ago. 2024. Aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e dá outras providências**. Brasília, 2024.
- IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Portaria n.º 68, de 15 fev. 2012. Dispõe sobre a delimitação e diretrizes para a área de entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília (...)**. Brasília, 2012.
- IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Portaria n.º 127, de 30 abr. 2009. Estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira**. Brasília, 2009.
- IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Portaria n.º 166, de 11 de mai. 2016. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria n.º 314/1992 e dá outras providências**. Brasília, 2016.
- IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Portaria n.º 234, de 11 mar. 2025. Dispõe sobre diretrizes para a instituição de Comitês Gestores de sítios reconhecidos como Patrimônio Mundial cultural brasileiros**. Brasília, 2025.
- JAYO, José Antônio Hoyuela. Convergence of the concept of heritage for the cultural landscape and the historic urban Landscape. In: **Proceedings of ICOMOS 2024 Scientific**.
- SILVA, Gerson de Castro. **A história de uma cidade invisível: Vila Paranoá e seus quintais de memórias**. 2019. 100 F. il. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- Symposium**. Ouro Preto, 2025. Disponível em: <https://static.even3.com/processos/15cec12658a142cc9890.pdf?v=638966674342497708>. Acesso em: 18 out. 2025.
- KATINSKY, Júlio Roberto; XAVIER, Alberto. **Brasília. Antologia Crítica**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- LASSANCE, Guilherme; SABOIA, Luciana; PESCATORI, Carolina; CAPILLÉ, Cauê. **Cidade pós-compacta: estratégias de projeto a partir de Brasília**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2021.
- OLIVEIRA, Maria Manuel. Construída na linha do horizonte: Brasília, o Plano Piloto e a manipulação do chão. In: RIBEIRO, Sandra Bernardes;

- PERPÉTUO, Thiago Pereira (orgs.). **Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília**. Brasília: Iphan, 2016, p. 14–50.
- OLIVEIRA, Yara Regina; COUTO, Beatriz Coroa do. **Estrutura da paisagem do conjunto urbano de Brasília, sítio patrimônio cultural mundial**. Comunicação apresentada no 2º Encontro Icomos-DF. Brasília, 2024.
- PRIESTER, Mariana Freitas. **A linha do horizonte: Brasília e a gestão de sua paisagem envoltória**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília. Brasília, 2024.
- REIS, Carlos Madson; RIBEIRO, Sandra Bernardes; GABRIEL, José Mauro de Barros. **Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal**. Brasília: Iphan-DF, 2016.
- ROMERO, Marta Bustos; SILVA, Caio Frederico e. Brasília, um plano verde. In: GRALA, Ketleen; GUARALDO, Eliane (Orgs.). **Cinco cidades que nasceram arborizadas**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022, p. 107–139.
- ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. **Arquiteturas de Brasília**. Brasília: Instituto Terceiro Setor, 2012.
- ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. Rio-Brasília: havia um posto de gasolina no meio do caminho. In: **Anais do 8º Seminário Docomomo Sul — Infraestrutura/Superestrutura, Cone Sul Global**. Porto Alegre: Marcavisual, 2025, p. 251–254.
- SILVA, Claudio Oliveira da; FICHER, Sylvia. Inventário dos blocos residenciais das superquadras do Plano Piloto. In: **Anais do 18º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Natal: UFRN, 2024.
- SILVA, Sued Ferreira; SABOIA, Luciana. Paisagens em trânsito: o caso da Estrada Parque Taguatinga. **Labor e Engenho**, v. 10, n. 3, 2016, p. 302–312.
- TUAN, Yi-Fu. **Space and Place: The Perspective of Experience**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983.
- UNB (Universidade de Brasília). **Plano Diretor do Campus Darcy Ribeiro**. Brasília, 2023.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris, 1999.

Contribuições para o monitoramento da gestão e da conservação do Conjunto Urbanístico de Brasília

Beatriz Coroa do Couto
Juliano Loureiro de Carvalho

Introdução

Nas últimas décadas, é visível um deslocamento de ênfase da preservação para a gestão (da mudança) no patrimônio cultural, buscando superar a realização de ações pontuais e fragmentadas/descontínuas rumo a uma ação mais coordenada (Veldhoven, 2014; Mackay, 2019). O fenômeno, que tem origem anglo-saxã (NPS, 2006; English Heritage, 2008), adquiriu força no contexto da gestão das agências internacionais de conservação e foi incorporado à prática do sistema do Patrimônio Mundial (Unesco *et al.*, 2003; Unesco, 2025). Assim, hoje influencia a preservação do patrimônio em outros contextos culturais, inclusive o brasileiro.

A situação descrita se relaciona à ideia de que, para uma efetiva preservação dos valores do patrimônio, é necessário saber geri-lo em um sentido mais amplo. Além disso, ao diminuir o protagonismo dos técnicos especialistas, a ênfase na gestão serve à promoção da participação e do engajamento de diferentes atores sociais. Há também ramificações fora do campo do patrimônio cultural: a ênfase nos instrumentos de gestão tem a ver com a busca de uma utilização mais adequada e transparente de recursos públicos (Clark, 2014).

Quando consideramos a gestão do Conjunto Urbano de Brasília (CUB) enquanto patrimônio cultural¹, o Plano de Preservação

1 Reconhecido para fins de preservação em nível distrital e inscrito na

do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) ocupou o centro do debate, tanto para seus defensores quanto para seus críticos, desde o início de sua elaboração pelo governo local, em 2007. Desde 2024, com a aprovação e sanção do PPCUB por meio da Lei Complementar n.º 1.041/2024, o foco do debate deslocou-se para a implantação de suas proposições, o cumprimento de suas disposições e as suas necessárias regulamentações.

O PPCUB foi desenvolvido sob coordenação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh-DF). Devido à sua área de abrangência, diversidade de atribuições e complexidade, requer atuação integrada de diversos órgãos do Governo do Distrito Federal (GDF). Contudo, nem todos tiveram a mesma participação na elaboração do plano e nem todos têm, por atribuição direta, a preservação do patrimônio. Em virtude disso e de outras fragilidades, a exemplo da frequente descontinuidade nas equipes técnicas e de gestão, faz-se ainda mais relevante o acompanhamento da implementação do plano pela sociedade civil — um controle externo e complementar àquele a ser exercido pelo Comitê Gestor do CUB enquanto patrimônio mundial, ente interinstitucional articulador, com criação requisitada pela Unesco e ainda não implantado.

O presente trabalho busca contribuir para o monitoramento da implantação do PPCUB, entendido como atividade de apoio essencial ao planejamento e à gestão do patrimônio cultural (Lira, 2009, p. 48–52). A utilização de indicadores objetivos como ferramenta de monitoramento da gestão e conservação do patrimônio cultural se insere no movimento de transparência e participação anteriormente caracterizado.

Para tanto, selecionamos, no texto legal, um conjunto de temas a serem acompanhados segundo três critérios. O primeiro é cobrir a variedade dos aspectos relacionados à preservação do CUB, a exemplo de arquitetura, urbanismo, paisagem, envolvimento da

Lista do Patrimônio Mundial em 1987; tombado em nível federal no ano de 1990.

população, mecanismos de gestão etc. O segundo critério é que os temas escolhidos deveriam ser estruturantes, com potencial de impacto amplo, e não pontuais. Por fim, os temas deveriam ser passíveis de um acompanhamento progressivo e objetivo, seja por seu caráter quantitativo, seja por sua implantação de etapas — caráter que permitiria que atribuíssemos indicadores a eles. Em virtude desse critério, disposições legais de aplicação imediata em que não se identificaram etapas a serem acompanhadas não foram escolhidas.

Sejam qualitativos, sejam quantitativos, os indicadores propostos são objetivos e tiveram seus responsáveis identificados, convergindo para a precisão do processo de monitoramento. Entre os indicadores propostos, há aqueles que apontam diretamente para o estado de conservação do CUB, enquanto outros apontam para as condições de gestão do conjunto. Como a gestão e a conservação se inter-relacionam e se interdeterminam, entendemos ser viável tratá-las como parte de um mesmo sistema de monitoramento, que se torna, então, duplo. Outro aspecto fundamental para o acompanhamento social é a disponibilidade de dados periodicamente atualizados. Assim, apresentamos, ao longo do desenvolvimento do artigo, qual seria a fonte para os dados a serem levantados para cada um dos indicadores em questão.

Na última parte do texto, apresentamos, ainda, sugestões de aprimoramento das ferramentas de monitoramento propostas, considerando tanto a melhoria dos próprios indicadores quanto as possibilidades de criação de metas e índices unificados de acompanhamento.

Temas propostos para monitoramento

Para cada um dos temas do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília que se propõe monitorar, apresentamos uma base legal (incluindo outros textos legais), um ou mais indicadores propostos (quantitativos ou qualitativos), os órgãos responsáveis

pelo tema e um órgão responsável pelo fornecimento de dados para monitoramento.

Indicação de preservação de imóveis

Art. 35. O fortalecimento cultural do CUB e a leitura de seu território como sítio urbano tombado contempla a preservação dos valores patrimoniais de seus bens culturais.

§ 1º A relação dos bens culturais existentes na área de atuação deste PPCUB, tombados, registrados ou com indicação de preservação, é apresentada no Anexo IVa, sendo obrigatória a consulta ao órgão responsável pela política cultural do DF e ao Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural em caso de qualquer intervenção ou demolição.

§ 2º Os exemplares identificados com a indicação de preservação e suas áreas de entorno devem ser objeto de estudo e providências pertinentes para preservação e manutenção das características que venham a ser valoradas.

§ 3º Outras construções podem receber indicação de preservação, segundo critérios de valoração temporal, autoral ou estético, devendo ser apreciadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal – Condepac e aprovadas por ato próprio do Poder Executivo.

§ 4º Os pedidos de licença específica de demolição de blocos residenciais situados nas Asas Norte e Sul, protocolados no órgão gestor de planejamento territorial e urbano do DF, devem ser submetidos à análise do órgão responsável pela política cultural do DF. (GDF, 2024).

A listagem de bens com interesse de preservação refere-se a construções com valor histórico, arquitetônico e/ou autoral passíveis de diferentes formas de preservação, desde o simples registro documental (inventário) até o tombamento, passando por formas alternativas que podem vir a ser definidas e regulamentadas. A ideia da listagem é resguardar tais bens preliminarmente, até que se defina sua forma definitiva de preservação. A consulta prévia sobre intervenção e demolição dos bens listados no PPCUB já está vigente, porém falta realizar as demais ações que garantirão sua preservação no longo prazo, a exemplo da notificação aos pro-

prietários e da realização dos estudos que instruirão a definição de sua proteção.

Indicadores propostos para o monitoramento:

- a. Fases de implantação da indicação de preservação, como estudos, discussão no Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural (Condepac), publicação da regulamentação, implantação parcial, implantação completa, funcionamento e monitoramento.
- b. Quantidade de edifícios tombados ou acautelados de outra forma, dentro do universo total do Anexo IVa.

Órgãos responsáveis pelo tema: Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do DF (Secec-DF) e Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural (Condepac).

Órgão que pode disponibilizar dados para monitoramento: Secec-DF.

Programa de Educação Patrimonial

Art. 40. O Programa de Educação Patrimonial deve seguir um Plano de Educação Patrimonial, visando promover, de forma continuada, transversal e interdisciplinar, a divulgação e a promoção dos valores associados ao patrimônio cultural do CUB, bem como as outras referências culturais, de relevante importância para a história, memórias e identidade do DF, por meio de ações formativas e informativas ao próprio poder público e à população em geral.

§ 1º A implementação do Plano e Programa citados no caput deve envolver os órgãos responsáveis pela política cultural, pela política de educação, pela política de turismo do DF, demais órgãos afetos e sociedade civil.

§ 2º A educação patrimonial deve ser objeto de atividades transversais na rede de educação básica do Distrito Federal, com abordagem multidisciplinar.

§ 3º A formação continuada dos servidores públicos para a implementação do disposto neste artigo deve ser realizada pelos órgãos competentes.

§ 4º O intercâmbio com organismos nacionais e internacionais deve ser incentivado com o objetivo de aprimorar a qualificação técnica das pessoas que atuam com educação patrimonial. (GDF, 2024).

A ideia de um Programa de Educação Patrimonial visa estruturar, de forma contínua, as ações de educação patrimonial formal no Distrito Federal, evitando que aconteçam de forma pontual.

Indicador proposto: progresso das fases de implantação do programa (exemplo: 1 – planejamento; 2 – diagnóstico; 3 – elaboração; 4 – regulamentação; 5 - implantação parcial; 6 – implantação completa; 7 – funcionamento e monitoramento).

Indicadores como esse, que buscam medir o progresso da implantação de um projeto, foram propostos para acompanhar temas que são colocados em prática de forma lenta e/ou cuja abordagem quantitativa é problemática.

Órgãos responsáveis pelo tema: Secec-DF; Condepac; Secretaria de Estado de Turismo do DF (Setur-DF); Conselho de Desenvolvimento de Turismo do Distrito Federal (Condetur); Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF).

Órgãos que podem disponibilizar dados para monitoramento: Secec-DF; SEEDF.

Áreas de Interesse Cultural (AICs)

Art. 36. A valorização do patrimônio material e imaterial, bem como de obras de arte e referências culturais dos diferentes segmentos sociais que constituem a diversidade da população do Distrito Federal, é realizada por meio dos seguintes programas de:

I – valorização das áreas de interesse cultural; (...)

Art. 37. O Programa de Valorização de Áreas de Interesse Cultural objetiva estimular iniciativas culturais, educativas e ambientais,

por meio da previsão de instrumentos urbanísticos, e incentivar o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, por meio da previsão de instrumentos urbanísticos e fiscais em locais delimitados como Áreas Interesse Cultural – AIC, com base na seguinte classificação:

I – Patrimônio Material e Imaterial – PMI, constituída por bens tombados ou registrados pelo órgão competente pela política cultural do DF e suas respectivas áreas de tutela;

II – Reconhecimento de Referências Culturais – RRC, constituída por imóveis ou logradouros públicos previstos para aplicação dos instrumentos de catalogação, inventário ou inventário participativo;

III – Territórios de Ocupação Cultural – TOC, constituída por porções do território, reunindo conjunto de imóveis e logradouros públicos que concentram instituições culturais ou apropriação social dos espaços públicos com manifestações, práticas e saberes populares, que podem ser objeto de regimentos operacionais próprios.

Parágrafo único. A delimitação das AIC é proposta pelo órgão competente pela política cultural do DF, com a participação da sociedade civil e de instituições públicas e privadas, sendo submetida à apreciação do Condepac e aprovada por ato próprio do Poder Executivo. (GDF, 2024).

Resultado de uma consultoria de análise territorial realizada pela Secec-DF, o programa prevê a delimitação de áreas para variadas ações de incentivo à preservação, conservação e promoção cultural, conforme a natureza da tipologia de cada uma. O estudo e a delimitação das áreas de interesse cultural são a base para a implantação de medidas adequadas a cada uma delas.

Indicadores propostos:

- a. Quantidade de AICs instituídas.
- b. Progresso das fases de implantação do programa (exemplo: 1 – planejamento; 2 – elaboração; 3 – regulamentação; 4 – implantação parcial; 5 – implantação completa; 6 – funcionamento e monitoramento).

Órgãos responsáveis pelo tema: Secec-DF; Condepac.

Órgão que pode disponibilizar dados para monitoramento:
Secec-DF.

Incentivos fiscais para AICs

Art. 38. O Programa de Valorização das Áreas de Interesse Cultural deve abordar:

IV – possibilidade de isenção dos valores de Outorga Onerosa de Alteração de Uso – Onalt, decorrente da inclusão de usos culturais, e da Outorga Onerosa do Direito de Construir – Odir, se aplicável;

V – previsão de linha de crédito voltada ao financiamento de obras de restauração, conservação e reformas de bens tombados, com indicação de preservação e áreas de tutela, e fortalecimento de atividades culturais;

VI – previsão de desoneração tributária associada à manutenção de atividades culturais e à preservação de bens tombados, com indicação de preservação ou de imóveis em áreas relevantes ao tombamento do CUB;

VII – previsão de instrumentos urbanísticos e fiscais para incentivar o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, induzindo a ocupação por atividades culturais, em imóveis não utilizados em áreas relevantes ao tombamento do CUB.

Parágrafo único. Os projetos e as obras referentes ao caput têm possibilidade de financiamento por meio do Fundurb e outros fundos específicos. (GDF, 2024).

A ação vinculada às AICs constitui-se em tema específico dentro de um planejamento de escopo mais amplo. Está tratada separadamente em virtude de seu grande potencial multiplicador. Apenas a perspectiva do acesso aos incentivos pode colaborar para a conservação das edificações.

Indicadores propostos:

- a. Quantidade de edifícios em AICs beneficiados pelos incentivos.

- b. Progresso das fases de implantação do instrumento (exemplo: 1 – planejamento; 2 – elaboração; 3 – regulamentação; 4 – implantação parcial; 5 – implantação completa; 6 – funcionamento e monitoramento).

Órgãos responsáveis pelo tema: Secec-DF; Condepac; Setur-DF; Condetur; Regiões Administrativas (RAs); Secretaria de Estado de Fazenda do DF (Sefaz-DF).

Órgão que pode disponibilizar dados para monitoramento: Secec-DF.

Adequação da sinalização viária

Art. 24. São diretrizes para nortear a elaboração de planos, programas e projetos de requalificação de espaços públicos:

[...]

III – promoção da sinalização indicativa do espaço urbano, em respeito ao Plano Diretor de Sinalização do Distrito Federal e ao regulamento para a sinalização turística, estabelecidos em legislação específica. (GDF, 2024).

A sinalização viária do Conjunto Urbanístico de Brasília tem qualidade de *design* excepcional e tornou-se elemento identitário local. Contudo, parte dela rompe a escala física e a escala de visibilidade, necessitando ser adequada e regulada.

Base legal: art. 24, III do PPCUB, vinculado ao Plano Diretor de Sinalização do DF (Decreto n.º 19.372/1998) e regulamentação de sinalização turística (a ser elaborado).

Indicador proposto: progresso das fases da revisão da sinalização existente (exemplo: 1 – diagnóstico; 2 – projeto; 3 – licenciamento; 4 – licitação; 5 – execução; 6 – monitoramento).

Órgãos responsáveis pelo tema: Seduh-DF; Conselho de Planejamento Territorial (Conplan); Departamento de Estradas e

Rodagens do DF (DER-DF); Secretaria de Estado de Mobilidade do DF (Semob-DF).

Órgão que pode disponibilizar dados para monitoramento: DER-DF.

Enterramento de fiação elétrica

Art. 31. As soluções de infraestrutura urbana devem ser compatíveis com a importância do espaço público, com os componentes de preservação, com os níveis de restrição das vias definidos no art. 100 e com a valoração do território em que se encontram, de acordo com o art. 49 e seguintes, em especial quanto ao impacto visual.

§ 1º É vedada a instalação de rede de energia elétrica ou assemelhada do tipo aérea nas seguintes áreas:

I – TP1: Eixo Monumental;

II – TP2: superquadras e áreas de vizinhança, inclusive as áreas verdes contíguas aos Eixos Rodoviário-Residencial, aos Eixos auxiliares L e W e às alças de acesso às superquadras;

III – TP3: setores centrais;

IV – TP4: orla do Lago Paranoá;

V – TP5: setores de embaixadas;

VI – TP6: grandes parques e outras áreas de transição urbana;

VII – TP8: W3 Norte e W3 Sul;

VIII – TP10: setores complementares – áreas oeste e leste;

IX – Setor Terminal Sul

(...) § 3º Nos casos de redes elétricas aéreas ou assemelhadas já implantadas em desacordo com o § 1º deste artigo, deve ser elaborado e executado plano específico para substituição por rede subterrânea, no prazo de 2 anos da vigência desta Lei Complementar, podendo ser previstas parcerias público-privadas para este fim. (GDF, 2024).

Apesar de predominantemente enterrada, a rede de transmissão de energia elétrica de Brasília tem extensos trechos aéreos, com impacto significativo na paisagem urbana.

Indicador proposto: extensão de cabeamento enterrado a partir do início do monitoramento.

Órgãos responsáveis pelo tema: Neoenergia, Companhia Energética de Brasília (CEB); Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap).

Empresa que pode disponibilizar dados para monitoramento: Neoenergia.

Plano de Ocupação de Quiosques e Trailers (POQT)

Art. 29. A utilização de área pública por quiosques, trailers e congêneres para o exercício de atividades econômicas é permitida nos termos da legislação específica, sendo objeto de concessão de uso onerosa.

Parágrafo único. As Administrações Regionais do CUB são responsáveis pela elaboração dos Planos de Ocupação de Quiosques e Trailers – POQT, que devem ser aprovados pelo órgão gestor do planejamento urbano e territorial do DF. (GDF, 2024).

O PPCUB prevê que esse tipo de ocupação deve ser oneroso e objeto de legislação específica. Os planos devem ser elaborados junto às administrações regionais e aprovados pelo Conplan. O plano para a RA I (Plano Piloto) está em fase de finalização.

Indicador proposto: quantidade de quiosques e *trailers* regularizados a partir do plano.

Órgãos responsáveis pelo tema: Seduh-DF; Conplan; RAs; Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal (DF Legal).

Órgão que pode disponibilizar dados para monitoramento: DF Legal.

Estudo para alternativas de travessias do Eixo Rodoviário-Residencial

Art. 58. Os planos, programas e projetos específicos para a preservação e desenvolvimento do TP2 compreendem:

[...]

II – requalificação das passagens subterrâneas e elaboração de estudo para alternativas de travessias do Eixo Rodoviário-Residencial, garantida a acessibilidade e visibilidade do trajeto aos usuários, integrando-se elas ao sistema de transporte coletivo e à rede cicloviária e de calçadas para pedestres. (GDF, 2014).

O desenvolvimento de alternativas é relevante por seu alto impacto na segurança, na caminhabilidade e no uso de bicicletas na escala residencial do CUB.

Indicador proposto: desenvolver indicadores a partir das fases de implantação da ação, como diagnóstico, projeto, discussão pública, ajustes, licitação e execução de obra.

Órgãos responsáveis pelo tema: Seduh-DF; Conplan; RA I (Plano Piloto); Novacap.

Órgãos que podem disponibilizar dados para monitoramento: Seduh-DF; RA I; Novacap.

Ordenamento das áreas públicas das quadras 700

Art. 74. As diretrizes para preservação dos valores do TP8 são:

[...]

II – manutenção da arborização, dos passeios livres e desobstruídos e das conexões das travessias entre os setores deste TP, integradas às estações de transporte público da via W3.

Art. 75. Os planos, programas e projetos para a preservação e desenvolvimento do TP8 referem-se à requalificação da via W3 e seu entorno, estruturada em um plano integrado de ações, e organizada em etapas de implantação, contemplando, no mínimo:

I – intervenções sobre o espaço público e implantação de sistema eficiente de transporte coletivo, compreendidas as seguintes ações:

a) requalificação e integração das áreas públicas, notadamente calçadas e praças, tanto nas áreas residenciais quanto nas de uso misto do TP;

b) ordenamento da ocupação do SHIGS e SHCGN, com a regularização ou desocupação das áreas públicas ocupadas irregularmente, garantindo-se condições de acesso público dos pedestres entre os conjuntos. (GDF, 2024).

As áreas públicas adjacentes às casas geminadas das quadras 700 do CUB frequentemente são apropriadas pelos moradores, que as cercam, impedindo seu uso público e, por vezes, dificultando o trânsito de pessoas e bicicletas. O estudo para ordenamento dessas ocupações está em processo de elaboração pela Seduh-DF.

Indicador proposto: quantidade de imóveis regularizados a partir do estudo.

Órgãos responsáveis pelo tema: Seduh-DF; Conplan; DF Legal; RA I (Plano Piloto).

Órgão que pode disponibilizar dados para monitoramento: DF Legal.

Ordenamento de puxadinhos nos comércios locais

Art. 57. As diretrizes para preservação dos valores do TP2 são:

[...]

VII – preservação do Comércio Local Sul, com seus pilares, marquises e platibanda linear, contínua e horizontal, e galerias sob as marquises sem obstrução, conforme legislação específica;

X – manutenção das áreas livres existentes entre a faixa verde de emolduramento non aedificandi das superquadras e a área de concessão do Comércio Local Sul, sem edificação ou cercamento de qualquer espécie, sendo tais áreas passíveis de tratamento paisagístico adequado às características do setor. (GDF, 2024).

Base legal suplementar: Lei Complementar n.º 883/2014 (puxadinhos da Asa Norte) e Lei Complementar n.º 998/2022 (puxadinhos da Asa Sul).

As disposições do PPCUB consolidam a legislação que regulamenta a ocupação de área pública aos fundos das comerciais locais, visando padronizar as tipologias de ocupação para preservar a leitura de conjunto dos blocos comerciais das asas Norte e Sul.

Indicador proposto: quantidade de estabelecimentos cujos puxadinhos foram regularizados a partir do estudo.

Órgãos responsáveis pelo tema: Seduh-DF; Conplan; DF Legal; RA I (Plano Piloto).

Órgão que pode disponibilizar dados para monitoramento: DF Legal.

Preservação do Lago Paranoá

Art. 72. As diretrizes para preservação dos valores do TP7 são:

I – conservação do espelho d'água do Lago Paranoá como elemento fundamental da estruturação da paisagem da cidade;

II – preservação da qualidade da água do Lago Paranoá, com tratamento e destinação adequada do esgotamento sanitário e de águas pluviais que chegam ao Lago;

III – preservação dos limites do espelho d'água, evitando o assoreamento do Lago devido ao carreamento superficial de resíduos resultantes da execução de obras, especialmente de urbanização;

IV – manutenção da paisagem bucólica, com o controle da ocupação por marinas, píeres, deques, trapiches ou similares, tendo essas construções as funções limitadas à contemplação e ao embarque e desembarque náutico e seu ordenamento estabelecido no Anexo VII e, no que couber, por atos normativos relacionados;

V – manutenção do acesso público ao espelho d'água com controle e regulamentação de embarcação ancorada, sendo vedada edificação com usos e atividades comerciais e de prestação de serviços que avance sobre o espelho d'água;

VI – manutenção da horizontalidade na paisagem urbana, dos visuais livres e da acessibilidade na alteração de elementos construtivos ou inserção de novas pontes com altura compatível com a escala bucólica, prevendo a integração de sua ancoragem ao tecido urbano das margens;

VII – vedação à instalação de grades, cercas e aterros sobre o espelho d'água do Lago e em suas margens;

VIII – respeito às condicionantes ambientais para o espelho d'água, em especial as previstas no:

a) Zoneamento Ambiental da Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá – APA;

b) Plano de Manejo da APA do Lago Paranoá;

c) Zoneamento de Usos do Espelho d'Água do Lago Paranoá;

IX – conservação e proteção das áreas de nascentes e de olhos d'água relevantes para a recarga do Lago Paranoá, frente à urbanização e densificação da ocupação, em prol da permeabilidade do solo. (GDF, 2024).

Base legal complementar: Decreto n.º 39.555/2018.

A proteção do Lago Paranoá tornou-se parte do escopo de preservação do CUB a partir da ampliação do território de proteção, incluindo o espelho-d'água como elemento fundamental da paisagem do conjunto tombado.

Indicadores propostos:

- a. Extensão linear de margem desocupada para acesso público a partir do início do monitoramento.
- b. Área de espelho-d'água desassoreada a partir do início do monitoramento.

Órgãos responsáveis pelo tema: Seduh-DF; Conplan; Secretaria de Estado de Meio Ambiente do DF (Sema-DF); Instituto Brasília Ambiental (Ibram); RAs; DF Legal.

Órgãos que podem disponibilizar dados para monitoramento: Sema-DF; DF Legal.

Sistema de Áreas Verdes

Art. 22. As intervenções nos espaços públicos devem considerar a sua importância para a escala bucólica do plano urbanístico de Brasília, mantendo seu uso público e garantindo o livre acesso à população.

§ 1º Os espaços públicos configurados como áreas verdes, na sua forma natural, são parte do conceito da cidade-parque e da escala bucólica, devendo ser evitada a sua ocupação por edificações, em especial em áreas verdes de maiores dimensões, no emolduramento dos setores ou de grandes lotes, e nas áreas lindeiras às vias de nível 1 e nível 2, conforme classificação contida no art. 100 e no Anexo III.

§ 2º As áreas verdes do CUB devem ser mapeadas e classificadas quanto ao nível de preservação, considerando sua importância na escala bucólica, conforme art. 21.

§ 3º O mapeamento de áreas verdes de que trata o § 2º deve ser elaborado no prazo máximo de 1 ano, a partir da data de publicação desta Lei Complementar.

§ 4º Os projetos de intervenção nas áreas verdes públicas do CUB devem priorizar o interesse público, sendo vedada a sua privatização.

Art. 23. As áreas públicas ocupadas irregularmente devem ser objeto de planos de realocação, quando for o caso, e desocupação ou regularização de acordo com a legislação ou política pública específica, quando for o caso, abrangendo o desenvolvimento e a implementação de estratégias de requalificação dos espaços públicos.

Art. 130. Deve ser implementado o Sistema de Áreas Verdes, nos termos do ZEE do Distrito Federal, considerando a paisagem total do CUB e do seu entorno, por meio do estabelecimento de hierarquias e instrumentos de preservação e com a legislação pertinente. (GDF, 2024).

Base legal suplementar: Lei n.º 6.269/2019 (ZEE).

A proposta de criação do Sistema de Áreas Verdes consolida as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico do DF (ZEE) para gestão e proteção de áreas verdes, servindo como base para o planejamento conjunto dessas áreas, que são elemento fundamental da paisagem do CUB.

Indicador proposto: progresso das fases de criação do sistema (exemplo: 1 – planejamento; 2 – estudos; 3 – versão preliminar; 4 – discussão pública; 5 – elaboração da versão final; 6 – implantação; 7 – funcionamento e monitoramento).

Órgãos responsáveis pelo tema: Seduh-DF; Conplan; Sema-DF; Ibram; Departamento de Parques e Jardins (DPJ-Novacap); RAs.

Órgão que pode disponibilizar dados para monitoramento: Sema-DF.

Transparência e participação social nas decisões

Art. 132. A estrutura institucional de planejamento, gestão e monitoramento visa promover eficiência e transparência no processo de discussão e participação social na área de atuação deste PPCUB, em consonância com a Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural e com as recomendações da Unesco.

Parágrafo único. Integram a estrutura institucional de planejamento, gestão e monitoramento os seguintes órgãos:

I – órgãos distritais de planejamento, gestão, preservação e fiscalização:

- a) órgão gestor de planejamento territorial e urbano do DF;
- b) órgão competente pela política cultural do DF;
- c) órgão competente pela fiscalização de atividades urbanas do DF;
- d) Administrações Regionais do Plano Piloto – RA I, do Cruzeiro – RA XI, da Candangolândia – RA XIX e do Sudoeste e Áreas Octogonais – RA XXII;

II – órgãos colegiados de gestão participativa:

- a) Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – Conplan;
- b) Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal – Condepac;
- c) Conselhos Locais de Planejamento e Gestão Urbana – CLP;

d) Conselhos Regionais de Patrimônio Cultural e Comitês Gestores Locais do Patrimônio Cultural. (GDF, 2024).

Base legal complementar: arts. 218 e 219 do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot).

O plano consolida as instituições e instâncias de participação vigentes, assim como as respectivas atribuições quanto aos processos de elaboração e tramitação dos planos, programas e projetos previstos para cada território de planejamento do CUB, tendo a Seduh-DF como órgão coordenador da estrutura de gestão. A efetiva participação social na priorização e nas diretrizes de elaboração desses planos, programas e projetos são a principal preocupação relacionada ao tema.

Não foi possível desenvolver um indicador referente à transparência e participação. Assim, cabe aprofundar a compreensão dos processos internos do Governo do Distrito Federal e identificar iniciativas análogas em outras unidades da federação e/ou outros temas.

Órgãos responsáveis pelo tema: Seduh-DF; Conplan; Secec-DF; Condepac; Grupo Técnico Executivo GDF-Iphan (GTE)².

Órgãos que podem disponibilizar dados para monitoramento: Conplan; Seduh-DF.

Comitê Gestor do CUB

Art. 138. Lei complementar específica, a ser incorporada por este PPCUB, deve dispor sobre a criação, a composição, as atribuições e a implementação do Comitê Gestor do Conjunto Urbanístico de Brasília, de natureza deliberativa e consultiva, com responsabilidades definidas e participação de entes locais e federais e da sociedade civil, nos termos de recomendação da Unesco.

Parágrafo único. A lei complementar de que trata o caput também deve disciplinar sobre as alterações na estrutura institucional de

2 As atividades do GTE acontecem como resultado de um Acordo de Cooperação Técnica entre as duas instituições.

planejamento, gestão e monitoramento decorrentes da criação do Comitê Gestor do Conjunto Urbanístico de Brasília. (GDF, 2024).

Base legal complementar: Portaria n.º 234/2025 do Iphan.

A criação do Comitê Gestor do Sítio é um requisito da Unesco para bens que são patrimônio mundial. Esse requisito é reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que vem regulamentando o tema, a exemplo do que foi feito na Portaria n.º 234/2025 (Iphan, 2025). Os comitês gestores têm papel fundamental na articulação e no monitoramento da gestão dos sítios. Nesse sentido, sua implantação converge com os objetivos do presente texto.

Indicador proposto: progresso das fases de implantação do comitê (exemplo: 1 – planejamento; 2 – regulamentação; 3 – implantação; 4 – funcionamento e monitoramento).

Órgãos responsáveis pelo tema: Seduh-DF; Conplan; Secec-DF; Condepac; Superintendência do Iphan no Distrito Federal (Iphan-DF).

Órgãos que podem disponibilizar dados para monitoramento: Seduh-DF; Iphan-DF.

Considerações finais

As presentes contribuições ao monitoramento da gestão e da conservação do Conjunto Urbanístico de Brasília visam, em última instância, basear ações de controle social sobre o patrimônio cultural do Distrito Federal. Assim, este texto não chega a conclusões científicas, mas aponta caminhos para continuidade e aprimoramento do trabalho desenvolvido até o momento.

Para compor um sistema de monitoramento mais amplo, é necessário considerar os atributos de valor do CUB a serem preservados (e não apenas o texto legal que serviu de base a este trabalho), cada um com ações e indicadores específicos. Esse caminho levaria, por exemplo, a incluir um indicador do estado de conservação dos edi-

fícios já tombados. Também seria possível considerar, como base de um sistema de monitoramento, um levantamento crítico dos danos ao CUB existentes. Esse caminho alternativo poderia levar ao desenvolvimento de indicadores relacionados ao disciplinamento dos engenhos publicitários existentes.

No que tange à dimensão quantitativa do monitoramento, não foi proposto um índice global a ser calculado, visto que, para tanto, seria preciso ponderar a composição de tal índice entre diversos campos temáticos, o que foge ao escopo do presente trabalho.

Restam, assim, entre outros desafios para a continuidade deste trabalho, o levantamento dos dados referenciais para o monitoramento propriamente dito, além da ampliação do escopo de análise para mais temas de gestão e conservação do CUB. Registramos, ainda, a expectativa de que de fato se constituam práticas continuadas de monitoramento, tanto por parte da sociedade civil quanto no âmbito do Comitê Gestor do CUB, a ser implantado.

Referências

CLARK, Kate. Values-based heritage management and the Heritage Lottery fund in the UK. **APT Bulletin**, v. 45, nº 2-3, 2014, p. 65-71.

ENGLISH HERITAGE. **Conservation principles**. Policies and guidance for the sustainable management of the historic environment. Londres, 2008.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Lei Complementar n.º 1.041/2024**. Aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e dá outras providências. Brasília, 2024.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Portaria Iphan n.º 234, de 11 de março de 2025**. Dispõe sobre diretrizes para a instituição de Comitês Gestores de sítios reconhecidos como Patrimônio Mundial cultural brasileiros. Brasília, 2025.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Portaria n.º 234, de 11 mar. 2025**. Dispõe sobre diretrizes para instituição de

comitês gestores para sítios reconhecidos como patrimônio mundial cultural brasileiros. Brasília, 2025.

LIRA, Flaviana Barreto. **Patrimônio cultural e autenticidade**. Montagem de um sistema de indicadores para monitoramento. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

MACKAY, Richard. Values-based management and the Burra Charter: 1979, 1999, 2013. *In: Values in heritage management*. Emerging approaches and research directions. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2019, p. 110-126.

NPS (National Park Services). **Management Policies**. Washington: U.S. Department of the Interior, 2006.

UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization); ICCROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property); ICOMOS (International Council on Monuments and Sites); IUCN (International Union for Conservation of Nature). **Enhancing our heritage toolkit 2.0**. Assessing Management Effectiveness of World Heritage Properties and Other Heritage Places. Paris, Roma, Charenton-le-Pont e Gland, 2023.

UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris, 2025.

VELDHoven, Felix van. From preservation to managing change. Using spatial development as a heritage revival tool. *In: Companion to European Heritage Revivals*. Cham: Springer, 2014, p. 189-205.

Recomendações para a Paisagem Cultural de Brasília

Icomos-DF e Abap-DF

Reconhecimento de valores

- (i) Reconhecer o patrimônio cultural do Distrito Federal em escala territorial, aprofundando a integração de todas as suas regiões administrativas às políticas e ações de preservação.
- (ii) Aprofundar o estudo e reconhecimento dos serviços ecossistêmicos e do potencial para construção de uma cidade resiliente nas áreas verdes e nos espaços livres do Distrito Federal, compreendendo os valores culturais dessa infraestrutura ecológica e social.
- (iii) Integrar as dimensões da paisagem, da arquitetura e do paisagismo cotidianos, da infraestrutura e do mobiliário urbanos à preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), em suas três esferas de reconhecimento, aprofundando os vínculos dessa área com o território do Distrito Federal.
- (iv) Integrar os processos históricos anteriores e posteriores à construção de Brasília à sua preservação, reconhecendo a relevância dos valores culturais dos sítios arqueológicos, dos caminhos históricos, dos remanescentes físicos rurais e urbanos, da arquitetura e do urbanismo produzidos após a inauguração da cidade e de seu patrimônio imaterial.
- (v) Integrar, à preservação do CUB, elementos com associação histórica direta a ele, mas cuja localização é fisicamente independente.

Pesquisa e inventário

(vi) Elaborar um inventário do patrimônio cultural do Distrito Federal, compilando, em uma única base de dados, dinâmica e geográfica, seus múltiplos bens culturais, inclusive aqueles ainda sem reconhecimento oficial. Tal objetivo se beneficiaria de uma elaboração por etapas temáticas, incorporando inventários e estudos existentes.

(vii) Desenvolver um estudo da paisagem cultural de Planaltina considerando a inter-relação histórica e geográfica entre a Estação Ecológica de Águas Emendadas, a Pedra Fundamental de Brasília e o Setor Tradicional de Planaltina.

(viii) Desenvolver estudos da paisagem cultural ou da paisagem histórica urbana de Sobradinho, Gama, Taguatinga e Ceilândia, considerando seu papel fundamental no território do Distrito Federal e a complexidade de suas dimensões patrimoniais.

Planejamento e gestão do território

(ix) Considerar os impactos paisagísticos como parte do processo de licenciamento de qualquer empreendimento no território do Distrito Federal.

(x) Dar destinação, forma e tratamento, na escala do desenho urbano, ao conjunto das áreas livres do Distrito Federal, de forma a garantir o adequado trânsito de pedestres e ciclistas, independentemente da hierarquização das vias adjacentes. Mesmo reconhecendo as dificuldades associadas à grande extensão dessas áreas, trata-se de garantir a integração do uso e da apreensão do território, na escala do corpo humano, por meio do projeto, com a necessária participação social.

(xi) Compor numericamente e capacitar as equipes para reconhecer e lidar com questões relacionadas à paisagem e ao patrimônio cultural em suas ações cotidianas, de forma a viabilizar uma gestão efetivamente compartilhada nas diversas

instituições com atuação no território do Distrito Federal, como a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), o DF Legal, o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER-DF), o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (Secec) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), e nas instituições federais, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan-DF) e a Secretaria de Serviços Compartilhados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Conjunto Urbanístico de Brasília

(xii) Garantir amplo acesso público e amplos espaços públicos às margens do Lago Paranoá, integrando equipamentos e acessos atuais, removendo ocupações e cercamentos irregulares, e fazendo uso dos instrumentos, planos e projetos iniciados e/ou existentes.

(xiii) Impedir a continuidade do adensamento da ocupação da escala bucólica, inclusive a sul e a oeste do Plano Piloto.

(xiv) Dotar de projetos integrados de paisagismo e desenho urbano os diversos setores componentes da escala bucólica, consolidando o Eixo Verde da Estrada Parque das Nações (via L4) e incluindo os setores a sul e a leste do Plano Piloto. Para isso, deve-se considerar as variações na matriz vegetal atualmente existente, tendo como diretrizes a (re)composição da paisagem, a melhoria das condições ambientais e a integração aos tecidos urbanos adjacentes para pedestres e ciclistas.

(xv) Tratar o Eixo Monumental com um projeto paisagístico integrado que promova a arborização ao norte da via N1 e ao sul da via S1, interrompendo o atual adensamento da vegetação no canteiro central, que deve permanecer rarefeita.

(xvi) Tratar o Bosque dos Constituintes com um projeto paisagístico integrado que promova sua integração ao meio ambiente do Cerrado, à Praça dos Três Poderes e, ainda, a necessária visibilidade a partir dessa praça.

(xvii) Tratar o Eixo Rodoviário com um projeto urbanístico e paisagístico integrado que reconheça e resguarde seu valor histórico, de antiguidade, paisagístico, de uso e social, promovendo sua incorporação às áreas residenciais adjacentes, equilibrando normas de segurança com normas de preservação e usando medidas de gestão e uso de pessoal para evitar intervenções físicas que afetem os valores em questão.

(xviii) Promover a dinamização do uso dos setores da escala gregária, considerando e respeitando as especificidades de sua forma urbana.

(xix) Compilar os diversos levantamentos da arquitetura cotidiana do Plano Piloto, de forma a viabilizar um juízo crítico amplo e propostas para sua preservação física.

(xx) Promover a preservação da arquitetura cotidiana, da infraestrutura urbana e do mobiliário urbano de Brasília, que compõem sua paisagem de forma indissociável por meio dos instrumentos disponíveis no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB).

Participantes do Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural

Autores dos relatórios temáticos

Angelina Nardelli Quaglia (Abap-DF)

Antônio Menezes Júnior (GDF e CAU-DF)

Beatriz Coroa do Couto (Icomos DF)

Claudio Oliveira da Silva (CAU-DF)

Jorge Guilherme Francisconi (Icomos-DF)
José Leme Galvão (IAB-DF)
Juliana Mendes Monteiro (Novacap)
Juliano Loureiro de Carvalho (Icomos DF)
Leandro Cruz (grupo de pesquisa Cidades Possíveis – FAU-UnB)
Luciana Saboia (grupo de pesquisa Topos – FAU-UnB)
Mariana Ferreira Ramos Jubé
Matheus Carvalho (Coplanar Arquitetura)
Matheus Rosa (grupo de pesquisa Capital e Periferia – FAU-UnB)
Renata Silva Almendra (FE-UnB)
Sávio Guimarães (Icomos DF)
Tereza Cristina Esmeraldo (Sema-DF)
Wilson Vieira Júnior (SEEDF)
Yara Regina Oliveira (Icomos DF)

Contribuições com textos parciais e apresentações temáticas

Cléa Torres da Silva (Conselho Comunitário da Asa Norte)
Elizabeth Machado (Abap-DF)
Érica Diogo (Iphan-Depam)
Gersion de Castro (Museu Vivo da Memória da Vila Paranoá)
José Mauro de Barros Gabriel (Iphan-DF)
Marcela Versiani Pires (Ibram-DF)
Maurício Goulart (Iphan-DF)
Marta Romero (grupo de pesquisa Sustentabilidade em Arquitetura e Urbanismo – FAU-UnB)

Patrícia Carvalho (Conselho Comunitário da Asa Sul)

Ouvintes

Rejane Jung Vianna (Seduh-DF)

Este e-book foi composto em Lato e Literata,
pela **Ix Editora**, em Brasília, dezembro de 2025.



ISBN: 978-65-01-83117-6



9

786501

831176



ICOMOS
Brasil

